



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

# CONTA 2011

DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**VOLUME I**

**Relatório e Anexos**

FUNCHAL

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

2012





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

# CONTA 2011

DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**VOLUME I**

**Relatório e Anexos**

FUNCHAL

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

2012



# ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO .....	1
2.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	3
2.1.	<i>ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL EM 2011</i> .....	3
2.2.	<i>EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA</i> .....	4
2.2.1.	<i>POLÍTICA ORÇAMENTAL EM 2011</i> .....	5
2.3.	<i>SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA REGIONAL</i> .....	6
3.	CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL .....	9
3.1.	<i>ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA</i> .....	9
3.2.	<i>ÓTICA DA CONTABILIDADE NACIONAL</i> .....	13
4.	RESULTADO DA CONTA .....	16
5.	INTEMPÉRIE DE 20 FEVEREIRO 2010 .....	18
6.	RECEITA .....	21
6.1.	<i>ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS</i> .....	21
6.2.	<i>EXECUÇÃO ORÇAMENTAL</i> .....	22
6.2.1.	<i>RECEITAS FISCAIS</i> .....	24
6.2.1.1.	<i>IMPOSTOS DIRETOS</i> .....	24
6.2.1.1.1.	<i>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)</i> .....	25
6.2.1.1.2.	<i>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (IRC)</i> .....	26
6.2.1.2.	<i>IMPOSTOS INDIRETOS</i> .....	26
6.2.1.2.1.	<i>IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)</i> .....	27
6.2.1.2.2.	<i>IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)</i> .....	28
6.2.1.2.3.	<i>IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (ISV)</i> .....	29
6.2.1.2.4.	<i>IMPOSTO SOBRE O ÁLCOOL E AS BEBIDAS ALCOÓLICAS (IABA)</i> .....	29
6.2.1.2.5.	<i>IMPOSTO DO SELO (IS)</i> .....	29
6.2.1.2.6.	<i>OUTROS IMPOSTOS INDIRETOS</i> .....	30
6.2.2.	<i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL</i> .....	30
6.2.2.1.	<i>TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO</i> .....	31
6.2.2.2.	<i>TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA</i> .....	31
6.2.3.	<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL</i> .....	32
6.2.4.	<i>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</i> .....	32
6.3.	<i>RECEITAS POR RECEBER PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA</i> .....	34
7.	DESPESA .....	35
7.1.	<i>ENQUADRAMENTO</i> .....	35
7.2.	<i>ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS</i> .....	38
7.2.1.	<i>POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA</i> .....	38
7.2.2.	<i>POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</i> .....	41
7.2.3.	<i>POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL</i> .....	42
7.3.	<i>EXECUÇÃO ORÇAMENTAL</i> .....	44
7.3.1.	<i>POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA</i> .....	46
7.3.2.	<i>POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</i> .....	48

7.3.2.1.	DESPESAS COM O PESSOAL .....	50
7.3.2.2.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS .....	51
7.3.2.3.	SUBSÍDIOS .....	52
7.3.2.4.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL .....	53
7.3.2.4.1.	TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS .....	54
7.3.2.4.2.	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES .....	55
7.3.2.5.	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL .....	56
7.3.2.6.	ATIVOS FINANCEIROS .....	57
7.3.2.7.	SERVIÇO DA DÍVIDA .....	57
7.3.3.	POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL .....	58
7.3.3.1.	FUNÇÕES SOCIAIS .....	60
7.3.3.2.	FUNÇÕES ECONÓMICAS .....	61
8.	INVESTIMENTOS DO PLANO .....	62
8.1.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA</i> .....	65
8.2.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</i> .....	66
8.3.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL</i> .....	67
9.	ANÁLISE DOS SUBSETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL .....	69
9.1.	<i>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA</i> .....	70
9.2.	<i>PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL</i> .....	72
9.3.	<i>VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL</i> .....	73
9.4.	<i>SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS</i> .....	76
9.5.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL</i> .....	79
9.6.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES</i> .....	82
9.7.	<i>SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA</i> .....	84
9.8.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS</i> .....	87
9.9.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS</i> .....	90
9.10.	<i>SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS</i> .....	93
10.	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS .....	95
11.	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS .....	97
11.1.	<i>INTRODUÇÃO</i> .....	97
11.2.	<i>RECEITA</i> .....	100
11.3.	<i>DESPESA</i> .....	106
12.	DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA .....	112
12.1.	<i>DÍVIDA DIRETA</i> .....	112
12.1.1.	CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS .....	112
12.1.2.	ENCARGOS COM A DÍVIDA .....	113
12.1.3.	TAXA DE JURO IMPLÍCITA DA DÍVIDA DIRETA .....	114
12.1.4.	SALDO DA DÍVIDA DIRETA .....	114
12.2.	<i>DÍVIDA INDIRETA</i> .....	116
12.2.1.	BASE LEGAL PARA A CONCESSÃO DE AVALES PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA .....	116
12.2.2.	AVALES CONCEDIDOS E ASSUMIDOS .....	116
12.2.3.	RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS <i>VERSUS</i> RESPONSABILIDADES EFETIVAS .....	117
12.2.4.	PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE GARANTIAS .....	118
12.2.5.	PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE GARANTIAS .....	118

12.3.	<i>DÍVIDA ADMINISTRATIVA</i> .....	119
13.	SETOR EMPRESARIAL DA RAM .....	121
13.1.	<i>SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO SERAM</i> .....	121
13.1.1.	ATIVO.....	121
13.1.2.	PASSIVO.....	122
13.1.3.	CAPITAIS PRÓPRIOS.....	123
13.2.	<i>SITUAÇÃO ECONÓMICA DO SERAM</i> .....	124
13.3.	<i>EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO SERAM</i> .....	126
13.4.	<i>IMPORTÂNCIA DO SERAM PARA A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO NA REGIÃO</i> .....	128
14.	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS .....	129
14.1.	<i>SÍNTESE DO BALANÇO DE ATIVIDADE</i> .....	129
14.2.	<i>ENCARGOS PLURIANUAIS</i> .....	130
15.	AUTARQUIAS LOCAIS.....	131
16.	SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL.....	133
16.1.	<i>INSPEÇÃO REGIONAL DE FINANÇAS (IRF)</i> .....	133
16.1.1.	ATIVIDADES PREVISTAS .....	133
16.1.2.	ATIVIDADES REALIZADAS 2011 .....	134
16.1.3.	CONCLUSÕES .....	135
16.2.	<i>DIREÇÃO REGIONAL DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE</i> .....	136
17.	FUNDOS COMUNITÁRIOS – RAM .....	138
17.1.	<i>EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS</i> .....	138
17.1.1.	QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO 2000-2006 .....	139
17.1.2.	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013.....	139
17.2.	<i>CONTROLOS REALIZADOS EM 2011</i> .....	143
17.2.1.	PO INTERVIR+ - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ECONÓMICO E COESÃO TERRITORIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....	143
17.2.2.	PO RUMOS - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA .....	143
17.3.	<i>VERIFICAÇÕES NO ÂMBITO DO ARTIGO 13.º DO REGULAMENTO N.º 1828/2006 NO ANO 2011</i> 145	
17.3.1.	PO INTERVIR+ - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006 .....	145
17.3.2.	PO RUMOS - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006 .....	146
17.3.3.	POVT - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006 .....	147
17.3.4.	PCT-MAC 2008-2013 - VERIFICAÇÕES FÍSICAS, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006.....	148
18.	CONCLUSÃO .....	149
	LISTA DE ABREVIATURAS .....	150
	ANEXOS .....	153

# ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL (TAXA DE VARIÇÃO).....	3	QUADRO 27 – ORÇAMENTO RETIFICATIVO, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA E ECONÓMICA .....	38
QUADRO 2 - PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA (TAXA DE VARIÇÃO REAL).....	4	QUADRO 28 – ABERTURAS DE CRÉDITOS ESPECIAIS EM 2011 .....	39
QUADRO 3 - REPORTE DO DÉFICE E DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS .....	5	QUADRO 29 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	40
QUADRO 4 – COESÃO REGIONAL .....	6	QUADRO 30 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA .....	41
QUADRO 5 – RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DA RAM .....	6	QUADRO 31 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL .....	42
QUADRO 6 – TAXA DE INVESTIMENTO APARENTE (FBCF / VAB) .....	7	QUADRO 32 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 2011 .....	44
QUADRO 7 – ESTATÍSTICAS DO EMPREGO DA RAM .....	8	QUADRO 33 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EFETUADAS (2009-2011) .....	44
QUADRO 8 – PREÇOS E SALÁRIOS .....	8	QUADRO 34 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	46
QUADRO 9 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2011 .....	10	QUADRO 35 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (2010-2011).....	47
QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2010 – 2011) .....	11	QUADRO 36 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA .....	48
QUADRO 11 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2011 .....	11	QUADRO 37 - DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (2010-2011).....	49
QUADRO 12 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, 2011 .....	12	QUADRO 38 – DESPESAS COM O PESSOAL (2010-2011) .....	50
QUADRO 13 - CONTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL – 2011 .....	13	QUADRO 39 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (2010-2011) .....	51
QUADRO 14 - QUADROS 2 DA NOTIFICAÇÃO DO PDE DE MARÇO 2012.....	14	QUADRO 40 – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, 2011 .....	52
QUADRO 15 - RESULTADO DA CONTA DA RAM (2009-2011) .....	16	QUADRO 41 – TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS EFETUADAS, 2011 .....	53
QUADRO 16 - MONTANTES RECEBIDOS POR CONTA DA LEI DE MEIOS.....	19	QUADRO 42 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2011 .....	55
QUADRO 17 - DESPESAS REALIZADAS NO ANO ECONÓMICO DE 2011, NO ÂMBITO DA LEI DE MEIOS .....	20	QUADRO 43 - ATIVOS FINANCEIROS (2011).....	57
QUADRO 18 – RECEITAS DE 2011 .....	21	QUADRO 44 - SERVIÇO DA DÍVIDA (2010-2011) .....	57
QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS (2009-2011).....	22	QUADRO 45 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2011, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL .....	58
QUADRO 20 – RECEITAS EFETIVAS (2010 – 2011) .....	23	QUADRO 46 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2010-2011).....	59
QUADRO 21 – IMPOSTOS DIRETOS (2009-2011) .....	25	QUADRO 47 - PIDDAR 2011 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL .....	62
QUADRO 22 - IMPOSTOS INDIRETOS (2009-2011) .....	26	QUADRO 48 - PIDDAR 2011 - DESPESA POR PROGRAMAS E DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL .....	63
QUADRO 23 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL .....	30	QUADRO 49 - PIDDAR 2011 – ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR PRIORIDADES .....	64
QUADRO 24 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DA U.E., POR FUNDOS COMUNITÁRIOS.....	31		
QUADRO 25 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL .....	32		
QUADRO 26 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS POR SECRETARIAS REGIONAIS (2009-2011). 33			



QUADRO 50 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO (2008-2010) .....	64	QUADRO 74 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRA .....	90
QUADRO 51 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR DEPARTAMENTOS (2010-2011) .....	65	QUADRO 75 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRA .....	91
QUADRO 52 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA .....	66	QUADRO 76 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRA .....	92
QUADRO 53 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR FUNÇÕES .....	67	QUADRO 77 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRAS .....	93
QUADRO 54 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - ALM .....	70	QUADRO 78 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRAS .....	94
QUADRO 55 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - ALM .....	71	QUADRO 79 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRAS .....	94
QUADRO 56 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - PGR .....	72	QUADRO 80 - CONTA GERAL DOS FLUXOS DAS OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS DE 2011 .....	95
QUADRO 57 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - VP .....	73	QUADRO 81 - OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS EM 2011 .....	96
QUADRO 58 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA VP .....	74	QUADRO 82 - RECEITA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2010-2011) .....	101
QUADRO 59 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - VP .....	74	QUADRO 83 - DIVERGÊNCIA NAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL — ORAM / SFA 2011 .....	103
QUADRO 60 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRRH .....	76	No QUADRO 84, apresentam-se os SFA com maior importância em termos do rácio: receitas deduzidas das transferências do ORAM / receitas totais dos SFA em 2011 .....	104
QUADRO 61 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRRH .....	77	QUADRO 85 - RECEITAS TOTAIS DOS SFA, DEDUZIDAS DAS TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO REGIONAL - 2011 .....	104
QUADRO 62 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRRH .....	77	QUADRO 86 - DIVERGÊNCIA NAS CONTAS DE ORDEM — ORAM / SFA 2011 .....	105
QUADRO 63 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRES .....	79	QUADRO 87 - DESPESA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2010 E 2011) .....	106
QUADRO 64 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRES .....	80	QUADRO 88 - DIVERGÊNCIA NAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ENTRE SFA - 2011 .....	109
QUADRO 65 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRES .....	81	QUADRO 89 - AMORTIZAÇÕES, PAGAMENTOS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA DÍVIDA, POR ENTIDADES CREDORAS (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011) .....	113
QUADRO 66 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRT .....	82	QUADRO 90 - VARIAÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA DIRETA DA REGIÃO .....	114
QUADRO 67 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRT .....	83	QUADRO 91 - DÍVIDA DA RAM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 .....	115
QUADRO 68 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRE .....	84	QUADRO 92 - AVALES CONCEDIDOS PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ENTRE 2005-2011 .....	116
QUADRO 69 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRE .....	85	QUADRO 93 - ESTRUTURA SECTORIAL DA RESPONSABILIDADE TOTAL ASSUMIDA PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA .....	117
QUADRO 70 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRE .....	86	QUADRO 94 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA GARANTIDA PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ENTRE 2005-2011 .....	117
QUADRO 71 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRF .....	87	QUADRO 95 - PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE AVALES E REEMBOLSO DE PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE AVALES (2005-2011) .....	118
QUADRO 72 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRF .....	88	QUADRO 96 - DÍVIDA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL A 31/12/2011 .....	119
QUADRO 73 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRF .....	89		

QUADRO 97 – VARIAÇÃO DA DÍVIDA ADMINISTRATIVA 2010-2011.....	120
QUADRO 98 – ATIVO DO SERAM, 31-12-2010 / 31-12-2011 .....	121
QUADRO 99 – PASSIVO DO SERAM, 31-12-2010 / 31-12-2011.....	122
QUADRO 100 – CAPITAIS PRÓPRIOS DO SERAM, 31-12-2010 / 31-12-2011 .....	123
QUADRO 101 – RESULTADOS ECONÓMICOS DO SERAM, 2010 /2011.....	124
QUADRO 102 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO SERAM, 2010 /2011 .....	125
QUADRO 103 – INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS, 2010 /2011.....	126
QUADRO 104 – DÍVIDA DAS EMPRESAS DO SERAM, 2010 /2011.....	127
QUADRO 105 – CONTRIBUTO DO SERAM PARA A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO .....	128
QUADRO 106 – SITUAÇÃO DAS PPP'S A 31/12/2011.....	129
QUADRO 107 – ENCARGOS PLURIANUAIS DAS PPP'S .....	130

QUADRO 108 – TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS DA RAM.....	131
QUADRO 109 – TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DA RAM PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS DA RAM.....	132
QUADRO 110 – EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS 31-12-2011 .....	138
QUADRO 111 – EXECUÇÃO FUNDO DE COESÃO II, 31-12-2011 .....	139
QUADRO 112 – EXECUÇÃO POVT-EIXO IV, 31-12-2011.....	141
QUADRO 113 – EXECUÇÃO PCT-MAC (RAM), 31-12-2011 .....	141
QUADRO 114 – SUPERVISÕES EFETUADAS EM 2011 .....	144
QUADRO 115 – VERIFICAÇÕES NO LOCAL REALIZADAS NO ANO 2011 .....	145
QUADRO 116 – VERIFICAÇÕES NO LOCAL REALIZADAS NO PERÍODO DE 2009-2011 – AG .....	146
QUADRO 117 – VERIFICAÇÕES NO LOCAL NO ANO 2011 PELA AG .....	147
QUADRO 118 – VERIFICAÇÕES NO LOCAL 2009-2011 AG .....	147

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DO VAB, POR SETORES .....	7
GRÁFICO 2 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2011 .....	9
GRÁFICO 3 - RESULTADO DA CONTA DA RAM .....	17
GRÁFICO 4 – RECEITAS COBRADAS (2010 – 2011) .....	23
GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DOS IMPOSTOS DIRETOS (2009-2011) .....	25
GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DOS IMPOSTOS INDIRETOS (2009-2011) .....	27
GRÁFICO 7 – RECEITA DE ISP E QUANTIDADES INTRODUZIDAS AO CONSUMO (2008-2011).....	28
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTAIS AUTORIZADAS E EFETUADAS (2007-2011) .....	45
GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR AGRUPAMENTO ORGÂNICO (2011).....	46
GRÁFICO 10 – DESPESAS POR GRANDES AGRUPAMENTOS ECONÓMICOS (2010-2011).....	50
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2011.....	54
GRÁFICO 12 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, 2011 .....	54

GRÁFICO 13 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2011 .....	56
GRÁFICO 14 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2010-2011).....	59
GRÁFICO 15 – DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES SOCIAIS, 2010-2011.....	60
GRÁFICO 16 - DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES ECONÓMICAS, 2010-2011 .....	61
GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO EM 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA .....	65
GRÁFICO 18 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2010/2011, POR DEPARTAMENTOS.....	69
GRÁFICO 19 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - VP .....	73
GRÁFICO 20 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRRH.....	76
GRÁFICO 21 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRES .....	80
GRÁFICO 22 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRT .....	83

GRÁFICO 23 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRE.....	85
GRÁFICO 24 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRF.....	88
GRÁFICO 25 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRA.....	91
GRÁFICO 26 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRAS.....	93
GRÁFICO 27 - RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2009-2010).....	99
GRÁFICO 28 – RECEITAS CORRENTES DOS SFA EM 2011 .....	102
GRÁFICO 29 – RECEITAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2011	103
GRÁFICO 30 - DESPESAS CORRENTES DOS SFA EM 2011 .....	107
GRÁFICO 31 - DESPESAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2011	109

# 1. INTRODUÇÃO

Através do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, foi aprovado pela Assembleia Legislativa da Madeira o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011 tendo o mesmo entrado em vigor no dia 1 de janeiro de 2011.

À semelhança dos anos anteriores, para a elaboração da proposta de Orçamento da Região para 2011 foi considerado o Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, a lei de enquadramento orçamental e a estrutura orgânica do Governo Regional e demais legislação aplicável.

Em 2011 foram publicados três orçamentos retificativos. O primeiro, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2011/M, de 11 de março, alterou o artigo 41.º - Transferências e apoios para entidades de direito privado, bem como o artigo 54.º - Contenção e redução de despesa no setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

O segundo orçamento retificativo, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/M, de 6 de junho, foi elaborado tendo em consideração as condições dos mercados financeiros que determinaram o reforço das garantias prestadas às instituições de crédito, no âmbito de empréstimos concedidos a empresas incluídas no setor empresarial da Região Autónoma da Madeira. Dado que esse reforço de garantias passa necessariamente pela atribuição do aval da Região, que permite a manutenção de condições financeiras mais vantajosas face às condições em vigor no mercado, foi necessário alterar o limite máximo autorizado para a concessão de avales para o ano de 2011, bem como o próprio diploma que regula a atribuição de avales. Deste modo, o segundo retificativo veio alterar alguns artigos, nomeadamente, Artigo 13.º - Avales da Região, relativo ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro; e alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/2002/M, de 23 de dezembro, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011/M, de 1 de abril, nomeadamente na redação aos artigos 4.º, 5.º, 6.º e 13.º.

Relativamente ao terceiro retificativo, aprovado através do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2011/M, de 5 de agosto, resultou da necessidade de revisão do orçamento em vigor, adequando-o às novas condicionantes e exigências, nomeadamente as resultantes da aprovação do memorando de entendimento sobre os condicionalismos específicos da política económica entre o Estado Português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, assim como das alterações ao enquadramento económico e financeiro regional. Este teve também por finalidade consolidar as medidas de contenção e permitir a continuidade de estratégia de rigor e contenção orçamental de salvaguarda dos compromissos financeiros.

Este documento veio alterar os seguintes artigos: Artigo 2.º - Categorias orçamentais; Artigo 9.º - Operações ativas do Tesouro Público Regional; Artigo 26.º - Alterações orçamentais; Artigo 41.º - Transferências e apoios para entidades de direito privado; Artigo 49.º - Procedimentos concursais e

mobilidade; Artigo 53.º - Contratos de aquisição de serviços. É também aditado o Artigo 50.º-A - Aumentos remuneratórios. Neste decreto legislativo regional foram definidos os reajustamentos dos mapas II a IX, constantes do Decreto Legislativo Regional que aprovou o Orçamento inicial para 2011, nomeadamente: Despesas por Departamentos Regionais e Capítulos – Mapa II, Despesas por Classificação Funcional - Mapa III, Despesas por Grandes Agrupamentos Económicos – Mapa IV, Receita Global dos Serviços, Institutos e Fundos Autónomos – Mapa V, Despesa Global dos Serviços, Institutos e Fundos Autónomos – Mapa VI, Despesas dos Serviços, Institutos e Fundos Autónomos por Classificação Funcional – Mapa VII, Despesas dos Serviços, Institutos e Fundos Autónomos por Grandes Agrupamentos Económicos – Mapa VIII, Programação Plurianual do Investimento por Programas, Medidas e Projetos – Mapa IX.

O ano de 2011 foi marcado pelo aprofundamento da crise dos mercados financeiros, que iniciou um ciclo de elevados constrangimentos no acesso ao crédito por parte dos agentes económicos, cujo impacto ao nível do setor público redundou no pedido de ajuda externa, através da implementação de um programa focalizado em diversas áreas estratégicas, nomeadamente o fomento da produtividade e da concorrência, o fortalecimento da política orçamental e a garantia da estabilidade do setor financeiro.

Neste contexto, e com vista à garantia da sustentabilidade das finanças públicas regionais, a Região iniciou em 2011, um processo de negociação com o Governo da República para a definição de um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, cujo fecho das negociações veio a ocorrer já no decurso do ano de 2012.

Em termos globais, a Conta da Região de 2011, adota a estrutura e a metodologia das contas apresentadas em anos anteriores, sendo dada continuidade ao processo de melhoria contínua da prestação de contas, num esforço de acatamento de recomendações que a Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas tem vindo a observar através dos sucessivos pareceres à Conta da Região.

## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### 2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL EM 2011

O cenário macroeconómico internacional alterou-se significativamente durante os últimos anos, resultado da crise financeira no setor imobiliário norte-americano e alastrou-se a outros países, nomeadamente da União Europeia, desencadeando assim a crise das dívidas soberanas, que ainda se encontra sem solução no curto prazo.

Neste panorama de incerteza, a tendência económica de médio prazo para os países do Euro não é de fácil previsão, o que está a criar nos mercados financeiros uma turbulência preocupante e uma volatilidade assinalável, fazendo com que as soluções apresentadas pelos países afetados tenham um impacto ínfimo na evolução económica e um impacto profundo nas populações, nomeadamente ao nível do desemprego.

Em 2011 a economia mundial verificou um crescimento na ordem dos 3,9%, o que comparando com o ano anterior assinala um abrandamento no crescimento económico. Este comportamento evolutivo é comum aos restantes países e áreas geográficas, em evidência no quadro seguinte, excetuando-se o caso português que em vez de uma desaceleração denota uma contração e o caso francês que revela um ligeiro aumento no crescimento económico em termos homólogos.

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL (TAXA DE VARIAÇÃO)

Designação	2008	2009	2010	2011
<b>Produto Interno Bruto</b>				
Economia mundial	2,9	-0,5	5,0	3,9
EUA	0,0	-2,6	2,9	1,7
Área euro	0,3	-4,1	1,7	1,4
Alemanha	0,7	-4,7	3,5	3,1
França	0,1	-2,5	1,5	1,7
Itália	-1,3	-5,2	1,2	0,4
Espanha	0,9	-3,7	-0,1	0,7
Portugal	0,0	-2,5	1,3	-1,6
Reino Unido	-0,1	-4,9	1,3	0,7
China	9,6	9,2	10,3	9,2

Fonte: Relatório Fundo Monetário Internacional Abril 2012

Dando um especial enfoque à área do euro, nota-se que o crescimento de 1,4% verificado em 2011, pelo conjunto de países com moeda comum tem um fator de peso, a Alemanha, com um crescimento

robusto de 3,1% e que constitui principal motor económico da região, atenuando a desaceleração do crescimento económico verificado e abre boas perspetivas em direção a uma retoma sustentável das taxas de crescimento apresentadas anteriormente à crise.

## 2.2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Em 2011 a economia portuguesa ficou indubitavelmente marcada por dois acontecimentos que distingue este ano de todos os outros: a interrupção do acesso a financiamento de mercado e o conseqüente início da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Estes condicionalismos traduziram-se numa queda de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), em consonância com a contração verificada em todas as componentes da procura interna, que por sua vez é parcialmente compensada pelo forte crescimento verificado nas exportações.

**QUADRO 2 - PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA (TAXA DE VARIAÇÃO REAL)**

Designação	2008	2009	2010	2011
Produto Interno Bruto	0,0	-2,5	1,3	-1,6
Consumo privado	1,4	-1,1	2,2	-3,9
Consumo público	0,5	3,7	1,8	-3,9
Formação Bruta de Capital Fixo	-0,3	-11,2	-5,0	-11,4
Procura interna	0,9	-2,9	0,7	-5,7
Exportações	-0,1	-11,6	8,8	7,4
Importações	2,3	-10,6	5,2	-5,5
IHPC	2,7	-0,9	1,4	0,9

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico Primavera 2012

O consumo privado verifica uma quebra significativa na ordem dos 3,9%, que pode ser explicada pelo ajustamento realizado pelas famílias no consumo, fruto das restrições ao crédito e financiamento bancário. A mesma quebra (3,9%) foi constatada no consumo público e pode ser explicada pelas mesmas razões, apontadas anteriormente no consumo privado, mas numa vertente e escala diferentes.

Nota-se que, das componentes em evidência no quadro anterior, a Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF) é a que em termos relativos mais diminuiu em termos homólogos, verificando em 2011 uma acentuada queda de 11,4%. Este comportamento pode ser explicado pela diminuição no investimento público por parte do Estado, mas também pela quebra na confiança dos empresários nacionais quanto à evolução da economia.

Em contrapartida à evolução menos favorável dos indicadores mencionados, as exportações de bens e serviços apresentaram um comportamento favorável com um crescimento anual de 7,4%, o que

associado à diminuição verificada nas importações (-5,5%) reflete uma redução significativa do défice da balança comercial.

## 2.2.1. POLÍTICA ORÇAMENTAL EM 2011

De acordo com os dados de reporte dos défices excessivos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o défice das administrações públicas em 2011, situou-se em -4,2% do PIB, significativamente abaixo do nível de 2010 (-9,8%). O rácio da dívida pública, por seu turno, regista uma evolução ascendente, atingindo próximo dos 107,8% do PIB, em 2011.

**QUADRO 3 - REPORTE DO DÉFICE E DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**

	2008 (Final)	2009 (Final)	2010 (Provisório)	2011 (Provisório)	2012 (Previsto)
<b>Capacidade/necessidade líquida de financiamento</b>					
Administrações Públicas	-6.235,60	-17.103,30	-16.950,10	-7.262,50	-7.605,10
<i>Administração Central</i>	-7.031,02	-16.151,60	-16.293,50	-7.010,90	-7.950,50
<i>Administração Local</i>	-851,70	-1.341,80	-1.441,20	-741,90	247,00
<i>Fundos de Segurança Social</i>	1.647,16	390,10	784,65	490,30	98,50
<b>Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) - valor nominal</b>	<b>123.108,40</b>	<b>139.944,50</b>	<b>161.134,90</b>	<b>184.290,90</b>	<b>189.383,00</b>
<b>Produto Interno Bruto, a preços de mercado</b>	<b>171.983,06</b>	<b>168.503,60</b>	<b>172.669,70</b>	<b>171.015,40</b>	<b>168.305,00</b>
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBpm	-3,6%	-10,2%	-9,8%	-4,2%	-4,5%
Rácio dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada no PIBpm)	71,6%	83,1%	93,3%	107,8%	112,5%

Fonte: INE, Destaque, Abril de 2012

O quadro anterior reflete a degradação das contas das Administrações Públicas (AP). Verifica-se uma inversão ao nível da evolução do deficit, que atingiu um nível máximo em termos absolutos e relativos em 2009, essencialmente devido à Administração Central. No que concerne à Administração Local essa redução ficou-se pelos 48,5%. O subsetor Fundos da Segurança Social é o único do conjunto da Administração Pública que apresenta uma capacidade de financiamento, fixando-se em 490,3 milhões de euros no ano de 2011 (provisório).

No que concerne à dívida pública, esta tem registado crescimentos sucessivos no período em apreço, atingindo 107,8% do PIB em 2011 (provisório).



## 2.3. SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA REGIONAL

Após a recessão evidenciada em 2009, a maior da última década, com o PIB regional a atingir os -2,7%, a RAM volta a pautar-se em 2010 por valores positivos no crescimento anual do seu Produto Interno Bruto (1,7%). Ao atingir os 5.225 milhões de euros o PIB regional indica-nos que cada pessoa produziu este ano em média 21.100 euros para a economia madeirense, o que, tendo em conta o índice de disparidade relativamente à média nacional representa 130 pontos, ou seja, 30% acima da média nacional, verificando-se contudo, uma ligeira diminuição na diferença relativamente ao todo nacional.

QUADRO 4 – COESÃO REGIONAL

Designação	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010p
<b>PIB</b>	(10 <sup>6</sup> Euro)	4.315	4.444	4.946	5.047	5.280	5.140	5.225
	Taxa variação	7,7%	3,0%	11,3%	2,0%	4,6%	-2,7%	1,7%
<b>PIB per capita</b>	(Euro)	17,7	18,2	20,2	20,5	21,4	20,8	21,1
	Taxa variação	7,0%	2,5%	11,0%	1,7%	4,3%	-2,7%	1,6%
Índice de disparidade do PIB per capita RAM, em relação à Média Nacional	(PT=100)	125	124	133	128	132	131	130
Índice de disparidade do PIB per capita PPP RAM, em relação à Média UE15	(UE15=100)	90	92	98	95	98	101	101
Índice de disparidade do PIB per capita PPP RAM, em relação à Média UE27	(UE27=100)	96	99	105	101	103	105	105

Fonte: INE, Contas Regionais Base 2006, 2010P

O QUADRO 4 apresenta, para o período compreendido de 2004 a 2010, os valores do Produto Interno Bruto regional a preços de mercado *per capita* (PIB pm), as respetivas taxas de crescimento nominais e índices de disparidade em relação à média nacional e comunitária.

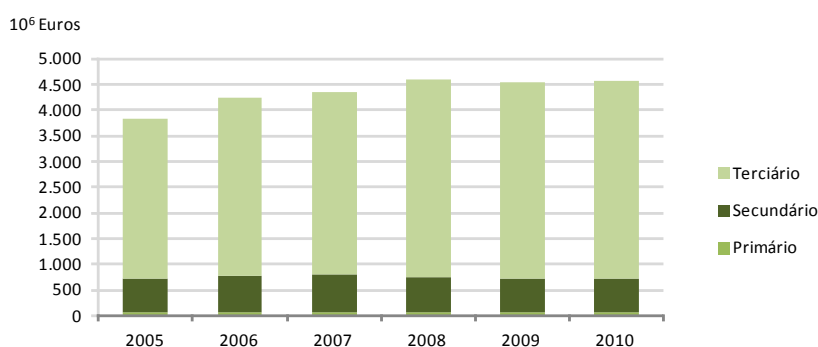
QUADRO 5 – RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DA RAM

Designação	Unidade	2006	2007	2008	2009
<b>Rendimento Primário Bruto das famílias</b>	(10 <sup>6</sup> Euro)	2.701	2.745	2.993	2.871
Índice de Rendimento Primário p.c. RAM/Média Nacional	(PT=100)	103	101	105	103
<b>Rendimento Disponível Bruto das famílias</b>	(10 <sup>6</sup> Euro)	2.756	2.790	3.124	2.977
Índice de Rendimento Disponível p.c. RAM/Média Nacional	(PT=100)	108	104	111	107
Peso do Rendimento Disponível no Rendimento Primário	(%)	102,0	101,6	104,3	103,7

Fonte: INE, Contas Regionais, base 2006, 1995 - 2010P

O quadro anterior indica-nos o nível da distribuição do rendimento pelas famílias. Podemos verificar que houve um crescimento significativo nos últimos anos, quer para o Rendimento Disponível (RD), quer para o Rendimento Primário (RP). Esta situação inverteu-se em 2009, onde o Rendimento Primário Bruto das Famílias apresentou um crescimento negativo na ordem dos 4,1%, ou seja, este rendimento no seu global foi inferior em 122 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Já no que toca ao Rendimento Disponível Bruto das Famílias, a queda verificada em 2009 ascendeu aos 4,7% relativamente ao ano anterior.

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DO VAB, POR SETORES



Fonte: INE, Contas Regionais, base 2006, 1995 - 2010

A evolução do VAB por setores de atividade está expressa no gráfico seguinte, e compreende o período entre 2005 e 2010. Verifica-se uma tendência crescente do setor terciário até 2008, enquanto os setores secundário e primário não apresentam alterações - o que denota que o atual período recessivo tem afetado essencialmente o setor terciário, devido ao facto de este estar mais exposto à crise internacional.

No entanto, as atividades mais produtivas em termos de riqueza continuam a ser as relacionadas com o setor dos serviços, cujo peso conjunto para a série reportada é superior a 80%. A RAM figurou como uma das regiões do país com maior aplicação de recursos na realização de investimento (QUADRO 6).

QUADRO 6 – TAXA DE INVESTIMENTO APARENTE (FBCF / VAB)

Designação	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>VAB</b>	(10 <sup>6</sup> Euro)	3.767	3.842	4.254	4.358	4.584	4.536	4.572
	Taxa variação	7,7%	2,0%	10,7%	2,5%	5,2%	-1,1%	0,8%
<b>Peso VAB RAM/PT</b>	(%)	2,9%	2,9%	3,1%	3,0%	3,1%	3,1%	3,0%
<b>Formação bruta de capital fixo</b>	(10 <sup>6</sup> Euro)	1.538	1.532	1.124	1.027	1.112	*	*
	Taxa variação	39,8%	-0,4%	-26,6%	-8,6%	8,3%	*	*
<b>Peso FBCF RAM/PT</b>	(%)	4,4%	4,3%	3,1%	2,7%	2,9%	*	*
<b>Taxa de investimento aparente (FBCF/VAB)</b>	(%)	41%	40%	26%	24%	24%	*	*

Fonte: INE, Contas Regionais Base 2006, 1995 - 2010P

\* Dados não divulgados à data da elaboração do presente relatório

Após um ano em que o Valor Acrescentado Bruto da Região pautou-se por uma ligeira queda, em 2010 este indicador é positivo em termos de crescimento homólogo, com um ligeiro crescimento de 0,8%. Será também de assinalar que o peso do VAB da RAM em relação ao do País perdeu 0,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, situando-se agora nos 3%.

QUADRO 7 – ESTATÍSTICAS DO EMPREGO DA RAM

Designação	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>População total</b>	(N.º pessoas)	244.376	245.740	246.217	246.228	247.675	247.552	247.724
	Taxa variação	0,2%	0,6%	0,2%	0,0%	0,6%	0,0%	0,1%
<b>População activa</b>	(N.º pessoas)	122.696	123.984	124.907	126.059	128.382	129.390	130.226
	Taxa variação	4,9%	1,0%	0,7%	0,9%	1,8%	0,8%	0,6%
<b>População empregada</b>	(N.º pessoas)	117.123	117.303	116.463	118.499	118.657	119.775	112.252
	Taxa variação	3,2%	0,2%	-0,7%	1,7%	0,1%	0,9%	-6,3%
<b>Taxa de actividade</b>	(percentagem)	50,2	50,5	50,7	51,2	51,8	52,3	52,6
<b>Taxa de desemprego</b>	(percentagem)	4,5	5,4	6,8	6,0	7,6	7,4	13,8

Fonte: INE, Contas Regionais Base 2006, 1995 - 2010P

Relativamente ao Emprego verifica-se que a população activa da RAM tem vindo a aumentar atingindo o seu máximo no ano de 2011 (Vd. QUADRO 7), apesar de em termos de crescimento relativo ter abrandado em relação ao ano de 2010. Em 2011 verifica-se um aumento da taxa de desemprego para níveis históricos, atingindo os 13,8%.

No que refere-se à população empregada, em 2011 registou-se uma quebra de 6,3%, o que em termos absolutos corresponde a menos 7.523 empregos do que em 2010, resultado da conjuntura de crise económica que agravou-se durante o ano em apreço. A taxa de actividade sofreu um ligeiro aumento na ordem dos 0,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

QUADRO 8 – PREÇOS E SALÁRIOS

Designação	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Taxa de inflação</b>	(percentagem)	2,7	2,6	1,4	2,8	-1,4	2,0	3,4
<b>Remunerações</b>	(10 <sup>6</sup> Euro)	1.921	1.990	2.015	2.121	2.138	*	*
	Taxa variação	4,5%	3,6%	1,3%	5,2%	0,8%	*	*
<b>VAB por pessoa empregada</b>	(milhares de euros)	32,80	36,26	37,42	38,69	38,23	38,17	*
	Taxa variação	-1,2%	10,5%	3,2%	3,4%	-1,2%	-0,1%	*
<b>Índice Produtividade RAM/Média Nacional</b>	(PT=100)	120	128	125	130	128	*	*

Fonte: INE, Contas Regionais Base 2006, 1995 - 2010P

\* Dados não divulgados à data da elaboração à presente data.

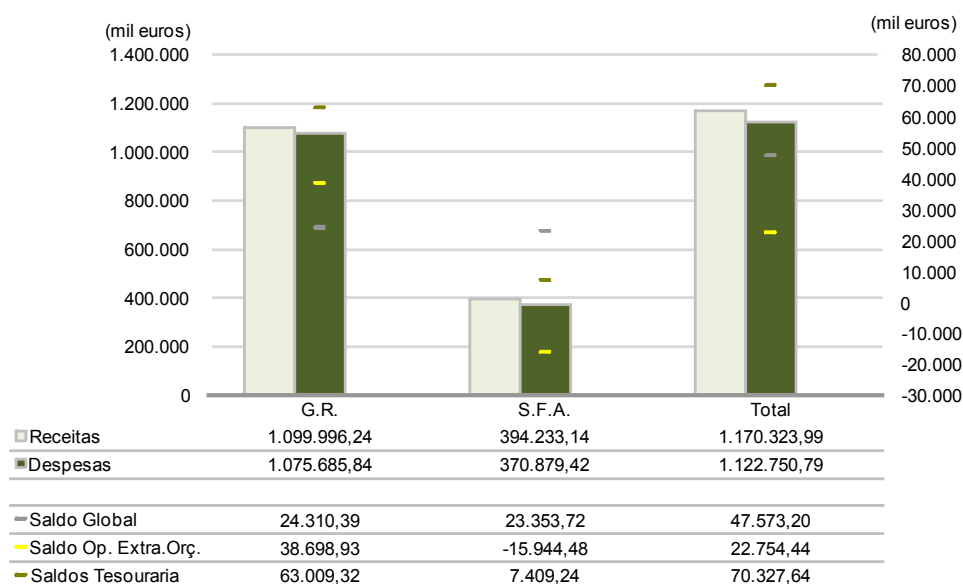
Em 2011, verifica-se um aumento do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com a taxa de variação média anual a fixar-se nos 3,4%, conforme os dados constantes do quadro seguinte. No ano anterior, o IPC tinha apresentado um crescimento na ordem dos 2%. No que refere-se ao VAB por pessoa empregada, o ano 2010 registou uma ligeira diminuição de 0,1%, situando deste modo, o VAB regional por pessoa empregada nos 38.170 euros.

## 3. CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

### 3.1. ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Nos GRÁFICO 2 e QUADRO 9 apresentamos o resumo da conta consolidada da administração pública regional (Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos), do ano económico de 2011.

GRÁFICO 2 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2011



Verifica-se que em 2011 o *saldo global* da conta consolidada de acordo com ótica da contabilidade pública ascendeu a 47,6 milhões de euros, para o qual contribuíram os serviços afetos ao Governo Regional com 24,3 milhões de euros e os serviços e fundos autónomos com 23,4 milhões de euros. Acrescendo a este valor o *saldo de operações extraorçamentais*, no montante de cerca de 22,8 milhões de euros, obtém-se um *saldo global de tesouraria* no valor de 70,3 milhões de euros.

As receitas e as despesas totais consolidadas totalizaram 1.170,3 milhões de euros e 1.122,8 milhões de euros, respetivamente. Tal como nos anos anteriores, estas verbas estiveram, maioritariamente, afetas ao Governo Regional.

## QUADRO 9 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2011

(euros)

Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos	Total
<b>1. Receitas correntes</b>	<b>974.308.968,55</b>	<b>353.322.141,40</b>	<b>1.014.954.226,54</b>
1.1. Impostos directos	258.382.572,69	418.021,23	258.800.593,92
1.2. Impostos indirectos	408.307.390,66	48.894,37	408.356.285,03
1.3. Transferências correntes	255.217.129,42	343.107.271,83	285.647.517,84
1.3.1. Administrações públicas	253.194.184,27	317.747.966,31	258.265.267,17
1.3.2. Comunidades Europeias	2.008.084,56	25.341.340,00	27.349.424,56
1.3.3. Outras transferências	14.860,59	17.965,52	32.826,11
1.4. Outras receitas correntes	52.401.875,78	9.747.953,97	62.149.829,75
<b>2. Despesas correntes</b>	<b>908.865.305,48</b>	<b>349.211.815,60</b>	<b>945.402.729,39</b>
2.1. Pessoal	356.116.162,50	33.900.772,07	390.016.934,57
2.2. Aquisição de bens e serviços	103.146.059,95	76.635.565,05	179.781.625,00
2.3. Transferências correntes	371.781.882,12	228.416.972,83	287.524.463,26
2.3.1. Administrações públicas	312.665.099,76	531.518,04	522.226,11
2.3.2. Outras transferências	59.116.782,36	227.885.454,79	287.002.237,15
2.4. Outras despesas correntes	77.821.200,91	10.258.505,65	88.079.706,56
<b>3. Saldo corrente (3)=(1)-(2)</b>	<b>65.443.663,07</b>	<b>4.110.325,80</b>	<b>69.551.497,15</b>
<b>4. Receitas de capital</b>	<b>124.711.765,83</b>	<b>40.879.734,74</b>	<b>154.362.991,14</b>
4.1. Transferências de capital	50.801.358,18	24.898.930,70	64.471.779,45
4.1.1. Administrações públicas	8.499.184,16	15.499.610,72	12.770.285,45
4.1.2. Comunidades Europeias	42.264.958,51	9.398.319,98	51.663.278,49
4.1.3. Outras transferências	37.215,51	1.000,00	38.215,51
4.2. Outras receitas de capital	73.910.407,65	15.980.804,04	89.891.211,69
<b>5. Despesas de capital</b>	<b>166.820.539,37</b>	<b>21.667.605,38</b>	<b>177.348.061,83</b>
5.1. Aquisição de bens de capital	91.357.940,85	3.269.059,87	94.627.000,72
5.2. Transferências de capital	25.343.986,84	15.908.003,41	30.111.907,33
5.2.1. Administrações públicas	15.913.568,35	199.093,17	4.972.578,60
5.2.2. Outras transferências	9.430.418,49	15.708.910,24	25.139.328,73
5.3. Outras despesas de capital	50.118.611,68	2.490.542,10	52.609.153,78
<b>6. Saldo capital (6)=(4)-(5)</b>	<b>- 42.108.773,54</b>	<b>19.212.129,36</b>	<b>- 22.985.070,69</b>
7. Reposições não abatidas nos pagamentos	975.501,61	31.268,74	1.006.770,35
<b>8. Saldo global (8)=(3)+(6)+(7)</b>	<b>24.310.391,14</b>	<b>23.353.723,90</b>	<b>47.573.196,81</b>
<b>9. Saldo de operações extra-orçamentais</b>	<b>38.698.925,57</b>	<b>- 15.944.480,87</b>	<b>22.754.444,70</b>
<b>10. Saldos de tesouraria</b>	<b>63.009.316,71</b>	<b>7.409.243,03</b>	<b>70.327.641,51</b>

Do quadro anterior conclui-se que as receitas correntes consolidadas ascenderam a 1.015,0 milhões de euros e representam cerca de 86,7% das receitas totais de 2011. Será de salientar o maior peso relativo das cobranças de *impostos directos* e dos *impostos indirectos*, que representam 65,7% das receitas correntes. Seguiram-se as *Transferências correntes* com 285,6 milhões de euros e as *outras receitas correntes* com 62,1 milhões de euros. No que concerne à receita de capital consolidada, totalizou 154,4 milhões de euros, i.e., 13,2% do total arrecadado em 2011.

Ao nível da despesa, a de natureza corrente perfez os 945,4 milhões de euros (84,2% do total). Destas, destacam-se as *Despesas com o pessoal*, a *Aquisição de bens e serviços* e as *Transferências correntes*, que totalizaram 90,7% das despesas correntes. As despesas de capital consolidadas ascenderam a 177,3 milhões de euros, dos quais 94,6 milhões de euros estiveram afetos à *Aquisição de bens de capital* e 30,1 milhões de euros às *Transferências de capital*.

O QUADRO 10 evidencia comparação dos dados da conta consolidada de 2011 com a de 2010. Verificamos que o saldo de tesouraria diminuiu 5,8% e o saldo global 16,5%. Em termos totais, de

2010 para 2011, verificamos que ocorreram diminuições em quase todos os agrupamentos da receita e da despesa. A exceção foram as receitas correntes, que registaram um acréscimo de 3,5%.

**QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2010 – 2011)**

(milhões de euros)

Designação	2010			2011			Variação 2010/2011		
	Governo Regional	SFA	Total	Governo Regional	SFA	Total	Governo Regional	SFA	Total
1. Receitas correntes	938,9	353,0	980,6	974,3	353,3	1.015,0	3,8%	0,1%	3,5%
2. Receitas de capital	274,6	63,5	314,6	124,7	40,9	154,4	-54,6%	-35,6%	-50,9%
<b>3. Receitas totais</b>	<b>1.213,5</b>	<b>416,5</b>	<b>1.295,2</b>	<b>1.099,0</b>	<b>394,2</b>	<b>1.169,3</b>	<b>-9,4%</b>	<b>-5,3%</b>	<b>-9,7%</b>
4. Despesas correntes	957,1	350,0	995,7	908,9	349,2	945,4	-5,0%	-0,2%	-5,1%
5. Despesas de capital	237,7	33,4	247,2	166,8	21,7	177,3	-29,8%	-35,1%	-28,3%
<b>6. Despesas totais</b>	<b>1.194,8</b>	<b>383,4</b>	<b>1.242,9</b>	<b>1.075,7</b>	<b>370,9</b>	<b>1.122,8</b>	<b>-10,0%</b>	<b>-3,3%</b>	<b>-9,7%</b>
7. Saldo corrente (7)=(1)-(4)	- 18,1	3,0	- 15,1	65,4	4,1	69,6	-460,6%	36,1%	-560,0%
8. Saldo capital (8)=(2)-(5)	36,9	30,1	67,3	- 42,1	19,2	- 23,0	-214,1%	-36,2%	-134,1%
9. Reposições não abatidas nos pagamentos	4,3	0,5	4,8	1,0	0,0	1,0	-77,2%	-93,7%	-78,9%
<b>10. Saldo global (10)=(7)+(8)+(9)</b>	<b>23,0</b>	<b>33,6</b>	<b>57,0</b>	<b>24,3</b>	<b>23,4</b>	<b>47,6</b>	<b>5,5%</b>	<b>-30,5%</b>	<b>-16,5%</b>
11. Saldo de operações extra-orçamentais	0,3	17,4	17,7	38,7	- 15,9	22,8	15303,2%	-191,4%	28,6%
12. Saldos de tesouraria	23,3	51,1	74,7	63,0	7,4	70,3	170,6%	-85,5%	-5,8%

No QUADRO 11 é apresentada a distribuição da despesa por classificação funcional. Constatamos que a despesa consolidada registada ao nível das *Funções sociais* representa maior peso relativo na estrutura de custos (68,5%). Seguidamente, as *Funções económicas*, as *Outras funções* (onde se incluem as *Operações da dívida pública*) e as *Funções gerais de soberania* foram responsáveis por 18,9%, 7,1% e 5,5% do total da despesa.

**QUADRO 11 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2011**

(Euros)

Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos	Total
1 Funções gerais de soberania:	<b>58.082.952,39</b>	<b>23.022.436,70</b>	<b>61.393.842,32</b>
1.1 Serviços gerais de administração pública	48.742.897,62	20.391.205,71	52.109.078,33
1.2 Defesa nacional	-	-	-
1.3 Segurança e ordem públicas	9.340.054,77	2.631.230,99	9.284.763,99
2 Funções sociais:	<b>744.076.956,65</b>	<b>314.095.643,81</b>	<b>768.646.603,96</b>
2.1 Educação	348.148.625,28	27.302.819,49	368.811.347,69
2.2 Saúde	266.560.674,25	261.613.137,64	266.915.299,19
2.3 Segurança e acção sociais	-	-	-
2.4 Habitação e serviços colectivos	91.729.134,51	1.851.340,89	93.468.594,49
2.5 Serviços culturais, recreativos e religiosos	37.638.522,61	23.328.345,79	39.451.362,59
3 Funções económicas:	<b>193.369.371,78</b>	<b>33.761.340,47</b>	<b>212.551.289,19</b>
3.1 Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	40.243.765,32	4.900.704,22	40.095.158,59
3.2 Indústria e energia	1.600.683,20	-	1.600.683,20
3.3 Transportes e comunicações	113.644.961,07	1.590.082,76	113.949.277,90
3.4 Comércio e turismo	27.081.126,18	15.003.376,01	36.537.435,49
3.5 Outras funções económicas	10.798.836,01	12.267.177,48	20.371.225,73
4 Outras funções:	<b>80.156.564,03</b>	-	<b>80.156.564,03</b>
4.1 Operações da dívida pública	80.156.564,03	-	80.156.564,03
4.2 Transferências entre administrações	-	-	-
4.3 Diversas não especificadas	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.075.685.844,85</b>	<b>370.879.420,98</b>	<b>1.122.750.791,22</b>

Da análise por subfunções conclui-se que, à semelhança de anos anteriores, sobressai o peso das despesas com a *Educação* e com a *Saúde*. Com efeito, as despesas em apreço representam mais de metade da despesa consolidada do Governo Regional (56,6%).

Nas *Funções económicas*, destacam-se as despesas com os *Transportes e comunicações* (113,9 milhões de euros), com a *Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca* (40,1 milhões de euros) e com o *Comércio e turismo* (36,5 milhões de euros).

Por classificação orgânica, a distribuição da despesa consolidada é a que se apresenta no QUADRO 12.

**QUADRO 12 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, 2011**

(Euros)			
Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos	Total
Assembleia Legislativa da Madeira	14.389.596,00	15.383.747,38	15.383.747,38
Presidência do Governo Regional	1.211.487,41	-	1.211.487,41
Vice-Presidência do Governo Regional	30.109.234,66	15.913.165,00	40.118.130,96
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	12.274.792,39	12.267.177,48	21.847.182,11
Secretaria Regional do Equipamento Social	161.791.020,14	1.590.082,76	162.095.336,97
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	19.742.836,32	-	19.742.836,32
Secretaria Regional de Educação e Cultura	367.221.517,33	50.631.165,28	389.697.079,72
Secretaria Regional do Plano e Finanças	137.006.004,86	4.097.669,34	138.825.447,20
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	62.919.746,41	6.752.045,11	64.510.599,66
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	269.019.609,33	264.244.368,63	269.318.943,49
	<b>1.075.685.844,85</b>	<b>370.879.420,98</b>	<b>1.122.750.791,22</b>

As despesas foram mais significativas na Secretaria Regional de Educação e Cultura (34,7% do total), na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (24,0% do total), na Secretaria Regional do Equipamento Social (14,4% do total) e na Secretaria Regional do Plano e Finanças (14,4% do total). Nos demais departamentos do Governo Regional, as verbas despendidas foram menos relevantes, dos quais serão de destacar a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 64,5 milhões de euros e a Vice-Presidência do Governo Regional com 40,1 milhões de euros.

## 3.2. ÓTICA DA CONTABILIDADE NACIONAL

Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) apresentou ao Grupo de Trabalho, formado por técnicos do Instituto Nacional de Estatística, do Departamento de Estatísticas do Banco de Portugal e da Direção Geral do Orçamento, a estimativa da Conta da Administração Pública Regional de 2011 na ótica da Contabilidade Nacional, para a notificação de março de 2012 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), de acordo com a metodologia do SEC 95 e do Manual do Défice e da Dívida aprovado pelo Eurostat.

QUADRO 13 - CONTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL – 2011

(mil euros)	
Descrição	Administração Pública Regional
1. Impostos sobre a Produção e Importação	415.082
2. Impostos correntes sobre Rendimento e Património	264.150
3. Contribuições para Fundos da Segurança Social	101.899
das quais: Contribuições Sociais Efectivas	6.309
4. Vendas	48.618
5. Outra Receita Corrente	101.351
6. Total das Receitas Correntes (1+2+3+4+5)	931.100
7. Consumo Intermédio	238.701
8. Despesas com pessoal	440.511
9. Prestações Sociais	496.079
das quais: em espécie	400.487
10. Juros	36.781
11. Subsídios	81.367
12. Outra Despesa Corrente	251.751
13. Total das Despesas Correntes (7+8+9+10+11+12)	1.545.190
14. Poupanças Bruta ('6-13)	-614.090
15. Transferências de Capital Receita	315.940
16. Total Receita ('6+15)	1.247.040
17. Formação Bruta Capital Fixo	403.831
18. Outra Despesa Capital	423.126
19. Total Despesa Capital (17+18)'	826.957
20. Total Despesa (13+19)'	2.372.147
21. <b>Capacidade(+) / Necessidade(-) Financiamento Líquido (16-20)'</b>	<b>-1.125.107</b>
Consumo Final das Administrações Públicas	1.126.830
Saldo Primário	-1.161.888
Carga Fiscal (Impostos+Prestações Efectivas+Imp Suc e Doaç)	685.541

Fonte: INE/DREM, Procedimentos dos Défices Excessivos de Março 2012.

Nota: A conta das Administrações Públicas (AP) foi compilada de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95) e das orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das AP. Incorpora ainda um conjunto de alterações subjacentes às discussões decorrentes das visitas diálogo do EUROSTAT em 2011, no âmbito do exercício do Procedimento dos Défices Excessivos.

A passagem da contabilidade pública para a contabilidade nacional é determinada pelos ajustamentos necessários devido às diferenças metodológicas e às diferenças de consolidação.



A realização destes ajustamentos decorre da aplicação das regras de contabilização do registo das operações, previstas no SEC 95, muito em particular o princípio da especialização económica (“*Accrual*”). De acordo com este princípio, o registo das operações efetua-se no momento em que o valor económico, os direitos ou as obrigações, são criados, transformados ou extintos, e não no momento em que as mesmas são recebidas ou pagas, tal como a contabilidade base-caixa as regista.

Os ajustamentos que explicam a passagem das contas das Administrações Públicas na ótica das Contas Públicas à ótica das Contas Nacionais assumem natureza diversa, identificando-se neste domínio aqueles que resultam:

- Do efeito do registo segundo a especialização do exercício;
- Do ajustamento de diferenças de universo a considerar;
- Outros ajustamentos com impacto no saldo não tipificáveis nas categorias anteriores, onde se incluem reclassificações de operações de receita e despesa.

A estimativa do saldo da conta da Administração Pública Regional, na ótica da contabilidade nacional, em 2011, apurada na notificação do PDE de março de 2012, é de -1.125.107 mil euros.

O quadro 2 da notificação do PDE de março de 2012 evidencia os ajustamentos fundamentais entre a contabilidade pública e a contabilidade nacional.

**QUADRO 14 - QUADROS 2 DA NOTIFICAÇÃO DO PDE DE MARÇO 2012**

Data: 14 / 03 / 2012	(mil euros)
Descrição	Administração Pública Regional
<b>Saldo Global incluindo Ativos Financeiros (Ótica da Contabilidade Pública)</b>	<b>3.454,3</b>
Operações Financeiras consideradas no Saldo Global incluindo Ativos Financeiros	<b>7.605,2</b>
Empréstimos, concedidos (+) / amortizações (-)	3.977,6
Ações e outras participações e unidades de participação, Aquisição (+) / Alienação (-)	3.627,6
Outras operações financeiras (+/-)	0,0
Outras contas a receber (+)	<b>0,0</b>
Outras contas a pagar (-)	<b>-822.464,1</b>
Diferença entre juros pagos (+) e juros vencidos (EDP D.41) (-)	<b>0,0</b>
Necessidade (-) Capacidade Líquida de Financiamento (+) de outras entidades reclassificadas	<b>-37.327,9</b>
Empresas Públicas incluídas no perímetro da Administração Pública	-37.327,9
Outros ajustamentos (+/-)	<b>-276.374,6</b>
Operações reclassificadas como despesa não financeira	-276.488,4
Prémios brutos de seguros	113,8
<b>Necessidade (-) / Capacidade líquida de financiamento (+) (B.9)</b>	<b>-1.125.107,0</b>

Fonte: INE, Procedimento dos Défices Excessivos de março de 2012.

Ao saldo na ótica da Contabilidade Pública, foram introduzidos os seguintes ajustamentos, com vista à determinação da Necessidade/ capacidade líquida de financiamento (B.9) do ano económico em apreço:

### **Ajustamentos de Especialização do Exercício**

A rubrica “Outras contas a pagar” apresenta um impacto negativo sobre o saldo da Administração Pública Regional em cerca de 822.464 mil euros, sendo este montante, o saldo apurado entre despesas pagas de anos anteriores e despesas vencidas e não pagas.

### **Ajustamentos de Universo**

No que respeita à Administração Pública Regional, a expressão dos ajustamentos de universo, teve um contributo negativo de 37.328 mil euros, das empresas públicas não mercantis incluídas no perímetro.

### **Outros ajustamentos**

Em 2011, o conjunto de outros ajustamentos, não tipificáveis atingiram o montante de -276.375 mil euros, com impacto no saldo da Administração Pública Regional.

Destes ajustamentos destacam-se:

- i) Contratos-programa celebrados entre a RAM, através do IDRAM, com várias entidades desportivas para subsidiarem a construção de infraestruturas desportivas. Ocorreu a reprogramação dos contratos-programa, referentes a 2011-2025, Resolução n.º 1656/2010 de 31 de dezembro.
- ii) Contratos-programa celebrados entre o IDRAM e diversas instituições desportivas, que são compromissos assumidos e não contratualizados, devido ao desfasamento temporal da sua celebração.
- iii) Indemnizações compensatórias atribuídas a empresas de transportes, habitação e abate de animais, que são compromissos assumidos e não estavam contratualizados.
- iv) Contrato-programa celebrado entre o GR e a SESARAM, que foram considerados em virtude do desfasamento temporal na sua celebração e que não estavam registados na sua totalidade nos EANP.
- v) Reclassificação de empréstimos, que por se destinarem a entidades cujos resultados da sua atividade refletem uma situação recorrente de prejuízos, são tratados como uma injeção de capital. Assim nestas circunstâncias, os apoios realizados sob a forma de empréstimos são considerados na ótica da contabilidade nacional, uma transferência de capital, implicando a sua reclassificação, de ativos financeiros para despesa não financeira.

## 4. RESULTADO DA CONTA

O QUADRO 15 mostra a evolução do resultado da Conta da Região no período 2009-2011. Apesar de, à semelhança dos anos anteriores em análise, as despesas efetivas superarem as receitas efetivas cobradas, em 2011 essa diferença foi quase nula, originando na conta da Administração Pública Regional um défice na ótica da contabilidade pública, de apenas 4,4 milhões de euros, um resultado que é inferior em 95% relativamente ao do ano anterior.

QUADRO 15 - RESULTADO DA CONTA DA RAM (2009-2011)

	(mil euros)				
Designação	2009	2010	2011	Varição 2009/2010	Varição 2010/2011
<b>Execução orçamental</b>					
<b>Receitas efetivas (a)</b>	<b>915.077,6</b>	<b>1.054.611,3</b>	<b>1.027.577,3</b>	<b>15,2%</b>	<b>-2,6%</b>
Correntes	861.629,0	938.908,9	974.309,0	9,0%	3,8%
De capital	52.012,8	111.432,7	52.292,9	114,2%	-53,1%
Reposições não abatidas	1.435,8	4.269,6	975,5	197,4%	-77,2%
<b>Despesas efetivas (b)</b>	<b>1.028.196,9</b>	<b>1.142.733,9</b>	<b>1.031.944,9</b>	<b>11,1%</b>	<b>-9,7%</b>
Correntes	886.456,5	957.058,3	908.865,3	8,0%	-5,0%
De capital	141.740,4	185.675,6	123.079,6	31,0%	-33,7%
<b>Défice da Conta da Região</b>	<b>113.119,3</b>	<b>88.122,6</b>	<b>4.367,5</b>	<b>-22,1%</b>	<b>-95,0%</b>
<b>Encargos correntes da dívida</b>	<b>42.200,3</b>	<b>29.632,4</b>	<b>36.415,6</b>	<b>-29,8%</b>	<b>22,9%</b>
<b>Saldo primário com activos</b>	<b>- 70.919,0</b>	<b>- 58.490,3</b>	<b>32.048,1</b>	<b>-17,5%</b>	<b>-154,8%</b>
<b>Amortizações da dívida pública e outros passivos</b>	<b>31.088,6</b>	<b>52.034,6</b>	<b>43.741,0</b>	<b>67,4%</b>	<b>-15,9%</b>
<b>Necessidades de financiamento (Brutas)</b>	<b>144.207,9</b>	<b>140.157,3</b>	<b>48.108,5</b>	<b>-2,8%</b>	<b>-65,7%</b>
<b>Situação de tesouraria</b>					
Disponibilidades de tesouraria:					
Saldo inicial	17.139,6	18.774,4	23.286,1	9,5%	24,0%
Produto da aplicação de empréstimos					
Internos	109.800,0	146.800,0	49.384,1	33,7%	-66,4%
Externos	50.000,0	-	-		
Operações extra-orçamentais	- 13.957,3	- 2.131,1	38.447,7	-84,7%	-1904,1%
Disponibilidades de tesouraria:					
<b>Saldo final</b>	<b>18.774,4</b>	<b>23.286,1</b>	<b>63.009,3</b>	<b>24,0%</b>	<b>170,6%</b>

(a) Não inclui a utilização do produto da emissão de empréstimos.

(b) Não inclui os encargos com a amortização da dívida pública.

Em termos da cobrança líquida de receitas efetivas o montante em 2011 ascendeu a 1 027,6 milhões de euros, refletindo uma ligeira diminuição de 2,6% em relação a 2010 e distribuiu-se pelas *Receitas correntes* com 974,3 milhões de euros, pelas *Receitas de capital* com 52,3 milhões de euros e pelas

*Reposições não abatidas nos pagamentos* com 1 milhão de euros. De referir ainda que as receitas correntes em 2011 aumentaram 3,8%.

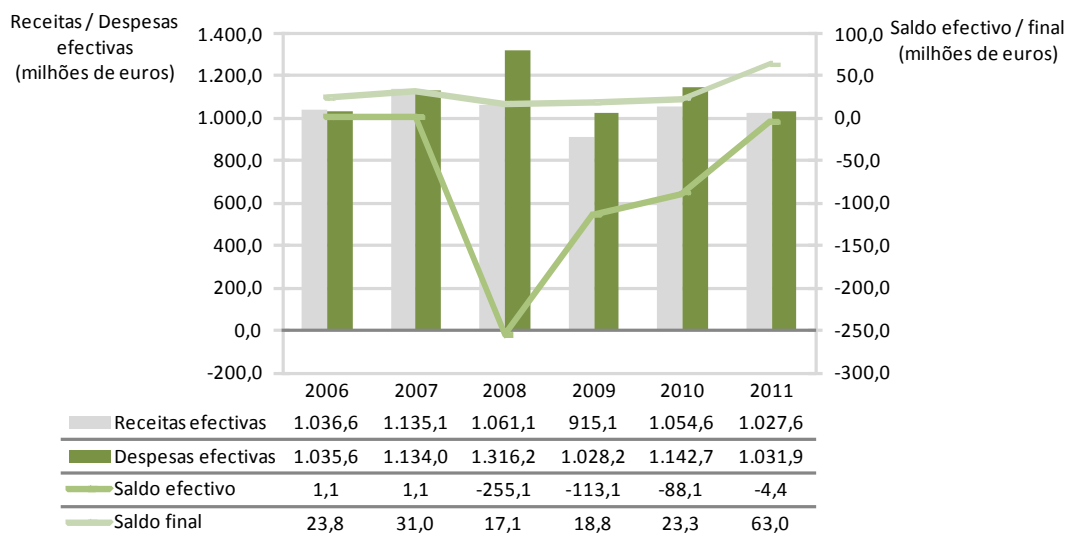
No que concerne às despesas efetivas, constata-se desde logo que ascenderam a 1.031,9 milhões de euros, o que revela uma diminuição de 9,7% em relação ao ano anterior. Dentro das despesas efetivas destaca-se os 908,9 milhões de euros incluídos nas despesas correntes, uma diminuição de 5% em relação ao ano anterior e os 123,1 milhões de euros em despesas de capital, menos um terço gasto em relação ao ano anterior.

Excluindo os *Encargos correntes da dívida*, o saldo primário em 2011, ascende a 32,0 milhões de euros. Do mesmo modo, considerando as *Amortizações da dívida pública* e *Outros passivos*, as *Necessidades brutas de financiamento* ascenderam a 48,1 milhões de euros, o que reflete uma diminuição homóloga de 65,7%.

Em relação ao saldo líquido das operações extraorçamentais realizadas em 2011, verifica-se pelo quadro anterior que este ascendeu a 38,4 milhões de euros e está afeto a *Recursos próprios de terceiros* e a *Outras operações de tesouraria*.

O saldo final de tesouraria é positivo em 63,0 milhões de euros, o que representa um incremento de 170,6% em relação ao saldo registado em 2010.

**GRÁFICO 3 - RESULTADO DA CONTA DA RAM**



O GRÁFICO 3 ilustra a evolução do resultado da conta da Região no período 2006-2011.

## 5. INTEMPÉRIE DE 20 FEVEREIRO 2010

A intempérie de 20 de fevereiro de 2010, além das lamentáveis perdas humanas, originou elevados prejuízos materiais, nomeadamente a destruição de numerosas infraestruturas, originando, conseqüentemente, novas necessidades orçamentais.

Com base no Estudo de Avaliação do Risco de Aluviões na Ilha da Madeira, foram definidas as linhas de orientação estratégica no sentido de evitar a ocorrência de fenómenos semelhantes aos de fevereiro de 2010.

A estratégia definida compôs-se pelas seguintes ações:

- Diminuição da produção do material sólido – Tem por objetivo diminuir o volume total de material sólido produzido pelos processos de erosão hídrica e movimentos de massa nas vertentes e pela erosão fluvial nos fundos e margens dos leitos das ribeiras. Esta ação processar-se-á nas cabeceiras das ribeiras e nas encostas e leitos de ribeiras;
- Retenção e Controlo do Transporte Fluvial de Material Sólido – Esta ação desenvolver-se-á ao nível das principais ribeiras e das linhas de água de pequena e média dimensão com o intuito de criar e manter condições de escoamento que promovam a deposição do material sólido, em locais adequados, a montante de zonas sensíveis ou críticas de ocupação;
- Atenuação da Vulnerabilidade das Áreas Expostas – Tem por objetivo evitar ou mitigar potenciais danos de áreas sensíveis ao risco dos aluviões/inundações, designadamente nas zonas terminais das ribeiras, em zonas urbanas concentradas e de atividade económica. O desenvolvimento desta ação ocorrerá nas secções de ribeiras em zonas urbanas e de atividade económica, nas zonas de instabilidade geotécnica e em vias de comunicação;
- Controlo da Exposição ao Risco – com o intuito de mitigar a exposição ao risco de pessoas e bens, através de medidas passíveis de prevenção em zonas urbanas e de expansão urbanística e em zonas de atividade económica;
- Previsão e Aviso – Sistema Estruturado de Previsão e Proteção;
- Formação e Informação ao Público.

Em 16 de junho de 2010 foi publicada a Lei Orgânica n.º 2/2010, denominada “Lei de Meios”, que determinou as formas de financiamento extraordinário da Região Autónoma da Madeira, no quadro da cooperação entre o Governo da República e o Governo Regional. Esta lei, com um período de vigência inicial até 31 de dezembro de 2013, prevê uma comparticipação a favor da Região Autónoma da Madeira na ordem dos 740 milhões de euros (68,5% do total) distribuídos da seguinte forma:

- Transferências do OE: 200 milhões de euros (50 milhões de euros por ano), 18,5%;

- Transferências Fundo de Coesão: 265 milhões de euros, 24,5%;
- BEI: 250 milhões de euros (62,5 milhões de euros por ano), 23,1%;
- PIDDAC: 25 milhões de euros, 2,3%.

No entanto, pelo quadro seguinte, constata-se que nem todas as transferências previstas foram efetivamente realizadas. Desde logo, os 265 milhões de euros no âmbito do Fundo de Coesão não foram recebidos. De igual modo, a segunda tranche relativa ao empréstimo do Banco Europeu de Investimento (BEI), no valor de 62,5 milhões de euros, não foi ainda concretizada.

QUADRO 16 - MONTANTES RECEBIDOS POR CONTA DA LEI DE MEIOS

(em euros)			
ENTRADA	2010	2011	Total
Transferências do Orçamento do Estado	50 000 000,00	50 000 000,00	100 000 000,00
Empréstimo do Banco Europeu de Investimento	62 500 000,00	0,00	62 500 000,00
Fundo de Coesão	0,00	0,00	0,00
Fundo de Solidariedade da União Europeia*	0,00	19 665 786,89	19 665 786,89
Intervir +	0,00	927 276,00	927 276,00
Juros liquidos - Conta bancária afecta ao Programa de Reconstrução	24 240,08	1 037 201,31	1 061 441,39
ANA - Aeroportos de Portugal**	200 000,00	0,00	200 000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>112 724 240,08</b>	<b>71 630 264,20</b>	<b>184 354 504,28</b>
Donativos - Conta "Fundo de Apoio à Reconstrução\Madeira"	3 804 459,16	212 051,09	4 016 510,25
Juros liquidos - Conta "Fundo de Apoio à Reconstrução\Madeira"	0,00	17 576,31	17 576,31
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>3 804 459,16</b>	<b>229 627,40</b>	<b>4 034 086,56</b>
<b>Total</b>	<b>116 528 699,24</b>	<b>71 859 891,60</b>	<b>188 388 590,84</b>

\* O Instituto de Desenvolvimento Regional recebeu em 19-04-2011 ao montante global de 31.255.790,00 euros referentes ao Fundo de Solidariedade da União Europeia tendo sido transferidos para o Governo Regional até ao final de 2011 o valor de 19.665.786,89 euros para afetação de projetos.

\*\* Donativo da ANA - Aeroportos de Portugal destinado à reconstrução da Escola 1.º Ciclo da Serra de Água

Salienta-se que o valor relativo a Donativos – Conta “Fundo de Apoio à Reconstrução/Madeira”, no montante de 3,8 milhões de euros passou a incluir o montante de 200 mil euros, (referente ao donativo da ANA),– Aeroportos de Portugal, que não estava desagregado em 2010 e que foi aplicado na reconstrução da Escola 1.º Ciclo da Serra de Água. O valor total dos donativos ascendeu a 4,0 milhões de euros.

Em termos de execução orçamental, constatamos que em 2011 deu entrada nos cofres da Região a importância de 71.859.891,60€, por conta da Lei de Meios, perfazendo um total de 188.388.590,84€ nos dois anos, cuja distribuição consta no QUADRO 16.

No ano económico de 2011, as despesas realizadas e pagas pelo Governo Regional ascenderam a 61,2 milhões de euros, perfazendo um total, nos dois anos, de 136,5 milhões de euros, os quais estiveram afetos aos projetos indicados no quadro abaixo.

## QUADRO 17 - DESPESAS REALIZADAS NO ANO ECONÓMICO DE 2011, NO ÂMBITO DA LEI DE MEIOS

(em euros)

SAÍDA	2010	2011	Total
Limpezas de emergência em Zonas Sinistradas	25.313.627,76	4.107.814,03	29.421.441,79
Apoio a Municípios para Reconstrução	3.570.413,00	0,00	3.570.413,00
Outras obras de reconstrução, reabilitação e correção preventiva relacionadas com o temporal de fevereiro de 2010	45.483.065,19	54.407.957,08	99.891.022,27
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>74.367.105,95</b>	<b>58.515.771,11</b>	<b>132.882.877,06</b>
IDE-Instituto de Desenvolvimento Empresarial -Temporal de Fevereiro de 2010	100.000,00	76.000,00	176.000,00
Apoio à habitação - IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPE - Conta "Fundo de Apoio à Reconstrução\Madeira"	872.726,57	2.604.522,76	3.477.249,33
Processos de Expropriação pagos através do Orçamento da RAM	10.868,88	0,00	10.868,88
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>983.595,45</b>	<b>2.680.522,76</b>	<b>3.664.118,21</b>
<b>Total</b>	<b>75.350.701,40</b>	<b>61.196.293,87</b>	<b>136.546.995,27</b>

De referir que o saldo existente no final de 2011 na conta solidariedade do Fundo de Apoio à Reconstrução da Madeira ascendia a 556,8 mil euros.

## 6. RECEITA

### 6.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Em 2011, não obstante os três orçamentos rectificativos apresentados, verifica-se através do quadro seguinte, que estes não modificaram o total da receita prevista no início do ano.

QUADRO 18 – RECEITAS DE 2011

Designação	Orçamento inicial	Alterações orçamentais		Orçamento final
		Créditos especiais	Rectificativo	
<b>Receitas correntes</b>	<b>1.077.725,9</b>	<b>43.125,8</b>	-	<b>1.120.851,7</b>
Impostos directos	305.000,0	-	-	305.000,0
Impostos indirectos	411.420,0	22.581,0	-	434.001,0
Contribuições para a SS, CGA e ADSE	10.000,0	-	-	10.000,0
Taxas, multas e outras penalidades	37.500,5	20.246,2	-	57.746,7
Rendimentos da propriedade	2.215,0	55,6	-	2.270,6
Transferências correntes	304.290,4	243,0	-	304.533,4
Venda de bens e serviços correntes	6.410,0	-	-	6.410,0
Outras receitas correntes	890,0	-	-	890,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>538.869,1</b>	<b>2.931,7</b>	-	<b>541.800,9</b>
Venda de bens de investimento	130.000,0	-	-	130.000,0
Transferências de capital	192.369,1	-	-	192.369,1
Activos financeiros	15.000,0	-	-	15.000,0
Passivos financeiros	200.000,0	-	-	200.000,0
Outras receitas de capital	1.500,0	2.931,7	-	4.431,7
Reposições não abatidas nos pagamentos	<b>6.405,0</b>	-	-	<b>6.405,0</b>
<b>Total das receitas</b>	<b>1.623.000,0</b>	<b>46.057,6</b>	-	<b>1.669.057,6</b>
<b>Total sem Passivos Financeiros</b>	<b>1.423.000,0</b>	<b>46.057,6</b>	-	<b>1.469.057,6</b>

Sublinhe-se que a totalidade dos 46,1 milhões de euros de aumentos em relação ao orçamento inicial foram todos efetuados através da abertura de créditos especiais, sendo que verificaram-se aumentos significativos em relação ao orçamento inicial no agrupamento dos impostos indirectos, na ordem dos 22,6 milhões de euros bem como nas taxas, multas e outras penalidades que adicionaram 20,2 milhões de euros ao previsto inicialmente para este tipo de tributações.



## 6.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As receitas totais cobradas em 2011 atingiram 1.077,0 milhões de euros, ou seja, menos 124,5 milhões de euros face ao ano anterior, aproximadamente o mesmo valor arrecadado em 2009 (QUADRO 19).

Em termos da natureza das receitas observa-se que as receitas correntes representam 90,5% das receitas orçamentais e pautaram-se por um crescimento de 3,8% em relação a 2010. No entanto, a diminuição na ordem dos 60,6% nas receitas de capital fez com que em 2011 as receitas efetivas apresentassem uma queda de 2,6%. Esta queda nas receitas de capital é explicada maioritariamente pela redução dos passivos financeiros (-66,4%), que passam de 146,8 milhões de euros em 2010 para 49,4 milhões de euros em 2011.

QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS (2009-2011)

Descrição	(mil euros)							
	2009		2010		2011		Taxas de variação (%)	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	2010 / 2009	2011 / 2010
Receitas correntes	861.629,0	80,2	938.908,9	78,2	974.309,0	90,5	9,0	3,8
Receitas de capital	211.812,8	19,7	258.232,7	21,5	101.676,9	9,4	21,9	- 60,6
Das quais: Passivos financeiros	159.800,0	14,9	146.800,0	12,2	49.384,1	4,6	- 8,1	- 66,4
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.435,8	0,1	4.269,6	0,4	975,5	0,1	197,4	- 77,2
<b>Receitas efectivas</b>	<b>915.077,6</b>	<b>85,1</b>	<b>1.054.611,3</b>	<b>87,8</b>	<b>1.027.577,3</b>	<b>95,4</b>	<b>15,2</b>	<b>- 2,6</b>
<b>Receitas Orçamentais</b>	<b>1.074.877,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.201.411,3</b>	<b>100,0</b>	<b>1.076.961,4</b>	<b>100,0</b>	<b>11,8</b>	<b>- 10,4</b>

O QUADRO 20 evidencia as variações ocorridas, face ao ano anterior, e os pesos de cada um dos capítulos de receitas efetivas no período em análise.

Analisando as variações anuais, sobressai desde logo a variação positiva ocorrida nas receitas correntes no valor de 35,4 milhões de euros, o que em termos relativos pauta-se por um aumento de 3,8% em termos homólogos. Do mesmo modo, observando as receitas de capital, nota-se que a variação teve um trajeto descendente na ordem dos 52,2 milhões de euros, ou seja, menos 53,1% do que no ano anterior. Conclui-se então que, em termos globais as receitas efetivas diminuíram 27 milhões de euros relativamente a 2010, o que corresponde a uma variação negativa de 2,6%.

No que concerne às receitas correntes constata-se um crescimento positivo, em termos anuais, em todas as receitas desta natureza à exceção dos *Impostos diretos* e das *Taxas, multas e outras penalidades*. Apesar da diminuição verificada ao nível dos *impostos diretos* na ordem dos 10,6%, ou seja, menos 30,6 milhões de euros, e também do decréscimo de 1,7 milhões de euros (7,3%), torna-se evidente que as restantes receitas correntes foram suficientes para colmatar estas variações negativas e até supera-las, principalmente devido ao crescimento homólogo em termos de

*transferências correntes*, na ordem dos 34,7 milhões de euros (15,7%), bem como pelo desempenho anual das *Outras receitas correntes* que comportou um crescimento de 15,0 milhões de euros.

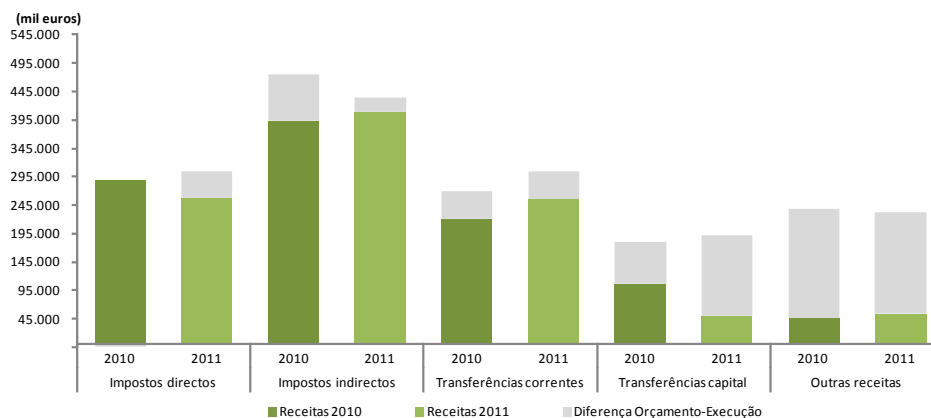
QUADRO 20 – RECEITAS EFETIVAS (2010 – 2011)

(mil euros)

Designação	2010			2011			Variação	
	Valor	Taxa Exec.	Estrutura	Valor	Taxa Exec.	Estrutura	Valor	Estrutura
<b>Receitas correntes</b>	<b>938.908,9</b>	<b>84,8</b>	<b>89,0</b>	<b>974.309,0</b>	<b>86,9</b>	<b>94,8</b>	<b>35.400,1</b>	<b>3,8</b>
Impostos directos	289.011,6	101,2	27,4	258.382,6	84,7	25,1	- 30.629,0	- 10,6
Impostos indirectos	393.942,7	83,0	37,4	408.307,4	94,1	39,7	14.364,7	3,6
Contribuições para a SS, CGA e a ADSE	6.203,2	77,5	0,6	6.308,9	63,1	0,6	105,7	1,7
Taxas, multas e outras penalidades	23.802,6	42,1	2,3	22.071,4	38,2	2,1	- 1.731,1	- 7,3
Rendimentos da propriedade	1.654,8	44,1	0,2	3.195,7	140,7	0,3	1.540,8	93,1
Transferências correntes	220.508,3	81,7	20,9	255.217,1	83,8	24,8	34.708,8	15,7
Venda de bens e serviços correntes	2.957,7	40,1	0,3	4.947,7	77,2	0,5	1.989,9	67,3
Outras receitas correntes	828,0	52,1	0,1	15.878,2	1.784,1	1,5	15.050,2	1.817,7
<b>Receitas de capital</b>	<b>111.432,7</b>	<b>32,8</b>	<b>10,6</b>	<b>52.292,9</b>	<b>15,3</b>	<b>5,1</b>	<b>- 59.139,9</b>	<b>- 53,1</b>
Venda de bens de investimento	1.469,5	1,0	0,1	132,5	0,1	0,0	- 1.337,0	- 91,0
Transferências de capital	105.916,8	58,7	10,0	50.801,4	26,4	4,9	- 55.115,4	- 52,0
Activos financeiros	42,0	0,3	0,0	1.109,9	7,4	0,1	1.067,9	2.541,7
Outras receitas de capital	4.004,5		0,4	249,1		0,0	- 3.755,4	- 93,8
Reposições não abatidas nos pagamentos	4.269,6	246,8	0,4	975,5	15,2	0,1	- 3.294,1	- 77,2
<b>Total</b>	<b>1.054.611,3</b>	<b>72,8</b>	<b>100,0</b>	<b>1.027.577,3</b>	<b>69,9</b>	<b>100,0</b>	<b>- 27.033,9</b>	<b>- 2,6</b>

Em termos de estrutura, destaca-se o facto das receitas correntes representarem cerca de 94,8% do total das receitas efetivas e das receitas de capital referirem-se apenas a 5,1% destas. Mais concretamente as receitas correntes dependem estruturalmente de três tipos de receita: os *Impostos indirectos* que representam 39,7%; os *Impostos directos* que fazem depender cerca 25,1% deste tipo de receitas; e as *Transferências correntes* que abarcam 24,8% das receitas desta natureza.

GRÁFICO 4 – RECEITAS COBRADAS (2010 – 2011)



## 6.2.1. RECEITAS FISCAIS

Em 2011 as receitas fiscais diminuíram 16,3 milhões de euros relativamente ao ano anterior, o que revela em termos relativos uma contração anual de 2,4%. Este facto deve-se essencialmente ao decréscimo verificado nos impostos diretos (10,6%), ainda que atenuado parcialmente pela melhoria registada nos impostos indiretos (3,6%), nomeadamente o IVA que pautou-se por um desempenho positivo em relação ao ano anterior, arrecadando mais 13,4 milhões de euros do que em 2010.

Por entidades, as receitas fiscais recebidas em 2011 foram as seguintes:

- **Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público .... 526.498.037,86€**

Do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P., são transferidas as cobranças relativas aos *Impostos diretos*, o IVA, o *Imposto de selo* na sua quase totalidade. Representaram 79% da receita fiscal.

- **Direção-Geral de Impostos ..... 20.644.058,00€**

Da Direção-Geral de Impostos, além do *Imposto de jogo* e dos *Impostos rodoviários*, são transferidas as cobranças coercivas dos diversos impostos. Representaram 3,1% da receita fiscal.

- **Direção-Geral das Alfândegas ..... 119.592.541,68€**

Da Direção-geral de Alfândegas e de Impostos Especiais sobre o Consumo, a maioria das receitas adiu dos impostos especiais sobre o consumo, nomeadamente ISP, *Imposto sobre veículos*, *Imposto de consumo sobre o tabaco* e *Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas*, tendo o IVA alfandegário significado 6,6%. Representaram 17,9% da receita fiscal.

### 6.2.1.1. IMPOSTOS DIRETOS

O QUADRO 21 constata uma diminuição do peso dos impostos diretos na receita fiscal, na ordem dos 3,6 pontos percentuais, verificando deste modo, um peso de 38,8% em 2011.

QUADRO 21 – IMPOSTOS DIRETOS (2009-2011)

(mil euros)

Designação	2009		2010		2011		Variação 2011 / 2010	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Valor	%
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - IRS	194.392,5	98,7	197.324,8	96,3	182.779,3	87,9	- 14.545,4	- 7,4
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas - IRC	34.950,1	29,1	91.513,1	114,4	71.799,2	75,6	- 19.713,9	- 21,5
Restantes impostos directos	174,8	35,0	173,7	34,7	3.804,0	190,2	3.630,3	2.090,4
<b>Total</b>	<b>229.517,3</b>	<b>72,3</b>	<b>289.011,6</b>	<b>101,2</b>	<b>258.382,6</b>	<b>84,7</b>	<b>- 30.629,0</b>	<b>- 10,6</b>

O GRÁFICO 5 mostra uma diminuição em volume de receita arrecadada ao nível do IRS bem como um decréscimo nas cobranças do IRC relativamente ao ano anterior. Em termos de peso no total dos impostos directos verifica-se que o IRS estabilizou nos últimos dois anos à volta dos 70%, sendo que o IRC, em 2011 significava 27,8% do total das receitas cobradas, no que se refere a impostos directos.

GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DOS IMPOSTOS DIRETOS (2009-2011)



#### 6.2.1.1.1. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)

As taxas gerais de IRS foram aumentadas em mais 1% até ao 3.º escalão e em mais 1,5% para os escalões superiores. No entanto, tal aumento como entrou em vigor no decorrer do ano fiscal traduziu-se em 5/12 dos respetivos valores, ou seja mais 0,4% e mais 0,6% respetivamente.

As variações na arrecadação deste imposto de 2009 para 2010, e de 2010 para 2011, são respetivamente menos 1,5% e mais 7,4%, aumentando o seu peso de 2010 para 2011 em cerca de 14 pontos percentuais relativamente às receitas fiscais. O valor das cobranças coercivas em 2011 foi de aproximadamente 9,2 milhões de euros, assinalando-se um aumento de 2,1 milhões de euros, relativamente a 2010.

### 6.2.1.1.2. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (IRC)

No que concerne ao *Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas*, verifica-se que a receita arrecadada em 2011 totalizou 71,8 milhões de euros, e em relação a 2010 evidenciou uma variação negativa na ordem dos 19,7 milhões de euros, i.e. menos 21,5%, ainda distante de recuperar os níveis de cobrança registados nos anos anteriores a 2010.

A correta afetação do IRC à circunscrição fiscal Madeira, pelo volume de negócios realizado é bastante relevante dada a preponderância da atividade económica desenvolvida na Região pelos agentes económicos sedeados fora da Região. Do *Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas*, foram cobrados coercivamente cerca de 3,9 milhões de euros, face aos 4,8 e 4,5 milhões de euros cobrados respetivamente em 2010 e 2009.

### 6.2.1.2. IMPOSTOS INDIRETOS

Relativamente aos impostos indiretos e tendo em conta o triénio em análise no quadro seguinte, verifica-se um ligeiro aumento (3,6 milhões de euros) no total arrecadado no ano de 2011. Numa ótica generalizada constata-se, em quase todos os impostos, um aumento de receita cobrada em relação ao ano anterior, com exceção para a diminuição registada no *Imposto sobre os produtos petrolíferos*, na ordem dos 3,7 milhões de euros (5,6%), bem como no *Imposto sobre veículos*, que pautou-se em 2011 por uma variação negativa de 2,6 milhões de euros, ou seja, uma diminuição equivalente a um quinto relativamente à execução da receita com este imposto em 2010.

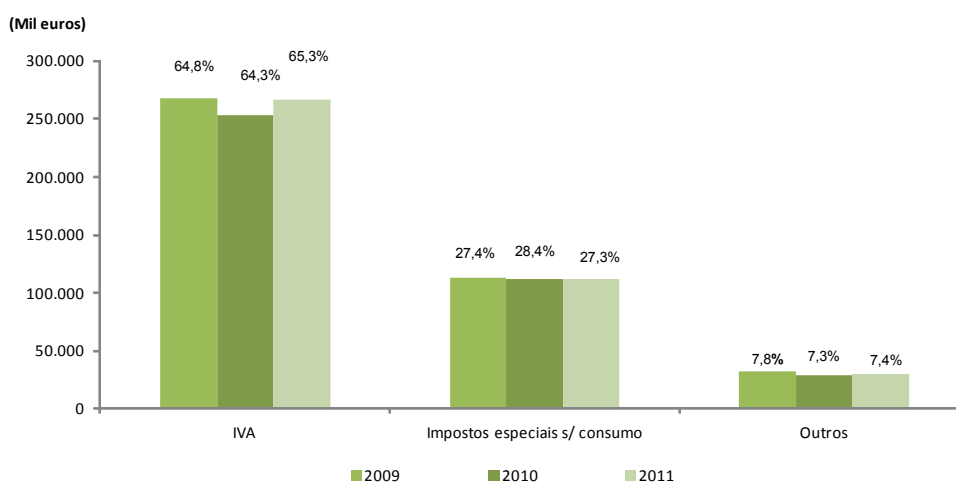
QUADRO 22 - IMPOSTOS INDIRETOS (2009-2011)

Designação	(mil euros)							
	2009		2010		2011		Variação 2011/2010	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Valor	%
Imposto sobre os produtos petrolíferos	70.072,9	89,2	66.827,6	79,6	63.076,9	74,2	- 3.750,7	- 5,6
Imposto sobre o valor acrescentado	268.361,0	84,5	253.262,7	89,2	266.693,8	101,6	13.431,1	5,3
Imposto s/ veículos	12.519,5	41,7	12.999,5	52,0	10.385,9	74,2	- 2.613,5	- 20,1
Imposto de consumo sobre o tabaco	24.215,5	93,1	25.835,7	99,4	31.407,6	112,9	5.572,0	21,6
Imposto sobre o álcool e as bebidas bebidas alcoólicas	6.566,4	58,1	6.381,2	55,5	6.619,8	100,8	238,5	3,7
Imposto do selo	29.999,4	78,9	26.204,5	67,2	26.573,1	75,9	368,5	1,4
Restantes impostos indirectos	2.246,5	64,2	2.431,5	48,6	3.550,4	117,4	1.118,8	46,0
<b>Total</b>	<b>413.981,2</b>	<b>82,0</b>	<b>393.942,7</b>	<b>83,0</b>	<b>408.307,4</b>	<b>94,1</b>	<b>14.364,7</b>	<b>3,6</b>

Os *impostos indiretos* de 2009 para 2011 baixaram o nível de cobranças em 5,6 milhões de euros, representando, em termos relativos, uma descida de 1,4%. Esta descida deve-se em grande parte à diminuição verificada na arrecadação dos *Impostos sobre os produtos petrolíferos* quase 7 milhões de euros, bem como ao *Imposto de selo* com um decréscimo de 3,4 milhões de euros durante este biénio. Por outro lado, o *Imposto sobre o tabaco* verifica um aumento que ascende a 7,2 milhões de euros o que atenua a queda mas não a compensa na sua totalidade.

O gráfico seguinte ilustra a estrutura dos impostos indiretos no último triénio, onde depara-se logo à primeira vista com o peso que o IVA evidencia neste tipo de impostos.

GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DOS IMPOSTOS INDIRETOS (2009-2011)



Esta representatividade do IVA é natural no capítulo dos *Impostos indiretos* (respetivamente 64,8%, 64,3% e 65,3%, em 2009, 2010 e 2011), e é no nível de arrecadação deste imposto que se encontra a explicação para as variações ocorridas nos impostos indiretos (Vd. QUADRO 22). Na variação e estrutura dos impostos indiretos, e em termos latos, realça-se a descida do IVA de 2009 para 2010, bem como os impostos indiretos no geral e a recuperação da receita arrecadada em sede de IVA, em 2011, para níveis de 2009 com os impostos indiretos no global a seguir a tendência evolutiva do IVA.

#### 6.2.1.2.1. IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)

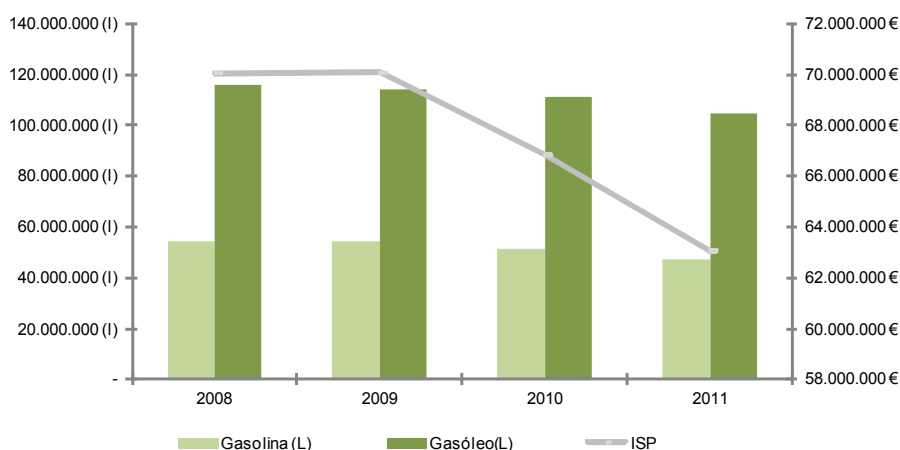
A Portaria n.º 23/2008, de 05 de março, que fixa as taxas de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) a praticar na Região não foi alterada, mantendo constantes as taxas de imposto sobre este tipo de produtos relativamente a 2010.

O regime de preços de venda ao público de gasolina sem chumbo IO95, do gasóleo rodoviário e do gasóleo colorido e marcado, estabelecido pela Portaria n.º 99-A/2008, de 31 de julho, com a redação

dada pela Portaria n.º 190/2008 de 24 de outubro, foi alterado e republicado pela Portaria n.º 40/2010, de 28 de junho.

A evolução da procura/ preço da gasolina e do gasóleo, evidenciam uma rigidez muito acentuada, mostrando uma desproporcionalidade entre os sucessivos aumentos significativos no preço e as ténues e graduais diminuições nas quantidades introduzidas ao consumo.

**GRÁFICO 7 – RECEITA DE ISP E QUANTIDADES INTRODUZIDAS AO CONSUMO (2008-2011)**



O GRÁFICO 7 cruza a informação da receita arrecadada ao nível de ISP no último quadriénio, com as quantidades introduzidas ao consumo durante o mesmo horizonte temporal. Uma simples análise ao gráfico denota uma queda moderada no volume de receita arrecadada em ISP nos últimos dois anos (10%), bem como uma diminuição nas quantidades de combustível introduzidas ao consumo, mais concretamente, um decréscimo ao nível da gasolina IO95 (13,2%) e uma mais ligeira queda no gasóleo na ordem dos (8,1%), ambas as oscilações referentes ao último biénio. No que refere-se a cobranças efetivas em 2011, este imposto ascendeu aos 63,1 milhões de euros.

#### **6.2.1.2.2. IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)**

A receita relativa ao IVA em 2011 ascendeu a 266,7 milhões de euros refletindo um aumento em termos absolutos de 13,4 milhões de euros relativamente ao ano anterior, o que representa um crescimento neste tipo de receitas na ordem dos 5,3%. A receita arrecadada em 2011 neste tipo de tributação indireta, representa no valor global anual dos impostos indiretos, das receitas fiscais, das receitas correntes, das receitas efetivas e das receitas totais, respetivamente 65,3%, 40%, 27,4%, 28,7% e 24,8% e relativamente aos impostos diretos 101,6%.

Em sede de IVA ocorreu um aumento da taxa normal de 15% para os 16% a partir de janeiro de 2011, dando seguimento ao estipulado na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

Ao comparar a receita arrecadada tendo em conta uma variação bienal, denota-se que a cobrança deste imposto em 2011 não atingiu os níveis de 2009, registando uma diferença de 1,7 milhões de euros.

Será ainda de referir que a cobrança do IVA em 2011 superou ligeiramente a receita prevista para este imposto aquando da elaboração do orçamento para o ano mencionado, tendo sido efetivamente previsto uma receita na ordem dos 260 milhões de euros, o que reflete uma execução orçamental de 102,6%.

#### **6.2.1.2.3. IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (ISV)**

Em relação ao montante coletado em ISV no ano de 2011, verifica-se que ascendeu a 10,4 milhões de euros, registando assim uma diminuição na ordem dos 20,1% relativamente ao período homólogo. A maior parte do ISV é liquidado e cobrado pela matrícula de automóveis novos, que se destinem a iniciar circulação na Região, deste modo é natural o decréscimo verificado, tendo em conta a diminuição no número de automóveis novos vendidos na Região durante este período.

Este imposto representa, 1,6% das receitas fiscais e 2,5% dos *Impostos indiretos* cobrados.

#### **6.2.1.2.4. IMPOSTO SOBRE O ÁLCOOL E AS BEBIDAS ALCOÓLICAS (IABA)**

A cobrança deste imposto está diretamente associada às quantidades introduzidas ao consumo de bebidas alcoólicas sujeitas a imposto e com taxa fixa de imposto, sendo que em 2011, a receita do Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas registou, comparativamente a 2010 um acréscimo de 3,7%, o que em termos absolutos representa 238,5 mil euros, arrecadando no final do ano um total de 6,7 milhões de euros. O peso deste imposto relativamente aos impostos indiretos foi de 1,6%, e de 1% em relação às receitas fiscais, valores idênticos aos presenciados nos anos anteriores.

#### **6.2.1.2.5. IMPOSTO DO SELO (IS)**

Relativamente à receita proveniente do *Imposto do selo*, verifica-se que de 2010 para 2011 a variação foi positiva mas com pouca relevância, ou seja, os 26,6 milhões de euros arrecadados neste imposto diferenciam em 1,4% relativamente a 2010.



A este imposto indireto está intrínseco o nível de atividade presenciado no setor bancário, nomeadamente pelo nível dos juros dos empréstimos, no setor segurador pelas apólices realizadas e no mercado imobiliário pelos contratos de compra e venda realizados, deste modo, a baixa das taxas de juros e simultaneamente a falta de liquidez no sistema financeiro faz com que, sem retoma económica e dos níveis de confiança prévios à crise das dívidas soberanas, a receita arrecadada não aumente significativamente.

### 6.2.1.2.6. OUTROS IMPOSTOS INDIRETOS

A cobrança nos impostos indiretos diversos atingiu em 2011 os 3,6 milhões de euros, que comparativamente ao ano anterior significou em termos absolutos mais 1,2 milhões de euros e em termos relativos mais 46%. Nestes impostos incluem-se o *Imposto do jogo* (344,7 mil euros), o *Imposto único de circulação* (2.536,5 mil euros) e os *Impostos indiretos diversos* (669,2 mil euros).

## 6.2.2. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

No QUADRO 23 elucida-se a evolução das transferências correntes e de capital para a Região Autónoma da Madeira, no período de 2009 a 2011.

QUADRO 23 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Designação	(mil euros)					
	2010		2011		Variação 2011 / 2010	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Valor	%
<b>Transferências Correntes</b>						
<b>Administração Central</b>						
Estado ( OE )	204 071,1	98,8	241 523,2	100,0	37 452,1	18,4
Estado - Partic.Portuguesa Em Projectos Cofinanciados	54,2	n.a.	106,1	n.a.	51,8	95,6
Serviços e Fundos Autónomos	776,4	25 364,0	-	-	- 776,4	-100,0
<b>Administração Regional</b>						
Região Autónoma da Madeira	-	n.a.	-	n.a.	-	s/s
<b>Segurança Social</b>						
Sistema de Solidariedade e Segurança Social	11 564,9	76,3	11 564,9	98,3	-	
<b>Resto do Mundo</b>						
União Europeia - Instituições	3 998,2	8,3	2 008,1	3,9	- 1 990,1	-49,8
<b>Total Transferências correntes</b>	<b>220 508,3</b>	<b>81,7</b>	<b>255 217,1</b>	<b>83,8</b>	<b>34 708,8</b>	<b>15,7</b>
<b>Transferências de Capital</b>						
<b>Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</b>						
Públicas	-	n.a.	-	n.a.	-	s/s
Privadas	54,5	n.a.	36,7	n.a.	- 17,9	-32,8
<b>Administração Central</b>						
Estado	71 045,0	100,0	8 379,1	11,8	- 62 665,9	-88,2
Estado - Partic.Portuguesa Projectos Co-Financiados	17,9	n.a.	-	n.a.	- 17,9	-100,0
Serviços e Fundos Autónomos	-	n.a.	-	n.a.	-	s/s
<b>Resto do Mundo</b>						
União Europeia - Instituições	33 436,4	30,6	42 265,0	34,8	8 828,6	26,4
<b>Total Transferências de capital</b>	<b>105 916,8</b>	<b>58,7</b>	<b>50 801,4</b>	<b>26,4</b>	<b>- 55 115,4</b>	<b>-52,0</b>

### 6.2.2.1. TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO

As verbas transferidas, através de transferências correntes, para a RAM provenientes do Orçamento do Estado foram efetivadas no âmbito da:

- Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no valor total de 191,5 milhões de euros;
- Lei Orgânica 2/2010, no valor total de 50 milhões de euros referentes às transferências extraordinárias (artigo 4º).

Foram ainda transferidas por transferências de capital, no âmbito do fundo de coesão, 8,4 milhões de euros.

### 6.2.2.2. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA

As receitas provenientes de *Transferências correntes e de capital* que são oriundas da comparticipação de programas, projetos e ações elegíveis desenvolvidas pelos serviços simples ou integrados do Governo Regional da Madeira e que por sua vez são objeto de comparticipação pela União Europeia, atingiram o valor de 44,2 milhões de euros em 2011.

**QUADRO 24 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DA U.E., POR FUNDOS COMUNITÁRIOS**

Descrição	Correntes	Capital	Total	(mil euros)	
					%
QREN		21.068,5	21.068,5		47,6
POSI		317,4	317,4		0,7
Fundo Social Europeu	2.008,1	390,4	2.398,5		5,4
Fundo de Solidariedade da UE		19.665,8	19.665,8		44,4
Outros programas comunitários		822,9	822,9		1,9
<b>Total</b>	<b>2.008,1</b>	<b>42.265,0</b>	<b>44.273,0</b>		<b>53,7</b>

Observando o QUADRO 24, por fundos comunitários, podemos constatar quais as verbas transferidas para os serviços do Governo Regional da Madeira e que constituíram receita própria da Região. Relativamente ao ano anterior verifica-se um ligeiro aumento dos Fundos da União Europeia recebidos pelos Serviços do Governo Regional, na ordem dos 6,8 milhões de euros.

## 6.2.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

As outras receitas correntes e de capital têm um valor residual no total das receitas efetivas atingindo em 2010 e 2011, respetivamente, 3,9% e 1,6%.

QUADRO 25 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

Designação	(mil euros)					
	2010		2011		2010 - 2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Contribuições para a SS, a CGA e a ADSE:</b>	<b>6.203,2</b>	<b>15,1</b>	<b>6.308,9</b>	<b>11,7</b>	<b>105,7</b>	<b>1,7</b>
Comparticipações para a ADSE	6.203,2	15,1	6.308,9	11,7	105,7	1,7
<b>Taxas, multas e outras penalidades:</b>	<b>23.802,6</b>	<b>58,1</b>	<b>22.071,4</b>	<b>41,0</b>	<b>- 1.731,1</b>	<b>- 7,3</b>
Taxas	12.796,0	31,2	13.234,4	24,6	438,4	3,4
Multas e outras penalidades	11.006,5	26,9	8.837,0	16,4	- 2.169,5	- 19,7
<b>Rendimentos da propriedade:</b>	<b>1.654,8</b>	<b>4,0</b>	<b>3.195,7</b>	<b>5,9</b>	<b>1.540,8</b>	<b>93,1</b>
Dividendos e part. nos lucros de sociedades financeiras	1.474,0	3,6	1.967,0	3,6	493,0	33,4
Outros	180,8	0,4	1.228,7	2,3	1.047,8	579,4
<b>Venda de bens e serviços correntes:</b>	<b>2.957,7</b>	<b>7,2</b>	<b>4.947,7</b>	<b>9,2</b>	<b>1.989,9</b>	<b>67,3</b>
Venda de bens	970,3	2,4	1.156,3	2,1	186,0	19,2
Serviços	1.721,4	4,2	3.373,0	6,3	1.651,6	95,9
Rendas	266,1	0,6	418,4	0,8	152,3	57,3
<b>Outras receitas correntes:</b>	<b>828,0</b>	<b>2,0</b>	<b>15.878,2</b>	<b>29,5</b>	<b>15.050,2</b>	<b>1.817,7</b>
Outras	828,0	2,0	15.878,2	29,5	15.050,2	1.817,7
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>1.469,5</b>	<b>3,6</b>	<b>132,5</b>	<b>0,2</b>	<b>- 1.337,0</b>	<b>- 91,0</b>
<b>Activos financeiros</b>	<b>42,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1.109,9</b>	<b>0,0</b>	<b>1.067,9</b>	<b>2.541,7</b>
<b>Outras receitas de capital</b>	<b>4.004,5</b>	<b>9,8</b>	<b>249,1</b>	<b>0,5</b>	<b>- 3.755,4</b>	<b>- 93,8</b>
<b>Total outras receitas correntes e de capital</b>	<b>40.962,2</b>	<b>100,0</b>	<b>53.893,4</b>	<b>100,0</b>	<b>12.931,1</b>	<b>31,6</b>

Será ainda de salientar que relativamente às *Outras receitas correntes* a variação positiva ascendeu a cerca de 15,1 milhões de euros, sendo que este valor traduz, em termos relativos, um aumento de receita dezoito vezes superior ao montante arrecadado no ano anterior. Em sentido contrário encontram-se as *Outras receitas de capital* que comparativamente ao ano anterior denotam uma diminuição de 3,8 milhões de euros, o que em termos relativos significa uma redução de 93,8%.

## 6.2.4. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS

O QUADRO 26 ilustra as Reposições não abatidas nos pagamentos por secretaria regional e desde 2009, observa-se que em 2010 e relativamente ao ano anterior tiveram um crescimento excecional devido à existência de *Reposições não abatidas nos pagamentos*, respeitante a despesa em expropriações de imóveis de anos anteriores. Deste modo, constata-se que em 2011 esse montante

voltou aos níveis normais, sendo que ainda assim, evidencia uma diminuição quando comparado com 2009.

**QUADRO 26 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS POR SECRETARIAS REGIONAIS (2009-2011)**

	(euros)		
Secretarias Regionais	2009	2010	2011
Assembleia Legislativa da Madeira	-	-	-
Presidência do Governo Regional	1.720,36	1.436,70	1.373,64
Vice-Presidência do Governo Regional	52.490,62	167.901,19	29.423,91
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	13.570,21	2.144,60	12.310,63
Secretaria Regional do Equipamento Social	54.722,62	27.837,56	10.907,48
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	5.610,01	1.726,84	27.756,08
Secretaria Regional de Educação e Cultura	943.235,23	1.233.054,74	525.610,80
Secretaria Regional do Plano e Finanças	320.426,84	2.566.526,13	175.348,85
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	42.983,35	12.336,55	39.139,76
Secretaria Regional Assuntos Sociais	1.057,33	256.684,74	153.630,46
<b>Total</b>	<b>1.435.816,57</b>	<b>4.269.649,05</b>	<b>975.501,61</b>

Salienta-se que a entrega dos saldos de gerência dos Serviços e Fundos Autónomos são contabilizadas neste capítulo da receita, correspondente a grande parte dos registos da Secretaria Regional de Educação que detém um peso relativo de 53,4% relativamente ao total das Reposições não abatidas nos pagamentos.

### 6.3. RECEITAS POR RECEBER PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

No final do ano económico de 2011 as receitas devidas pelo Estado à Região perfaziam cerca de 181,2 milhões de euros repartidos da seguinte forma:

IRS .....	12,1 milhões de euros
IRC .....	20,1 milhões de euros
IVA.....	114,7 milhões de euros
Encargos de cobrança (impostos municipais) .....	0,4 milhões de euros
Transferências do Orçamento do Estado .....	8,3 milhões de euros
Comparticipação nacional no sistema de incentivos (IFAP)...	25,6 milhões de euros

O IRS resulta essencialmente de imposto retido na fonte, de trabalho dependente, das quais a respetiva zona/circunscrição fiscal Madeira não foi devidamente assinalada, por diversas entidades com rendimentos gerados na Região, nas respetivas declarações de retenções da fonte IRS/IRC e imposto do selo.

As receitas a receber relativas a IRC similarmente pela retenção na fonte, advieram do não preenchimento da zona/circunscrição fiscal Madeira. A acrescer este facto foram também apuradas imprecisões relativas ao anexo C ao modelo 22 (declaração de rendimentos anual), que prejudicam a arrecadação de receitas por parte da Região e que urge ser corrigida.

A Região tem vindo a solicitar a correção da Portaria 1418/2008, de 09 de dezembro, no sentido de adaptá-la à Lei de Finanças Regionais. Tal alteração implicaria a entrega de acertos de IVA referentes aos anos de 2007 a 2011, de cerca de 114,7 milhões de euros, não contemplando o montante do acerto relativo a 2011.

De referir que alguns destes valores aguardam certificação por parte das Autoridades Nacionais.

## 7. DESPESA

### 7.1. ENQUADRAMENTO

O processo de organização, elaboração e execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, à semelhança dos anos anteriores, decorreu à luz dos princípios e normas contemplados na Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). Através do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro, foi aprovado o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011, tendo os Serviços da Administração Pública Regional sido dotados dos meios financeiros necessários à prossecução das suas atribuições.

Durante o ano de 2011 o Governo Regional procedeu a três grandes alterações em termos de orçamento devido à necessidade de reafecção dos recursos financeiros disponíveis. Deste modo, foram elaborados três orçamentos rectificativos aprovados por: Decreto Legislativo Regional n.º 4/2011/M, de 11 de março, o Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/M, de 6 de junho e o Decreto Legislativo Regional n.º 13/2011/M, de 5 de agosto.

No que concerne à matéria de disciplina orçamental, continuou-se a adotar uma política de rigor orçamental nas despesas com o funcionamento normal dos Serviços. O Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2010/M, de 6 de maio de 2011, veio assim estabelecer as regras necessárias à execução do Orçamento da Região para 2011, designadamente:

- Controlo das despesas;
- Utilização das dotações orçamentais;
- Regime duodecimal;
- Alterações orçamentais;
- Requisições de Fundos pelos Serviços e Fundos Autónomos;
- Fundos de maneio;
- Saldos de gerência;
- Prazos para autorização de despesas;
- Recursos próprios de terceiros;
- Receitas cobradas pelos serviços simples;
- Condições específicas para a aquisição de determinados tipos de bens e serviços (veículos com motor, aquisição, aluguer e contratos de assistência técnica de equipamento e aplicações informáticas) e para os contratos de locação financeira;

- Procedimentos a adotar na verificação da situação tributária no âmbito dos processamentos a efetuar pelos serviços da administração pública regional;
- Retenções;
- Admissão ou contratação de pessoal.

Em matéria de cativação de verbas, o Conselho do Governo resolveu, mediante aprovação da Resolução n.º 1573/2010, de 29 de dezembro:

- Congelar em 10% as dotações orçamentais dos códigos de classificação económica 04.04 - *Transferências correntes para administração regional*, excetuando as que se referiam às despesas com o pessoal dos serviços e fundos autónomos, e 08.04 - *Transferências de capital para administração regional*. Excetuam-se as dotações afetas a transferências para programas e projetos com participação comunitária;
- Congelar na totalidade todas as dotações relativas a equipamento de informática e *software* informático (códigos 07.01.07 e 07.01.08).

Adicionalmente, por via do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/M, de 6 de junho, que alterou o orçamento da RAM para 2011, foram ainda congeladas as dotações orçamentais, do Orçamento Regional e dos orçamentos privativos dos serviços e fundos autónomos, disponíveis à data da entrada em vigor do referido diploma, afetas ao funcionamento dos serviços e dos investimentos do Plano, com as classificações económicas seguintes:

- 10% do valor das dotações orçamentais disponíveis, afetas à realização de horas extraordinárias 01.02.02 - *Horas Extraordinárias*;
- 10% do valor das dotações orçamentais disponíveis, afetas à atribuição de outros abonos em numerário ou espécie 01.02.14 - *Outros Abonos*;
- 10% do valor das dotações disponíveis de todas as rubricas afetas à aquisição de bens e serviços: 02.01.00 - *Aquisição de Bens* e 02.02.00 - *Aquisição de Serviços*.

No que concerne ao regime duodecimal e segundo o artigo n.º 4 do Decreto Regulamentar Regional 3/2011/M assinado a 18 de maio, todas as dotações orçamentais ficaram sujeitas às regras deste regime de duodécimos, com exceção das abaixo indicadas:

- As dotações destinadas a despesas com o pessoal, encargos de instalações, comunicações, locação de bens e seguros e encargos da dívida pública;
- As dotações com compensação em receita;
- As dotações de capital, incluídas no capítulo 50;
- As dotações de valor anual não superior a € 2.500;
- As importâncias dos reforços e inscrições de verbas.

A Circular n.º 1/ORÇ/2011, complementou as instruções para a execução do Orçamento da Região para 2011. Ainda no decorrer do ano de 2011, foram emitidas outras circulares, de âmbito orçamental, que visaram regulamentar os seguintes assuntos:

- Circular 2 - Processo das alterações orçamentais da competência do Governo Regional e sua tramitação;
  - Circular 3 - Transição automática de processos de 2010 para o orçamento de 2011;
  - Circular 4 - Instruções sobre a forma de prestação da informação respeitante aos encargos assumidos e não pagos;
  - Circular 5 - Instruções sobre a forma de prestação da informação respeitante ao número e despesa com recrutamento de trabalhadores;
  - Circular 6 - Encargos assumidos e não pagos - Modelo de reporte incluindo disposto no Decreto-Lei nº 65-A/2011;
  - Circular 7 - Novas instruções sobre a forma de prestação de informação respeitante ao número e despesa com recrutamento de trabalhadores;
  - Circular 8 - Sobretaxa extraordinária de IRS - Uniformização de procedimentos para efeitos de cálculo;
- Circular 9 - Prestações Familiares.



## 7.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Durante o ano económico de 2011 as alterações orçamentais elaboradas traduziram-se num incremento global, em relação ao orçamento inicial, de 46,1 milhões de euros, devido à abertura de créditos especiais. As alterações orçamentais relativas à utilização da dotação provisional e as alterações orçamentais respeitantes à gestão orçamental flexível<sup>1</sup>, pela natureza que revestem, não estão refletidas na variação global da despesa orçamentada.

As restantes alterações orçamentais foram concretizadas por via do terceiro orçamento retificativo, ainda que nenhuma destas alterações tenha modificado a despesa orçamentada no seu valor global.

O montante inscrito na Secretaria Regional do Plano e Finanças, nas rubricas da *Dotação provisional*, no orçamento aprovado ascendeu a 35,1 milhões de euros: 10,1 milhões de euros classificados em *Outras despesas correntes* e 24,9 milhões de euros em *Outras despesas de capital*. Por via do orçamento retificativo foi aprovado o reforço de 10 milhões de euros da dotação provisional, por contrapartida de outras rubricas da despesa.

De seguida procede-se à análise das alterações orçamentais que influenciaram o orçamento dos serviços integrados, por classificação orgânica, económica e funcional.

### 7.2.1. POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

O QUADRO 27 retrata as alterações elaboradas no âmbito do terceiro orçamento retificativo através de informação cruzada entre as classificações orgânicas e económicas.

QUADRO 27 – ORÇAMENTO RETIFICATIVO, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA E ECONÓMICA

Descrição	(euros)								
	Vice- Presidência do Governo	Recursos Humanos	Equipamento Social	Turismo e Transportes	Educação e Cultura	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Assuntos Sociais	Total
Despesas com o pessoal	95.048	-	-	69.100	54.000	-	- 140.377	-	77.771
Aquisição de bens e serviços	- 67.262	- 14.000	- 3.454.900	- 929.260	- 1.977.325	- 796.676	- 2.247.004	- 50.000	- 9.536.427
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	8.000.000	-	-	8.000.000
Transferências correntes	18.595	-	-	- 29.000	- 151.800	- 14.000	- 263.889	- 25.000	- 465.094
Subsídios	-	-	-	-	- 10.000	-	- 150.000	-	- 160.000
Outras despesas correntes	9.100	-	-	-	- 4.000	-	-	-	5.100
Aquisição de bens de capital	- 138.120	- 31.478	- 275.797	-	- 887.692	- 839.806	- 2.287.788	- 69.447	- 4.530.128
Transferências de capital	- 2.060.312	-	-	- 200.000	-	- 455.000	- 86.050	- 75.000	- 2.876.362
Activos financeiros	-	-	-	- 19.860	-	-	- 495.000	-	- 514.860
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	10.000.000	-	-	10.000.000
<b>Total</b>	<b>- 2.142.951</b>	<b>- 45.478</b>	<b>- 3.730.697</b>	<b>- 1.109.020</b>	<b>- 2.976.817</b>	<b>15.894.518</b>	<b>- 5.670.108</b>	<b>- 219.447</b>	<b>-</b>

<sup>1</sup> Alterações orçamentais resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de abril, conjugado com o artigo 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro.

Deste modo, constata-se que, globalmente e em termos orgânicos, a Secretaria Regional do Plano e Finanças reforçou o seu orçamento anual em 15,9 milhões de euros, seguindo-se as Secretarias Regionais do Ambiente e Recursos Naturais e do Equipamento Social (5,7 e 3,7 milhões de euros respetivamente). Observando o quadro pela vertente económica torna-se evidente a finalidade das alterações orçamentais efetuadas por via do orçamento retificativo, ou seja, um reforço de 8 milhões de euros na rubrica afeta aos *Juros e outros encargos* e um reforço de 10 milhões de euros na rubrica *Outras despesas de capital*.

O ORAM foi reforçado, conforme mencionado anteriormente por via das aberturas de créditos especiais em 46,1 milhões de euros. No quadro baixo figuram as rubricas que foram objeto de reforço com compensação no aumento da receita consignada.

**QUADRO 28 – ABERTURAS DE CRÉDITOS ESPECIAIS EM 2011**

<b>Classificação Orgânica</b>	<b>Descrição do programa</b>	<b>Valor (mil euros)</b>
Vice-Presidência do Governo Regional	Direcção Regional da Administração Pública e Local	<b>177,6</b>
S. R. Equipamento Social	Modernização das infra-estruturas de segurança - DRIE	15,5
		<b>15,5</b>
S. R. Educação e Cultura	Gabinete do Secretário	<b>239,9</b>
S. R. Plano e Finanças	Gabinete do Secretário e Serviços de apoio	40.803,6
	<i>RAMEDM - ISP consignado (Art.4.º DLR 23/2007, 13/12)</i>	20.000,0
	<i>DRAJ - Dotação com compensação em receita</i>	18.129,9
	<i>Outras</i>	2.673,6
	Fundo de apoio à reconstrução / Madeira	2.894,7
	Modernização e apetrechamento da PSP	888,8
		<b>44.587,1</b>
S. R. Ambiente e Recursos Naturais	Gestão e controlo das ajudas-DRADR	<b>3,1</b>
S. R. Assuntos Sociais	Gabinete do Secretário e serviços de apoio	<b>1.034,3</b>
	<b>Total Aberturas de Crédito Especiais</b>	<b>46.057,6</b>

Globalmente, comparando os valores do orçamento inicial e final (vd. QUADRO 29) a principal variação positiva ocorreu na Secretaria Regional do Plano e Finanças, com um aumento de 27,8 milhões de euros em relação ao orçamento inicial, sendo ainda de destacar nesta secretaria que os reforços de verbas foram efetuados essencialmente pela abertura de créditos especiais (+44,6 milhões de euros), em especial nas rubricas indicadas no QUADRO 28, e por via do orçamento retificativo, que permitiu o reforço das verbas afetas a esta Secretaria Regional em 15,9 milhões de euros.

Outras variações positivas de destaque podem ser observadas, na Secretaria Regional do Equipamento Social onde o aumento de verbas ascendeu a 21,5 milhões de euros, essencialmente por via da dotação provisional, e na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais que refletiu um aumento de 5,5 milhões de euros, dos quais 1 milhão de euros foi inscrito por via da abertura de créditos especiais e os restantes por contrapartida da dotação provisional.

No que concerne às variações negativas entre o orçamento inicial e o final, destaca-se a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais com uma variação de 5,7 milhões de euros, a Secretaria Regional de Educação e Cultura com uma alteração negativa de 2,4 milhões de euros e a Secretaria Regional do Turismo e Transportes com uma diminuição no seu orçamento inicial de 1,1 milhões de euros.

**QUADRO 29 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA**

(mil euros)

Descrição	Orçamento inicial	Alterações				TOTAL	Orçamento final
		Natureza de que se revestem					
		Abertura créditos especiais	Provisional	Orçamento Retificativo	Artigo 26.º, DLR 2/2011/M, 10/01		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2)+(3)+(4)	(6)=(1)+(5)		
Assembleia Legislativa da Madeira	15.114,6	-	-	-	-	-	15.114,6
Presidência do Governo Regional	1.500,0	-	58,6	-	-	58,6	1.558,6
Vice-Presidência do Governo Regional	45.490,7	177,6	901,1	- 2.143,0	874,2	- 190,0	45.300,6
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	20.634,7	-	697,5	- 45,5	-	652,0	21.286,8
Secretaria Regional do Equipamento Social	398.247,5	15,5	25.202,4	- 3.730,7	-	21.487,1	419.734,6
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	42.476,4	-	-	- 1.109,0	-	- 1.109,0	41.367,3
Secretaria Regional de Educação e Cultura	421.175,0	239,9	307,1	- 2.976,8	- 14,7	- 2.444,5	418.730,6
Secretaria Regional do Plano e Finanças	239.553,2	44.587,1	- 31.808,7	15.894,5	- 874,2	27.798,8	267.351,9
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	98.739,1	3,1	-	- 5.670,1	14,7	- 5.652,4	93.086,7
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	340.068,9	1.034,3	4.642,1	- 219,4	-	5.457,0	345.525,9
<b>Total</b>	<b>1.623.000,0</b>	<b>46.057,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 0,0</b>	<b>46.057,6</b>	<b>1.669.057,6</b>

Uma referência ainda para a variação negativa ocorrida no orçamento da Secretaria Regional do Plano e Finanças que decorreu das anulações da *Dotação provisional* (-31,8 milhões de euros), com contrapartida em reforços nos orçamentos de outras Secretarias, nomeadamente a Secretaria Regional do Equipamento Social com um reforço de 25,2 milhões de euros.

## 7.2.2. POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Comparando agora o orçamento inicial com o orçamento final, mas tendo em vista as alterações pela vertente económica, podemos afirmar que em termos globais, o agrupamento económico *Aquisição de bens e serviços* foi aquele onde se registaram maiores reforços orçamentais, chegando ao final do ano com 70,5 milhões de euros adicionais ao orçamento inicial (vd. QUADRO 30), a maior parte dos quais foi alterado via transferências diversas e a restante por contrapartida da dotação provisional.

QUADRO 30 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

(mil euros)

Descrição	Orçamento inicial	Alterações					Orçamento final
		Natureza de que se revestem					
		Abertura créditos especiais	Provisional	Orçamento Rectificativo	Transferências diversas*	TOTAL	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(1)+(6)	
<b>Despesas correntes</b>	<b>1 074 646,8</b>	<b>41 422,9</b>	<b>28 509,0</b>	<b>- 2 078,7</b>	<b>58 165,7</b>	<b>126 019,0</b>	<b>1 200 665,8</b>
Despesas com o pessoal	372 273,0	225,3	58,6	77,8	- 3 766,3	- 3 404,7	368 868,3
Aquisição de bens e serviços	165 868,7	29,5	20 274,2	- 9 536,4	59 780,7	70 548,0	236 416,7
Juros e outros encargos	42 285,3	-	13 675,0	8 000,0	316,3	21 991,3	64 276,6
Transferências correntes	451 557,2	184,3	4 642,1	- 465,1	- 2 990,0	1 371,3	452 928,6
Subsídios	31 853,5	-	-	- 160,0	4 340,6	4 180,6	36 034,1
Outras despesas correntes	10 809,1	40 983,8	- 10 140,9	5,1	484,5	31 332,5	42 141,6
<b>Despesas de capital</b>	<b>548 353,2</b>	<b>4 634,7</b>	<b>- 28 509,0</b>	<b>2 078,7</b>	<b>- 58 165,7</b>	<b>- 79 961,4</b>	<b>468 391,7</b>
Aquisição de bens de capital	331 636,3	889,9	5 934,0	- 4 530,1	- 39 594,0	- 37 300,2	294 336,1
Transferências de capital	119 072,5	3 744,7	-	- 2 876,4	- 3 986,5	- 3 118,1	115 954,4
Activos financeiros	28 114,8	-	1 093,0	- 514,9	- 14 332,6	- 13 754,4	14 360,3
Passivos financeiros	44 598,0	-	- 604,4	-	- 252,6	- 857,0	43 741,0
Outras despesas de capital	24 931,6	-	- 34 931,6	10 000,0	-	- 24 931,6	-
<b>Total</b>	<b>1 623 000,0</b>	<b>46 057,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46 057,6</b>	<b>1 669 057,6</b>

\* No âmbito do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de abril, conjugado com o artigo 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro.

Ainda relativamente aos reforços destaca-se as *Outras despesas correntes* com uma variação positiva de 31,3 milhões de euros e os *Juros e outros encargos* com um aumento relativamente ao orçamento inicial de 22,0 milhões de euros. O único agrupamento incluído nas despesas correntes que pautou-se por variações negativas foram as *Despesas com o pessoal*, que apresentam uma redução de 3,4 milhões de euros no conjunto das alterações orçamentais efetuadas ao longo do ano.

Em todos os agrupamentos económicos das despesas de capital ocorreram variações negativas, devido à diminuição das obras públicas, o que demonstra que a quase totalidade dos reforços efetuados em 2011 dirigiu-se às despesas correntes em detrimento das despesas de capital.

### 7.2.3. POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

No que se refere às alterações orçamentais efetuadas por classificação funcional, o QUADRO 31 indica que o Governo Regional em 2011 privilegiou as despesas afetas às *Funções económicas*. Deste modo, constata-se que a variação das verbas orçamentadas inicialmente sofreu um aumento de 45,2 milhões de euros, em grande parte devido ao incremento no subfunção *Transportes e comunicações*, essencialmente por via da abertura de créditos especiais (20,0 milhões de euros) e por contrapartida da dotação provisional (25,2 milhões de euros).

QUADRO 31 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Descrição	Orçamento inicial	Alterações				TOTAL	Orçamento final
		Natureza de que se revestem					
		Abertura créditos especiais	Provisional	Orçamento Rectificativo	Artigo 26.º, DLR 2/2011/M, 10/01		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(1)+(6)	
<b>Funções gerais de soberania:</b>	<b>66.283,6</b>	<b>22.904,4</b>	<b>254,2</b>	<b>- 1.596,9</b>	<b>-</b>	<b>21.561,7</b>	<b>87.845,3</b>
Serviços gerais da administração pública	56.266,8	3.740,1	254,2	- 1.702,6	-	2.291,7	58.558,6
Defesa nacional	-	-	-	-	-	-	-
Segurança e ordem públicas	10.016,8	19.164,3	-	105,7	-	19.270,0	29.286,7
<b>Funções sociais:</b>	<b>1.051.748,0</b>	<b>3.134,7</b>	<b>4.949,2</b>	<b>- 15.069,1</b>	<b>256,5</b>	<b>- 6.728,7</b>	<b>1.045.019,3</b>
Educação	409.825,5	239,9	3,4	- 378,8	1.485,3	1.349,9	411.175,4
Saúde	345.358,5	-	4.642,1	- 995,4	-	3.646,7	349.005,2
Segurança e acção sociais	-	-	-	-	-	-	-
Habituação e serviços colectivos	223.745,0	2.894,7	-	- 12.188,3	- 1.228,8	- 10.522,3	213.222,6
Serviços culturais, recreativos e religiosos	72.819,0	-	303,7	- 1.506,6	-	- 1.202,9	71.616,1
<b>Funções económicas:</b>	<b>383.038,5</b>	<b>20.018,5</b>	<b>26.800,9</b>	<b>- 1.334,1</b>	<b>- 256,5</b>	<b>45.228,9</b>	<b>428.267,4</b>
Agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca	57.361,4	3,1	-	- 2.514,1	- 630,8	- 3.141,8	54.219,6
Indústria e energia	2.747,3	-	-	138,7	-	138,7	2.886,0
Transportes e comunicações	253.962,8	20.015,5	25.202,3	4.218,0	-	49.435,8	303.398,6
Comércio e turismo	50.221,7	-	901,1	- 3.131,2	374,3	- 1.855,9	48.365,8
Outras funções económicas	18.745,3	-	697,5	- 45,5	-	652,0	19.397,4
<b>Outras funções:</b>	<b>121.929,9</b>	<b>-</b>	<b>- 32.004,3</b>	<b>18.000,0</b>	<b>-</b>	<b>- 14.004,3</b>	<b>107.925,6</b>
Operações da dívida pública	86.857,4	-	13.068,2	8.000,0	-	21.068,2	107.925,6
Transferências entre administrações	-	-	-	-	-	-	-
Diversas não especificadas	35.072,6	-	- 45.072,6	10.000,0	-	- 35.072,6	-
<b>Total</b>	<b>1.623.000,0</b>	<b>46.057,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.057,6</b>	<b>1.669.057,6</b>

(mil euros)

De realçar que a subfunção Operações da dívida pública foi reforçada em 21,1 milhões de euros, 8,0 milhões dos quais por via do orçamento rectificativo e os restantes 13,1 milhões de euros por contrapartida da dotação provisional.

Por outro lado, as Funções gerais de soberania foram aumentadas em 21,6 milhões de euros, especialmente na consequência de aberturas de crédito especiais. Será ainda de salientar que a subfunção *Segurança e ordem públicas* foi responsável pelo reforço de 19,3 milhões de euros.

No que concerne às alterações orçamentais no âmbito da gestão flexível, lembre-se que o Governo Regional ficou autorizado a efetuar as alterações orçamentais indispensáveis, tendo em vista a maximização da utilização dos recursos financeiros disponíveis, independentemente da natureza das classificações funcionais e das classificações orgânicas previstas no Orçamento Regional para 2011, em conformidade com o n.º 2 do artigo 25.º do Decreto Legislativo Regional, n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro.

### 7.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução orçamental da despesa totalizou cerca de 1.075,7 milhões de euros em 2011, o que corresponde a uma execução orçamental de 64,4% (Vd. QUADRO 32).

QUADRO 32 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 2011

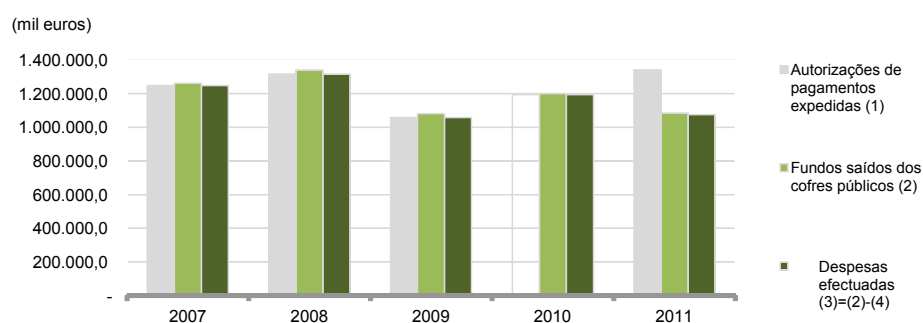
Descrição	(mil euros)				
	Orçamento inicial	Orçamento final	Execução orçamental	Diferenças	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(1)	(5)=(3)-(2)
Despesas totais	1.623.000,0	1.669.057,6	1.075.685,8	46.057,6	- 593.371,7
Despesas efectivas	1.578.402,0	1.625.316,6	1.031.944,9	46.914,6	- 593.371,7
Passivos financeiros	44.598,0	43.741,0	43.741,0	- 857,0	- 0,0

Em termos comparativos, verifica-se que as despesas totais realizadas no ano de 2011 foram inferiores em 10% relativamente às despesas de 2010 (Vd. QUADRO 33) e superiores em 1,5% quando comparadas com o ano de 2009. No que concerne à despesa efetiva (total da despesa deduzida dos *Passivos financeiros*), esta diminuiu 9,7% relativamente a 2010, e em relação a 2009 subiu 0,4%.

QUADRO 33 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EFETUADAS (2009-2011)

Descrição	(mil euros)					
	Em valor			Taxas de variação (%)		
	2009	2010	2011	2010 / 2009	2011 / 2010	
Despesas correntes	886.456,5	957.058,3	908.865,3	8,0	- 5,0	
Despesas de capital	172.828,9	237.710,2	166.820,5	37,5	- 29,8	
<i>Das quais: Passivos financeiros</i>	<i>31.088,6</i>	<i>52.034,6</i>	<i>43.741,0</i>	<i>67,4</i>	<i>- 15,9</i>	
<b>Despesas totais</b>	<b>1.059.285,5</b>	<b>1.194.768,5</b>	<b>1.075.685,8</b>	<b>12,8</b>	<b>- 10,0</b>	
<b>Despesas efectivas</b>	<b>1.028.196,9</b>	<b>1.142.733,9</b>	<b>1.031.944,9</b>	<b>11,1</b>	<b>- 9,7</b>	

O GRÁFICO 8 ilustra a evolução dos montantes autorizados, dos fundos saídos dos cofres da Região e da despesa realizada, de 2007 a 2011. Constata-se que os fundos saídos dos cofres públicos totalizaram 1.084,1 milhões de euros no ano económico de 2011, dos quais 8,4 milhões de euros respeitam a reposições abatidas nos pagamentos. De referir que as reposições abatidas nos pagamentos foram registadas essencialmente na Secretaria Regional do Plano e Finanças, conforme apresentado no Anexo XXXIV. As despesas caducadas não tiveram qualquer expressão orçamental.

**GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTAIS AUTORIZADAS E EFETUADAS (2007-2011)**

	(mil euros)				
Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Autorizações de pagamentos expedidas (1)	1.248.568,6	1.317.101,5	1.059.285,5	1.194.768,5	1.340.359,8
Fundos saídos dos cofres públicos (2)	1.263.064,2	1.341.298,8	1.081.327,0	1.201.386,9	1.084.136,3
Despesas efectuadas (3)=(2)-(4)	1.248.565,4	1.317.101,5	1.059.285,5	1.194.768,5	1.075.685,8
Reposições abatidas nos pagamentos (4)	14.498,8	24.197,4	22.041,6	6.618,3	8.450,4
Despesas por pagar (5)=(1)-(3)	3,2	-	-	-	264.673,9

NOTA: Os valores apresentados não incluem contas de ordem nem recursos próprios de terceiros

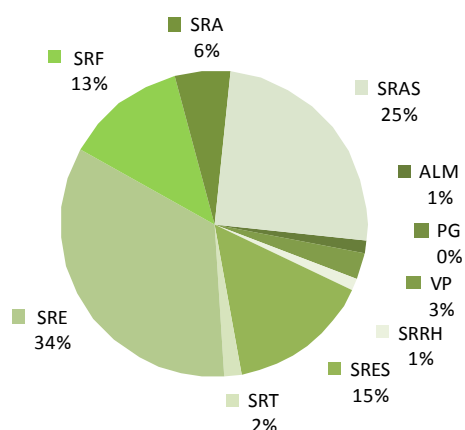
Nos pontos seguintes irão ser analisadas, por classificação orgânica, económica e funcional, a execução orçamental das despesas realizadas em 2011. Propomo-nos a confrontar os montantes pagos com os orçamentados e com a execução orçamental do ano anterior.



### 7.3.1. POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

A informação relativa à execução orçamental da despesa por agrupamentos orgânicos, fornecida pelo GRÁFICO 9 revela que as Secretarias Regionais de Educação e Cultura, dos Assuntos Sociais e do Equipamento Social representam uma parcela relevante da despesa executada em 2011, traduzida num peso relativo de 74,1% face ao globalmente realizado no ano em apreço.

GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR AGRUPAMENTO ORGÂNICO (2011)



O QUADRO 34 sistematiza a informação relativa aos encargos pagos no ano económico de 2011, por cada um dos Departamentos do Governo Regional, assim como as respetivas dotações orçamentais.

QUADRO 34 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

(mil euros)

Designação	Orçamento final		Execução orçamental		Diferenças	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Assembleia Legislativa da Madeira	15.114,6	0,9	14.389,6	1,3	-725,0	-4,8
Presidência do Governo Regional	1.558,6	0,1	1.211,5	0,1	-347,1	-22,3
Vice-Presidência do Governo Regional	45.300,6	2,7	30.109,2	2,8	-15.191,4	-33,5
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	21.286,8	1,3	12.274,8	1,1	-9.012,0	-42,3
Secretaria Regional do Equipamento Social	419.734,6	25,1	161.791,0	15,0	-257.943,6	-61,5
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	41.367,3	2,5	19.742,8	1,8	-21.624,5	-52,3
Secretaria Regional de Educação e Cultura	418.730,6	25,1	367.221,5	34,1	-51.509,1	-12,3
Secretaria Regional do Plano e Finanças	267.351,9	16,0	137.006,0	12,7	-130.345,9	-48,8
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	93.086,7	5,6	62.919,7	5,8	-30.166,9	-32,4
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	345.525,9	20,7	269.019,6	25,0	-76.506,2	-22,1
<b>Total</b>	<b>1.669.057,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.075.685,8</b>	<b>100,0</b>	<b>-593.371,7</b>	<b>-35,6</b>

No que concerne à taxa de utilização dos recursos financeiros disponíveis, é possível constatar que a Assembleia Legislativa da Madeira e a Secretaria Regional de Educação e Cultura são os agrupamentos orgânicos que registam menores desvios entre a dotação orçamental e a respetiva execução, corporizados por taxas de execução de 95,2% e de 87,7%, respetivamente.

O QUADRO 35 compara a execução orçamental da despesa, desagregada por Departamentos do Governo Regional, do ano económico de 2011, com a do ano económico anterior e apresenta as variações ocorridas entre os dois períodos considerados.

**QUADRO 35 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (2010-2011)**

Designação	(mil euros)							
	2010			2011			Variação 2011 - 2010	
	Valor	Estrutura	Taxa Exec	Valor	Estrutura	Taxa Exec	Valor	%
Assembleia Legislativa da Madeira	15.732,2	1,3	96,1	14.389,6	1,3	95,2	-1.342,6	-8,5
Presidência do Governo Regional	1.366,2	0,1	80,8	1.211,5	0,1	77,7	-154,7	-11,3
Vice-Presidência do Governo Regional	21.290,2	1,8	50,1	30.109,2	2,8	66,5	8.819,0	41,4
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	13.879,7	1,2	78,0	12.274,8	1,1	57,7	-1.604,9	-11,6
Secretaria Regional do Equipamento Social	214.686,8	18,0	52,9	161.791,0	15,0	38,5	-52.895,8	-24,6
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	22.125,2	1,9	47,1	19.742,8	1,8	47,7	-2.382,4	-10,8
Secretaria Regional de Educação e Cultura	401.844,7	33,6	93,4	367.221,5	34,1	87,7	-34.623,1	-8,6
Secretaria Regional do Plano e Finanças	173.132,7	14,5	61,0	137.006,0	12,7	51,2	-36.126,7	-20,9
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	66.079,8	5,5	62,9	62.919,7	5,8	67,6	-3.160,0	-4,8
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	264.631,0	22,1	80,7	269.019,6	25,0	77,9	4.388,6	1,7
<b>Total</b>	<b>1.194.768,5</b>	<b>100,0</b>	<b>71,2</b>	<b>1.075.685,8</b>	<b>100,0</b>	<b>64,4</b>	<b>-119.082,7</b>	<b>-10,0</b>

A informação em apreço permite constatar que, em 2011, a estrutura da despesa manteve o perfil semelhante ao registado em 2010, tendo-se registado alterações pouco significativas no peso relativo da despesa realizada pelos Departamentos do Governo Regional, sendo de destacar o acréscimo registado pela Secretaria regional dos Assuntos Sociais.

A evolução da despesa fica marcada por um movimento descendente e materializada pela execução, em 2011, de -10% face ao observado no ano anterior, o que representou menos 119,1 milhões de euros. À exceção da Vice-Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que registaram acréscimos da despesa de 41,4% e 1,7%, respetivamente, todos os agrupamentos orgânicos registaram volumes de despesa inferiores ao observado em 2010.

O ponto 9 deste relatório reserva uma análise mais apurada da execução orçamental de cada um dos Departamentos do Governo Regional, com destaque para os projetos de investimento de maior relevo. Nesse ponto serão também considerados os valores consolidados de cada Secretaria Regional com os Serviços e Fundos Autónomos da respetiva tutela.

### 7.3.2. POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

O QUADRO 36 evidencia os montantes executados em comparação com os do orçamento final, por classificação económica relativo às despesas de 2011. No cômputo geral a execução orçamental ficou 35,6% aquém dos valores orçamentados, ou seja, ficaram por executar cerca de 593,4 milhões de euros, afetos maioritariamente às despesas de capital, o que denota uma execução na ordem dos 76,7% no que toca às despesas correntes.

Mais concretamente, esta situação é explicada pela componente *Aquisição de bens de capital*, onde não foram executados aproximadamente 203,0 milhões de euros orçamentados, o que resulta das dificuldades da Região em obter financiamento para a prossecução das despesas de capital orçamentadas.

QUADRO 36 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Designação	(mil euros)					
	Orçamento final		Execução orçamental		Diferenças	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Despesas correntes</b>	<b>1.200.665,8</b>	<b>71,9</b>	<b>908.865,3</b>	<b>84,5</b>	<b>- 291.800,5</b>	<b>- 24,3</b>
Despesas com o pessoal	368.868,3	22,1	356.116,2	33,1	-12.752,1	- 3,5
Aquisição de bens e serviços	236.416,7	14,2	103.146,1	9,6	-133.270,6	- 56,4
Juros e outros encargos	64.276,6	3,9	36.416,7	3,4	-27.860,0	- 43,3
Transferências correntes	452.928,6	27,1	371.781,9	34,6	-81.146,7	- 17,9
Subsídios	36.034,1	2,2	22.312,1	2,1	-13.722,0	- 38,1
Outras despesas correntes	42.141,6	2,5	19.092,4	1,8	-23.049,2	- 54,7
<b>Despesas de capital</b>	<b>468.391,7</b>	<b>28,1</b>	<b>166.820,5</b>	<b>15,5</b>	<b>- 301.571,2</b>	<b>- 64,4</b>
Aquisição de bens de capital	294.336,1	17,6	91.357,9	8,5	-202.978,2	- 69,0
Transferências de capital	115.954,4	6,9	25.344,0	2,4	-90.610,4	- 78,1
Activos financeiros	14.360,3	0,9	6.377,6	0,6	-7.982,7	- 55,6
Passivos financeiros	43.741,0	2,6	43.741,0	4,1	,0	- 0,0
Outras despesas de capital	,0	-	,0	-	,0	-
<b>Total</b>	<b>1.669.057,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.075.685,8</b>	<b>100,0</b>	<b>- 593.371,7</b>	<b>- 35,6</b>

O quadro seguinte apresenta as despesas anuais por classificação económica relativas a 2010 e 2011 com a respetiva variação anual, bem como o peso estrutural e a taxa de execução de cada componente económica elencada no quadro.

No que concerne às despesas de capital, as *Aquisições de bens de capital* representam 54,8% do total desses encargos. Todavia, conforme se pode verificar pelo QUADRO 37, as despesas dessa natureza diminuíram 28,5% em relação ao ano anterior. Esta tendência também pode ser confirmada

expurgando os *Passivos financeiros*, deste modo, constatamos que as despesas de capital efetivas realizadas em 2011 diminuíram 33,7% relativamente ao ano anterior.

**QUADRO 37 - DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (2010-2011)**

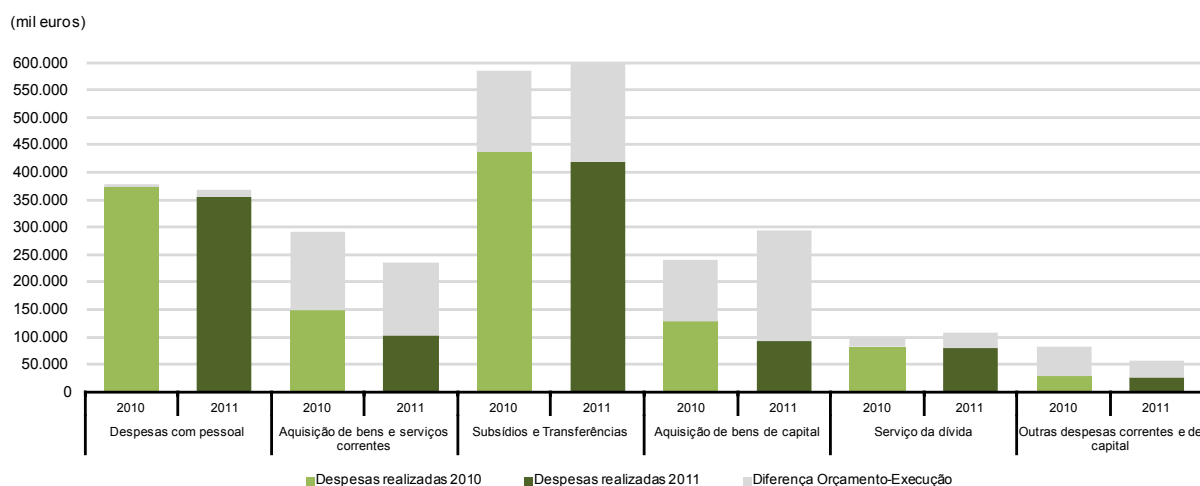
Designação	(mil euros)							
	2010			2011			Variação 2011 - 2010	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
<b>Despesas correntes</b>	<b>957 058,3</b>	<b>80,1</b>	<b>77,1</b>	<b>908 865,3</b>	<b>84,5</b>	<b>75,7</b>	<b>- 48 193,0</b>	<b>- 5,0</b>
Despesas com o pessoal	371 973,9	31,1	98,2	356 116,2	33,1	96,5	- 15 857,8	- 4,3
Aquisição de bens e serviços	149 319,1	12,5	51,1	103 146,1	9,6	43,6	- 46 173,0	- 30,9
Juros e outros encargos	29 641,5	2,5	63,0	36 416,7	3,4	56,7	6 775,1	22,9
Transferências correntes	362 180,0	30,3	83,3	371 781,9	34,6	82,1	9 601,9	2,7
Subsídios	21 932,3	1,8	54,9	22 312,1	2,1	61,9	379,8	1,7
Outras despesas correntes	22 011,4	1,8	46,1	19 092,4	1,8	45,3	- 2 919,0	- 13,3
<b>Despesas de capital</b>	<b>237 710,2</b>	<b>19,9</b>	<b>54,4</b>	<b>166 820,5</b>	<b>15,5</b>	<b>35,6</b>	<b>- 70 889,7</b>	<b>- 29,8</b>
Aquisição de bens de capital	127 862,3	10,7	53,0	91 357,9	8,5	31,0	- 36 504,3	- 28,5
Transferências de capital	51 541,3	4,3	47,4	25 344,0	2,4	21,9	- 26 197,4	- 50,8
Activos financeiros	6 272,0	0,5	28,5	6 377,6	0,6	44,4	105,6	1,7
Passivos financeiros	52 034,6	4,4	100,0	43 741,0	4,1	100,0	- 8 293,7	- 15,9
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 194 768,5</b>	<b>100,0</b>	<b>71,2</b>	<b>1 075 685,8</b>	<b>100,0</b>	<b>64,4</b>	<b>- 119 082,7</b>	<b>- 10,0</b>

Por outro lado, da análise do quadro anterior pela vertente da despesa corrente verifica-se uma diminuição considerável das verbas despendidas em *Despesas com o pessoal* (-15,9 milhões de euros), em *Aquisição de bens e serviços* (46,2 milhões de euros) e em *Outras despesas correntes* (-2,9 milhões de euros). O acréscimo registado em *Juros e outros encargos* (6,8 milhões de euros) decorre do facto de novos empréstimos efetuados que foram alvo do vencimento dos respetivos juros durante o ano de 2011.

Globalmente verifica-se que em 2011 verifica-se uma diminuição da despesa relativamente ao ano anterior em 10,0%, o que revela um decréscimo na despesa total em 119,1 milhões de euros. Este valor desagrega-se em 70,9 milhões de euros na despesa de capital - o que indica uma redução neste tipo de despesas de 29,8% - e 48,2 milhões de euros na despesa corrente, representando uma diminuição de 5,0% em relação ao ano anterior.

O GRÁFICO 10 ilustra, por grandes agrupamentos económicos, a evolução da despesa realizada nos anos de 2010 e 2011, que são objeto de análise nos pontos seguintes.

GRÁFICO 10 – DESPESAS POR GRANDES AGRUPAMENTOS ECONÓMICOS (2010-2011)



### 7.3.2.1. DESPESAS COM O PESSOAL

Relativamente às *Despesas com o pessoal*, verifica-se que em 2011 foram significativamente inferiores às do ano anterior, quer em termos absolutos (-15,9 milhões de euros) quer em termos relativos (-4,3%). Deste modo, as *Despesas com pessoal* representam cerca de 33,1% das despesas realizadas em 2011.

QUADRO 38 – DESPESAS COM O PESSOAL (2010-2011)

(mil euros)

Designação	2010			2011			Variação 2011 - 2010	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	306.482,3	82,4	99,0	296.760,0	83,3	97,9	-9.722,4	- 3,2
Abonos variáveis ou eventuais	12.184,4	3,3	84,6	10.152,3	2,9	83,9	-2.032,1	- 16,7
Segurança social	53.307,2	14,3	96,7	49.203,9	13,8	91,7	-4.103,3	- 7,7
<b>Total despesas com pessoal</b>	<b>371.973,9</b>	<b>100,0</b>	<b>98,2</b>	<b>356.116,2</b>	<b>100,0</b>	<b>96,5</b>	<b>-15.857,8</b>	<b>- 4,3</b>

As medidas que foram adotadas pelo Governo Regional, tendo em vista a aposta na eficiência e eficácia do desempenho dos funcionários públicos proporcionaram especial relevância na contenção das despesas com o pessoal, controlando as admissões e acionando os mecanismos de mobilidade geral, mais concretamente através do dever de informação sobre recrutamento de trabalhadores nas Administrações Públicas, controlo de efetivos, proibição de valorizações remuneratórias, reforço do planeamento e coordenação de atividades que reflitam uma melhoria na produtividade dos funcionários públicos. Sublinhe-se ainda que os *Abonos variáveis ou eventuais* têm vindo a registar sucessivos decréscimos nos últimos anos, em resultado das medidas de contenção de despesas desta natureza adotadas pelo Governo Regional.

De facto, observando o quadro anterior constata-se que, dos 15,9 milhões de euros de redução em despesas com o pessoal relativamente a 2010, a maior parte deve-se à diminuição nas *Remunerações certas e permanentes* (9,7 milhões de euros), seguida da redução de 4,1 milhões de euros na *Segurança social*, de salientar ainda que os 2 milhões de euros de redução em *Abonos variáveis ou eventuais* representa uma diminuição significativa de 16,7% relativamente ao ano anterior.

### 7.3.2.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A *Aquisição de bens e serviços* foi o agrupamento de classificação económica que mais diminuiu em relação ao ano anterior, com uma redução expressiva de 30,9%, ou seja, 46,2 milhões de euros. O QUADRO 39 dá conta da evolução das despesas com a *Aquisição de bens e serviços* em 2011, no qual constata-se que a diminuição verificada nas rubricas *Conservação de bens* e *Utilização de infraestruturas de transportes* representa aproximadamente 32 milhões de euros dessa redução.

QUADRO 39 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (2010-2011)

Designação	(mil euros)								
	2010			2011			Variação 2011 - 2010		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
<b>Aquisição de bens</b>	<b>15.119,8</b>	<b>10,1</b>	<b>71,4</b>	<b>10.496,6</b>	<b>10,2</b>	<b>49,3</b>	<b>-4.623,2</b>	<b>- 30,6</b>	
<i>Rubricas mais significativas:</i>									
<i>Combustíveis e lubrificantes</i>	1.267,0	0,8	41,5	686,8	0,7	42,1	-580,2	- 45,8	
<i>Munições, explosivos e artificios</i>	1.583,8	1,1	0,3	5,7	0,0	0,4	-1.578,1	- 99,6	
<i>Alimentação — Refeições confeccionadas</i>	3.634,5	2,4	59,2	2.828,3	2,7	48,7	-806,3	- 22,2	
<i>Alimentação — Géneros para confeccionar</i>	3.046,1	2,0	46,1	1.894,7	1,8	71,3	-1.151,4	- 37,8	
<i>Material de escritório</i>	1.181,4	0,8	35,5	572,0	0,6	40,7	-609,4	- 51,6	
<i>Outros bens</i>	1.891,2	1,3	95,0	2.889,3	2,8	64,0	998,1	52,8	
<b>Aquisição de serviços</b>	<b>134.199,3</b>	<b>89,9</b>	<b>49,5</b>	<b>92.649,5</b>	<b>89,8</b>	<b>43,1</b>	<b>-41.549,9</b>	<b>- 31,0</b>	
<i>Rubricas mais significativas:</i>									
<i>Encargos das instalações</i>	4.437,2	3,0	31,7	3.042,4	2,9	25,8	-1.394,8	- 31,4	
<i>Conservação de bens</i>	26.680,2	17,9	20,3	5.716,4	5,5	39,9	-20.963,9	- 78,6	
<i>Locação de edifícios</i>	12.535,5	8,4	99,7	12.625,0	12,2	95,0	89,5	0,7	
<i>Comunicações</i>	2.726,5	1,8	48,2	2.297,0	2,2	56,3	-429,5	- 15,8	
<i>Estudos, pareceres, projectos e consultadoria</i>	4.642,9	3,1	25,9	2.566,7	2,5	19,7	-2.076,2	- 44,7	
<i>Publicidade</i>	1.578,5	1,1	29,5	1.255,9	1,2	25,6	-322,6	- 20,4	
<i>Vigilância e segurança</i>	1.220,0	0,8	55,1	1.051,2	1,0	48,4	-168,9	- 13,8	
<i>Assistência técnica</i>	1.276,5	0,9	36,8	965,1	0,9	35,7	-311,4	- 24,4	
<i>Outros trabalhos especializados</i>	2.086,5	1,4	20,7	1.031,0	1,0	19,2	-1.055,5	- 50,6	
<i>Utilização de infra-estruturas de transportes</i>	65.254,6	43,7	31,0	54.269,3	52,6	42,0	-10.985,2	- 16,8	
<i>Outros serviços</i>	6.992,8	4,7	49,3	4.874,9	4,7	58,1	-2.117,9	- 30,3	
<b>Total Aquisição de bens e serviços</b>	<b>149.319,1</b>	<b>100,0</b>	<b>51,1</b>	<b>103.146,1</b>	<b>100,0</b>	<b>43,6</b>	<b>-46.173,0</b>	<b>- 30,9</b>	

A diminuição relativa à *Conservação de bens* explica-se em parte, com o facto de terem sido pagos em 2010 extraordinariamente cerca de 23,1 milhões de euros no âmbito das obras de *Reconstrução, reabilitação e correção preventiva de temporais*. Ainda no âmbito da *Aquisição de serviços* destacam-

se as diminuições observadas em *Estudos, pareceres, projetos e consultoria* na ordem dos 2 milhões de euros, nos *Encargos das instalações* com uma redução homóloga de 1,4 milhões de euros, bem como no subagrupamento económico *Outros serviços* que pautou-se por uma execução 2,1 milhões abaixo do ano anterior.

No que respeita à *Aquisição de bens*, verificamos que estas representam apenas 10,2% do total das despesas do agrupamento económico em apreço, todavia a redução verificada em termos relativos foi tão significativa como na *Aquisição de serviços*, ou seja, 31% relativamente a 2010.

Excetuando o subagrupamento *Outros bens* que apresenta um aumento em relação ao ano anterior todos os restantes subagrupamentos incluídos na *Aquisição de bens* pautaram-se por reduções homólogas, sendo de destacar a redução em *Munições, explosivos e artificios* na ordem dos 100%, a *Alimentação – Géneros para confeccionar* com uma diminuição de 38%, bem como o *Material de escritório* que, com um decréscimo absoluto de 610 mil euros consegue uma redução relativa de 52% relativamente a 2010.

### 7.3.2.3. SUBSÍDIOS

No que se refere aos *Subsídios*, o montante despendido pelo Governo Regional durante o ano económico de 2011 ascendeu a 22,3 milhões de euros, o que representa um peso residual no total das despesas realizadas (2,1%). A política de atribuição de apoios por parte do Governo Regional tem centrado esforços em setores sociais e estratégicos para a Região, nomeadamente a habitação, o ambiente e os transportes. O QUADRO 40 ajuda-nos a compreender melhor essa distribuição.

QUADRO 40 – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, 2011

Descrição	(mil euros)	
	Valor	%
<b>Sistema de gestão transportes</b>	<b>5.661,0</b>	<b>25,4</b>
Indemnizações compensatórias para as empresas do sector dos transportes, incluídas no orçamento da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com vista a garantir níveis de preços sociais ao utilizador, inferiores aos custos dos transportes públicos colectivos urbanos e interurbanos.		
<b>IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.</b>	<b>3.810,3</b>	<b>17,1</b>
Apoio compensatório à habitação com fins sociais		
<b>Sistema da Valor Ambiente, SA</b>	<b>9.355,4</b>	<b>41,9</b>
Exploração do sistema da Valor Ambiente, SA		
<b>Modernização e diversificação da economia rural</b>	<b>2.978,7</b>	<b>13,4</b>
Acções de apoio à agricultura madeirense	223,7	
Apoios à exploração do CARAM, EPE	700,0	
Apoio à exploração da Invest. gestão hidroagrícola-IGH, SA	2.055,0	
<b>Outros apoios concedidos</b>	<b>506,7</b>	<b>2,3</b>
Apoio à frota pesqueira e indústria - DRP	506,7	
<b>Total subsídios</b>	<b>22.312,1</b>	<b>100,0</b>

Desde logo, sobressai o facto de que mais de metade dos subsídios (55,3%), terem sido atribuídos pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, a maior parte dos quais destinados ao sistema de gestão de resíduos sólidos e o restante à modernização e diversificação da economia rural. Verifica-se ainda que a Secretaria Regional do Turismo e Transportes assume 25,4% dos montantes despendidos em 2011, devido à importância relativa aos custos com as indemnizações compensatórias atribuídas às empresas de transportes coletivos urbanos e interurbanos de passageiros, para manutenção de tarifas sociais. De realçar também que ainda foram concedidos pela Secretaria Regional do Plano e Finanças, apoios no montante de 3,8 milhões de euros, no âmbito do *Apoio compensatório à habitação com fins sociais - IHM*.

### 7.3.2.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

As transferências orçamentais assumem especial relevância no total da despesa anual, representando em 2011, 36,9% da despesa em termos relativos, ou seja, 397,1 milhões de euros, o que revela uma diminuição neste tipo de despesa em relação ao ano anterior na ordem dos 4%.

QUADRO 41 – TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS EFETUADAS, 2011

(mil euros)

	Transferências correntes			Transferências de capital			Transferências Totais		
	FUNC.	INV.P.	Total	FUNC.	INV.P.	Total	FUNC.	INV.P.	Total
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	12.008,1	14.804,4	<b>26.812,5</b>	63,4	8.962,3	<b>9.025,7</b>	12.071,5	23.766,7	<b>35.838,2</b>
Sociedades financeiras	420,7	-	<b>420,7</b>	-	-	-	420,7	-	<b>420,7</b>
Administração central	-	-	-	-	2.847,5	<b>2.847,5</b>	-	2.847,5	<b>2.847,5</b>
Administração regional	298.055,2	14.609,9	<b>312.665,1</b>	1.043,8	10.096,3	<b>11.140,1</b>	299.099,0	24.706,2	<b>323.805,2</b>
Serviços e Fundos Autónomos	298.055,2	14.609,9	<b>312.665,1</b>	1.043,8	10.096,3	<b>11.140,1</b>	299.099,0	24.706,2	<b>323.805,2</b>
Administração local	-	-	-	-	1.926,0	<b>1.926,0</b>	-	1.926,0	<b>1.926,0</b>
Instituições sem fins lucrativos	24.425,2	3.924,5	<b>28.349,7</b>	-	326,6	<b>326,6</b>	24.425,2	4.251,1	<b>28.676,3</b>
Famílias	2.731,3	761,7	<b>3.492,9</b>	-	78,1	<b>78,1</b>	2.731,3	839,8	<b>3.571,1</b>
Resto do mundo	18,3	22,7	<b>41,0</b>	-	-	-	18,3	22,7	<b>41,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>337.658,8</b>	<b>34.123,1</b>	<b>371.781,9</b>	<b>1.107,2</b>	<b>24.236,8</b>	<b>25.344,0</b>	<b>338.766,0</b>	<b>58.359,9</b>	<b>397.125,9</b>

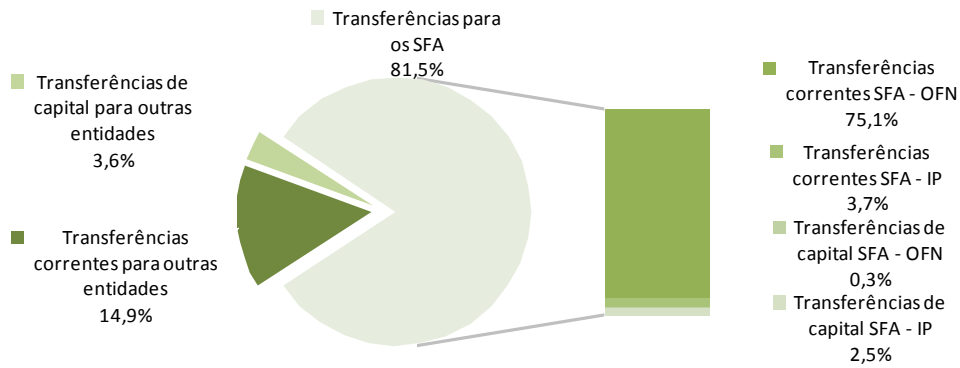
Relativamente à estrutura dos montantes transferidos pelo Governo Regional, por natureza, observa-se pelo QUADRO 41 que 93,6% têm natureza corrente, sendo que 90,8% destas estão inscritas em rubricas do orçamento de funcionamento normal. Por outro lado, 14,7% do total dos montantes transferidos incluem-se nos investimentos do Plano e deste valor 41,5% foi destinado a financiar as despesas de capital.

O valor das transferências para os Serviços e Fundos Autónomos (SFA), representam 81,5% do total das transferências concedidas pelo Governo Regional, o que revela a importância relativa das



transferências para os SFA. Esta evidência é melhor percebida através do GRÁFICO 11 que ilustra a estrutura das transferências do Governo Regional para as diferentes entidades.

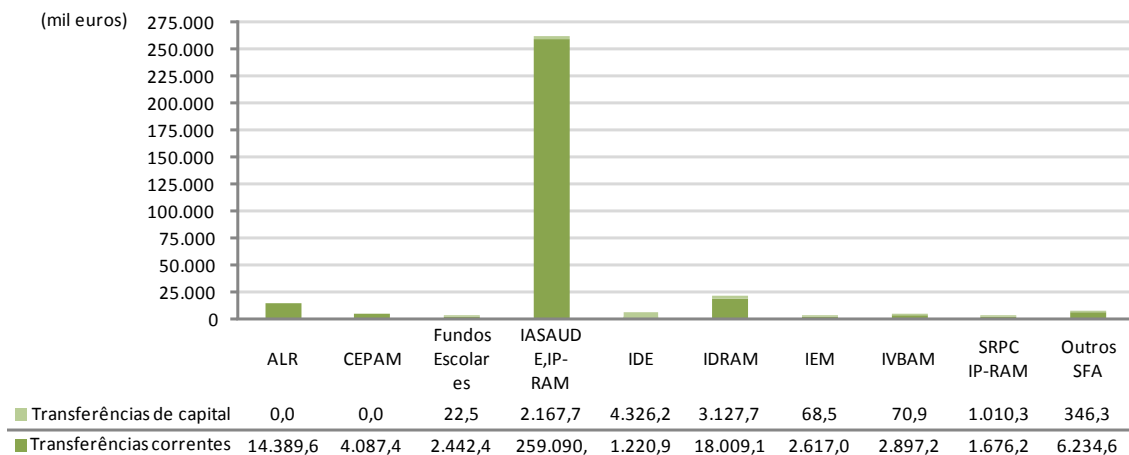
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2011



#### 7.3.2.4.1. TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

As *Transferências correntes e de capital* para os Serviços e Fundos Autónomos, ascenderam ao montante de 323,8 milhões de euros e totalizaram 81,5% das despesas desta natureza durante o ano de 2011.

GRÁFICO 12 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, 2011



Verifica-se pelo GRÁFICO 12 que os 261,3 milhões de euros transferidos para o IASAUDE - Instituto de Administração da Saúde, IP – RAM, fazem com que este serviço continue a assumir o maior peso relativo no total das transferências para os Serviços e Fundos Autónomos (80,7%).

## 7.3.2.4.2. TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES

Excluindo as transferências para os Serviços e Fundos Autónomos, as importâncias transferidas em 2011 para as demais entidades representaram 18,5% do total das *Transferências correntes e de capital*.

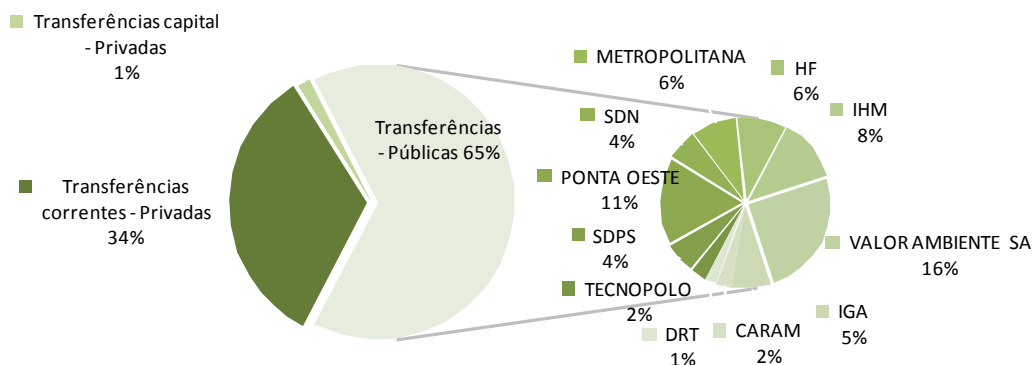
QUADRO 42 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2011

CI.Org.	Designação	Valor (mil euros)	%
	<b>Apoio ao desenvolvimento regional e local</b>	<b>8.097,0</b>	<b>22,6</b>
VP	Sociedade de desenvolvimento do Porto Santo, SA	1.400,0	3,9
VP	Ponta do oeste - Sociedade de promoção e desenvolvimento da zona oeste da Madeira, SA	3.299,3	9,2
VP	Sociedade Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA	1.371,3	3,8
VP	Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA	2.026,4	5,7
SRES	<b>Saída Leste da Ribeira Brava-DRIE</b>	<b>659,0</b>	<b>1,8</b>
	<i>Sociedade de promoção e desenvolvimento da zona oeste da Madeira, SA</i>		
SREC	<b>Comparticipações financeiras para creches e estabelecimentos de educação pré-escolar</b>	<b>12.008,1</b>	<b>33,5</b>
	<i>Creches e Jardins Infância, Externatos, outros</i>		
	<b>Melhoria acessibilidades internas e externas e reforço da mobilidade</b>	<b>2.239,2</b>	<b>6,2</b>
SRTT	Sector público empresarial - Horários do funchal, SA	2.225,5	6,2
SRTT	PSL - Terminais marítimos	13,8	0,0
	<b>Promoção da habitação com integração social, urbana e paisagística</b>	<b>2.835,0</b>	<b>7,9</b>
SRPF	Apoio a particulares - IHM, EPE	230,5	0,6
SRPF	Fundo de apoio à construção / Madeira	2.604,5	7,3
	<b>Gestão sustent.resíduos e recursos hídricos e águas residuais</b>	<b>7.612,8</b>	<b>21,2</b>
SRA	Apoios à Valor Ambiente, SA	5.693,5	15,9
SRA	Infra-estruturas do sistema da Valor Ambiente, SA	151,1	0,4
SRA	Intemperie 20 fevereiro 2010-Rec. sist.abast. água alta-IGA	1.768,3	4,9
	<b>Modernização e diversificação da economia rural</b>	<b>649,7</b>	<b>1,8</b>
SRA	Acções apoio à agricultura e pecuária Madeirense-DRADR	4,3	0,0
SRA	Recuperação da rede principal de canais-IGH, SA/ IGA. SA	4,4	0,0
SRA	Apoios ao CARAM, EPE	641,0	1,8
	<b>Outras transferências correntes e de capital</b>	<b>1.737,3</b>	<b>4,8</b>
VP	Proj inv desen tecno prog Carnegie Mellon-Madeira Tecnopolo, SA	108,1	0,3
VP	Programa promoção da eficiencia energética-DRCIE	2,6	0,0
VP	Iniciativas comunitárias - Madeira Tecnopolo, SA	169,6	0,5
SRTT	Turismo desportivo-outros desportos-DRT	474,8	1,3
SREC	Fomento da utiliz de PC e Internet-Madeira Tecnopolo,SA	480,7	1,3
SREC	Apoio à construção da zona desportiva do Arco da Calheta	430,0	1,2
SRPF	Empresa de Cervejas da Madeira	63,4	0,2
SRPF	Infra-estruturas públicas-DRPA	4,7	0,0
SRA	Promoção e valorização dos produtos regionais-DRADR	3,5	0,0
	<b>Total 04.01 e 08.01 _ Transferências correntes e de capital - Sociedades e quase-sociedades não financeiras</b>	<b>35.838,2</b>	<b>100,0</b>

Em relação às transferências supracitadas para as Sociedades e quase-sociedades não financeiras (subagrupamentos económicos 04.01 e 04.02), no QUADRO 42 decompõe as verbas transferidas por

programa, sendo que no GRÁFICO 13 encontra-se uma ilustração com o respetivo peso relativo por entidade.

GRÁFICO 13 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2011



No que concerne às transferências para *Instituições sem fins lucrativos*, as verbas atingiram 28,7 milhões de euros (menos 14,7% do que no ano anterior), sendo de realçar que a quase totalidade das transferências para estas entidades têm natureza corrente (85,2%). A diminuição resulta, em parte, da limitação expressa no artigo 41.º do DLR n. 2/2011/M, de 10 janeiro.

Um subagrupamento que revela um comportamento atípico prende-se com as transferências para as Autarquias da RAM, que ascenderam no total a 1,9 milhões de euros, representando uma diminuição significativa na ordem dos 90% relativamente a 2010. Estas transferências prendem-se com a participação do Governo Regional no financiamento de obras realizadas nos diversos municípios da Região, no âmbito de contratos-programa celebrados.

Para uma informação mais pormenorizada acerca das *Transferências correntes e de capital para Sociedades e quase-sociedades não financeiras, Administração central, regional e local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias e Resto do mundo*, deverão ser consultados os Anexos IX e XI deste relatório.

### 7.3.2.5. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

No que concerne à *Aquisição de bens de capital* no ano económico de 2011, as verbas desembolsadas atingiram os 91,4 milhões de euros, ou seja, menos 36,5 milhões de euros do que as despendidas em 2010 em termos absolutos e menos 28,5% em termos relativos. Esta redução em 2011 decorreu da difícil conjuntura que a Região atravessa.

### 7.3.2.6. ATIVOS FINANCEIROS

As despesas com Ativos Financeiros assumem um peso residual no total das despesas de 2011, i.e., apenas 0,6%. Estas despesas distribuem-se do modo apresentado no QUADRO 43. De sublinhar que a Empresa Jornal da Madeira, Lda. assume um peso preponderante no total da despesa com *Ativos financeiros*, tendo executado quase metade desse montante (43,1%). Segue-se a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento (21,2%) e a PATRIRAM – Titularidade e Gestão de Património Público Regional, S.A. (17,7%).

QUADRO 43 - ATIVOS FINANCEIROS (2011)

(mil euros)

Entidade	Empréstimos a médio e longo prazos	Acções e outras participações	Ativos financeiros	%
Empresa Jornal da Madeira, Lda.	2.750,0	-	2.750,0	43,1%
IGH - Investimentos e Gestão Hidroagrícola, SA	-	175,0	175,0	2,7%
PATRIRAM - Titularidade e gestão de património público regional, S.A.	-	1.130,0	1.130,0	17,7
SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	-	521,6	521,6	8,2%
SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	-	451,0	451,0	7,1%
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA	-	1.350,0	1.350,0	21,2
<b>Total Activos Financeiros</b>	<b>2.750,0</b>	<b>3.627,6</b>	<b>6.377,6</b>	<b>100,0</b>

### 7.3.2.7. SERVIÇO DA DÍVIDA

As verbas despendidas em 2011 com *Passivos financeiros* e *Juros e outros encargos* totalizaram cerca de 80,2 milhões de euros, representando apenas 7,5% do total da despesa. O QUADRO 44 ilustra a estrutura dos encargos com a dívida regional no ano económico em apreço.

QUADRO 44 - SERVIÇO DA DÍVIDA (2010-2011)

(mil euros)

Designação	2010			2011			Variação 2011 - 2010	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>29.641,5</b>	<b>36,3</b>	<b>63,0</b>	<b>36.416,7</b>	<b>45,4</b>	<b>56,7</b>	<b>6.775,1</b>	<b>22,9</b>
Juros da dívida pública	29.195,2	35,7	62,7	36.108,5	45,0	56,5	6.913,2	23,7
Outros encargos correntes da dívida pública	437,2	0,5	97,7	307,1	0,4	99,1	- 130,0	- 29,7
Outros juros	8,8	0,0	s/s	0,5	0,0	0,5	- 8,3	s/s
Outros encargos financeiros	0,3	0,0	42,0	0,6	0,0	67,1	0,3	84,5
<b>Passivos financeiros</b>	<b>52.034,6</b>	<b>63,7</b>	<b>100,0</b>	<b>43.741,0</b>	<b>54,6</b>	<b>100,0</b>	<b>- 8.293,7</b>	<b>- 15,9</b>
Empréstimos a médio e longo prazos	52.034,6	63,7	100,0	43.741,0	54,6	100,0	- 8.293,7	- 15,9
Outros passivos financeiros	-	-	#DIV/0!	-	-	-	-	#DIV/0!
<b>Serviço da Dívida</b>	<b>81.676,2</b>	<b>100,0</b>	<b>82,4</b>	<b>80.157,6</b>	<b>100,0</b>	<b>74,2</b>	<b>- 1.518,5</b>	<b>- 1,9</b>

Em relação ao ano anterior, os gastos desta natureza sofreram uma diminuição de 1,5 milhões de euros (1,9%), em resultado da diminuição dos *Passivos financeiros* (-8,2 milhões de euros) e do aumento dos *Juros e outros encargos* (6,8 milhões de euros).

### 7.3.3. POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

A apreciação da execução orçamental considerando a classificação funcional da despesa, permite determinar que os encargos dirigidos às *funções sociais* assumem o maior relevo na execução orçamental do ano económico de 2011, às quais foram afetas 69,2% da despesa realizada, com a Educação e a Saúde a constituírem as principais áreas de intervenção, conforme demonstram os 57,2% do total da execução orçamental do ano em apreço.

QUADRO 45 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2011, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

(mil euros)

Designação	Orçamento final		Execução orçamental		Diferenças	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Funções gerais de soberania:</b>	<b>87.845,3</b>	<b>5,3</b>	<b>58.083,0</b>	<b>5,4</b>	<b>-29.762,3</b>	<b>-33,9</b>
Serviços gerais da administração pública	58.558,6	3,5	48.742,9	4,5	-9.815,7	-16,8
Segurança e ordem públicas	29.286,7	1,8	9.340,1	,9	-19.946,7	-68,1
<b>Funções sociais:</b>	<b>1.045.019,3</b>	<b>62,6</b>	<b>744.077,0</b>	<b>69,2</b>	<b>-300.942,3</b>	<b>-28,8</b>
Educação	411.175,4	24,6	348.148,6	32,4	-63.026,7	-15,3
Saúde	349.005,2	20,9	266.560,7	24,8	-82.444,5	-23,6
Habituação e serviços colectivos	213.222,6	12,8	91.729,1	8,5	-121.493,5	-57,0
Serviços culturais, recreativos e religiosos	71.616,1	4,3	37.638,5	3,5	-33.977,6	-47,4
<b>Funções económicas:</b>	<b>428.267,4</b>	<b>25,7</b>	<b>193.369,4</b>	<b>18,0</b>	<b>-234.898,0</b>	<b>-54,8</b>
Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	54.219,6	3,2	40.243,8	3,7	-13.975,9	-25,8
Indústria e energia	2.886,0	0,2	1.600,7	0,1	-1.285,3	-44,5
Transportes e comunicações	303.398,6	18,2	113.645,0	10,6	-189.753,7	-62,5
Comércio e turismo	48.365,8	2,9	27.081,1	2,5	-21.284,7	-44,0
Outras funções económicas	19.397,4	1,2	10.798,8	1,0	-8.598,5	-44,3
<b>Outras funções:</b>	<b>107.925,6</b>	<b>6,5</b>	<b>80.156,6</b>	<b>7,5</b>	<b>-27.769,0</b>	<b>-25,7</b>
Operações da dívida pública	107.925,6	6,5	80.156,6	7,5	-27.769,0	-25,7
Diversas não especificadas						
<b>Total</b>	<b>1.669.057,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.075.685,8</b>	<b>100,0</b>	<b>-593.371,7</b>	<b>-35,6</b>

As *funções económicas* representaram 18% dos encargos realizados, dos quais, 58,8% foram canalizados para os *Transportes e Comunicações*. Seguem-se as *outras funções* e as *funções gerais de soberania*, com pesos relativos de 7,5% e 5,4% da execução orçamental de 2011, respetivamente.

A apreciação da evolução anual das despesas atendendo à sua classificação funcional, apresentada no QUADRO 46, permite inferir que o decréscimo da execução orçamental que marca o exercício de 2011, é extensivo a todas as funções, destacando-se, por mais acentuadas, as variações ocorridas nas *funções económicas* (-15,1%) e nas *funções gerais de soberania* (-10,3%).

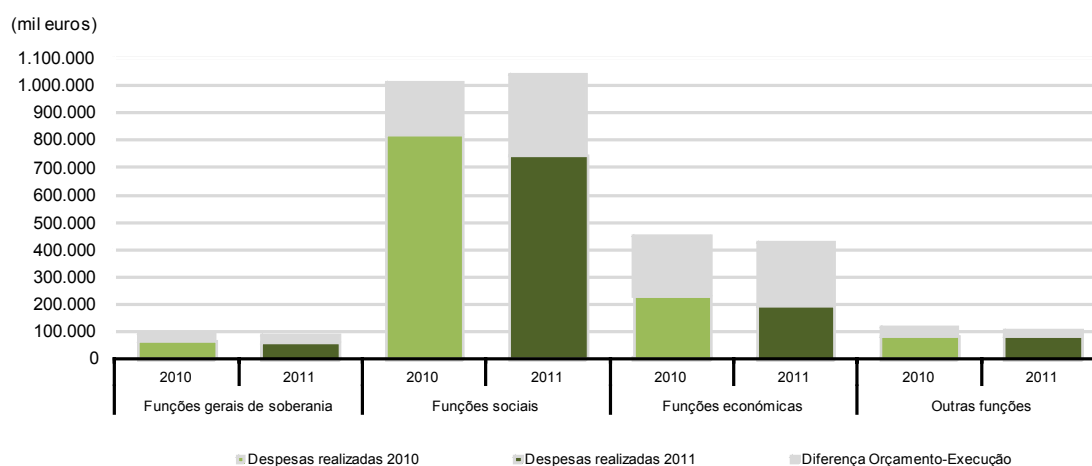
QUADRO 46 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2010-2011)

(mil euros)

Designação	2010			2011			Variação 2011 - 2010	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
<b>Funções gerais de soberania:</b>	<b>64 729,5</b>	<b>5,4</b>	<b>68,6</b>	<b>58 083,0</b>	<b>5,4</b>	<b>66,1</b>	<b>- 6 646,5</b>	<b>- 10,3</b>
Serviços gerais da administração pública	54 262,7	4,5	81,5	48 742,9	4,5	83,2	- 5 519,8	- 10,2
Segurança e ordem públicas	10 466,8	0,9	37,6	9 340,1	0,9	31,9	- 1 126,7	- 10,8
<b>Funções sociais:</b>	<b>820 493,1</b>	<b>68,7</b>	<b>81,0</b>	<b>744 077,0</b>	<b>69,2</b>	<b>71,2</b>	<b>- 76 416,2</b>	<b>- 9,3</b>
Educação	386 006,2	32,3	91,5	348 148,6	32,4	84,7	- 37 857,5	- 9,8
Saúde	262 132,2	21,9	80,0	266 560,7	24,8	76,4	4 428,5	1,7
Habituação e serviços colectivos	121 995,2	10,2	62,3	91 729,1	8,5	43,0	- 30 266,1	- 24,8
Serviços culturais, recreativos e religiosos	50 359,5	4,2	74,2	37 638,5	3,5	52,6	- 12 721,0	- 25,3
<b>Funções económicas:</b>	<b>227 878,9</b>	<b>19,1</b>	<b>50,5</b>	<b>193 369,4</b>	<b>18,0</b>	<b>45,2</b>	<b>- 34 509,5</b>	<b>- 15,1</b>
Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	45 659,2	3,8	82,7	40 243,8	3,7	74,2	- 5 415,4	- 11,9
Indústria e energia	1 697,6	0,1	57,8	1 600,7	0,1	55,5	- 96,9	- 5,7
Transportes e comunicações	146 654,0	12,3	44,1	113 645,0	10,6	37,5	- 33 009,0	- 22,5
Comércio e turismo	21 566,5	1,8	48,0	27 081,1	2,5	56,0	5 514,6	25,6
Outras funções económicas	12 301,6	1,0	77,6	10 798,8	1,0	55,7	- 1 502,8	- 12,2
<b>Outras funções:</b>	<b>81 667,0</b>	<b>6,8</b>	<b>68,7</b>	<b>80 156,6</b>	<b>7,5</b>	<b>74,3</b>	<b>- 1 510,5</b>	<b>- 1,8</b>
Operações da dívida pública	81 667,0	6,8	82,4	80 156,6	7,5	74,3	- 1 510,5	- 1,8
Diversas não especificadas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 194 768,5</b>	<b>100,0</b>	<b>71,2</b>	<b>1 075 685,8</b>	<b>100,0</b>	<b>64,4</b>	<b>- 119 082,7</b>	<b>- 10,0</b>

O GRÁFICO 14 ilustra a evolução ocorrida entre 2010 e 2011, tanto ao nível da orçamentação, como ao nível da realização da despesa, na ótica funcional. A figura revela a dimensão das diferentes funções e permite identificar o vetor social como o mais relevante.

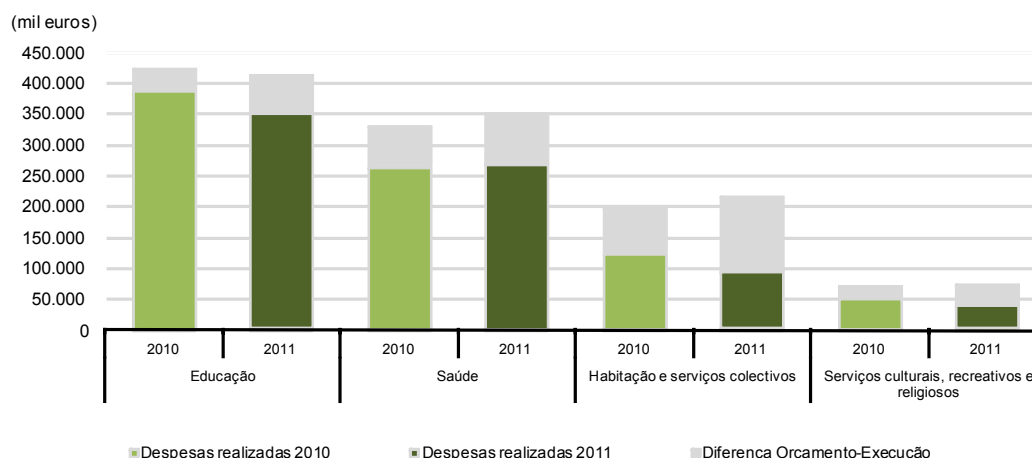
GRÁFICO 14 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2010-2011)



### 7.3.3.1. FUNÇÕES SOCIAIS

O GRÁFICO 15 permite confirmar a importância relativa das diversas subfunções e da respetiva execução nos anos económicos de 2011 e 2010.

GRÁFICO 15 – DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES SOCIAIS, 2010-2011



As verbas orientadas para as *funções sociais* representam a parcela principal da despesa realizada, à semelhança do que já tem ocorrido anteriormente. Dos 744,1 milhões de euros de despesa realizada, 17,2% (cerca de 128,2 milhões de euros) corresponderam a Investimentos do Plano, donde se destacam as intervenções dirigidas à *habitação e serviços colectivos*, que representaram 69,3% da execução adstrita às *funções sociais* com enquadramento no Capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma da Madeira em 2011.

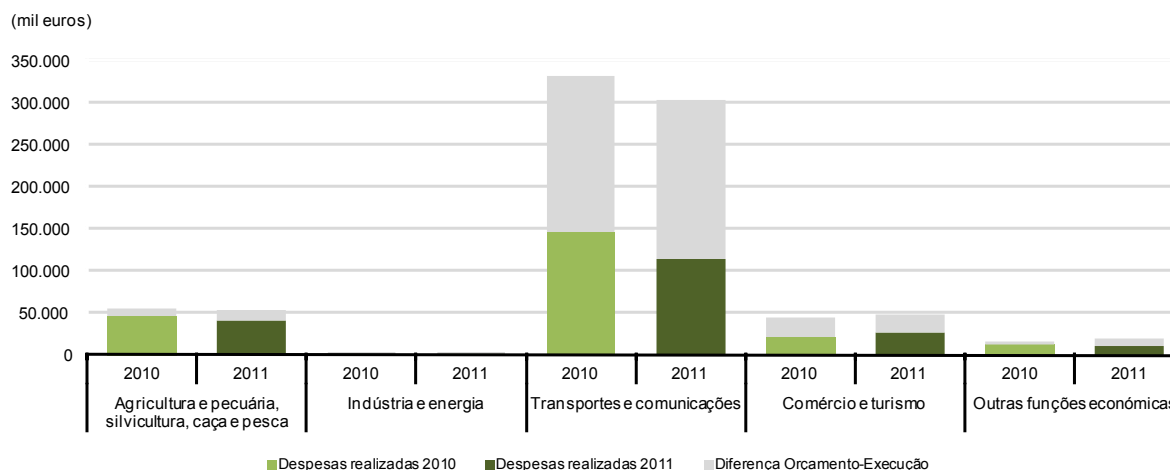
A *educação*, com uma execução que ascende a 348,1 milhões de euros, constitui a subfunção com maior expressão, representando 46,8% da execução total ao nível das *funções sociais*. Os Departamentos do Governo Regional com intervenções neste domínio foram as Secretarias Regionais de Educação e Cultura – que foi responsável por 97,5% da despesa realizada – e do Equipamento Social. A *saúde*, com 266,6 milhões de euros configura a subfunção que, a seguir à educação, detém maior peso relativo, representando 35,8% da execução da despesa de natureza social. A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais foi responsável pela quase totalidade da despesa executada em 2011 (99,9%).

Para a *habitação e serviços colectivos*, foram pagas despesas no montante de cerca de 91,7 milhões de euros, o que traduz um peso relativo no total das despesas em *funções sociais* de 12,3% em 2011. Por seu turno, as despesas com os *serviços culturais, recreativos e religiosos*, totalizaram 37,6 milhões de euros, dos quais 74,1% através de intervenções da Secretaria Regional de Educação e Cultura.

### 7.3.3.2. FUNÇÕES ECONÓMICAS

O GRÁFICO 16 ilustra o peso relativo dos diversos agregados incluídos nas Funções económicas, e a respetiva execução nos anos económicos de 2010 e 2011.

GRÁFICO 16 - DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES ECONÓMICAS, 2010-2011



Ao nível das *Funções económicas*, foram executados 193,4 milhões de euros, o correspondente a 18% do total da despesa realizada. Assumem particular destaque as despesas afetas aos *Transportes e comunicações*, não obstante o peso relativo ter diminuído de 16,7% em 2010 para 10,6% em 2011, representam a principal parcela dos esforços orçamentais realizados em 2011 no âmbito destas funções – 113,6 milhões de euros (58,8%). A Secretaria Regional do Equipamento Social foi a entidade do Governo Regional que realizou grande parte destas despesas (86,8 milhões de euros), em especial inerentes aos investimentos do Plano, seguindo-se a Secretaria Regional do Plano e Finanças com despesas no valor de 17,4 milhões de euros.

As despesas com *Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca* representaram 20,8% do total da classificação funcional em apreço, tendo a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais executado a totalidade dessas despesas.

As despesas incluídas em *Comércio e turismo* totalizaram 27,1 milhões de euros (2,5% do total da despesa), com uma taxa de execução de 56,0%. A Vice-Presidência foi responsável por 16,2 milhões de euros e a Secretaria Regional do Turismo e Transportes por 10,6 milhões de euros desse montante. Do montante total, 83,9% foi realizado através de programas e projetos incluídos nos Investimentos do Plano.



## 8. INVESTIMENTOS DO PLANO

Em 2011 as despesas afetas a investimentos do Plano - capítulo 50 do Orçamento da Região - foram de 250,8 milhões de euros. Considerando os programas e projetos incluídos no PIDDAR de 2011, a execução global foi de 289,5 milhões de euros, distribuídos pelos seguintes departamentos do Governo Regional (QUADRO 47).

QUADRO 47 - PIDDAR 2011 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

(Un.: Euros)

DEPARTAMENTOS	FINANCIAMENTO PÚBLICO REGIONAL		FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO		OUTRAS FONTES		TOTAL
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	
<b>TOTAL</b>	<b>234 036 020</b>	<b>80,8%</b>	<b>45 504 751</b>	<b>15,7%</b>	<b>10 001 657</b>	<b>3,5%</b>	<b>289 542 428</b>
VICE-PRESIDÊNCIA	16 135 394	63,4%	9 143 826	35,9%	175 959	0,7%	25 455 179
RECURSOS HUMANOS	779 210	7,6%	9 477 669	92,4%	0	0,0%	10 256 880
EQUIPAMENTO SOCIAL	134 133 994	90,2%	6 188 520	4,2%	8 379 139	5,6%	148 701 653
TURISMO E TRANSPORTES	12 221 700	79,9%	3 084 102	20,1%	0	0,0%	15 305 803
EDUCAÇÃO E CULTURA	21 785 644	56,8%	15 908 980	41,5%	634 297	1,7%	38 328 921
PLANO E FINANÇAS	15 229 326	98,0%	317 865	2,0%	360	0,0%	15 547 551
AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	29 042 004	95,8%	1 099 778	3,6%	164 376	0,5%	30 306 158
ASSUNTOS SOCIAIS	4 708 748	83,5%	284 011	5,0%	647 525	11,5%	5 640 284

Da verba global afeta ao PIDDAR, 234,0 milhões de euros provieram de financiamento regional (80,8%), e 45,5 milhões de euros foram financiados através da União Europeia. As verbas provenientes da União Europeia tiveram maior relevância na Secretaria Regional de Educação e Cultura, na Secretaria Regional dos Recursos Humanos e na Vice-Presidência do Governo Regional.

A distribuição das verbas por programas e departamentos é apresentada no QUADRO 48.

**QUADRO 48 - PIDDAR 2011 - DESPESA POR PROGRAMAS E DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL**

PROGRAMAS	DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL								TOTAL PIDDAR
	VP	SRRH	SRES	SRTT	SREC	SRPF	SRA	SRAS	
<b>TOTAL</b>	<b>25.455.179</b>	<b>10.256.880</b>	<b>148.701.653</b>	<b>15.305.803</b>	<b>38.328.921</b>	<b>15.547.551</b>	<b>30.306.158</b>	<b>5.640.284</b>	<b>289.542.428</b>
INOVAÇÃO E QUALIDADE	2.037.199	-	-	-	1.065.259	-	-	-	3.102.459
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	108.088,32	-	-	-	11.802	-	-	-	119.890
GESTÃO DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO NATURAL	-	-	55.407.008	-	-	-	18.268.936	-	73.675.943
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	-	265.037,25	330.383	-	18.599.777	-	-	-	19.195.197
DESPORTO E JUVENTUDE	-	-	-	-	13.145.120	-	-	-	13.145.120
EMPREGO E TRABALHO	-	9.811.204,10	-	-	-	-	-	-	9.811.204
SAÚDE	-	-	-	-	0,00	-	-	1.166.797	1.166.797
INTEGRAÇÃO E EQUIDADE SOCIAL	-	131.633	-	-	0,00	-	-	-	131.633
HABITAÇÃO E REALOJAMENTO	-	-	-	-	0,00	6.645.273	-	-	6.645.273
CULTURA E PATRIMÓNIO	-	-	1.534.807	-	1.521.778	116.773	37.046	-	3.210.404
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EQUILIBRADO	10.424.365	-	2.274.956	-	-	2.095.992	348.555	2.676.715	17.820.583
TURISMO	-	-	253.055	7.205.165,15	-	-	1.935	-	7.460.155
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	-	-	-	-	-	-	9.814.848	-	9.814.848
PESCAS E AQUICULTURA	-	-	-	-	-	-	1.455.319	-	1.455.319
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	11.861.379,26	8.636	480.940	-	-	-	149.459	-	12.500.414
ENERGIA	2.928,03	-	18.208	-	-	-	-	-	21.136
INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	-	30.121	87.708.245	7.974.925	3.720.879	4.372.692	0,00	1.687.483	105.494.344
APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO	521.601	7.110	663.847	125.713	194.483	1.772.711	66.517	43.550	3.395.533
COOPERAÇÃO	499.617	3.139	30.205	0,00	69.822	544.110	163.542	65.740	1.376.175

Analisando essa informação juntamente com o Anexo XIV destacam-se as verbas despendidas com:

- *Infraestruturas e equipamentos coletivos* – 105,5 milhões de euros executados principalmente pela SRES (87,7 milhões de euros), SRT (8,0 milhões de euros) e SRF (4,4 milhões de euros);
- *Gestão do ambiente e património natural* – 73,7 milhões de euros executados pela SRES (55,4 milhões de euros) e SRA (18,3 milhões de euros);
- *Desenvolvimento territorial equilibrado* – 32,4 milhões de euros, que foram distribuídos por vários departamentos, destacando-se a execução orçamental registada pela VP (10,4 milhões de euros), SRAS (2,7 milhões de euros) e SRES (2,3 milhões de euros); e
- *Educação e Formação* – 19,2 milhões de euros, que estiveram maioritariamente afetos à SRE (18,6 milhões de euros).

O programa *Aperfeiçoamento e modernização do sistema administrativo* foi o único que, dada a sua natureza, foi comum a todos os departamentos do Governo Regional.

Em relação às prioridades estabelecidas pelo PDES, pelo QUADRO 49 verificamos que 36,4% das verbas do PIDDAR estiveram afetas às *Infraestruturas Públicas e Equipamentos Coletivos* e 25,4%

ao *Desenvolvimento Sustentável – Dimensão Ambiental*, seguindo-se o *Potencial Humano e Coesão Social* com um peso de 17,3%.

Estas foram, de igual modo, as prioridades com maior relevância ao nível da execução do PIDDAR de 2010.

**QUADRO 49 - PIDDAR 2011 – ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR PRIORIDADES**

(Unid.:Euros)

Execução PIDDAR 2011		
Prioridades PDES	Valor	%
Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento	3 222 349	1,1
Desenvolvimento Sustentável - Dimensão Ambiental	73 675 943	25,4
Potencial Humano e Coesão Social	50 095 224	17,3
Cultura e Património	3 210 404	1,1
Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado	17 820 583	6,2
Turismo	7 460 155	2,6
Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pesca, Indústria, Comércio e Serviços	23 791 717	8,2
Infra-estruturas Públicas e Equipamentos Colectivos	105 494 344	36,4
Governança Regional e Sub-Regional	4 771 709	1,6
<b>Total</b>	<b>289 542 428</b>	<b>100,0</b>

O QUADRO 50 evidencia a evolução das despesas afetas ao Capítulo 50, desde 2009, a preços correntes e a preços constantes e as respetivas taxas de variação anual. Em 2011, a preços correntes constata-se uma diminuição de 28,0% das despesas realizadas com investimentos do Plano em comparação com 2010. A preços de 2009 a variação é ligeiramente mais acentuada (-30,4%).

**QUADRO 50 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO (2008-2010)**

(mil euros)

Anos	Preços correntes	Variação anual %	Preços de 2009	Variação anual %
2009	250.693,1	-50,4	250.693,1	-49,7
2010	348.385,2	39,0	341.554,1	36,2
2011	250.820,2	-28,0	237.862,4	-30,4

## 8.1. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

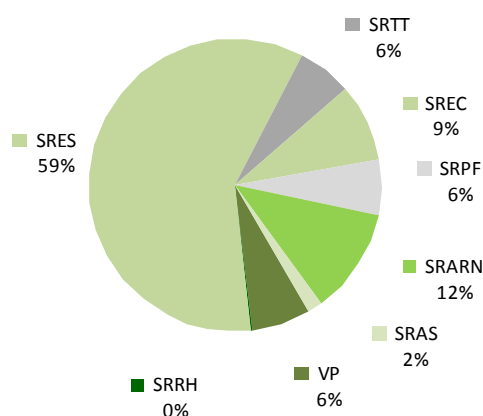
No QUADRO 51 é apresentada a evolução das despesas efetuadas com os investimentos do Plano, por departamentos, nos anos de 2010 e 2011.

QUADRO 51 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR DEPARTAMENTOS (2010-2011)

Designação	(mil euros)								
	2010			2011			Variação 2011-2010		
	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	%	
Vice-Presidência do Governo Regional	5.507,1	1,6	22,5	16.087,6	6,4	55,3	10.580,5	192,1	
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	1.468,4	0,4	36,7	675,2	0,3	8,6	- 793,2	- 54,0	
Secretaria Regional do Equipamento Social	199.998,0	57,4	51,3	148.532,6	59,2	39,2	- 51.465,5	- 25,7	
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	17.433,6	5,0	41,6	15.305,8	6,1	42,1	- 2.127,8	- 12,2	
Secretaria Regional de Educação e Cultura	35.233,8	10,1	79,1	21.455,6	8,6	53,7	- 13.778,2	- 39,1	
Secretaria Regional do Plano e Finanças	43.993,5	12,6	45,6	15.227,2	6,1	16,6	- 28.766,3	- 65,4	
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	28.694,1	8,2	43,1	29.027,1	11,6	51,5	333,0	1,2	
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	16.056,7	4,6	56,8	4.509,2	1,8	13,0	- 11.547,5	- 71,9	
<b>Total</b>	<b>348.385,2</b>	<b>100,0</b>	<b>50,1</b>	<b>250.820,2</b>	<b>100,0</b>	<b>37,2</b>	<b>- 97.565,0</b>	<b>- 28,0</b>	

Pela análise conjunta do QUADRO 51 e do GRÁFICO 17 conclui-se que em 2011, à semelhança do sucedido nos anos anteriores, as Secretarias Regionais com maior volume de despesas de investimento realizadas foram, por ordem de grandeza e destacada, a do *Equipamento Social*, seguida do *Ambiente e Recursos Naturais*, da *Educação e Cultura*, e do *Turismo e Transportes*.

GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO EM 2011, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA



No ponto 9 deste relatório apresentamos os projetos de investimentos de maior relevo executados por cada um dos Departamentos do Governo Regional.

## 8.2. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

No QUADRO 52 constam os montantes, efetivamente pagos, afetos aos investimentos do Plano em 2010 e 2011, por agrupamentos da classificação económica, bem como a variação absoluta e relativa ocorrida nesses anos.

QUADRO 52 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

(mil euros)

Designação	2010			2011			Variação 2011-2010	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	%
<b>Despesas correntes</b>	<b>168.677,4</b>	<b>48,4</b>	<b>50,8</b>	<b>132.132,1</b>	<b>52,7</b>	<b>50,3</b>	<b>- 36.545,3</b>	<b>- 21,7</b>
Despesas com pessoal	888,4	0,3	61,0	687,4	0,3	57,8	- 201,0	- 22,6
Aquisição de bens e serviços	113.684,5	32,6	46,8	74.997,3	29,9	44,6	- 38.687,2	- 34,0
Transferências correntes	32.111,4	9,2	67,4	34.123,1	13,6	59,5	2.011,7	6,3
Subsídios	21.932,3	6,3	54,9	22.312,1	8,9	61,9	379,8	1,7
Outras despesas correntes	60,8	0,0	65,4	12,2	0,0	4,5	- 48,5	- 79,9
							-	
<b>Despesas de capital</b>	<b>179.707,8</b>	<b>51,6</b>	<b>49,4</b>	<b>118.688,1</b>	<b>47,3</b>	<b>28,8</b>	<b>- 61.019,7</b>	<b>- 34,0</b>
Aquisição de bens de capital	126.637,1	36,3	52,9	90.823,7	36,2	31,7	- 35.813,4	- 28,3
Transferências de capital	49.798,7	14,3	47,3	24.236,8	9,7	21,4	- 25.561,9	- 51,3
Activos financeiros	3.272,0	0,9	17,2	3.627,6	1,4	31,9	355,6	10,9
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total das despesas</b>	<b>348.385,2</b>	<b>100,0</b>	<b>50,1</b>	<b>250.820,2</b>	<b>100,0</b>	<b>37,2</b>	<b>- 97.565,0</b>	<b>- 28,0</b>

Verifica-se que em 2011, o total das despesas afetas aos investimentos do Plano diminuiu (97,6 milhões de euros, ou seja, -28,0%) praticamente o mesmo montante que havia aumentado no período homólogo de 2010 (aumentou 97,7 milhões de euros, +39,0%), tendo as *Despesas correntes* diminuído -21,7% e as *Despesas de capital* -34,0%. De notar que, em 2011, as *Despesas de capital* representam 47,3% o que representa uma diminuição de 4,3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. No total da estrutura das despesas dos investimentos do plano, sofreu uma alteração sendo as despesas correntes ligeiramente superiores às de capital.

Em concreto, a diminuição verificada ao nível dos investimentos do Plano foi essencialmente induzida pelos agrupamentos económicos *Aquisição de bens e serviços* (-34,0%), *Aquisição de bens de capital* (-28,3%) e *Transferências de capital* (-51,3%). As *Transferências correntes*, por seu turno, registaram um aumento de 6,3%, nas quais incluem-se as transferências para os Serviços e Fundos Autónomos (SFA).

De referir ainda a diminuição registada em 2011 ao nível da *Aquisição de bens e serviços*, no montante de 38,7 milhões de euros. Essa diminuição é explicada em parte pela diminuição dos pagamentos com as SCUT's e com as demais despesas afetas à aquisição de serviços.

Os *Subsídios* registados no capítulo 50 são superiores em 380 mil euros comparativamente com o ano de 2010. Acresce mencionar que, em 2011, a importância relativa dos *Subsídios* na estrutura das despesas continua a ser residual, assumindo apenas 8,9% do total dos investimentos do Plano.

### 8.3. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

No QUADRO 53 é apresentada a distribuição das despesas com investimentos do Plano, por classificação funcional, nos anos de 2010 e 2011, informação esta respeitante aos níveis de execução e das variações ocorridas – em termos absolutos e relativos. Verificamos que, de 2010 para 2011, houve uma diminuição generalizada da despesa afeta a todos agrupamentos funcionais.

QUADRO 53 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR FUNÇÕES

(mil euros)

Designação	2010			2011			Variação 2011-2010	
	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	%
<b>Funções gerais de soberania</b>	<b>3.388,8</b>	<b>1,0</b>	<b>29,6</b>	<b>2.513,7</b>	<b>1,0</b>	<b>37,0</b>	<b>- 875,1</b>	<b>- 25,8</b>
Serviços gerais da administração pública	3.380,8	1,0	29,6	2.513,7	1,0	41,0	- 867,2	- 25,6
Segurança e ordem públicas	8,0	0,0	36,8	-	-	-	- 8,0	- 100,0
	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Funções sociais</b>	<b>199.266,3</b>	<b>57,2</b>	<b>61,9</b>	<b>128.236,8</b>	<b>51,1</b>	<b>36,7</b>	<b>- 71.029,5</b>	<b>- 35,6</b>
Educação	30.350,5	8,7	63,3	13.040,4	5,2	29,1	- 17.310,1	- 57,0
Saúde	16.418,5	4,7	51,9	4.736,8	1,9	11,5	- 11.681,7	- 71,1
Segurança e acção sociais	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitação e serviços colectivos	118.964,0	34,1	61,7	88.907,8	35,4	42,3	- 30.056,2	- 25,3
Serviços culturais, recreativos e religiosos	33.533,2	9,6	67,4	21.551,8	8,6	40,5	- 11.981,5	- 35,7
	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Funções económicas</b>	<b>145.730,1</b>	<b>41,8</b>	<b>40,2</b>	<b>120.069,7</b>	<b>47,9</b>	<b>37,7</b>	<b>- 25.660,4</b>	<b>- 17,6</b>
Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	10.012,9	2,9	54,0	7.978,3	3,2	41,6	- 2.034,6	- 20,3
Indústria e energia	102,1	0,0	8,1	72,5	0,0	6,6	- 29,6	- 29,0
Transportes e comunicações	117.704,0	33,8	39,1	89.005,0	35,5	36,0	- 28.699,0	- 24,4
Comércio e turismo	16.856,6	4,8	43,7	22.739,9	9,1	52,2	5.883,3	34,9
Outras funções económicas	1.054,5	0,3	31,3	274,1	0,1	3,8	- 780,4	- 74,0
	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras funções</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>348.385,2</b>	<b>100,0</b>	<b>50,1</b>	<b>250.820,2</b>	<b>100,0</b>	<b>37,2</b>	<b>- 97.565,0</b>	<b>- 28,0</b>

A concretização das despesas em projetos de investimentos do Plano inseridos nas *Funções sociais*, continuou a assumir um lugar de destaque no total. Com efeito, estas representam mais de metade

dos investimentos realizados no ano de 2011, tendo ascendido a 128,2 milhões de euros. Destas, 89 milhões de euros (69,3% do total das *Funções sociais*) estiveram afetas à *Habitação e serviços coletivos*, apesar da diminuição de 30,1 milhões de euros em relação ao ano anterior. Aos *Serviços culturais e recreativos* ficaram afetos 21,6 milhões de euros (16,8% do total das *Funções sociais*) e à *Educação* 13,0 milhões de euros. Estas despesas foram as mais significativas, sendo de realçar a diminuição das despesas com a *Saúde* que fixaram-se em 4,7 milhões de euros em 2011.

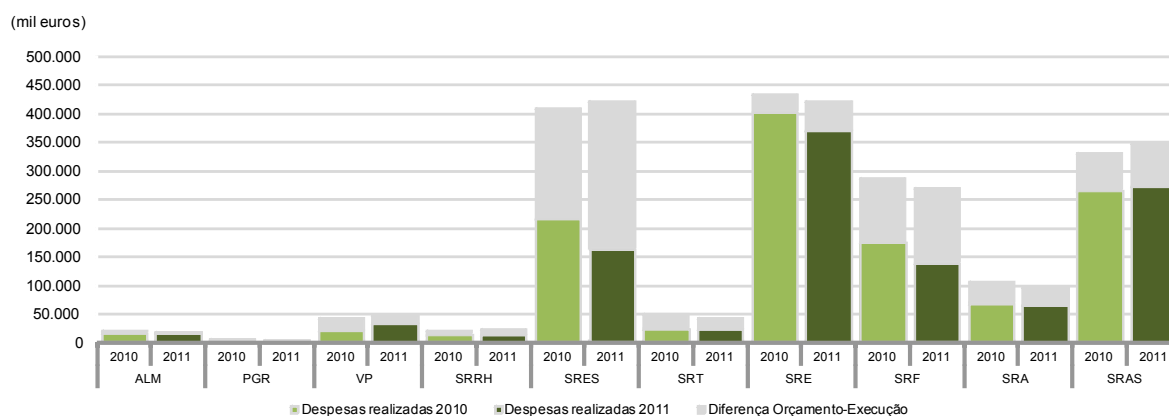
De referir que as despesas em projetos de investimentos do Plano, inseridas nas *Funções económicas* foram de 120,1 milhões de euros, estando 89,0 milhões de euros (35,5%) afetas aos *Transportes e comunicações*. Note-se ainda que a diminuição registada nesta função, de -17,6% comparativamente com o ano de 2010, foi explicado essencialmente pela diminuição das despesas inerentes não só aos *Transportes e Comunicações* (-24,4%) como também de forma menos pronunciada na *Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca* (-20,3%). Em termos relativos, o peso destas despesas no total aumentou ligeiramente, de 41,8% para 47,9%.

Para finalizar, as despesas com as *Funções gerais de soberania* (2,5 milhões de euros) assumem uma importância residual no total dos investimentos do Plano, tendo sido despendidos na sua totalidade em *Serviços gerais da administração pública*.

## 9. ANÁLISE DOS SUBSETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

Apresenta-se neste capítulo as despesas realizadas por cada Departamento do Governo Regional evidenciando as componentes respeitantes ao funcionamento e aos investimentos do Plano, com realce para os projetos de investimentos de maior expressão. É ainda apresentada, para cada unidade orgânica, a informação consolidada com os Serviços e Fundos Autónomos da respetiva tutela.

GRÁFICO 18 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2010/2011, POR DEPARTAMENTOS



No GRÁFICO 18 é ilustrada a evolução da despesa realizada nos diversos agrupamentos orgânicos entre 2010 e 2011, cuja análise será desenvolvida nos pontos seguintes.



## 9.1. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA

A Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) realizou em 2011 despesas no montante correspondente a 95,2% do seu orçamento retificado, o que reflete uma diminuição de 0.9 pontos percentuais da taxa de execução relativamente ao ano anterior. Em termos comparativos, a despesa executada pela ALM diminuiu significativamente em -8,5% comparativamente ao ano de 2010 (Vd. QUADRO 54).

QUADRO 54 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - ALM

Designação	(mil euros)								
	2010			2011			Variação 2010-2011		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
<b>Despesas correntes</b>	<b>15.640,2</b>	<b>99,4</b>	<b>99,2</b>	<b>14.389,6</b>	<b>100,0</b>	<b>96,8</b>	<b>- 1.250,6</b>	<b>- 8,0</b>	
Transferências correntes	15.640,2	99,4	99,2	14.389,6	100,0	96,8	- 1.250,6	- 8,0	
<b>Despesas de capital</b>	<b>92,0</b>	<b>0,6</b>	<b>15,0</b>	-	-	-	<b>- 92,0</b>	<b>- 100,0</b>	
Transferências de capital	92,0	0,6	15,0	-	-	-	- 92,0	- 100,0	
<b>Total</b>	<b>15.732,2</b>	<b>100,0</b>	<b>96,1</b>	<b>14.389,6</b>	<b>100,0</b>	<b>95,2</b>	<b>- 1.342,6</b>	<b>- 8,5</b>	

Não foram executados quaisquer montantes de Transferências de capital para a ALM, pelo Governo Regional, em 2011. Deste modo, no que concerne à natureza das transferências, 100% das despesas realizadas, em 2011, têm natureza corrente, tendo as mesmas ascendido a 14,4 milhões de euros.

Em termos consolidados, a execução orçamental de 2011 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira ascendeu a 15 383,7 mil euros (QUADRO 55).

QUADRO 55 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - ALM

(mil euros)

Designação	ALM		SFA		Consolidado	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
<b>Despesas correntes</b>	<b>14.389,6</b>	<b>100,0</b>	<b>14.234,7</b>	<b>92,5</b>	<b>14.234,7</b>	<b>92,5</b>
Despesas com o pessoal	-	-	6.745,4	43,8	6.745,4	43,8
Aquisição de bens e serviços	-	-	2.138,6	13,9	2.138,6	13,9
Transferências correntes						-
Transferências - Adm. públicas	14.389,6	100,0	-	-	-	-
Transferências - Outras			5.349,0	34,8	5.349,0	34,8
Outras despesas correntes	-	-	1,7	0,0	1,7	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.149,1</b>	<b>7,5</b>	<b>1.149,1</b>	<b>7,5</b>
Aquisição de bens de capital	-	-	1.149,1	7,5	1.149,1	7,5
Transferências de capital						-
Transferências - Adm. públicas	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14.389,6</b>	<b>100,0</b>	<b>15.383,7</b>	<b>100,0</b>	<b>15.383,7</b>	<b>100,0</b>

Verificamos que este montante reverteu na quase totalidade para despesas correntes, mais concretamente para *Despesas com o pessoal* (6,7 milhões de euros), *Transferências* para outros setores (5,3 milhões de euros) e *Aquisição de bens e serviços* (2,1 milhões de euros). Em relação ao ano anterior, verifica-se um aumento das despesas consolidadas de 21,7%, após uma diminuição de 19,0% na execução anterior.

## 9.2. PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

A Presidência do Governo Regional (PGR) continua, a par dos anos anteriores, a ser o Departamento do Governo Regional com menor expressão em termos orçamentais.

QUADRO 56 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - PGR

Designação	(mil euros)							
	2010			2011			Variação 2010-2011	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
<b>Despesas correntes</b>	<b>1.366,2</b>	<b>100,0</b>	<b>80,9</b>	<b>1.211,5</b>	<b>100,0</b>	<b>77,9</b>	<b>- 154,7</b>	<b>- 11,3</b>
Despesas com o pessoal	1.080,3	79,1	95,5	1.070,4	88,4	94,9	- 10,0	- 0,9
Aquisição de bens e serviços	285,8	20,9	51,4	141,1	11,6	33,0	- 144,7	- 50,6
<b>Total</b>	<b>1.366,2</b>	<b>100,0</b>	<b>80,8</b>	<b>1.211,5</b>	<b>100,0</b>	<b>77,7</b>	<b>- 154,7</b>	<b>- 11,3</b>

As despesas incluídas neste agrupamento orgânico registaram uma diminuição em relação ao ano anterior de 11,3% (QUADRO 56) tendo o peso relativo deste departamento, no total da despesa, se mantido nos 0,1%. As *Despesas com o pessoal* constituem o agrupamento com maior importância relativa, no conjunto das despesas deste agrupamento orgânico, com um peso de 88,4%, seguindo-se a *Aquisição de bens e serviços*. O peso das despesas com a *Aquisição de bens e serviços* no total realizado foi de 11,6%.

### 9.3. VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

O peso relativo da Vice-Presidência do Governo Regional (VP) na globalidade das despesas da RAM (2,4%) aumentou seis décimas relativamente a 2010. As despesas globais deste agrupamento orgânico aumentaram 8,8 milhões de euros, ou seja, 41,4% em relação aos realizados em 2010.

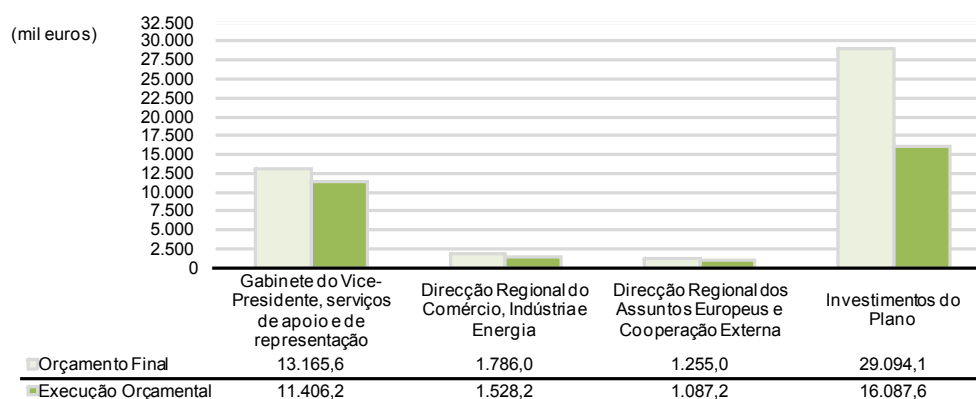
QUADRO 57 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - VP

Designação	(mil euros)							
	2010			2011			Variação 2010-2011	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
<b>Despesas correntes</b>	<b>17.060,6</b>	<b>80,1</b>	<b>77,8</b>	<b>22.343,1</b>	<b>74,2</b>	<b>81,5</b>	<b>5.282,6</b>	<b>31,0</b>
Despesas com o pessoal	12.397,7	58,2	98,2	11.463,4	38,1	93,9	- 934,3	- 7,5
Aquisição de bens e serviços	2.448,9	11,5	54,8	1.675,4	5,6	41,3	- 773,4	- 31,6
Transferências correntes	1.971,5	9,3	44,0	9.091,1	30,2	85,9	7.119,6	361,1
Outras despesas correntes	242,5	1,1	74,1	113,2	0,4	19,4	- 129,3	- 53,3
<b>Despesas de capital</b>	<b>4.229,7</b>	<b>19,9</b>	<b>20,6</b>	<b>7.766,1</b>	<b>25,8</b>	<b>43,4</b>	<b>3.536,4</b>	<b>83,6</b>
Aquisição de bens de capital	286,4	1,3	24,3	234,7	0,8	37,8	- 51,7	- 18,1
Transferências de capital	2.968,2	13,9	19,7	5.208,8	17,3	39,6	2.240,5	75,5
Activos financeiros	975,0	4,6	22,7	2.322,6	7,7	56,5	1.347,6	138,2
<b>Total</b>	<b>21.290,2</b>	<b>100,0</b>	<b>50,1</b>	<b>30.109,2</b>	<b>100,0</b>	<b>66,5</b>	<b>8.819,0</b>	<b>41,4</b>

Os acréscimos de despesa em relação ao ano de 2010, por agrupamentos económicos, justificam-se, principalmente, pelo aumento das despesas correntes, com enfoque para as *Transferências* desta natureza. Na componente das *Despesas de capital* todos os agrupamentos apresentaram aumentos com exceção das *Aquisições de bens de capital*.

As verbas destinadas a *Despesas com o pessoal* deste agrupamento orgânico representaram 51,3 % do total das *Despesas correntes* e 38,1% do total geral (QUADRO 57), seguindo-se as *Transferências correntes* e as *Transferências de capital*.

GRÁFICO 19 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - VP



Por capítulos, a taxa de execução orçamental foi mais significativa ao nível do orçamento de investimento, conforme se pode verificar pelo gráfico anterior.

**QUADRO 58 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA VP**

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
Apoio ao Desenvolvimento Regional Local—SDPO	3.750,3	49,5%
Sobrecustos-Custos de Funcionamento Incentivar Empresas—IdDE	3.411,8	68,5%
Apoio ao Desenvolvimento Regional Local—SMD	3.376,4	92,9%
Apoio ao Desenvolvimento Regional Local—SDNM	1.892,9	54,2%
Apoio ao Desenvolvimento Regional Local—SDPS	1.400,0	86,4%
(1) Total dos Projectos	13.831,4	64,9%
(2) Total da Vice-Presidência	16.087,6	55,3%
(3) Peso dos projectos na Vice-Presidência	86,0%	

(1) Total dos cinco projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do capítulo 50 da Vice-Presidência

(3) Peso do (1) sobre o (2)

De 2010 para 2011, os Investimentos do Plano aumentaram 10,6 milhões de euros. As *Despesas de capital* também registaram aumentos significativos (+3,6 milhões de euros) com evidência para as *Transferências de capital* (5,2 milhões de euros) e para os *Ativos financeiros* (2,3 milhões de euros). Relativamente às *Despesas correntes* registou-se quebras nas *Aquisições de bens e serviços* (-34,6%). Em termos de peso relativo, as *Despesas de capital*, representam 48,2% (-1.3 pontos percentuais) do total das despesas do capítulo 50.

As verbas despendidas pelos serviços tutelados pela Vice-Presidência do Governo Regional, em 2011 foram de 40,1 milhões de euros (Vd. QUADRO 59).

**QUADRO 59 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - VP**

Designação	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gab. VP e serviços de apoio e representação	D. R. Comércio, Ind. e Energia	D. R. A. Europeus Coop. Externa	Investimentos do Plano						
<b>Despesas Correntes</b>	<b>11.389,2</b>	<b>1.528,2</b>	<b>1.087,2</b>	<b>8.338,5</b>	<b>22.343,1</b>	<b>74,2</b>	<b>2.777,8</b>	<b>17,5</b>	<b>23.554,9</b>	<b>58,7</b>
Despesas com o pessoal	8.999,6	1.470,3	993,5	-	11.463,4	38,1	1.546,6	9,7	13.009,9	32,4
Aquisição de bens e serviços	984,1	56,0	75,4	560,0	1.675,4	5,6	533,8	3,4	2.209,2	5,5
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	1.294,2	-	18,3	7.778,5	9.091,1	30,2	644,1	4,0	8.169,1	20,4
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	111,3	1,9	-	-	113,2	0,4	53,3	0,3	166,5	0,4
<b>Despesas de capital</b>	<b>17,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.749,1</b>	<b>7.766,1</b>	<b>25,8</b>	<b>13.135,4</b>	<b>82,5</b>	<b>16.563,3</b>	<b>41,3</b>
Aquisição de bens de capital	5,0	-	-	229,7	234,7	0,8	135,3	0,9	370,0	0,9
Transferências de capital	12,0	-	-	5.196,8	5.208,8	17,3	10.577,1	66,5	11.447,6	28,5
Activos financeiros	-	-	-	2.322,6	2.322,6	7,7	2.423,0	15,2	4.745,6	11,8
<b>Total</b>	<b>11.406,2</b>	<b>1.528,2</b>	<b>1.087,2</b>	<b>16.087,6</b>	<b>30.109,2</b>	<b>100,0</b>	<b>15.913,2</b>	<b>100,0</b>	<b>40.118,1</b>	<b>100,0</b>

Em termos consolidados, as despesas mais relevantes estiveram afetas a *Despesas com o pessoal*, maioritariamente afetas ao Capítulo 01 (o que se explica pelo peso das despesas com o pessoal da

do Gabinete e serviços de apoio da VP), à Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia e aos serviços e fundos autónomos – ambos com uma ligeira diminuição. Seguiram-se as *Transferências correntes* (1,3 milhões de euros) e as Aquisições de bens e serviços ainda dentro do Capítulo 01.

As despesas globais com *Aquisição de bens e serviços* foram de 2,2 milhões de euros (-957 mil euros), afetas em 75,8% (-1.5 p.p.) aos serviços integrados, mais concretamente, 560 mil euros para a realização de despesas integradas no plano de investimentos, 984 mil euros para os serviços incluídos no Capítulo 01 e o remanescente para as demais Direções Regionais.

## 9.4. SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

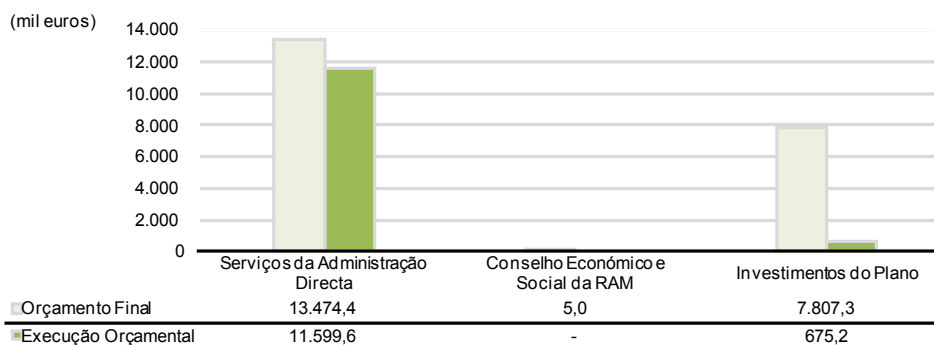
As despesas realizadas pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos (SRRH) têm um peso relativo de 1,0% no conjunto dos encargos da Região de 2011, tendo decrescido relativamente a 2010 em 11,6%. Em termos absolutos, no período em análise ocorreu um decréscimo real das despesas de -1,6 milhões de euros.

QUADRO 60 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRRH

Designação	(mil euros)							Variação	
	2010			2011			2010-2011		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
<b>Despesas correntes</b>	<b>10.858,4</b>	<b>78,2</b>	<b>75,2</b>	<b>9.440,3</b>	<b>76,9</b>	<b>53,2</b>	<b>- 1.418,1</b>	<b>- 13,1</b>	
Despesas com o pessoal	6.086,3	43,9	95,0	5.707,3	46,5	99,5	- 378,9	- 6,2	
Aquisição de bens e serviços	1.122,8	8,1	50,7	814,2	6,6	34,2	- 308,6	- 27,5	
Transferências correntes	3.649,3	26,3	63,1	2.918,2	23,8	30,4	- 731,1	- 20,0	
Outras despesas correntes	-	-	-	0,6	0,0	99,9	0,6	-	
<b>Despesas de capital</b>	<b>3.021,3</b>	<b>21,8</b>	<b>90,5</b>	<b>2.834,5</b>	<b>23,1</b>	<b>80,2</b>	<b>- 186,8</b>	<b>- 6,2</b>	
Aquisição de bens de capital	20,2	0,1	29,1	16,1	0,1	46,8	- 4,1	- 20,5	
Transferências de capital	1,1	0,0	0,4	68,5	0,6	17,0	67,4	6.128,9	
Activos financeiros	3.000,0	21,6	100,0	2.750,0	22,4	88,8	- 250,0	- 8,3	
<b>Total</b>	<b>13.879,7</b>	<b>100,0</b>	<b>78,0</b>	<b>12.274,8</b>	<b>100,0</b>	<b>57,7</b>	<b>- 1.604,9</b>	<b>- 11,6</b>	

As despesas correntes apresentam uma diminuição, em resultado da variação das *Transferências correntes* e das *Despesas com o pessoal*. Todas as rubricas incluídas nas *Despesas de capital* registaram diminuições ao nível da execução orçamental, quando comparados os valores de 2011 com os de 2010, à exceção das *Transferências de capital*. A *Aquisição de bens de capital* diminuiu 20,5% e os *Ativos financeiros* 8,3%.

GRÁFICO 20 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRRH



As despesas incluídas no capítulo 01 – Serviços da Administração Direta, constituem 94,5% do total desta Secretaria (GRÁFICO 20). O remanescente respeita aos investimentos do Plano e, residualmente, ao Conselho Económico e Social da RAM. A taxa de execução orçamental da SRRH cifrou-se em 57,7% do orçamento retificado.

**QUADRO 61 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRRH**

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
Jovens em Formação-DRJ	197,0	96,7%
Plano Regional de Emprego IEM IP-RAM	194,4	2,8%
Ações de Apoio junto das Comunidades Madeirenses-GAB	115,5	49,4%
(1) Total dos Projectos	506,8	6,8%
(2) Total da SRRH	675,2	8,6%
(3) Peso dos projectos na SRRH	75,1%	

(1) Total dos três projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do capítulo 50 da SRRH

(3) Peso do (1) sobre o (2)

Na Secretaria Regional dos Recursos Humanos, as despesas afetas ao capítulo 50 totalizaram 675,2 mil euros, refletindo uma taxa de execução de 8,6%. Os programas que mais se destacaram em termos de execução foram: *Jovens em Formação - DRJ* com 197 mil euros, *Plano Regional de Emprego IEM* com 194 mil euros, *Ações de Apoio Junto das Comunidades Madeirenses* com 116 mil euros.

Em 2011, a despesa global realizada pelos serviços tutelados pela SRRH foi de 21,8 milhões de euros, dos quais 12,3 milhões de euros estiveram afetos aos SFA e o remanescente aos serviços integrados (Vd. QUADRO 62). Conforme se pode verificar, as *Despesas correntes* que foram de 19,0 milhões de euros, explicam a quase totalidade dos encargos da SRRH.

**QUADRO 62 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRRH**

Designação	Capítulos			Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gabinete do Secretário e serviços de apoio	Conselho Económico Social da RAM	Investimentos do Plano						
<b>Despesas Correntes</b>	<b>8.849,1</b>	-	<b>591,2</b>	<b>9.440,3</b>	<b>76,9</b>	<b>12.191,2</b>	<b>99,4</b>	<b>19.005,1</b>	<b>87,0</b>
Despesas com o pessoal	5.695,2	-	12,1	5.707,3	46,5	2.431,2	19,8	8.138,5	37,3
Aquisição de bens e serviços	691,5	-	122,7	814,2	6,6	1.556,2	12,7	2.370,3	10,8
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	2.461,8	-	456,4	2.918,2	23,8	5.163,6	42,1	5.455,5	25,0
Subsídios	-	-	-	-	-	3.040,1	24,8	3.040,1	13,9
Outras despesas correntes	0,6	-	-	0,6	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>2.750,5</b>	-	<b>84,0</b>	<b>2.834,5</b>	<b>23,1</b>	<b>76,0</b>	<b>0,6</b>	<b>2.842,1</b>	<b>13,0</b>
Aquisição de bens de capital	0,5	-	15,5	16,1	0,1	8,4	0,1	24,5	0,1
Transferências de capital	-	-	68,5	68,5	0,6	-	-	-	-
Activos financeiros	2.750,0	-	-	2.750,0	22,4	67,6	0,6	2.817,6	12,9
<b>Total</b>	<b>11.599,6</b>	-	<b>675,2</b>	<b>12.274,8</b>	<b>100,0</b>	<b>12.267,2</b>	<b>100,0</b>	<b>21.847,2</b>	<b>100,0</b>

(mil euros)



Por agrupamentos económicos, destacam-se as *Despesas com o pessoal* com 8,1 milhões de euros, o que se deve à natureza das atribuições deste departamento do Governo Regional, as *Transferências correntes* com 5,5 milhões de euros (devido às transferências efetuadas pelo Instituto de Emprego da Madeira, para o setor institucional das Famílias e sociedades e quase-sociedades não financeiras), as *Aquisições de bens e serviços* com 2,4 milhões de euros e os *Subsídios* (3,0 milhões de euros, executados na quase totalidade pelo IEM). Na componente das *Despesas de capital*, os *Ativos financeiros* representam 99,1% do total despendido das despesas desta natureza.

## 9.5. SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL

Em 2011, a execução orçamental da Secretaria Regional do Equipamento Social (SRES) ascendeu a 161,8 milhões de euros, ou seja, menos 52,9 milhões de euros do que em 2010. Desta verba, 85,1 milhões de euros foram canalizados para *Despesas de capital*, essencialmente para a *Aquisição de bens de capital*. Os restantes 76,7 milhões de euros ficaram afetos a *Despesas correntes*.

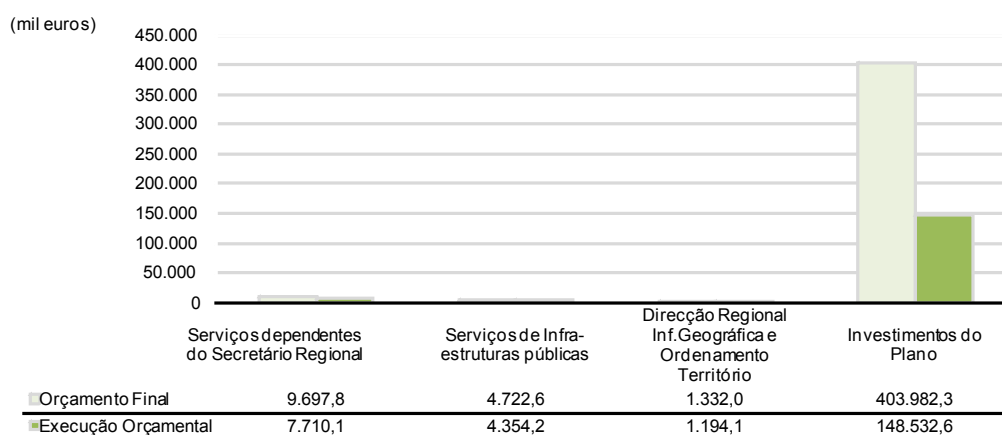
QUADRO 63 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRES

Designação	(mil euros)							
	2010			2011			Variação 2010-2011	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
<b>Despesas correntes</b>	<b>109.570,9</b>	<b>51,0</b>	<b>48,7</b>	<b>76.676,5</b>	<b>47,4</b>	<b>44,7</b>	<b>- 32.894,4</b>	<b>- 30,0</b>
Despesas com o pessoal	10.125,1	4,7	97,5	9.480,7	5,9	95,7	- 644,4	- 6,4
Aquisição de bens e serviços	98.165,4	45,7	46,0	65.964,1	40,8	41,2	- 32.201,3	- 32,8
Transferências correntes	1.263,2	0,6	91,2	1.214,5	0,8	84,1	- 48,7	- 3,9
Outras despesas correntes	17,1	0,0	73,1	17,1	0,0	99,0	0,0	0,1
<b>Despesas de capital</b>	<b>105.115,9</b>	<b>49,0</b>	<b>58,1</b>	<b>85.114,5</b>	<b>52,6</b>	<b>34,3</b>	<b>- 20.001,4</b>	<b>- 19,0</b>
Aquisição de bens de capital	104.214,7	48,5	58,3	84.189,0	52,0	34,5	- 20.025,6	- 19,2
Transferências de capital	901,2	0,4	45,6	925,5	0,6	22,7	24,3	2,7
<b>Total</b>	<b>214.686,8</b>	<b>100,0</b>	<b>52,9</b>	<b>161.791,0</b>	<b>100,0</b>	<b>38,5</b>	<b>- 52.895,8</b>	<b>- 24,6</b>

Do QUADRO 63 conclui-se que as diminuições de despesa, de 2010 para 2011, resultaram essencialmente da diminuição das despesas com a *Aquisição de bens de capital* e *Aquisição de bens e serviços*, o que se deve ao facto deste departamento ser responsável pela realização das obras públicas e da forte contenção que as mesmas tiveram no decurso de 2011.

As despesas de capital, apesar de continuarem a assumir um peso significativo na estrutura da despesa deste departamento, com 52,6%, aumentaram comparando com os 49,0% do total das despesas efetuadas em 2010. Por capítulos, sobressai a despesa realizada em investimentos do Plano, continuando a ser visível o esforço prosseguido pelo Governo Regional no sentido de canalizar as verbas para as rubricas de investimento, que em 2011 ascenderam a cerca de 148,5 milhões de euros (GRÁFICO 21).

GRÁFICO 21 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRES



Das despesas afetas a projetos de investimento, 64,4 milhões correspondem a *Despesas correntes* e 85,1 milhões a *Despesas de capital*. Das *Despesas correntes* destacam-se as *Aquisições de bens e serviços* com 63,4 milhões, correspondente a 99,9% das despesas correntes e a 42,7% das despesas totais do capítulo 50.

Este departamento em 2011, executou menos 51,5 milhões de euros (-25,7%), de despesas do capítulo 50, do que no ano de 2010 e continuou a ser responsável por uma parte considerável do valor global de verbas dos investimentos, 59,2% (+1.8 pontos percentuais comparativamente a 2010).

O QUADRO 64 apresenta um resumo dos projetos que mais se destacaram nesta Secretaria, complementado pela taxa de execução dos projetos no seu conjunto e na Secretaria. Em termos globais, a taxa de execução orçamental dos investimentos do plano deste departamento foi de 39,2%. Os projetos abaixo indicados detêm um peso de 86,4% no total da estrutura da despesa executada.

QUADRO 64 – PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRES

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
Modernização, Construção e Gestão de Infra-Estruturas Rodoviárias	54.869,9	49,3%
Reconstrução, Reabilitação e Correção de Cursos de Água-DRIE	38.050,9	56,1%
Consolidação e Estabel. de Falésias e Taludes-DRIE	9.696,3	49,2%
Renconstr. Er 101 Troço S. Vicente-Porto Moniz	5.953,5	95,5%
Prolong. e Enrocamento Solário até a Praceta 24 Julho-DRIE	4.731,7	98,4%
Er 101 Prazeres/Raposeira	4.023,8	43,6%
Esc. Básica, Secundária e Tecnológica de S. Martinho-DREP	3.214,2	34,2%
Acesso Leste ao Campo da Barca-Saída Leste do Funchal	3.098,3	100,0%
Variante à Er 104 Rosario-S. Vicente 1ª. E 2ª. Fases	2.356,4	100,0%
Outras Acções- Serviços, Estudos e Interven Rodoviárias-DRIE	2.316,0	52,9%
(1) Total dos Projectos	128.311,0	53,8%
(2) Total da SRES	148.532,6	39,2%
(3) Peso dos projectos na SRES	86,4%	

(1) Total dos dez projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do capítulo 50 da SRES

(3) Peso do (1) sobre o (2)

Consolidando a despesa realizada em 2011, serviços integrados e serviços e fundos autónomos, continua a destacar-se o valor das despesas afetas a capital (85,3 milhões de euros) destacando-se a *Aquisição de bens de capital* com uma execução de 84,4 milhões de euros. De seguida, destaca-se a *Aquisição de bens e serviços* com 66,1 milhões de euros, as *Despesas com o pessoal* com 10,7 milhões de euros e o restante com valor residual.

**QUADRO 65 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRES**

(mil euros)

Designação	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Serv. Dep Secretário Regional	Direcção Regional dos Edifícios Públicos	Serviços de Desenvolvimento do Território	Investimentos do Plano						
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.706,5</b>	<b>4.354,2</b>	<b>1.194,1</b>	<b>63.421,7</b>	<b>76.676,5</b>	<b>47,4</b>	<b>1.373,8</b>	<b>86,4</b>	<b>76.838,3</b>	<b>47,4</b>
Despesas com o pessoal	3.971,0	4.341,9	1.167,9	-	9.480,7	5,9	1.194,8	75,1	10.675,5	6,6
Aquisição de bens e serviços	2.547,4	12,3	26,2	63.378,2	65.964,1	40,8	174,2	11,0	66.138,3	40,8
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	2,2	0,1	2,2	0,0
Transferências correntes	1.171,0	-	-	43,5	1.214,5	0,8	-	-	2,5	0,0
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	17,1	-	-	-	17,1	0,0	2,6	0,2	19,8	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>3,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>85.110,9</b>	<b>85.114,5</b>	<b>52,6</b>	<b>216,2</b>	<b>13,6</b>	<b>85.257,0</b>	<b>52,6</b>
Aquisição de bens de capital	3,6	-	-	84.185,4	84.189,0	52,0	216,2	13,6	84.405,3	52,1
Transferências de capital	-	-	-	925,5	925,5	0,6	-	-	851,7	0,5
Activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.710,1</b>	<b>4.354,2</b>	<b>1.194,1</b>	<b>148.532,6</b>	<b>161.791,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1.590,1</b>	<b>100,0</b>	<b>162.095,3</b>	<b>100,0</b>

## 9.6. SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES

A execução orçamental da Secretaria Regional do Turismo e Transportes (SRT) diminuiu -10,8% de 2010 para 2011, devido ao decréscimo do agrupamento económico das despesas correntes, com exceção dos *Subsídios*. Ao nível das despesas de capital, verifica-se que os *Ativos financeiros*, não tiveram execução orçamental em 2011. A taxa de execução orçamental deste departamento passou de 47,1% em 2010 para 47,7% em 2011.

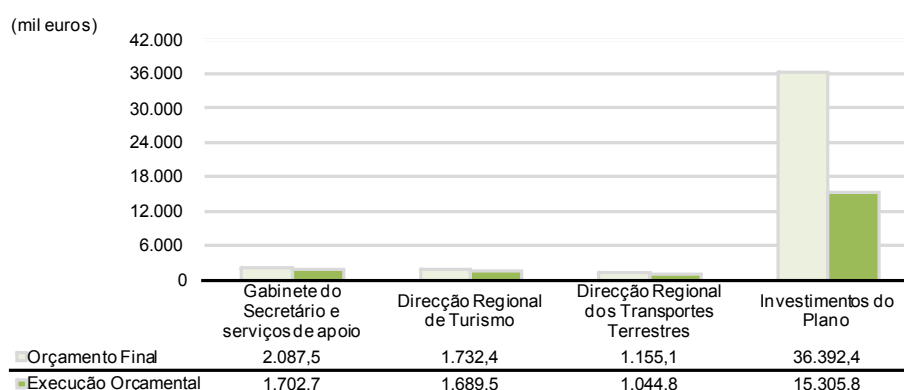
QUADRO 66 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRT

Designação	(mil euros)								
	2010			2011			Variação 2010-2011		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
<b>Despesas correntes</b>	<b>21.233,7</b>	<b>96,0</b>	<b>67,5</b>	<b>17.498,2</b>	<b>88,6</b>	<b>52,0</b>	<b>- 3.735,6</b>	<b>- 17,6</b>	
Despesas com o pessoal	4.235,3	19,1	96,5	4.006,6	20,3	96,7	- 228,6	- 5,4	
Aquisição de bens e serviços	8.987,0	40,6	66,0	5.553,2	28,1	42,2	- 3.433,8	- 38,2	
Transferências correntes	3.639,6	16,4	74,4	2.269,0	11,5	44,6	- 1.370,6	- 37,7	
Subsídios	4.324,7	19,5	50,9	5.661,0	28,7	50,6	1.336,3	30,9	
Outras despesas correntes	47,2	0,2	59,4	8,3	0,0	9,8	- 38,8	- 82,4	
<b>Despesas de capital</b>	<b>891,5</b>	<b>4,0</b>	<b>5,7</b>	<b>2.244,7</b>	<b>11,4</b>	<b>29,2</b>	<b>1.353,2</b>	<b>151,8</b>	
Aquisição de bens de capital	14,5	0,1	4,7	5,5	0,0	7,7	- 9,0	- 62,3	
Transferências de capital	-	-	-	2.239,2	11,3	56,9	2.239,2	-	
Activos financeiros	877,0	4,0	9,5	-	-	-	- 877,0	- 100,0	
<b>Total</b>	<b>22.125,2</b>	<b>100,0</b>	<b>47,1</b>	<b>19.742,8</b>	<b>100,0</b>	<b>47,7</b>	<b>- 2.382,4</b>	<b>- 10,8</b>	

À semelhança do sucedido em 2010, as despesas correntes da SRT constituem a quase totalidade dos encargos deste agrupamento orgânico, explicadas essencialmente pela *Aquisição de bens e serviços* e pelos *Subsídios* (QUADRO 66). Os decréscimos nas *despesas correntes* decorrem da diminuição das *Aquisições de bens e serviços* (-3,4 milhões de euros) e em *Transferências correntes* (-1,4 milhões de euros). As despesas de capital pelo contrário aumentaram (151,8%), por efeito das *Transferências de capital*.

No GRÁFICO 22, estão apresentadas as execuções orçamentais por capítulo, de todos os agrupamentos orgânicos desta Secretaria Regional que registaram taxas de execução elevadas, tendo o capítulo 50, apresentada a mais baixa com 42,1%.

GRÁFICO 22 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRT



Em 2011, as despesas em investimentos do Plano ascenderam a 15,3 milhões de euros, representando um peso de 77,5%, relativamente às despesas totais desta Secretaria. Este valor evidencia uma diminuição das *Despesas correntes* (de -17,6%).

O conjunto dos três maiores projetos, *Sistemas de Gestão de Transportes*, *Festas do Fim do Ano e Horários do Funchal*, totalizou 11,1 milhões de euros, correspondendo a 72,6% do total das despesas do capítulo 50 desta Secretaria Regional.

QUADRO 67 – PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRT

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
Sistemas de Gestão de Transportes-Gab-Reg	5.735,7	49,3%
Festa do Fim-do-Ano - DRT	3.150,7	55,5%
Sector Público Empresarial-Horários do Funchal,S.A - Gab.Fun.	2.225,5	94,6%
Mercados Externos Tradicionais - DRT	765,3	32,2%
(1) Total dos Projectos	11.877,1	53,9%
(2) Total da SRTT	15.305,8	42,1%
(3) Peso dos projectos na SRTT	77,6%	

(1) Total dos quatro projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do capítulo 50 da SRTT

(3) Peso do (1) sobre o (2)

Distribuindo as despesas realizadas em 2011 por serviços tutelados pela SRT, verifica-se que as despesas mais significativas estiveram afetas ao Capítulo 50 (15,3 milhões de euros), seguindo-se o Capítulo 01 com 1,7 milhões de euros, a Direcção Regional de Turismo com 1,7 milhões de euros, e a Direcção Regional dos Transportes Terrestres com 1,0 milhões de euros.

## 9.7. SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria Regional de Educação e Cultura (SRE), no seguimento do ano anterior, registou uma elevada taxa de execução orçamental superior a 87%. O peso relativo desta entidade no total das despesas realizadas pelo Governo Regional ficou-se em 29,3% apesar de ter sido acompanhado de um decréscimo das despesas realizadas no período em análise (-8,6%).

QUADRO 68 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRE

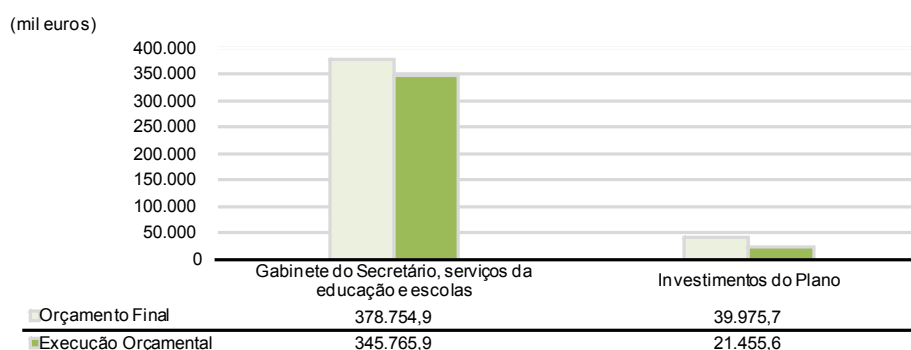
Designação	(mil euros)							
	2010			2011			Variação 2010-2011	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
<b>Despesas correntes</b>	<b>391.893,4</b>	<b>97,5</b>	<b>94,4</b>	<b>362.882,6</b>	<b>98,8</b>	<b>89,7</b>	<b>- 29.010,7</b>	<b>- 7,4</b>
Despesas com o pessoal	289.866,2	72,1	98,5	280.361,0	76,3	97,0	- 9.505,2	- 3,3
Aquisição de bens e serviços	24.072,3	6,0	70,3	18.278,4	5,0	55,3	- 5.793,8	- 24,1
Juros e outros encargos	9,1	0,0	44,6	1,1	0,0	1,2	- 8,1	- 88,2
Transferências correntes	77.502,6	19,3	89,8	64.236,1	17,5	77,9	- 13.266,5	- 17,1
Subsídios	435,0	0,1	95,8	-	-	-	- 435,0	- 100,0
Outras despesas correntes	8,1	0,0	44,4	6,0	0,0	26,6	- 2,1	- 26,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>9.951,3</b>	<b>2,5</b>	<b>66,1</b>	<b>4.338,9</b>	<b>1,2</b>	<b>30,7</b>	<b>- 5.612,4</b>	<b>- 56,4</b>
Aquisição de bens de capital	1.416,9	0,4	34,2	723,2	0,2	33,5	- 693,7	- 49,0
Transferências de capital	8.534,4	2,1	78,2	3.615,6	1,0	30,2	- 4.918,7	- 57,6
<b>Total</b>	<b>401.844,7</b>	<b>100,0</b>	<b>93,4</b>	<b>367.221,5</b>	<b>100,0</b>	<b>87,7</b>	<b>- 34.623,1</b>	<b>- 8,6</b>

Os encargos correntes assumem a quase totalidade dos encargos desta Secretaria Regional, explicados sobretudo pelas *Despesas com o pessoal*, pelas *Transferências correntes* e pela *Aquisição de bens e serviços* (QUADRO 68). De 2010 para 2011, as diminuições da despesa foram mais significativas ao nível das *Transferências correntes* (-13,3 milhões de euros) e das *Despesas com o pessoal* (9,5 milhões de euros).

Os valores afetos a *Transferências correntes e de capital*, refletem o apoio dado quer aos serviços e fundos autónomos, quer a diversas instituições particulares de solidariedade social, no âmbito dos apoios à educação. Com efeito, em 2011 as transferências correntes para os outros setores, ascenderam a 64,2 milhões de euros.

Através do GRÁFICO 23 estão expressos os níveis de execução orçamental registados em 2011. Demonstra-se assim, face aos níveis de execução, as dotações previstas pelo Governo Regional as adequadas para garantir e normal funcionamento dos serviços.

GRÁFICO 23 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRE



As despesas com investimento executadas pela Secretaria Regional de Educação e Cultura totalizaram, aproximadamente, 21,5 milhões de euros. Os projetos que mais se destacaram, incluídos no programa desta Secretaria Regional, constam do QUADRO 69.

Assistiu-se em 2011 à profusão de iniciativas desportivas reforçando-se a aposta no apoio das atividades amadoras e infraestruturas desportivas.

QUADRO 69 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRE

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
Prom. Des. Mod. Desp. Ama. Comp. Nac. Comp. Eur. Assoc. Desport. - IDRAM	5.764,1	73,0%
Apoio Comp. Nac. Div. Modalidades Desportivas Colectivas - IDRAM	3.575,2	83,3%
Apoio Constr. Infra-Estrut. Desportivas - IDRAM	3.109,0	34,5%
Apoio Desl. Aéreas e Marít. Camp. Reg. Nacion. e Intern. - IDRAM	2.649,0	75,0%
Desenvolvimento do Capital Humano - DRQP	1.009,2	74,0%
Cursos Educação e Form. Esc. Básicas 2,3 Cicl. e Secundárias	973,3	60,8%
Div. Sect. Actv. Desp. Regime Reg. Alto Rend. Ex. Med. Desp.	601,3	36,3%
Infra-Estrutura Tecnológica da Educação-DSSI	538,2	52,6%
Festivais Culturais da Madeira-DRAC	499,0	94,4%
Fomento da Utiliz. de Pc e Internet - Madeira Tecnópolo, S.A.	480,7	90,8%
(1) Total dos Projectos	19.199,0	61,1%
(2) Total da SREC	21.455.625,9	13,0%
(3) Peso dos projectos na SREC	89,5%	

(1) Total dos dez projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do capítulo 50 da SREC

(3) Peso do (1) sobre o (2)

Em 2011, ao nível dos investimentos do Plano, destacam-se as *Despesas correntes* que assumiram 80,9% do total da despesa executada desta natureza, sendo o remanescente em *Despesas de capital*, com 4,1 milhões. Das *Despesas correntes*, 14,4 milhões de euros, dizem respeito a *Transferências correntes* (-31,1% que no ano transato). A taxa de execução orçamental deste capítulo foi na generalidade das mais altas (com 58,8% de execução).

No QUADRO 70 é apresentada a distribuição da despesa total pelos serviços tutelados pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, incluindo serviços e fundos autónomos.



As verbas destinadas ao orçamento de funcionamento normal assumem 94,2% do total realizado pelos serviços integrados. Efetivamente, ao Capítulo 01 estiveram afetos 345,8 milhões de euros, distribuídos, essencialmente, pelas *Despesas com o pessoal* (280,3 milhões de euros) e pelas *Transferências correntes* (49,8 milhões de euros). Nos serviços e fundos autónomos, as *Despesas correntes* (47,0 milhões de euros) continuam a superar as despesas de capital, cujo valor despendido foi de 3,2 milhões de euros.

QUADRO 70 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRE

(mil euros)

Designação	Capítulos		Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	50						
	Gabinete do Secretário, serviços e educação e escolas	Investimentos do Plano	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
<b>Despesas Correntes</b>	<b>345.517,4</b>	<b>17.365,3</b>	<b>362.882,6</b>	<b>98,8</b>	<b>47.424,0</b>	<b>93,7</b>	<b>385.319,6</b>	<b>98,9</b>
Despesas com o pessoal	280.268,8	92,3	280.361,0	76,3	8.588,1	17,0	288.949,1	74,1
Aquisição de bens e serviços	15.402,5	2.876,0	18.278,4	5,0	8.514,4	16,8	26.792,8	6,9
Juros e outros encargos	1,1	-	1,1	0,0	4,2	0,0	5,2	0,0
Transferências correntes	49.839,1	14.397,0	64.236,1	17,5	30.250,0	59,7	69.499,0	17,8
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	6,0	-	6,0	0,0	67,3	0,1	73,3	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>248,5</b>	<b>4.090,4</b>	<b>4.338,9</b>	<b>1,2</b>	<b>3.207,2</b>	<b>6,3</b>	<b>4.377,5</b>	<b>1,1</b>
Aquisição de bens de capital	227,0	496,2	723,2	0,2	98,6	0,2	821,9	0,2
Transferências de capital	21,5	3.594,1	3.615,6	1,0	3.108,5	6,1	3.555,6	0,9
Activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>345.765,9</b>	<b>21.455,6</b>	<b>367.221,5</b>	<b>100,0</b>	<b>50.631,2</b>	<b>100,0</b>	<b>389.697,1</b>	<b>100,0</b>

Consolidando a despesa, temos gastos com o pessoal de 288,9 milhões de euros, com as *Transferências correntes* de 69,5 milhões de euros, com a *Aquisição de bens e serviços* de 26,8 milhões de euros e com as *Transferências de capital* de 3,6 milhões de euros. As despesas realizadas nos demais agrupamentos económicos de despesa foram menos significativas.

## 9.8. SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

Conforme o QUADRO 71 as despesas efetuadas pela Secretaria Regional do Plano e Finanças (SRF) registaram uma diminuição de 20,9%, de 2010 para 2011, em consequência da diminuição das *Despesas de capital* (39,9%) que têm um peso de 40,0% no total deste departamento.

QUADRO 71 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRF

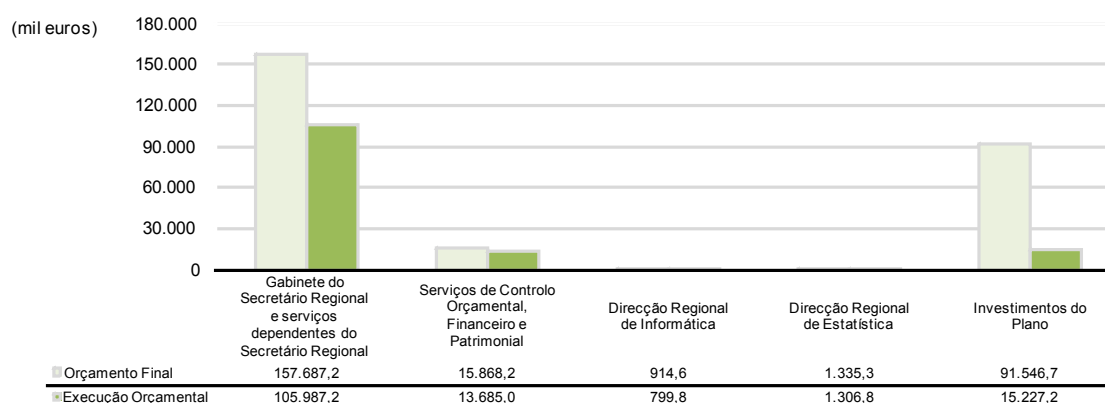
Designação	(mil euros)								
	2010			2011			Variação 2010-2011		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
<b>Despesas correntes</b>	<b>81.858,5</b>	<b>47,3</b>	<b>60,7</b>	<b>82.143,8</b>	<b>60,0</b>	<b>56,5</b>	<b>285,4</b>	<b>0,3</b>	
Despesas com o pessoal	14.798,7	8,5	95,5	13.926,0	10,2	94,6	- 872,6	- 5,9	
Aquisição de bens e serviços	8.285,3	4,8	77,8	6.215,3	4,5	60,8	- 2.070,0	- 25,0	
Juros e outros encargos	29.632,4	17,1	63,0	36.415,6	26,6	56,7	6.783,2	22,9	
Transferências correntes	5.109,6	3,0	89,1	2.870,6	2,1	85,8	- 2.239,0	- 43,8	
Subsídios	2.421,4	1,4	27,5	3.810,3	2,8	32,8	1.388,8	57,4	
Outras despesas correntes	21.611,1	12,5	45,8	18.906,1	13,8	45,7	- 2.705,0	- 12,5	
<b>Despesas de capital</b>	<b>91.274,2</b>	<b>52,7</b>	<b>61,3</b>	<b>54.862,2</b>	<b>40,0</b>	<b>45,0</b>	<b>- 36.412,0</b>	<b>- 39,9</b>	
Aquisição de bens de capital	16.987,2	9,8	45,0	4.966,6	3,6	14,8	- 12.020,6	- 70,8	
Transferências de capital	21.582,4	12,5	48,3	5.024,6	3,7	11,6	- 16.557,8	- 76,7	
Activos financeiros	670,0	0,4	42,7	1.130,0	0,8	100,0	460,0	68,7	
Passivos financeiros	52.034,6	30,1	100,0	43.741,0	31,9	100,0	- 8.293,7	- 15,9	
<b>Total</b>	<b>173.132,7</b>	<b>100,0</b>	<b>61,0</b>	<b>137.006,0</b>	<b>100,0</b>	<b>51,2</b>	<b>- 36.126,7</b>	<b>- 20,9</b>	

As *Despesas correntes* aumentaram 285,4 mil euros, devido aos acréscimos de despesa com *Juros e outros encargos* (6,8 milhões de euros), e aos Subsídios (1,4 milhões de euros). Todos os restantes itens diminuíram. Em 2011 foram registados em *Outras despesa correntes* cerca de 15,9 milhões de euros, respeitantes à entrega da receita de ISP consignada à RAMEDM, com efeitos a partir de 2011 (Decreto Legislativo Regional n.º 23/07, de 13 de dezembro).

As despesas de capital, por seu turno, diminuíram 36,4 milhões de euros, fundamentalmente pela diminuição das Transferências de capital (-16,6 milhões de euros) e das aquisições de bens de capital (-12,0 milhões de euros). Os *Passivos financeiros*, também diminuíram aproximadamente 8,3 milhões de euros.

A execução orçamental ao nível do funcionamento normal, em 2011 foi muito próxima dos valores orçamentados, com uma taxa de execução de 60,5%, enquanto no capítulo 50 a taxa de execução orçamental situou-se nos 16,6%. Quanto à distribuição das despesas deste agrupamento orgânico, apresentada no GRÁFICO 24, demonstra que as verbas inscritas no capítulo 50 assumem 11,1% da estrutura da despesa da SRF.

GRÁFICO 24 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRF



A despesa do capítulo 50 apresentou uma diminuição de 28,8 milhões de euros (-65,4%) em relação a 2010. Esta diminuição decorre fundamentalmente das componentes das *Despesas de capital*, que diminuíram 71,9%, em virtude da menor execução orçamental ao nível das *Transferências de capital* (-78,9%), e das *Aquisições de bens de capital* (-71,1%). Os investimentos realizados que mais se destacaram pelo seu valor, foram os indicados no QUADRO 72.

QUADRO 72 – PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRF

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
Infra Estruturas Publicas - DRPA	4.372,7	28,7%
Apoio Compensatório à Habitacao Com. Fins Sociais- IHM, EPE	3.810,3	25,0%
Fundo de Apoio à Reconstrução/Madeira	2.604,5	17,1%
Capital Social da Patriram -Gab. Sec.	1.130,0	7,4%
Município do Porto Santo - DRF	429,3	2,8%
Município de Câmara de Lobos - DRF	388,9	2,6%
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos - DRI	285,5	1,9%
Município do Porto Moniz - DRF	276,4	1,8%
Modernização e Apetrechamento da PDP	269,2	1,8%
Apoio a Particulares-IHM,EPE	230,5	1,5%
(1) Total dos Projectos	13.797,3	23,1%
(2) Total da SRPF	15.227,2	16,6%
(3) Peso dos projectos na SRPF	90,6%	

(1) Total dos dez projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do capítulo 50 da SRPF

(3) Peso do (1) sobre o (2)

No QUADRO 73 está expressa a distribuição das despesas afetas a todos os serviços tutelados pela SRPF. A despesa total consolidada (138,8 milhões de euros) esteve afeta maioritariamente aos Capítulos 01 (106,0 milhões de euros) e 50 (15,2 milhões de euros), seguindo-se a despesa com os serviços de controlo orçamental, financeiro e patrimonial (13,7 milhões de euros) e com os serviços e fundos autónomos (4,1 milhões de euros).

## QUADRO 73 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRF

(mil euros)

Designação	Capítulos					Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	04	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gabinete do Secretário Regional e serviços dependentes Secretário Regional	Serviços de controlo orçamental, financeiro e patrimonial	Direcção Regional de Informática	Direcção Regional de Estatística	Investimentos do Plano						
<b>Despesas Correntes</b>	<b>62.182,8</b>	<b>13.389,4</b>	<b>799,8</b>	<b>1.306,8</b>	<b>4.465,1</b>	<b>82.143,8</b>	<b>60,0</b>	<b>4.096,0</b>	<b>100,0</b>	<b>83.962,1</b>	<b>60,5</b>
Despesas com o pessoal	2.296,9	9.524,2	785,1	1.292,7	27,1	13.926,0	10,2	3.358,1	82,0	17.284,1	12,5
Aquisição de bens e serviços	2.106,8	3.829,8	14,6	14,1	250,1	6.215,3	4,5	509,6	12,4	6.724,9	4,8
Juros e outros encargos	36.415,6	-	-	-	-	36.415,6	26,6	-	-	36.415,6	26,2
Transferências correntes	2.493,0	-	-	-	377,7	2.870,6	2,1	-	-	592,9	0,4
Subsídios	-	-	-	-	3.810,3	3.810,3	2,8	-	-	3.810,3	2,7
Outras despesas correntes	18.870,6	35,4	-	-	-	18.906,1	13,8	228,4	5,6	19.134,4	13,8
<b>Despesas de capital</b>	<b>43.804,4</b>	<b>295,6</b>	<b>0,1</b>	<b>-</b>	<b>10.762,1</b>	<b>54.862,2</b>	<b>40,0</b>	<b>1,7</b>	<b>0,0</b>	<b>54.863,3</b>	<b>39,5</b>
Aquisição de bens de capital	0,1	295,6	0,1	-	4.670,8	4.966,6	3,6	1,7	0,0	4.968,3	3,6
Transferências de capital	63,4	-	-	-	4.961,2	5.024,6	3,7	0,0	0,0	5.024,1	3,6
Activos financeiros	-	-	-	-	1.130,0	1.130,0	0,8	-	-	1.130,0	0,8
Passivos financeiros	43.741,0	-	-	-	-	43.741,0	31,9	-	-	43.741,0	31,5
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>105.987,2</b>	<b>13.685,0</b>	<b>799,8</b>	<b>1.306,8</b>	<b>15.227,2</b>	<b>137.006,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4.097,7</b>	<b>100,0</b>	<b>138.825,4</b>	<b>100,0</b>

Na Secretaria Regional do Plano e Finanças destaca-se o peso das *Despesas correntes*, o que se deve aos *Juros e outros encargos*, que correspondem a 44,3% do total da despesa desta natureza, e às *Outras despesas correntes* (23,0%). Nas despesas de capital sobressai a execução das *Transferências de bens de capital* e da *Aquisição de bens de capital* apesar da redução significativa face a 2011.

## 9.9. SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

A Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA) assume 5,0% do total das despesas, ou seja, 62,9 milhões de euros, verba esta inferior à verificada em 2010 (QUADRO 74).

QUADRO 74 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRA

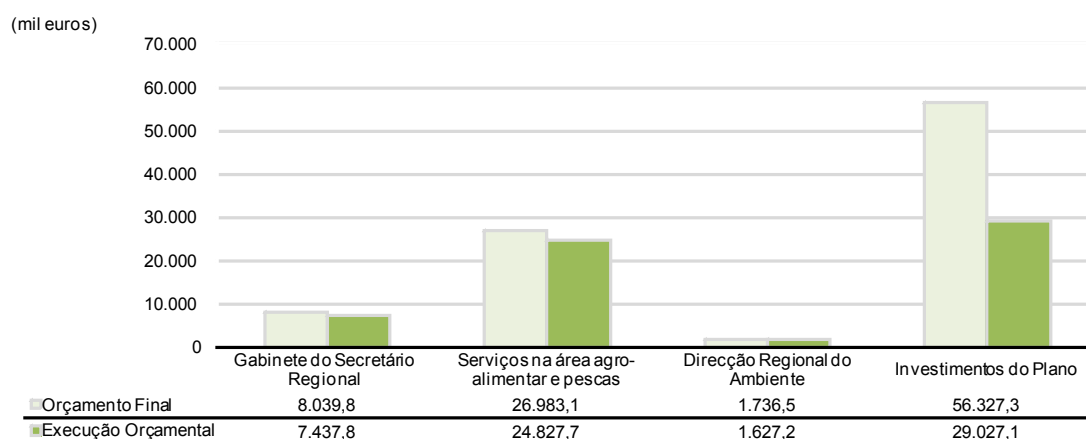
Designação	(mil euros)								
	2010			2011			Variação 2010-2011		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
<b>Despesas correntes</b>	<b>57.984,9</b>	<b>87,7</b>	<b>74,1</b>	<b>56.932,3</b>	<b>90,5</b>	<b>80,5</b>	<b>- 1.052,6</b>	<b>- 1,8</b>	
Despesas com o pessoal	32.039,5	48,5	97,6	28.975,7	46,1	93,7	- 3.063,8	- 9,6	
Aquisição de bens e serviços	4.967,1	7,5	42,2	3.560,8	5,7	30,9	- 1.406,2	- 28,3	
Transferências correntes	6.141,7	9,3	53,8	11.513,9	18,3	76,6	5.372,2	87,5	
Subsídios	14.751,1	22,3	66,6	12.840,8	20,4	97,4	- 1.910,3	- 13,0	
Outras despesas correntes	85,5	0,1	90,9	41,1	0,1	63,8	- 44,4	- 51,9	
<b>Despesas de capital</b>	<b>8.094,9</b>	<b>12,3</b>	<b>30,3</b>	<b>5.987,4</b>	<b>9,5</b>	<b>26,8</b>	<b>- 2.107,5</b>	<b>- 26,0</b>	
Aquisição de bens de capital	4.435,0	6,7	32,1	728,6	1,2	8,6	- 3.706,4	- 83,6	
Transferências de capital	2.909,9	4,4	32,2	5.083,8	8,1	42,4	2.173,9	74,7	
Activos financeiros	750,0	1,1	19,3	175,0	0,3	9,5	- 575,0	- 76,7	
<b>Total</b>	<b>66.079,8</b>	<b>100,0</b>	<b>62,9</b>	<b>62.919,7</b>	<b>100,0</b>	<b>67,6</b>	<b>- 3.160,0</b>	<b>- 4,8</b>	

As despesas correntes efetuadas diminuíram 1,8%, a contrastar com o aumento do seu peso relativo no total da SRA (2,8 pontos percentuais). Este aumento prende-se essencialmente com a evolução ocorrida na rubrica das *Transferências correntes* (+5,4 milhões de euros), apesar da diminuição de todas as restantes.

Nas despesas de capital verificou-se uma diminuição da rubrica das Aquisições de bens de capital (- 3,7 milhões de euros) e dos *Ativos financeiros* (-575 mil euros), tendo aumentado as *Transferências de capital* (+2,2 milhões de euros).

Esta Secretaria Regional foi responsável pela execução orçamental de 11,6% (+3.4 pontos percentuais) das despesas totais realizadas pelo Governo Regional com investimentos do Plano, que em 2011 ascenderam a 29 milhões de euros (taxa de execução de 46,1%). Ao nível do orçamento de funcionamento normal, as discrepâncias entre a execução e os valores orçamentados são menos relevantes, apresentando uma taxa de execução de 92,2%.

GRÁFICO 25 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRA



Distribuindo a despesa por capítulos, sobressai o peso das despesas com investimentos do Plano, com os serviços afetos à área agroalimentar e pescas, com o Gabinete da Secretaria Regional e com os serviços e fundos autónomos. As despesas afetas ao Gabinete do Secretário Regional foram de 7,4 milhões de euros, e aos serviços e fundos autónomos de 6,7 milhões de euros.

No QUADRO 75 constam os projetos que mais se destacaram, quer em termos de valor, quer em termos de taxa de execução orçamental.

QUADRO 75 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRA

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
Exploração do Sistema da Valor Ambiente S.A.	9.355,4	32,2%
Apoios à Valor Ambiente, S.A.	5.693,5	19,6%
PRODERAM - Apoios a Entidades Privadas e Autarquias - Gab.	2.553,4	8,8%
Apoio à Exploração da Invest. Gestão Hidroagrícola, S.A.-IGH, S.A.	2.055,0	7,1%
Intempérie de 20 Fevereiro 2010 - Rec. Sist. Abast. Água Alta - IGA	1.768,3	6,1%
Ações de Apoio à Agricultura e Pecuária Madeirense-DRADR	910,6	3,1%
Apoios à Exploração do CARAM, EPE	700,0	2,4%
Apoios ao CARAM, E.P.E.- Gab.	641,0	2,2%
Apoio à Frota Pesqueira e à Indústria - DRP	517,5	1,8%
Apoio às Casas do Povo e Associações de Desenv. Rural - DRADR	307,1	1,1%
(1) Total dos Projectos	24.501,8	82,9%
(2) Total da SRA	29.027,1	51,5%
(3) Peso dos projectos na SRA	84,4%	

(1) Total dos dez projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do capítulo 50 da SRA

(3) Peso do (1) sobre o (2)

Em termos consolidados a despesa ascendeu a 64,5 milhões de euros, dos quais, 58,1 milhões de euros estiveram afetos a *Despesas correntes* e 6,5 milhões de euros a *Despesas de capital* (Vd. QUADRO 76).

## QUADRO 76 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRA

(mil euros)

Designação	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gabinete do Secretário Regional	Serviços na área agro-alimentar e pescas	Serviços nas áreas do ambiente e saneamento básico	Investimentos do Plano						
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.437,5</b>	<b>24.827,7</b>	<b>1.626,1</b>	<b>23.041,0</b>	<b>56.932,3</b>	<b>90,5</b>	<b>5.966,9</b>	<b>88,4</b>	<b>58.050,7</b>	<b>90,0</b>
Despesas com o pessoal	2.570,8	24.304,9	1.566,7	533,3	28.975,7	46,1	4.422,0	65,5	33.397,8	51,8
Aquisição de bens e serviços	272,6	522,8	59,5	2.706,0	3.560,8	5,7	1.406,4	20,8	4.967,3	7,7
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	4.557,4	-	-	6.956,4	11.513,9	18,3	8,0	0,1	6.673,3	10,3
Subsídios	-	-	-	12.840,8	12.840,8	20,4	26,4	0,4	12.867,2	19,9
Outras despesas correntes	36,6	-	-	4,5	41,1	0,1	104,0	1,5	145,1	0,2
<b>Despesas de capital</b>	<b>0,2</b>	<b>-</b>	<b>1,1</b>	<b>5.986,1</b>	<b>5.987,4</b>	<b>9,5</b>	<b>785,1</b>	<b>11,6</b>	<b>6.459,9</b>	<b>10,0</b>
Aquisição de bens de capital	0,2	-	1,1	727,2	728,6	1,2	785,1	11,6	1.513,7	2,3
Transferências de capital	-	-	-	5.083,8	5.083,8	8,1	-	-	4.771,2	7,4
Activos financeiros	-	-	-	175,0	175,0	0,3	-	-	175,0	0,3
<b>Total</b>	<b>7.437,8</b>	<b>24.827,7</b>	<b>1.627,2</b>	<b>29.027,1</b>	<b>62.919,7</b>	<b>100,0</b>	<b>6.752,0</b>	<b>100,0</b>	<b>64.510,6</b>	<b>100,0</b>

Nas *Despesas correntes* sobressaem as *Despesas com o pessoal* com 33,4 milhões de euros e os *Subsídios* com 12,9 milhões de euros. As despesas com *Transferências de capital* (4,8 milhões de euros) e com *Aquisição de bens de capital* (1,5 milhões de euros) foram as mais significativas ao nível das despesas de capital consolidada.

## 9.10. SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

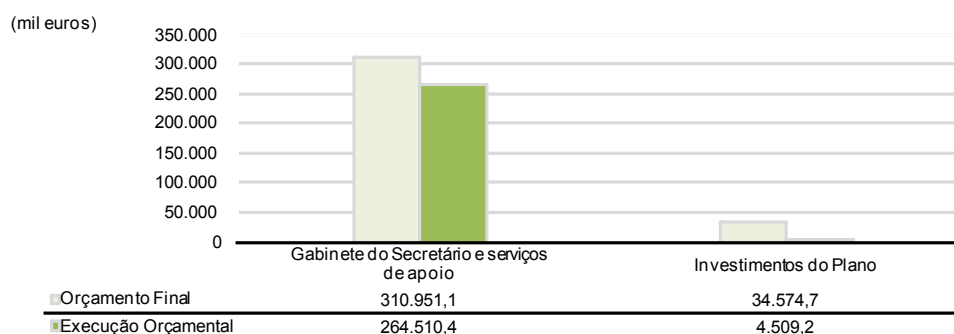
Em 2011, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS) aumentou o valor da sua execução orçamental, em cerca de 1,7%. Neste departamento do Governo Regional as *Transferências correntes* detêm um peso primordial devido ao facto das verbas que são transferidas para os serviços da área da Saúde, onde se inclui o IASAÚDE, IP-RAM, serem canalizadas através deste agrupamento económico.

QUADRO 77 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2010/2011 - SRAS

Designação	2010		2011			Variação 2010-2011		
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
			Taxa Execução					
<b>Despesas correntes</b>	<b>249.591,6</b>	<b>94,3</b>	<b>82,6</b>	<b>265.347,4</b>	<b>98,6</b>	<b>84,7</b>	<b>15.755,8</b>	<b>6,3</b>
Despesas com o pessoal	1.344,8	0,5	94,0	1.125,0	0,4	94,5	- 219,8	- 16,3
Aquisição de bens e serviços	984,5	0,4	62,5	943,4	0,4	64,4	- 41,1	- 4,2
Transferências correntes	247.262,3	93,4	82,6	263.278,9	97,9	84,8	16.016,6	6,5
<b>Despesas de capital</b>	<b>15.039,4</b>	<b>5,7</b>	<b>59,0</b>	<b>3.672,2</b>	<b>1,4</b>	<b>11,3</b>	<b>- 11.367,2</b>	<b>- 75,6</b>
Aquisição de bens de capital	487,4	0,2	9,2	494,2	0,2	8,7	6,8	1,4
Transferências de capital	14.552,0	5,5	72,2	3.178,0	1,2	11,9	- 11.374,0	- 78,2
<b>Total</b>	<b>264.631,0</b>	<b>100,0</b>	<b>80,7</b>	<b>269.019,6</b>	<b>100,0</b>	<b>77,9</b>	<b>4.388,6</b>	<b>1,7</b>

Desagregando a despesa de 2011 por capítulos, temos que a quase totalidade das despesas efetuadas pela SRAS, encontra-se inscrita no capítulo 01 - Gabinete do Secretário e serviços de apoio, cuja taxa de execução orçamental foi de 85,1% (Vd. GRÁFICO 26 e QUADRO 77). Os investimentos do Plano registaram uma execução orçamental que ascende a 4,5 milhões de euros.

GRÁFICO 26 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2011, POR CAPÍTULOS - SRAS





No capítulo dos investimentos do Plano, ocorreu uma diminuição de 11,5 milhões de euros ao nível da execução orçamental, essencialmente, da parte das *Despesas de capital* (-11,2 milhões de euros), em virtude dos *Transferências de capital*.

**QUADRO 78 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRAS**

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
Apoio às Associações de Bombeiros - Gab. Sec.	1.831,3	87,2%
Equipamento de Apoio Áreas Medicas - IASAUDE, I.P. RAM, SESARAM, E.P.E.	600,0	100,0%
Constr. Centro de Saúde e Lar de Idosos - C. de Lobos - Gab. Sec.	494,0	49,4%
Benef. de Estrut. Físicas Hospitalares - IASAUDE, I.P. RAM, SESARAM, E.P.E.	484,1	12,1%
Bens Equip. para Acolhimento Doent. - IASAUDE, I.P. RAM, SESARAM, E.P.E.	374,2	18,7%
(1) Total dos Projectos	3.783,6	39,0%
(2) Total da SRAS	4.509,2	13,0%
(3) Peso dos projectos na SRAS	83,9%	

- (1) Total dos cinco projectos com maior volume monetário executado  
 (2) Total do capítulo 50 da SRAS  
 (3) Peso do (1) sobre o (2)

Destaque-se os programas desenvolvidos pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais nas diversas áreas da saúde, totalizando os três projetos mais relevantes 64,9% do total dos projetos desenvolvidos por este departamento.

Analisando a despesa consolidada, verifica-se que o total executado ascendeu a 269,3 milhões de euros, sendo mais significativas as despesas de natureza corrente (265,7 milhões de euros). Nestas, realçamos o valor afeto a *Transferências correntes* (189,5 milhões de euros) e a *Aquisição de bens e serviços* (62,7 milhões de euros). As despesas de capital foram de 3,6 milhões de euros.

**QUADRO 79 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2011, POR NATUREZA - SRAS**

Designação	Capítulos		Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gabinete do Secretário Regional e serviços dependentes Secretário Regional	Investimentos do Plano						
<b>Despesas Correntes</b>	<b>263.499,9</b>	<b>1.847,5</b>	<b>265.347,4</b>	<b>98,6</b>	<b>261.147,4</b>	<b>98,8</b>	<b>265.727,8</b>	<b>98,7</b>
Despesas com o pessoal	1.125,0	-	1.125,0	0,4	5.614,6	2,1	6.739,6	2,5
Aquisição de bens e serviços	940,5	2,9	943,4	0,4	61.802,4	23,4	62.745,8	23,3
Juros e outros encargos	-	-	-	-	6.726,1	2,5	6.726,1	2,5
Transferências correntes	261.434,3	1.844,6	263.278,9	97,9	187.002,3	70,8	189.514,2	70,4
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	-	-	-	-	2,1	0,0	2,1	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>1.010,5</b>	<b>2.661,7</b>	<b>3.672,2</b>	<b>1,4</b>	<b>3.097,0</b>	<b>1,2</b>	<b>3.591,2</b>	<b>1,3</b>
Aquisição de bens de capital	0,2	494,0	494,2	0,2	874,6	0,3	1.368,8	0,5
Transferências de capital	1.010,3	2.167,7	3.178,0	1,2	2.222,4	0,8	2.222,4	0,8
Activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>264.510,4</b>	<b>4.509,2</b>	<b>269.019,6</b>	<b>100,0</b>	<b>264.244,4</b>	<b>100,0</b>	<b>269.318,9</b>	<b>100,0</b>

(mil euros)

## 10. OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS

Nas operações extraorçamentais, consideram-se as entradas e saídas de fundos da Conta da Região que não são respetivamente receita nem despesa orçamentais mas que têm expressão na tesouraria do Governo Regional (conforme anexo III do Decreto – Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Através da Circular n.º 1/ORÇ/2011, de 10 de janeiro, foi atualizada a tabela de correspondência entre os movimentos extraorçamentais da receita e da despesa relativos às Contas de Ordem. Foram classificados em contas de ordem as receitas próprias geradas pelos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira do orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011 que no decorrer da execução anual foram pelos valores totais entregues e novamente requisitados, não resultando assim saldo final, tal como ocorrido no ano anterior.

Pelos movimentos registados ao longo do ano de 2011 resultou um considerável aumento do saldo final das operações extraorçamentais em 38,4 milhões de euros, fixando-se no final de 2011 em 38,7 milhões de euros.

**QUADRO 80 - CONTA GERAL DOS FLUXOS DAS OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS DE 2011**

<b>ENTRADA</b>	<b>Importâncias (em euros)</b>	<b>SAÍDA</b>	<b>Importâncias (em euros)</b>
<b>Saldo existente em 1 de Janeiro de 2011 de Operações extra-orçamentais:</b>	<b>251.239,20</b>	<b>Operações extra-orçamentais</b>	<b>177.155.535,24</b>
<i>de Contas de ordem</i>	-	<i>12.01 Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado</i>	<i>38.398.971,01</i>
<i>de Recursos próprios de terceiros e outras</i>	<i>251.239,20</i>	<i>12.02 Outras operações de tesouraria</i>	<i>1.570.101,25</i>
		<i>12.03 Contas de ordem</i>	<i>59.072.303,54</i>
		<i>12.05 Recursos próprios de terceiros</i>	<i>78.114.159,44</i>
<b>Operações extra-orçamentais</b>	<b>215.603.221,61</b>		
<i>17.01 Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado</i>	<i>38.274.965,26</i>	<b>Saldo existente em 31 de Dezembro de 2011 de Operações extra-orçamentais:</b>	<b>38.698.925,57</b>
<i>17.02 Outras operações de tesouraria</i>	<i>1.542.300,46</i>	<i>de Contas de ordem</i>	<i>364.266,10</i>
<i>17.04 Contas de ordem</i>	<i>59.436.569,64</i>	<i>de Recursos próprios de terceiros e outras</i>	<i>38.334.659,47</i>
<i>17.05 Recursos próprios de terceiros</i>	<i>116.349.386,25</i>		
<b>Total</b>	<b>215.854.460,81</b>	<b>Total</b>	<b>215.854.460,81</b>

Apesar de previsto no Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, as reposições abatidas nos pagamentos, ou seja, as receitas resultantes da entrada de fundos em tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos ocorridos no próprio ano, não foram evidenciadas através da classificação específica pela impossibilidade prática de consubstanciar o respetivo balanceamento em rubrica da despesa. As Reposições abatidas no pagamento subtraem na devida rubrica aos

valores já anteriormente pagos e respetiva dotação orçamental utilizada pelos valores indevidos no ano.

No mapa Anexo XXXI são indicadas as *Reposições abatidas nos pagamentos*, em 2011, por departamentos. Esse valor consta ainda do mapa Anexo I – *Conta geral dos fluxos financeiros da Região Autónoma da Madeira* e mapa Anexo XXXV - *Conta geral das operações de tesouraria e transferência de fundos*. Em 2011, o seu valor totalizou a 8,5 milhões de euros dos quais 6,9 milhões de euros, estiveram afetos à saída de fundos da Secretaria Regional do Plano e Finanças, i.e. 81,6%.

#### QUADRO 81 - OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS EM 2011

ENTRADA	Importâncias (em euros)	SAÍDA	Importâncias (em euros)
<b>17. Operações extra-orçamentais</b>		<b>12. Operações extra-orçamentais</b>	
17.01. Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado	38.274.965,26	12.01. Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado	38.398.971,01
Caixa Geral de Aposentações	13.231.261,72	Caixa Geral de Aposentações	13.234.157,66
Segurança Social	2.894.481,15	Segurança Social	2.952.267,25
IRS	20.039.344,35	IRS	20.038.561,35
Outras	2.109.878,04	Outras	2.173.984,75
17.02. Outras operações de tesouraria	1.542.300,46	12.02. Outras operações de tesouraria	1.570.101,25
Desc.Venc.Funcionários p/ Sentenças Judiciais	340.568,30	Desc.Venc.Funcionários p/ Sentenças Judiciais	340.568,30
Sindicato de Professores da Região	231.150,69	Sindicato de Professores da Região	231.150,69
Mútua dos Pescadores	247.126,43	Mútua dos Pescadores	247.126,43
Outros Sindicatos	203.797,19	Outros Sindicatos	203.797,19
Outras	519.657,85	Outras	547.458,64
17.04. Contas de Ordem	59.436.569,64	12.03. Contas de Ordem	59.072.303,54
Assembleia Legislativa da Madeira	84.591,73	Assembleia Legislativa da Madeira	83.393,95
Serviços e Fundos Autónomos da Vice Presidência do Governo	1.256.383,84	Serviços e Fundos Autónomos da Vice Presidência do Governo	1.227.465,60
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional dos Recursos Humanos	10.320.809,30	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional dos Recursos Humanos	10.320.809,30
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Equipamento Social	282.325,04	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Equipamento Social	282.325,04
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Turismo e Transportes	-	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Turismo e Transportes	-
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional da Educação e Cultura	22.209.442,49	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional da Educação e Cultura	22.147.346,68
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Plano e Finanças	22.169.780,69	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Plano e Finanças	21.926.925,87
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	2.574.476,69	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	2.545.277,24
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	538.759,86	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	538.759,86
17.05. Recursos Próprios de Terceiros	116.349.386,25	12.05. Recursos Próprios de Terceiros	78.114.159,44
Fundo Equilíbrio Financeiro	53.594.507,00	Fundo Equilíbrio Financeiro	53.594.507,00
Fundo Social Municipal	4.931.991,00	Fundo Social Municipal	4.931.991,00
IRS-Imp.s/ o Rendimento das Pessoas Singulares	7.836.281,00	IRS-Imp.s/ o Rendimento das Pessoas Singulares	7.836.281,00
Finanças Locais-Transf. Juntas de Freguesia	3.991.263,14	Finanças Locais-Transf. Juntas de Freguesia	3.991.263,14
INTERREG	391.033,52	INTERREG	391.033,52
Transf. locais p/ Associação de Municípios	-	Transf. locais p/ Associação de Municípios	-
Direcção Regional da Administração da Justiça	-	Direcção Regional da Administração da Justiça	38.049,25
Diversos	9.485.005,05	Diversos	7.331.034,53
FET	3.549.496,35	FET	169.873,02
N.º 2 artigo 28 DLR 2/2011	5.935.508,70	N.º 2 artigo 28 DLR 2/2011	3.359.377,18
Manifestação de saldos dos Serviços Autónomos	36.119.305,54	Manifestação de saldos dos Serviços Autónomos	3.801.784,33
<b>Total geral</b>	<b>215.603.221,61</b>	<b>Total geral</b>	<b>177.155.535,24</b>

As entradas e saídas de fluxos financeiros não orçamentais estão resumidas no QUADRO 81. Quer pelo lado das entradas quer pelo lado das saídas as rubricas mais expressivas foram as relacionadas com a Lei das Finanças Locais e com a movimentação das Contas de Ordem.

Face ao ano anterior e em termos absolutos registaram-se mais 8,4 milhões de euros nas receitas e menos 32,2 milhões de euros nas despesas, respetivamente 4,3% e -15,4%, denotando-se a manutenção da estrutura das principais rubricas de 2010 para 2011.

# 11. SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

## 11.1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o acatamento das recomendações emanadas pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, a Direção Regional do Orçamento e Contabilidade alterou de forma substancial os mecanismos de recolha e tratamento da informação de natureza financeira respeitante aos SFA, necessária à elaboração da Conta da Região 2011.

Até aqui a informação financeira dos SFA era compilada, através do lançamento em folhas de cálculo, de toda a informação constante dos mapas modelo 2-A, e mapas fluxos de caixa, enviados à DROC por cada um dos SFA, uma tarefa bastante complexa. Por outro lado, e da realização das auditorias e dos relatórios efetuados pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, foram apontadas divergências entre os mapas das contas de gerência enviados à DROC e os enviados à SRMTC, pelos SFA, o que se pretendia eliminar.

Os SFA, dada a complexidade das suas atividades, nas vertentes dos recursos humanos, contabilidade pública, analítica e patrimonial (POCP e POC-EDU), imobilizado (CIBE), compras e aprovisionamento, vendas e receitas, necessitam de uma aplicação informática de gestão adequada, que lhes permita um apoio às decisões, em tempo real, com a garantia do cumprimento de toda a legislação associada em vigor na gestão pública, garantindo ainda aos SFA, com a sua utilização, as operações específicas a cada um dos seus “*core business*”. São exemplos disso os casos do Instituto do Emprego da Madeira (integração e processamento de bolsas e subsídios), do Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato (gestão das existências, componente importantíssima no ativo desta entidade, emissão de faturação dispersa pela ilha e em feiras internacionais), do Instituto de Desenvolvimento Empresarial (com o controlo de diversos sistemas de incentivos ao tecido empresarial madeirense), e dos Fundos Escolares com a gestão integrada dos bares, cantinas, papelarias, reprografias e transportes dos alunos.

Sendo uma realidade que a grande maioria dos SFA (42 dos 48) utilizaram durante o ano económico de 2011 a mesma ferramenta informática — Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública — era fundamental desenvolver um sistema que recebesse toda a informação financeira em formatos já definidos pelas entidades competentes, a compilasse, tratasse e gerasse os *outputs* necessários à conta consolidada da Região, no que se refere aos SFA.

Além do mais, que permitisse a integração dos *fluxos financeiros originários*, em operações orçamentais ou extraorçamentais, entre o Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos, validando-se assim não só as transferências para estas entidades, mas também os fluxos de contas

de ordem, recursos próprios de terceiros, entregas de saldos de gerências anteriores e manifestação de saldos.

Tendo como premissas o exposto, foi desenvolvido um protótipo de software, para compilação de toda a execução orçamental e patrimonial dos SFA da gerência de 2011. Toda a informação ficou alojada numa única base de dados, na Direção Regional do Orçamento e Contabilidade, o que permitiu o seu tratamento e consolidação, ficando desde logo garantida a unificação com as contas remetidas previamente ao Tribunal de Contas.

Pela primeira vez, a Conta da RAM 2011 apresenta a informação financeira dos SFA desagregada de uma forma muito mais detalhada.

Em 2011, os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) da administração pública regional totalizaram 48 organismos, sendo portanto em igual número que em 2010. Não obstante, há que referir algumas alterações ocorridas ao longo desse ano económico.

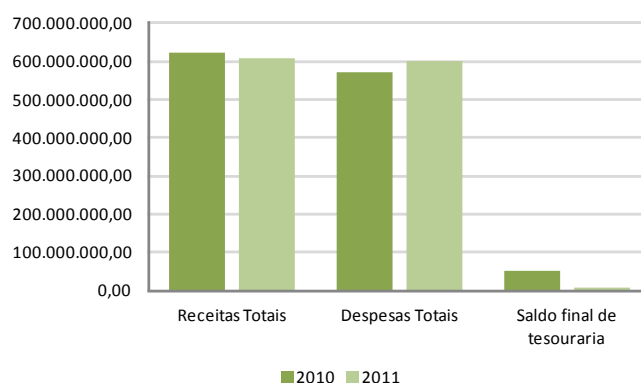
A nível da Secretaria Regional da Educação e Cultura, a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira encerrou a sua atividade como Serviço Autónomo em agosto de 2010, nos termos da Resolução n.º 1504/2009, de 10 de dezembro, tendo sido aprovada a cessação da sua gestão pelo Governo Regional, e efetivada a partir de 1 de setembro de 2010. O Fundo Escolar — Escola Básica do 3.º Ciclo do Funchal, extinguiu-se a partir de 30 de setembro de 2010, em conformidade com o Despacho n.º 48/2010, de 29 de julho, da Secretaria Regional de Educação e Cultura.

Em contrapartida foi criado um novo Fundo Escolar, da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cardeal Dom Teodósio de Gouveia, em regime de instalação a partir de 1 de setembro de 2010, nos termos do Despacho n.º 34/2010, de 20 de maio, da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Foi criada também a Escola Profissional de São Martinho, através do DLR n.º 14/2011/M, de 9 de agosto, e que iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2011. Posteriormente foi-lhe atribuído o nome de escola profissional Dr. Francisco Fernandes, nos termos da Resolução n.º 1546/2011, de 14 de novembro. Através desta mesma Resolução do Governo foram também atribuídos o nome do Dr. Eduardo Brazão de Castro à Escola Básica e Secundária S. Roque, e o nome do Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas à Escola Básica e Secundária do Carmo.

Na Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, o Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM – PRODERAM substitui e prossegue as funções do Madeira + Rural.

Nos valores totais que se apresentam nos quadros das receitas e das despesas dos SFA, do presente relatório, não se consideraram os montantes das Operações extraorçamentais. Na sequência da aplicação do classificador económico das receitas e despesas públicas, estabelecido através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, passou a destacar-se das receitas de capital, os *Recursos próprios comunitários*, as *Reposições não abatidas nos pagamentos* e o *Saldo de gerência anterior, de receitas próprias*.

GRÁFICO 27 - RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2009-2010)



O GRÁFICO 27 permite uma análise global das receitas e despesas dos Serviços e Fundos Autónomos, bem como dos saldos para a gerência seguinte, saldos finais de tesouraria, nos anos 2010 e 2011. O saldo para a gerência seguinte, na posse dos serviços, apurado em 2011, foi de cerca de 7,4 milhões de euros, do qual 6,3 milhões de euros de receitas próprias e 1,1 milhões de euros de operações extraordinárias.

Este saldo apresentou-se com um valor bastante inferior ao saldo de tesouraria apurado no ano 2010 (51,1 milhões de euros), visto que, em 2011, transitaram na posse do Tesouro em 31 de dezembro, cerca de 55,2 milhões de euros, de saldos dos SFA. Cerca de 53,3 milhões de euros de manifestações de saldos efetuadas, nos termos do n.º 8, do artigo 7.º, do DRR n.º 3/2011/M, de 18 de maio, e cerca de 1,9 milhões de euros, de saldos de contas de ordem.

## 11.2. RECEITA

Em 2011 a receita total efetiva dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) totalizou o valor de 394,2 milhões de euros, traduzindo uma diminuição de 5,5% face à execução de 2010.

Efetivamente, quase todos os SFA viram as suas receitas diminuir, excetuando-se os seguintes: o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, que em 2011, aumentou as suas receitas em 8.691,1 mil euros (+119,6%), o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM cujo aumento foi de 6.095,2 mil euros (+2,4%), o Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM — PRODERAM, que aumentou em 4.416,7 mil euros (162,7%), o Fundo de Gestão para os Programas da Formação Profissional, com mais 1.454,2 mil euros (+9,9%), e o Fundo de Gestão para os Programas da Direção Regional de Pescas, com mais 426,4 mil euros (+299%). Em relação aos Fundos Escolares apresentam-se também com uma variação positiva o FE—Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol, + 36,5 mil euros (+7,9%), o FE—Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos dos Louros, + 16,8 mil euros (+12,0%), e o FE—Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Curral das Freiras, + 883,19 euros (+1,1%).

As receitas da Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes, de 78,4 mil euros, e as do FE—Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cardeal Dom Teodósio de Gouveia, 16,8 mil euros constituem as do seu primeiro exercício económico.

Passando agora à análise económica das receitas, a parcela corrente, no valor total de 353,3 milhões de euros, apresenta-se praticamente igual à do ano 2010, aumentando de apenas 314,6 mil euros. Com exceção das transferências correntes (+1.707,9 mil euros) e dos rendimentos de propriedade (+226,0 mil euros), verificam-se variações negativas em todas as outras rubricas destas receitas.

As receitas de capital, no valor total de 25,3 milhões de euros, registaram uma diminuição de 22,7%, relativamente a 2010 e representaram cerca de 6,4% da receita total dos SFA. Este decréscimo deve-se quase que exclusivamente à variação negativa das transferências de capital, de cerca de - 7,4 milhões de euros (-22,9%).

O valor do saldo da gerência anterior, de receitas próprias, foi inferior ao que se registou em 2010 em cerca de 15,2 milhões de euros. No entanto, esta diminuição acaba por refletir a retificação da Conta de Gerência 2010 do FET, determinada pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, em finais de 2011. Com efeito, até essa altura e excecionalmente, todos os pagamentos efetuados pelo Governo Regional da Madeira aos SFA, quer a nível de transferências, quer a nível de devoluções de receitas próprias, em contas de ordem, no decurso do prolongamento de um qualquer ano económico, seja, até 31 de janeiro do ano seguinte, eram consideradas pelos SFA nesse mesmo ano económico, para efeitos de consolidação das contas de todos os serviços integrantes da Conta da Região. Ora a partir dessa determinação, em se considerar a receita à data do seu recebimento, independentemente da origem dessa mesma receita, o FET retificou a sua CG 2010, subtraindo os 14,0 milhões recebidos em contas de ordem, no prolongamento do ano 2010, do seu saldo de gerência final 2010, e considerando-os na posse do Tesouro, em 31 de dezembro desse ano.

As reposições não abatidas no pagamento diminuíram em 2011, em 464,7 mil euros, - 93,7%.

O quadro seguinte apresenta as receitas dos Serviços e Fundos Autónomos de acordo com a sua estrutura económica em 2010 e 2011.

**QUADRO 82 – RECEITA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2010-2011)**

Designação	(mil euros)					
	2010		2011		Variação 2011/2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>						
Impostos directos	615,6	0,1	418,0	0,1	-197,6	-32,1
Impostos indirectos	76,1	0,0	48,9	0,0	-27,2	-35,7
Taxas, multas e outras penalidades	3.726,3	0,9	2.815,3	0,7	-911,0	-24,4
Rendimentos da propriedade	855,8	0,2	1.081,8	0,3	226,0	26,4
Transferências correntes	341.399,4	81,9	343.107,3	87,0	1.707,9	0,5
Venda de bens e serviços correntes	4.772,9	1,1	4.498,0	1,1	-274,9	-5,8
Outras receitas correntes	1.561,5	0,4	1.352,9	0,3	-208,6	-13,4
<b>Soma</b>	<b>353.007,5</b>	<b>84,7</b>	<b>353.322,1</b>	<b>89,6</b>	<b>314,6</b>	<b>0,1</b>
<b>Receitas de Capital</b>						
Venda de bens de investimento	4,3	0,0	0,0	0,0	-4,3	-100,0
Transferências de capital	32.290,9	7,7	24.898,9	6,3	-7.392,0	-22,9
Activos financeiros	385,6	0,1	348,1	0,1	-37,5	-9,7
Passivos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas de capital	1,2	0,0	3,5	0,0	2,3	195,3
<b>Soma</b>	<b>32.682,0</b>	<b>7,8</b>	<b>25.250,5</b>	<b>6,4</b>	<b>-7.431,5</b>	<b>-22,7</b>
Recursos próprios comunitários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	496,0	0,1	31,3	0,0	-464,7	-93,7
Saldo da gerência anterior (de receitas próprias)	30.793,8	7,4	15.629,2	4,0	-15.164,6	-49,2
<b>Total receitas</b>	<b>416.979,3</b>	<b>100,0</b>	<b>394.233,1</b>	<b>100,0</b>	<b>-22.746,2</b>	<b>-5,5</b>

Os decréscimos mais acentuados nas rubricas da receita correntes, em termos percentuais encontraram-se nas transferências de sociedades financeiras, -97,8% (-25,2 mil euros), nas transferências do ORAM para investimentos do plano, -35,7% (-8,1 milhões de euros), na cobrança dos impostos indirectos, -35,7% (-27,2 mil euros), e dos impostos directos, -32,1% (-197,6 mil euros). As cobranças de taxas, multas e outras penalidades diminuíram -24,4% (-911,0 mil euros) relativamente a 2010. As outras receitas correntes diminuíram -13,4% (-208,6 mil euros) e as provenientes da venda de bens e serviços correntes, -5,8% (-274,9 mil euros). Nas transferências correntes, as transferências provenientes do resto do mundo e da administração local variaram em -3,9% (-1.028,0 milhões de euros) e em -2,4% (-235,87 euros), respetivamente.

As restantes rubricas das receitas correntes apresentaram variações positivas, sendo as mais significativas, em ordem percentual, e no que toca às transferências correntes, as que se observam nas transferências provenientes das instituições sem fins lucrativos, com +5,8 mil euros, nas transferências provenientes da administração central, +82,4% (+958,1 mil euros), de Famílias, +58,4% (+1,1 mil euros), da segurança social +18,3% (+455,7 mil euros), de Serviços e Fundos Autónomos da administração regional +13,2% (+1,4 mil euros), de sociedades e quase-sociedades não financeiras, +12,1% (+903,08 euros) e nas transferências do ORAM para outras despesas correntes de funcionamento normal, +4,2% (+11,0 milhões de euros). Para além destas os rendimentos da propriedade aumentaram 26,4% relativamente a 2010, cerca de +225,9 mil euros.



As transferências de capital conforme já referido, apresentaram uma diminuição significativa, cerca de 7,4 milhões de euros. As transferências provenientes do ORAM diminuíram em 53,0% (-12,5 milhões de euros) e as de outros setores diminuíram em 100% (-580,5 mil euros).

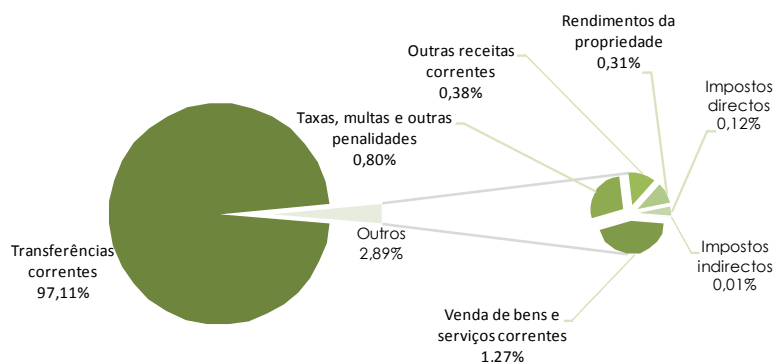
Os valores dos ativos também tiveram um decréscimo de 9,7% (-37,5 mil euros). Não se registaram receitas provenientes da venda de bens de investimentos em 2011.

As transferências provenientes do resto do mundo (UE) variaram de +3,8 milhões de euros, (+66,5) em relação a 2010. As recebidas de outros setores como as de instituições sem fins lucrativos aumentaram em 100% (+1,0 mil euros), e as da administração central em 74,9% (+1,9 milhões de euros).

Conforme já acima referido, as reposições não abatidas no pagamento apresentaram um decréscimo de 464,7 mil euros (-93,7%) relativamente a 2010, e o valor do saldo da gerência anterior, de receitas próprias, na posse dos serviços, foi inferior em cerca de 15,2 milhões de euros, tendo contudo esta diminuição espelhado a retificação da Conta de Gerência 2010 do FET, imposta pelo Tribunal de Contas, em finais de 2011.

A estrutura das receitas correntes e de capital dos SFA pode ser observada através dos gráficos seguintes. As transferências correntes constituem 97,1% das receitas correntes e as transferências de capital cerca de 98,6% da componente capital da receita. Nestas rubricas estão inscritas as verbas transferidas da administração regional, da administração central, local e segurança social, das instituições sem fins lucrativos e famílias, do resto do mundo (UE) e ainda de outros setores onde se incluem as sociedades e quase-sociedades financeiras e as não financeiras.

GRÁFICO 28 – RECEITAS CORRENTES DOS SFA EM 2011



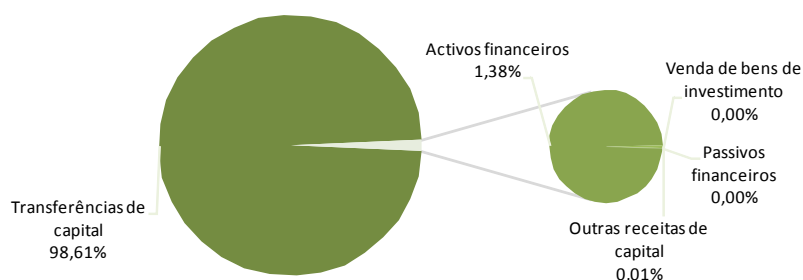
As transferências recebidas pelos SFA perfizeram 368,0 milhões de euros, em 2011, apresentando um decréscimo de -1,5% (-5.684,1 mil euros) comparativamente ao valor registado do ano anterior. E nestas, as transferências provenientes do Orçamento da Região Autónoma foram, grosso modo, as principais fontes de financiamento destes organismos, correspondendo no total corrente e de capital, a 82,1% do total das suas receitas.

Os serviços que em 2011 mais beneficiaram de transferências correntes do Orçamento Regional foram o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, com 259,1 milhões de euros, representando 82,9% do total destas transferências, o Instituto de Desporto da Região

Autónoma da Madeira, IP-RAM , com 18,0 milhões de euros e a Assembleia Legislativa da Madeira, com 14,4 milhões de euros, respetivamente, 5,8% e 4,6% desta parcela total. Em conjunto, estes serviços absorveram cerca de 93,2% do valor total corrente transferido do ORAM.

Salientam-se ainda os valores de transferências correntes do ORAM para o Conservatório — Escola Profissional das Artes da Madeira, 4,1 milhões de euros, para o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, 2,9 milhões de euros, para o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, 2,6 e para o Instituto de Desenvolvimento Regional, 2,3 milhões de euros. E com transferências do ORAM acima de um milhão de euros destacam-se ainda o Parque Natural da Madeira, o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, cada um deles com cerca de 1,7 milhões de euros, e o IDE-RAM e o Laboratório Regional de Engenharia Civil, igualmente com cerca de 1,2 milhões de euros, de transferências correntes do ORAM. Os Fundos Escolares receberam do ORAM cerca de 2,4 milhões de euros em transferências correntes, representando 9,8% do total transferido pela Secretaria Regional da Educação e Cultura para os SFA sob a sua tutela.

GRÁFICO 29 – RECEITAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2011



No que respeita às transferências de capital do ORAM destacam-se o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, com 4,3 milhões de euros, seguido do Instituto de Desporto da RAM, com 3,1 milhões de euros, do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, com 2,2 milhões de euros e do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, com 921,9 mil euros. Representam respetivamente 39,1%, 28,3%, 19,6% e 8,3% do total das transferências de capital do ORAM, recebidas pelos SFA, no ano económico 2011.

QUADRO 83 – DIVERGÊNCIA NAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL — ORAM / SFA 2011

Transferências de capital - FN	(euro)	
	ORAM Despesas de Capital	SFA Receita de Capital
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	1.010.322,25	921.895,74
Divergência	88.426,51	-88.426,51

Interessa explicar aqui a divergência detetada nas transferências de capital, em funcionamento normal, comparando a despesa do ORAM e a receita do Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, IP-RAM, no valor de 88.426,51€.

Trata-se de uma transferência de capital no valor de 88.426.51€, efetuada pelo Governo Regional em 31 de janeiro de 2012, no prolongamento do ano económico 2011, por conta da gerência 2011 portanto, mas recebida pelo Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM em fevereiro de 2012, pelo que apenas se pode considerar na execução do ano 2012, deste SFA.

No QUADRO 84, apresentam-se os SFA com maior importância em termos do rácio: receitas deduzidas das transferências do ORAM / receitas totais dos SFA em 2011.

**QUADRO 85 – RECEITAS TOTAIS DOS SFA, DEDUZIDAS DAS TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO REGIONAL - 2011**

Designação	(euro)		
	Receitas deduzidas das transferências do ORAM	Receitas Totais	rácio %
	(1)	(2)	(1/2)
40 Fundo de Estabilização Tributária da Região Autónoma da Madeira	10 699 939,28	10 699 939,28	100,0
13 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária da Calheta	206 668,19	206 668,19	100,0
09 Fundo de Gestão para os Programas da Formação Profissional	16 131 961,91	16 145 261,91	99,9
46 Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM - PRODERAM	7 111 726,46	7 131 867,46	99,7
22 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz	91 005,97	94 944,87	95,9
15 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Professor Doutor Francisco Freitas Branco	90 548,67	95 738,97	94,6
28 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Bartolomeu Perestrelo	164 358,37	175 033,89	93,9
14 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas	204 826,30	225 864,42	90,7
38 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro	115 399,87	131 394,28	87,8
33 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Horácio Bento de Gouveia	255 266,42	293 210,92	87,1
29 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniçal	57 402,41	70 102,63	81,9
18 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Machico	314 686,86	391 201,16	80,4
04 Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	10 321 894,64	13 007 390,47	79,4
34 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cônego João Jacinto Gonçalves Andrade	144 530,89	188 973,70	76,5
12 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva	178 849,60	235 635,88	75,9
39 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre de Câmara de Lobos	128 284,73	170 118,73	75,4
23 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz	210 417,79	279 683,56	75,2
11 Fundo Escolar da Escola Básica dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos / PE do Porto da Cruz	111 331,44	153 612,63	72,5
26 Fundo Escolar da Escola Básica dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos / PE Professor Francisco M.S. Barreto	81 744,55	115 729,15	70,6
32 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Estreito de Câmara Lobos	171 075,12	255 040,33	67,1
03 Instituto de Desenvolvimento Empresarial	10 408 715,84	15 955 782,54	65,2
19 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares	241 048,11	378 006,11	63,8
02 Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira	584 756,76	941 958,76	62,1
37 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cardeal D. Teodósio de Gouveia	10 372,32	16 757,32	61,9
16 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco	183 422,05	297 978,94	61,6

Considerando como receitas próprias todas as receitas cobradas, as obtidas da venda de bens e serviços, os saldos da gerência anterior, na posse do serviço, e se adicionarmos aqui as participações oriundas de diferentes setores (com exclusão das transferências da Administração Regional) nos projetos desenvolvidos e da responsabilidade dos SFA, destaca-se em primeiro lugar o Fundo de Gestão para os Programas da Formação Profissional, com 16,1 milhões de euros,

seguindo-se o Fundo de Estabilização Tributário da RAM, com cerca de 10,7 milhões de euros, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, com cerca de 10,4 milhões de euros, o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, com 10,3 milhões de euros, e o Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM – PRODERAM, com 7,1 milhões de euros. Salientam-se ainda os valores destas receitas na Assembleia Legislativa da Madeira, 2,9 milhões de euros, no Instituto de Desenvolvimento Regional, 2,2 milhões de euros e do Instituto do Desporto da RAM, 2,0 milhões de euros.

O classificador económico das receitas e das despesas públicas definido através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro veio distinguir o capítulo das *operações extra-orçamentais*, onde se englobam as operações que apenas têm expressão na tesouraria, não sendo consideradas receitas orçamentais. São elas as *receitas do Estado*, as *operações de tesouraria*, as *reposições abatidas nos pagamentos*, as *contas de ordem* e ainda os *recursos próprios de terceiros*.

Em 2011, o capítulo 17 - operações extraorçamentais em termos totais, ou seja, considerando as da gerência anterior e da própria gerência, foi de 214,1 milhões de euros, aumentando assim em cerca de 7,7 milhões de euros (+3,7%), relativamente ao mesmo total de 2010. As receitas devolvidas aos SFA em contas de ordem, com 71,6 milhões de euros, diminuíram 1,2 milhões de euros e representaram 33,4% deste capítulo. Os recursos próprios de terceiros, da gerência anterior e da própria gerência totalizaram 134,1 milhões de euros, superior ao total do ano anterior, em 10,7 milhões de euros, constituindo cerca de 62,6% deste capítulo.

Também aqui há que explicar a divergência que se apresenta entre os valores das contas de ordem do ORAM, rubrica 12.03.00, e os das contas de ordem dos SFA, rubrica 17.04.00, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, no valor total de 13.999.999,96€, conforme quadro seguinte.

**QUADRO 86 – DIVERGÊNCIA NAS CONTAS DE ORDEM — ORAM / SFA 2011**

Operações extra-orçamentais	(euro)	
	ORAM 12.03.00	SFA 17.04.00
Contas de Ordem	57.581.920,31	71.581.920,27
Divergência	-13.999.999,96	13.999.999,96

Com efeito, ao valor total pago pelo GR aos SFA por conta da gerência de 2011, no valor de 57.781.920,31€, deve ser adicionado 14.000.000,00€ também pagos pelo GR mas no decorrer do prolongamento do ano económico 2010, e recebidos pelo FET em janeiro de 2011, portanto considerados na sua gerência 2011. A este total de 71.581.920,31€ deve ser subtraído a importância de 0,04€, paga pelo GR em dezembro de 2011, mas recebida pelo Instituto de Desenvolvimento Regional já em janeiro de 2012. Temos assim o resultado final de 71.581.920,27€ que corresponde aos recebimentos das receitas próprias dos SFA, na gerência de 2011, e transitadas nos cofres da Região pelo sistema de contas de ordem. O Governo Regional, efetuou pagamentos em contas de ordem, no prolongamento do ano económico de 2011 (1 a 31 de janeiro de 2012), no valor total de 1.490.383,23€, os quais não se refletem na conta de gerência dos SFA em 2011.

## 11.3. DESPESA

As despesas totais realizadas pelos Serviços e Fundos Autónomos, em 2011, ascenderam a cerca de 370,9 milhões de euros, sendo inferior às de 2010 em cerca de 12,5 milhões de euros, seja - 3,3%.

O QUADRO 87 permite apreciar a distribuição da despesa dos Serviços e Fundos Autónomos em 2010 e 2011, por classificação económica, e a sua variação nesse período.

**QUADRO 87 - DESPESA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2010 E 2011)**

Designação	(mil euros)					
	2010		2011		Variação 2011/2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>						
Despesas com pessoal	37.548,7	9,8	33.900,8	9,1	-3.647,9	-9,7
Aquisição de bens e serviços	54.195,9	14,1	76.635,6	20,7	22.439,7	41,4
Juros e outros encargos	12.123,2	3,2	6.732,5	1,8	-5.390,7	-44,5
Transferências correntes	242.606,6	63,3	228.417,0	61,6	-14.189,6	-5,8
Subsídios	2.919,7	0,8	3.066,5	0,8	146,8	5,0
Outras despesas correntes	592,6	0,2	459,5	0,1	-133,1	-22,5
<b>Soma</b>	<b>349.986,7</b>	<b>91,3</b>	<b>349.211,8</b>	<b>94,2</b>	<b>-774,9</b>	<b>-0,2</b>
<b>Despesas de Capital</b>						
Aquisição de bens de capital	7.247,2	1,9	3.269,1	0,9	-3.978,1	-54,9
Transferências de capital	25.692,5	6,7	15.908,0	4,3	-9.784,5	-38,1
Activos financeiros	427,1	0,1	2.490,5	0,7	2.063,4	483,1
Passivos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Soma</b>	<b>33.366,8</b>	<b>8,7</b>	<b>21.667,6</b>	<b>5,8</b>	<b>-11.699,2</b>	<b>-35,1</b>
<b>Total despesas</b>	<b>383.353,5</b>	<b>100,0</b>	<b>370.879,4</b>	<b>100,0</b>	<b>-12.474,1</b>	<b>-3,3</b>

No ano de 2011, as despesas, relativamente a 2010, diminuíram na generalidade dos SFA, excetuando o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, com um acréscimo de 7,8 milhões de euros (+109,6%), o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, com mais 6,1 milhões de euros (+2,4%), seguindo-se Fundo de Gestão para os Programas da Formação Profissional, com mais 1,5 milhões de euros (+10%), o Fundo de Gestão para os Programas da Direção Regional das Pescas, mais 429,1 mil euros (+306,7%), e o Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM – PRODERAM, com um aumento de 94,2 mil euros (+78,9%). Em relação aos Fundos Escolares, os aumentos da despesa verificaram-se nos seguintes: FE—Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol, mais 29,1 mil euros (+6,4%), FE—Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos dos Louros, mais 7,3 mil euros (+4,3%), e FE—Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Curral das Freiras, mais 2,1 mil euros (2,8%).

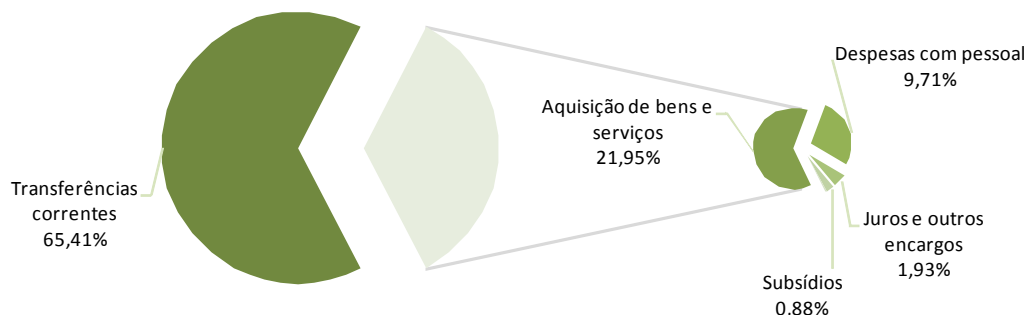
Em 2011, iniciaram o seu exercício a Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes e o FE— Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cardeal Dom Teodósio de Gouveia, e as suas despesas foram de cerca de 75,4 mil euros e de 14,9 mil euros, respetivamente.

De assinalar as diminuições das despesas registadas no Instituto do Desporto da RAM, menos 8,9 milhões de euros (-27,9%), na Assembleia Legislativa da Madeira, menos 3,3 milhões de euros

(-17,9%), no Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, inferior em cerca de 2,9 milhões de euros (-19,1%) e no Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, menos 2,4 milhões de euros (-47,6%).

O GRÁFICO 30 evidencia a distribuição da despesa corrente dos Serviços e Fundos Autónomos em 2011, por agrupamento.

GRÁFICO 30 - DESPESAS CORRENTES DOS SFA EM 2011



As despesas com o pessoal totalizaram cerca de 33,9 milhões de euros, menos 3,6 milhões de euros do que em 2010, e representaram 9,7% das despesas correntes.

A entidade autónoma que em 2011 apresentou maiores encargos nesta rubrica foi a Assembleia Legislativa da Madeira, com cerca de 6,7 milhões de euros, 19,9% do total destas despesas, e menos 658,8 mil euros do que em 2010. Destacaram-se em seguida, pelo seu valor, o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, com aproximadamente 4,4 milhões de euros, o Instituto do Desporto da RAM, com 4,1 milhões de euros, e o Conservatório — Escola Profissional das Artes da Madeira, com aproximadamente 4,0 milhões de euros, respetivamente 12,9%, 12,2% e 11,9% das despesas com o pessoal. As despesas com o pessoal do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, e do Instituto de Desenvolvimento Regional, respetivamente, 2,7 milhões de euros, 2,4 milhões de euros e 2,1 milhões de euros, seja 8,0%, 7,2% e 6,2% desta parcela de despesas corrente. Com valores acima do milhão de euros registaram-se ainda o Parque Natural da Madeira, com 1,6 milhões de euros, o Fundo de Estabilidade Tributária da Região Autónoma da Madeira, com 1,3 milhões de euros, e o Serviço de Proteção Civil, IP-RAM, e o Laboratório Regional de Engenharia Civil, IP-RAM, com aproximadamente, o mesmo valor nestas despesas, de 1,2 milhões de euros. O Instituto de Desenvolvimento Empresarial, com 1,1 milhões de euros, ainda ultrapassa o milhão de euros em despesas com o pessoal, que representam no seu conjunto, cerca de 18,7% destas despesas. Destacam-se ainda as despesas com o pessoal do Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, do Centro de Estudos de História do Atlântico e do Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas, com respetivamente, 468,7 mil euros, 340,8 mil euros e 150,9 mil euros. Por fim temos a Escola Profissional Dr. Francisco Fernan-

des, o Fundo de Gestão para os Programas da Formação Profissional e o Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM — PRODERAM, com 74,9 mil euros, 3,5 mil euros e 1,8 mil euros despendidos neste tipo de despesas, seja 3,1% das despesas com o pessoal dos SFA.

As despesas com a aquisição de bens e serviços em 2011 apresentaram um total de cerca de 76,6 milhões de euros, registando um aumento de 41,4% relativamente a 2010 e representaram 21,9% das despesas correntes totais. Em primeiro lugar, aparece o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, com 61,6 milhões de euros, correspondendo a 80,4% do total desta parcela e cerca de 23,7% das suas receitas correntes.

Destacam-se ainda, a Assembleia Legislativa da Madeira, com 2,1 milhões de euros, o Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM e o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, cada um deles com sensivelmente 1,6 milhões de euros, e ainda o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, com 1,0 milhões de euros em despesas com a aquisição de bens e serviços correntes.

Os Fundos Escolares viram as despesas com a aquisição de bens e serviços diminuir em cerca de 5,1 milhões de euros, menos 43,6% do que no ano de 2010. totalizaram cerca de 6,6 milhões de euros em 2011.

Em relação ao valor dos juros e outros encargos, cerca de 6,7 milhões de euros, correspondem quase que exclusivamente a juros da dívida pública pagos pelo Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, constituindo o valor remanescente, cerca de 6,4 mil euros, a juros de mora pagos pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil, IP-RAM e alguns fundos escolares.

As transferências correntes efetuadas pelos SFA diminuíram em 2011, cerca de 14,2 milhões de euros, sendo de 228,4 milhões de euros e representaram 65,4% das despesas correntes dos SFA. As efetuadas pelo Instituto de Administração da Saúde e Assuntos sociais, IP-RAM, no valor de 186,7 milhões de euros, representaram a quase totalidade desta parcela corrente, ou seja 81,7%, destinando-se quase que inteiramente a sociedades e quase-sociedades não financeiras. As transferências efetuadas pelo Fundo de Gestão para o Acompanhamento de Programas de Formação Profissional, pelo Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM, pela Assembleia Legislativa da Madeira e pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, totalizaram cerca de 40,7 milhões de euros e representaram, em conjunto, cerca de 17,8% do total desta rubrica da despesa corrente. As transferências efetuadas pelo Instituto de Desenvolvimento Empresarial, pelo Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, pelo Conservatório-Escola Profissional das Artes da Madeira e pelo Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira totalizaram aproximadamente 1,1 milhões de euros, seja 0,5% do total destas despesas.

Mais uma vez interessa explicar a divergência existente nos valores das transferências correntes entre os SFA da Região, no valor de 2.491,72€.

QUADRO 88 – DIVERGÊNCIA NAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ENTRE SFA - 2011

Transferências correntes	(euro)	
	IEM	FE—EBS Gonçalves Zarco
	Despesa	Receita
Administração Pública Regional		
SFA	9.291,93	11.783,65
Divergência	-2.491,72	2.491,72

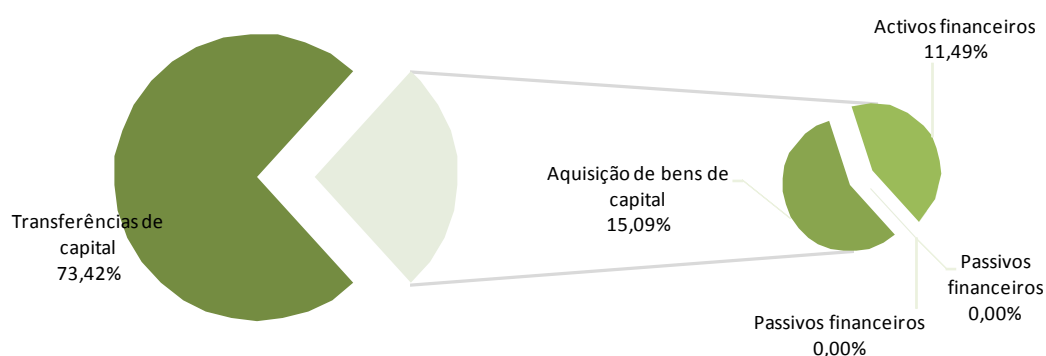
Trata-se de uma transferência efetuada pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM para o FE-Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco, no prolongamento do ano económico de 2010 (28 de janeiro de 2011), considerada por isso na gerência 2010 deste instituto, e contabilizada na gerência 2011 deste fundo escolar.

As despesas com subsídios em 2011, de aproximadamente 3,1 milhões de euros, tiveram um acréscimo de 5% relativamente ao ano anterior. Deste valor cerca de 99,1% representam despesas do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM e 0,9% despesas do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira.

As outras despesas correntes, de 459,5 mil euros no total dos SFA, representaram 0,1% quer das despesas correntes, quer do total das despesas, e diminuíram em 22,5% relativamente a 2010.

As despesas de capital dos SFA atingiram cerca de 21,7 milhões de euros, diminuíram em 35,1% relativamente a 2010, aproximadamente menos 11,7 milhões de euros. Distribuíram-se pelas rubricas de transferências de capital, 73,4%, de aquisição de bens de capital, 15,1%, e de ativos financeiros, 11,5%.

GRÁFICO 31 - DESPESAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2011



As despesas com a aquisição de bens de capital da Assembleia Legislativa da Madeira aparecem em primeiro lugar, com 1,1 milhões de euros, sendo de destacar também o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, com 843,9 mil euros, o Fundo de Gestão para os Programas da Direção Regional das



Pescas, com 530,6 mil euros e o Laboratório Regional de Engenharia Civil, IP-RAM, com 216,2 mil euros, e que representam 35,1%, 25,8%, 16,2% e 6,6% do total desta parcela de capital. Seguem o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, com 122,8 mil euros, o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, com 117,3 mil euros e o Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM – PRODERAM com 94,4 mil euros, representando 10,2% destas despesas. Os restantes SFA apresentam no total, cerca de 194,8 mil euros, seja 6,0% do total das despesas com a aquisição de bens de capital.

As transferências de capital, num total de 15,9 milhões de euros, diminuíram em cerca de 9,8 milhões de euros, (-38,1%) e são constituídas em 78,9% por transferências para as sociedades e quase-sociedades não financeiras, 19,9% em transferências para as instituições sem fins lucrativos, e em 1,2% em transferências para a administração central e administração local.

No Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM as suas despesas de capital devem-se quase que exclusivamente às transferências de capital para as sociedades e quase-sociedades não financeiras, no valor de 2,2 milhões de euros, seja 98,6%, e representam 66,5% das transferências de capital dos SFA. Também no Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM as suas despesas de capital se devem praticamente às transferências de capital, cerca de 3,1 milhões de euros, mas neste caso para as Instituições sem fins lucrativos. Constituem 19,5% desta parcela de capital, e as aquisições de bens de capital foram de apenas 3,1 mil euros. No Instituto de Desenvolvimento Empresarial, encontra-se a maior fatia destas despesas, atingindo cerca de 10,6 milhões de euros, cerca de 66,5% do total das transferências de capital. Representaram 80,6% das suas despesas de capital, em especial para as sociedades e quase-sociedades não financeiras, que correspondem a 98,12 das suas transferências de capital. Destacam-se ainda as transferências para instituições sem fins lucrativos efetuadas pelo Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, de cerca de 54,7 mil euros, 34% destas despesas.

Os ativos financeiros atingiram 2,5 milhões de euros, sendo que 97,3% das destas despesas correspondem ao Instituto de Desenvolvimento Empresarial, e 2,7% ao Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

As operações extra-orçamentais em 2011 registaram, no global, um aumento de 41,1 milhões de euros, seja de 21,8% em relação ao ano de 2010, justificado especialmente pela variação apresentada nos recursos próprios de terceiros, +56,1 milhões de euros. Tal se ficou a dever, fundamentalmente, à manifestação efetuada por todos os SFA dos respetivos saldos de caixas e bancos, através desta rubrica, nos cofres da Tesouraria do Governo Regional no final no ano 2011, em conformidade com o estipulado no n.º 8, do artigo 7.º, do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2011/M, de 18 de maio.

O saldo para a gerência seguinte, na posse dos Serviços e Fundos Autónomos, seja o saldo de tesouraria foi de 7,4 milhões de euros. No Anexo XXII-IV — Saldos dos Serviços e Fundos Autónomos em 31 de dezembro de 2011, apresentam-se os saldos devidamente discriminados, distinguindo-se os que transitaram na posse do Tesouro, dos que se encontravam na posse de cada um dos SFA, nessa data.

As despesas dos SFA por classificação funcional, concentraram-se especialmente nas funções sociais, com evidência nas despesas com a saúde. Atingiram 261,6 milhões de euros e representaram 70,5% destas funções. A educação aparece aqui em segundo lugar, com 27,3 milhões de euros, seguindo-se os serviços culturais, recreativos e religiosos com 23,3 milhões de euros, respetivamente 7,4% e 6,3% das funções sociais. Nas funções económicas, que totalizam 33,8 milhões de euros, distinguem-se as despesas com o comércio e turismo, com 15,0 milhões de euros e as outras funções sociais, com 12,3 milhões de euros. Nas funções gerais de soberania as despesas concentram-se praticamente nos serviços gerais da administração pública, atingindo aqui 20,4 milhões de euros.

## **12. DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

### **12.1. DÍVIDA DIRETA**

#### **12.1.1. CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS**

Em 2011, através do disposto no n.º 1 do art.º 95.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2011, em conjugação com a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho, e com o art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011, foi o Governo Regional autorizado a aumentar o seu endividamento líquido até ao montante de 75 milhões de euros.

No uso da referida autorização legislativa, foi contraído o empréstimo no montante de 15 milhões de euros junto do BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A., nos termos da Resolução n.º 653/2011 do Conselho do Governo de 5 de maio e o empréstimo de igual montante junto do Banco Espírito Santo, S.A., nos termos da Resolução n.º 849/2011 do Conselho do Governo de 20 de junho, cujo produto, no montante global de 30 milhões de euros, se destinou a fazer face a necessidades de financiamento do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011.

No final do ano económico de 2011, conforme disposto na Resolução n.º 1721/2011 do Conselho do Governo, de 29 de dezembro, e nos termos do contrato celebrado entre a Região e o Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, foi contraído o empréstimo no montante de 19.384.056,74 euros, cujo produto se destinou a fazer face a compromissos urgentes e inadiáveis.

Para ocorrer a necessidades pontuais de tesouraria durante o ano de 2011, foram contratados, nos termos do disposto na Resolução n.º 1479/2010 do Conselho do Governo de 3 de dezembro, os empréstimos na modalidade de conta corrente, junto do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, Caixa Geral de Depósitos e no Montepio Geral, nos montantes de 50 milhões de euros, 15 milhões de euros e 10 milhões de euros, respetivamente.

## 12.1.2. ENCARGOS COM A DÍVIDA

A despesa orçamental decorrente de encargos com a dívida totalizou 80,16 milhões de euros, correspondendo 54,6% (43,74 milhões de euros) a amortização de dívida, 45,1% (36,11 milhões de euros) a pagamento de encargos com juros e 0,4% (0,31 milhões de euros) a outras despesas. Para o total de “Outras despesas” contribui, com maior destaque, o montante de comissões (263.396,00 euros) pagas aos bancos, que representaram 85,8% do total desta rubrica da despesa.

**QUADRO 89 - AMORTIZAÇÕES, PAGAMENTOS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA DÍVIDA, POR ENTIDADES CREDORAS  
(SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011)**

(euros)				
Entidades credoras	Amortizações	Juros	Outras despesas	TOTAL
<b>BANCOS</b>	<b>34.411.111,11</b>	<b>19.754.803,11</b>	<b>273.987,95</b>	<b>54.439.902,17</b>
<i>Encargos decorrentes de Empréstimos:</i>	<b>34.411.111,11</b>	<b>19.754.803,11</b>	<b>263.396,00</b>	<b>54.429.310,22</b>
BEI	3.611.111,11	1.676.770,66	0,00	5.287.881,77
DEPFA e CAI / CACEIS	0,00	2.981.772,50	0,00	2.981.772,50
BANIF	0,00	2.811.509,13	157.500,00	2.969.009,13
RBS	0,00	-2.198.485,21	0,00	-2.198.485,21
BES I	0,00	2.770.610,66	0,00	2.770.610,66
CGD /DEPFA /CACEIS	0,00	2.036.354,32	0,00	2.036.354,32
BBVA	0,00	983.688,80	50.000,00	1.033.688,80
MG	0,00	27.753,65	0,00	27.753,65
DEPFA /DEXIA/CGD	30.800.000,00	1.218.400,09	0,00	32.018.400,09
DEXIA	0,00	3.492.920,62	0,00	3.492.920,62
CAIXA Banco de Investimento, S.A.	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
CGD	0,00	1.158.904,16	5.021,00	1.163.925,16
BCP	0,00	1.772.856,23	46.875,00	1.819.731,23
Citibank	0,00	677.947,50	0,00	677.947,50
Barclays	0,00	343.800,00	0,00	343.800,00
<i>Outros:</i>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.591,95</b>	<b>10.591,95</b>
BANIF	0,00	0,00	99,31	99,31
BPI	0,00	0,00	18,45	18,45
Banco Santander Totta, S.A.	0,00	0,00	275,75	275,75
BBVA	0,00	0,00	15,66	15,66
BARCLAYS	0,00	0,00	208,25	208,25
M BCP	0,00	0,00	63,97	63,97
CGD	0,00	0,00	9.808,48	9.808,48
BES	0,00	0,00	4,55	4,55
IGCP	0,00	0,00	97,53	97,53
<b>OUTRAS ENTIDADES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.144,63</b>	<b>33.144,63</b>
<i>Encargos decorrentes de Empréstimos:</i>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.844,63</b>	<b>8.844,63</b>
INTERBOLSA - Soc.Gestora de Sistemas, S.A.	0,00	0,00	4.691,34	4.691,34
CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
EURONEXT LISBON - Soc. Gestora de Mercados Regulament	0,00	0,00	153,29	153,29
<i>Outros:</i>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.300,00</b>	<b>24.300,00</b>
Moody's Investors Service, Ltd	0,00	0,00	24.300,00	24.300,00
<b>OUTROS CREDORES</b>	<b>9.329.866,20</b>	<b>16.353.651,03</b>	<b>0,00</b>	<b>25.683.517,23</b>
<b>TOTAL</b>	<b>43.740.977,31</b>	<b>36.108.454,14</b>	<b>307.132,58</b>	<b>80.156.564,03</b>

### 12.1.3. TAXA DE JURO IMPLÍCITA DA DÍVIDA DIRETA

A taxa de juro implícita da dívida da Região foi de 2% em 2011 (apresentada na coluna 4 do QUADRO 90), tendo registado um acréscimo de 0,9 p.p. face ao valor da taxa de juro implícita da dívida registada em 2010 (1,1%).

QUADRO 90 - VARIACÃO DOS JUROS DA DÍVIDA DIRETA DA REGIÃO

(unid.: milhões de euros)

ANOS	STOCK DE DÍVIDA MÉDIO	JUROS	TAXA JURO IMPLÍCITA	VARIACÃO JUROS	CONTRIBUIÇÕES PARA A VARIACÃO DOS JUROS		
					Efeito de Stock	Efeito preço	Efeito cruzado
2000	401	14,4	3,60%				
2001	428	19,6	4,60%	5,2	1,0	3,9	0,3
2002	444	17,1	3,90%	-2,5	0,7	-3,1	-0,1
2003	443	11,1	2,50%	-6,0	0,0	-6,0	0,0
2004(*)	461	11,8	2,60%	0,8	0,4	0,3	0,0
2005(*)	478	10,5	2,20%	-1,3	0,4	-1,7	-0,1
2006	478	12,8	2,70%	2,2	0,0	2,2	0,0
2007	478	8,9	1,90%	-3,9	0,0	-4,0	0,0
2008	607	11,2	1,90%	2,4	2,4	0,0	0,0
2009	799	19,3	2,40%	8,1	3,6	3,4	1,1
2010(*)	914	10,4	1,10%	-9,0	2,8	-10,2	-1,5
2011(*)	971	19,8	2,00%	9,4	0,6	8,2	0,5

(\*) Em 2004, 2005, 2010 e 2011 por via dos arredondamentos o somatório dos efeitos não totaliza a variação dos juros

O encargo com juros associados à dívida direta da Região passou de 10,4 milhões de euros em 2010 para 19,8 milhões de euros em 2011, correspondendo a um acréscimo em valor absoluto de cerca de 9,4 milhões de euros.

Essa variação, que refletiu sobretudo o efeito preço relativamente aos outros efeitos - que tiveram um contributo quase similar na explicação do aumento de encargos com juros da dívida direta -, corresponde ao maior acréscimo registado ao longo da série desde o ano de 2000.

### 12.1.4. SALDO DA DÍVIDA DIRETA

O valor da dívida direta da Região reportado a 31 de dezembro de 2011 totalizava 978.323 mil euros, valor que face ao montante da dívida no início do ano (963.350 mil euros) registou um acréscimo de 14.973 mil euros.

## QUADRO 91 - Dívida da RAM em 31 de dezembro de 2011

Unid.: mil euros

Instituições de crédito/designação do financiamento	Garantia	Prazo	Montante
<b>1. Empréstimos Obrigacionistas</b>			<b>490.894</b>
1.1. CGD, CAI e DEPFA / Emp."Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2013"	-	10 anos	156.884
1.2. DEPFA e CALYON / Emp."Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2018"	-	12 anos	243.410
1.3. DEPFA, DEXIA / Emp."Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2013"	-	5 anos	61.600
1.4. JPMorgan / Emp."Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2013"	-	10 anos	29.000
<b>2. Crédito Directo</b>			<b>487.429</b>
2.1. B.E.I. / Emp.l.p.	-	25 anos	57.778
2.2. B.E.I. / Emp.l.p.	-	22 anos	50.000
2.3. DIRECÇÃO -GERAL DO TESOURO E FINANÇAS / Emp.l.p.	-	10 anos	102.667
2.4. BARCLAYS - Emp.l.p.	-	7 anos	8.000
2.5. BANIF - Emp.l.p.	-	3 anos	15.400
2.6. BANIF - Emp.l.p.	-	3 anos	7.750
2.7. BANIF - Emp.l.p.	-	10 anos	20.000
2.8. BANIF - Emp.l.p.	-	3 anos	2.500
2.9. CGD - Emp.l.p.	-	5 anos	7.700
2.10. CGD - Emp.l.p.	-	3 anos	5.000
2.11. CGD - Emp.l.p.	-	3 anos	5.250
2.12. DEXIA - Emp.l.p.	-	5 anos	7.700
2.13. DEXIA - Emp.l.p.	-	5 anos	50.000
2.14. DEXIA - Emp.l.p.	-	5 anos	30.800
2.15. DEXIA - Emp.l.p.	-	6 anos	30.000
2.16. BCP - Emp.l.p.	-	7 anos	37.500
2.17. BANIF-Emp.l.p.	-	3 anos	15.000
2.18. BES-Emp.l.p.	-	3 anos	15.000
2.19. DGTf-Emp.c.p.	-	45 dias	19.384
<b>TOTAL</b>			<b>978.323</b>

Por modalidades de crédito, e em parcelas semelhantes, a dívida direta da Região era representada por empréstimos obrigacionista – 50,2% ou 490,9 milhões de euros – sendo a parte remanescente, no valor de 487,4 milhões de euros ou 49,8%, correspondente a empréstimos contraídos na modalidade de crédito direto.

Quanto ao prazo dos empréstimos que constituíam a carteira de dívida direta da Região, excetuados os casos dos empréstimos BEI de financiamento do projeto “Desenvolvimento Madeira 2000-2006”, com prazo de 25 e 22 anos, e o empréstimo Intercalar de prazo inferior a 1 ano, os restantes empréstimos foram contratados por prazos entre 3 e 12 anos.

Por último, deve referir-se que desde 2007, com a amortização do empréstimo “RAM 97 – 1.<sup>a</sup> à 3.<sup>a</sup> séries”, a dívida direta da Região deixou de beneficiar de garantia do Governo da República.

## 12.2. DÍVIDA INDIRECTA

### 12.2.1. BASE LEGAL PARA A CONCESSÃO DE AVALES PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

O regime jurídico de concessão de avales pela Região Autónoma da Madeira, o Decreto Legislativo Regional n.º 24/2002/M, de 23 de dezembro, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2003, aplicando-se aos avales autorizados após esta data.

Desde então, este diploma sofreu alguns ajustamentos que permitiram a sua adaptação à realidade da Região, figurando a última redação integral do diploma no Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011/M, de 1 de abril, com a última alteração introduzida pelo artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/M, de 6 de julho.

### 12.2.2. AVALES CONCEDIDOS E ASSUMIDOS

No ano 2011, a Região Autónoma da Madeira autorizou a concessão e assumiu avales no montante de 299,2 milhões de euros para garantir financiamentos contraídos por empresas públicas, dos quais 73,5% ou 220 milhões de euros foram atribuídos à EEM – Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. e 18,5% ou 55 milhões de euros às Sociedades de Desenvolvimento. O valor remanescente, 4 milhões de euros, garantiu um financiamento da Gesba – Empresa de Gestão do Setor da Banana, Lda. (Anexo XLV).

A maior incidência na atribuição de avales da Região ao setor empresarial da Região vem-se registando há mais de uma década, tendo-se reforçado nos últimos anos:

**QUADRO 92 - AVALES CONCEDIDOS PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ENTRE 2005-2011**

(Unidade: milhões de euros)

Designação	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011	
<b>Público</b>	333,5	94,7%	195,6	86,5%	146,5	99,7%	11,2	75,7%	30,0	94,2%	10,0	66,9%	299,2	100,0%
<b>Privado</b>	18,8	5,3%	30,4	13,5%	0,5	0,3%	3,6	24,3%	1,9	5,8%	5,0	33,1%	0,0	0,0%
<b>Total</b>	<b>352,3</b>	<b>100%</b>	<b>226,1</b>	<b>100%</b>	<b>147,0</b>	<b>100%</b>	<b>14,8</b>	<b>100%</b>	<b>31,9</b>	<b>100%</b>	<b>15,0</b>	<b>100%</b>	<b>299,2</b>	<b>100%</b>

Esta tendência também se verifica quando consideradas as responsabilidades totais assumidas pela Região Autónoma da Madeira, com destaque para as garantias atribuídas aos setores onde se enquadram as empresas públicas regionais relacionadas com a habitação e obras públicas (sociedades de desenvolvimento), distribuição de água, saneamento básico e eletricidade, e saúde:

**QUADRO 93 - ESTRUTURA SECTORIAL DA RESPONSABILIDADE TOTAL ASSUMIDA PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ENTRE 2005-2011**

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	2,6%	2,7%	1,5%	1,4%	1,4%	0,7%	0,5%
Indústria, Energia e Saneamento	8,7%	7,5%	5,5%	6,3%	7,5%	7,5%	20,6%
Habitação e Obras públicas	14,7%	23,7%	32,0%	31,8%	31,2%	31,1%	28,3%
Comércio e Turismo	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%
Transporte e Comunicações	24,1%	13,9%	13,9%	13,8%	14,4%	14,3%	11,6%
Financeiro	20,3%	17,5%	15,9%	15,8%	15,5%	15,5%	12,5%
Educação e Apoio a Actividades Desportivas e Recreativas	8,0%	9,1%	8,1%	7,6%	7,1%	7,4%	6,0%
Actividades de Saúde Humana e Apoio Social	21,3%	25,3%	23,0%	22,9%	22,4%	22,4%	19,5%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,4%	1,1%	0,9%

### 12.2.3. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS VERSUS RESPONSABILIDADES EFETIVAS

A dívida garantida pela Região Autónoma da Madeira entre 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2011 é apresentada no quadro seguinte em termos do total das responsabilidades assumidas (montante contratual dos empréstimos garantidos) e efetivas (montantes utilizados dos empréstimos garantidos deduzidos das amortizações efetuadas e acrescidos de juros vencidos e não pagos):

**QUADRO 94 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA GARANTIDA PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ENTRE 2005-2011**

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	(Unidade: milhões de euros)	
								Variação 2010 - 2011	
<b>Responsabilidades Assumidas</b>	937,08	1.086,19	1.197,44	1.201,18	1.225,10	1.227,45	1.515,54	288,09	23%
<b>Responsabilidades Efetivas *</b>	794,13	1.002,89	1.137,99	1.173,64	1.195,16	1.189,00	1.463,90	274,90	23%
* Inclui Juros vencidos e não pagos	1,64	1,93	0,86	0,81	0,88	1,00	2,97	1,97	196%

Desde o ano 2005, verifica-se, pois, um crescimento sustentado da dívida garantida pela Região, tanto em termos de responsabilidades assumidas como de responsabilidades efetivas. No período de 2010-2011, a dívida garantida cresceu 23%.



Por outro lado, da análise do quadro Anexo XLIV, que pormenoriza todos os movimentos ocorridos nas operações avalizadas pela Região, constata-se que do valor total de responsabilidades assumidas por avales prestados, encontram-se por utilizar 3,98 milhões de euros.

## 12.2.4. PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE GARANTIAS

No que respeita à execução de avales concedidos, no ano de 2011, a Região Autónoma da Madeira não efetuou qualquer pagamento, situação idêntica à registada em 2010:

QUADRO 95 - PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE AVALES E REEMBOLSO DE PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE AVALES (2005-2011)

(Unidade: milhões de euros)

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>1. Pagamentos</b>	1,72	1,02	1,31	0,91	0,32	0,00	0,00
<b>2. Reembolsos</b>	0,02	0,13	0,28	0,64	0,08	0,10	0,05
<b>Saldo (2-1)</b>	<b>-1,70</b>	<b>-0,89</b>	<b>-1,03</b>	<b>-0,26</b>	<b>-0,24</b>	<b>0,10</b>	<b>0,05</b>

Para ser ressarcida dos pagamentos efetuados, a Região Autónoma da Madeira, sempre que possível, celebrou acordos de regularização de dívida com os beneficiários de avales que se viram impossibilitados de cumprir os créditos bancários avalizados pela Região. Nos restantes casos, os processos foram remetidos para as instâncias judiciais competentes.

Em 2011, a Região Autónoma da Madeira foi reembolsada em 53 mil euros, com origem nos beneficiários de acordos de regularização de dívida que estão listados na relação constante do mapa Anexo XLVI.

## 12.2.5. PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE GARANTIAS

No ano 2011, a Região Autónoma da Madeira arrecadou 968,9 mil euros em taxas de aval, ou seja, 92% das receitas cobradas aos beneficiários de aval da Região referidos no mapa Anexo XLVIII, nos termos da Portaria n.º 80/2007, de 17 de agosto, e em execução do artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2002/M, de 23 de dezembro.

## 12.3. DÍVIDA ADMINISTRATIVA

O valor da dívida administrativa dos serviços da administração pública regional (governo regional e serviços e fundos autónomos) apurado com referência a 31 de dezembro de 2011 atingiu 2.468,0 milhões de euros, de acordo com a desagregação evidenciada no seguinte quadro e no mapa anexo LI:

**QUADRO 96 – DÍVIDA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL A 31/12/2011**

(Unidade: mil euros)

Designação	Governo Regional	Serviços e Fundos Autónomos	GR+SFA
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)
Despesa Corrente	688.723,36	635.105,43	1.323.828,78
Despesas de Capital	1.131.810,71	12.004,04	1.143.814,75
<b>Total</b>	<b>1.820.534,07</b>	<b>647.109,46</b>	<b>2.467.643,53</b>

Notas:

- Inclui despesas de Funcionamento e PIDDAR e todos os valores em dívida reportados à DROC, até à data, pelos vários serviços.

Deste valor 1.820,5 milhões de euros estão afetos ao Governo Regional e 647,1 milhões de euros aos serviços e fundos autónomos.

Este valor inclui todos os valores reportados pelos vários serviços à Secretaria Regional do Plano e Finanças, até à data, no âmbito dos trabalhos relacionados com o apuramento dos valores em dívida em 2011, estipulado no PAEF e dos reportes dos encargos assumidos e não pagos. Estes valores têm vindo a ser reportados às várias entidades, nomeadamente, DGO e DREM/INE na sequência dos trabalhos conducentes ao apuramento do défice de 2011.

Comparativamente com o ano de 2010 ocorreu um acréscimo da dívida administrativa de cerca de 1.011,9 milhões de euros resultante, essencialmente, da assunção dos valores em dívida da VIAMADEIRA pelo Governo Regional, em de junho de 2011, no valor de 273,8 milhões de euros e do facto de, nos termos da metodologia adotada pelo INE a dívida ser incluída no momento em que é conhecida, apesar de poder ser respeitante a anos anteriores. Assim, ainda em 2011 e de modo a efetuar uma aproximação entre o registo dos encargos em contabilidade pública e em contabilidade nacional foi adotado o princípio da especialização económica de acordo com o qual o registo das operações efetua-se no momento em que o valor económico, os direitos ou as obrigações, são criados, transformados ou extintos, e não no momento em que as mesmas são formalmente assumidas pelos serviços (ótica da contabilidade base-caixa).

## QUADRO 97 – VARIAÇÃO DA DÍVIDA ADMINISTRATIVA 2010-2011

(Unidade: mil euros)

Designação	2010			2011			Variação 2011-2010		
	Governo Regional (1)	Serviços e Fundos Autónomos (2)	GR+SFA (3)=(1)+(2)	Governo Regional (4)	Serviços e Fundos Autónomos (5)	GR+SFA (6)=(4)+(5)	Governo Regional (4)-(1)	Serviços e Fundos Autónomos (5)-(2)	GR+SFA (6)-(3)
<b>Despesa Corrente</b>	480.414,67	176.161,01	656.575,68	688.723,36	635.105,43	1.323.828,78	208.308,69	458.944,42	667.253,11
<b>Despesas de Capital</b>	798.363,43	772,96	799.136,39	1.131.810,71	12.004,04	1.143.814,75	333.447,28	11.231,08	344.678,36
<b>Total</b>	1.278.778,10	176.933,97	1.455.712,07	1.820.534,07	647.109,46	2.467.643,53	541.755,97	470.175,50	1.011.931,46

Notas:

- Inclui despesas de Funcionamento e PIDDAR e todos os valores em dívida reportados à DROC, até à data, pelos vários serviços.

O Anexo LIII expressa o valor das responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos, agrupados por secretaria regional. Este anexo representa a atualização ao Mapa XVII constante do Decreto Legislativo Regional que aprovou o ORAM para 2011.

# 13. SETOR EMPRESARIAL DA RAM

## 13.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO SERAM

### 13.1.1. ATIVO

O ativo líquido do SERAM apurado em 2011 foi de 5.506 milhões de euros, menos 178 milhões de euros do que em 2010 (-3,1%). Esta diminuição ficou a dever-se ao comportamento do ativo não corrente (-7,6%, e menos 330 milhões de euros) que sofreu uma redução bem superior à variação positiva do ativo corrente (+152 milhões de euros).

As rubricas que mais contribuíram para a redução do ativo não corrente foram os ativos intangíveis (-31,7%) e as outras contas a receber (-37,0%) que em conjunto representaram menos 340 milhões de euros do que em 2010.

QUADRO 98 – ATIVO DO SERAM, 31-12-2010 / 31-12-2011

Unidade: Milhares de Euros

ATIVO	2010	2011	Variação		Estrutura 2011
			Absoluta	%	
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	3.288.681	3.297.906	9.225	0,3%	59,9%
Propriedades de investimento	5.141	5.766	624	12,1%	0,1%
Ativos intangíveis	815.688	556.714	-258.975	-31,8%	10,1%
Participações financeiras - equiv. patrimonial	77.786	77.511	-275	-0,4%	1,4%
Participações financeiras - outros métodos	8.325	3.807	-4.518	-54,3%	0,1%
Clientes	27.841	27.465	-376	-1,4%	0,5%
Outras contas a receber	219.637	138.362	-81.275	-37,0%	2,5%
Acionistas / sócios	1.621	1.621	0	0,0%	0,0%
Outros ativos financeiros	201.185	202.169	983	0,5%	3,7%
Ativos por impostos diferidos	21.807	26.726	4.919	22,6%	0,5%
<b>Total do Ativo não corrente</b>	<b>4.667.712</b>	<b>4.338.045</b>	<b>-329.667</b>	<b>-7,1%</b>	<b>78,8%</b>
<b>Ativo corrente</b>					
Inventários	27.510	27.608	99	0,4%	0,5%
Clientes	484.925	736.916	251.991	52,0%	13,4%
Adiantamentos a fornecedores	119	259	140	118,1%	0,0%
Estado e outros entes públicos	14.983	15.447	463	3,1%	0,3%
Acionistas / sócios	4.538	11.929	7.391	162,9%	0,2%
Outras contas a receber	336.973	289.238	-47.734	-14,2%	5,3%
Diferimentos	12.080	7.557	-4.524	-37,5%	0,1%
Ativos financeiros detidos para negociação	2.504	2.425	-79	-3,2%	0,0%
Outros ativos financeiros	957	2.259	1.302	136,0%	0,0%
Ativos não correntes detidos para venda	174	2	-172	-98,9%	0,0%
Caixa e depósitos bancários	131.573	74.396	-57.177	-43,5%	1,4%
<b>Total do Ativo corrente</b>	<b>1.016.336</b>	<b>1.168.036</b>	<b>151.700</b>	<b>14,9%</b>	<b>21,2%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>5.684.048</b>	<b>5.506.081</b>	<b>-177.967</b>	<b>-3,1%</b>	<b>100,0%</b>

Por sua vez o crescimento do ativo corrente deveu-se ao significativo aumento das dívidas de clientes (+252 milhões de euros), um crescimento de 51,9% face a 2010 e de 187,7% face a 2009. O aumento do ativo corrente só não foi tão expressivo porque se registou uma importante redução no montante das outras dívidas a receber (-48 milhões de euros, e menos 14,2% face a 2010) e sobretudo de caixa e depósitos bancários (-57 milhões de euros, e uma diminuição de 43,5% face a 2010).

Em termos estruturais, nota-se a gradual perda de importância do ativo não corrente face ao total do ativo líquido (83,0% em 2009, 79,0% em 2011), facto a que não será alheio a fase de desinvestimento que atravessa o SERAM, e a progressiva dificuldade das empresas em receberem os seus créditos (que contribuem para o aumento do ativo corrente, e mais particularmente da conta clientes).

## 13.1.2. PASSIVO

O passivo do SERAM em 2011 atingiu o montante de 3.877 milhões de euros, menos 0,9% do que no ano anterior. Esta ligeira diminuição ficou a dever-se essencialmente à redução de outras contas a pagar (-239 milhões de euros) que compensaram o aumento dos financiamentos obtidos (+ 20 milhões de euros contando com valores correntes e não correntes), o crescimento dos passivos por impostos diferidos (+86 milhões de euros) e das dívidas a fornecedores (+61 milhões de euros).

QUADRO 99 – Passivo do SERAM, 31-12-2010 / 31-12-2011

Unidade: Milhares de Euros

PASSIVO	2010	2011	Variação		Estrutura 2011
			Absoluta	%	
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões	34.505	32.446	-2.059	-6,0%	0,8%
Acionistas / sócios	44.532	48.047	3.515	7,9%	1,2%
Financiamentos obtidos	2.224.042	1.849.423	-374.620	-16,8%	47,7%
Responsabilidades por benef. pós-emprego	26.526	23.262	-3.263	-12,3%	0,6%
Passivos por impostos diferidos	359.483	445.603	86.120	24,0%	11,5%
Outras contas a pagar	142.682	146.464	3.783	2,7%	3,8%
<b>Total do Passivo não corrente</b>	<b>2.831.769</b>	<b>2.545.245</b>	<b>-286.524</b>	<b>-10,1%</b>	<b>65,7%</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Provisões	7.794	21.677	13.883	178,1%	0,6%
Fornecedores	297.019	358.394	61.375	20,7%	9,3%
Adiantamentos de clientes	135	751	616	455,8%	0,0%
Estado e outros entes públicos	15.612	19.694	4.082	26,2%	0,5%
Acionistas / sócios	11.528	10.611	-917	-8,0%	0,3%
Financiamentos obtidos	221.967	617.102	395.135	178,0%	15,9%
Outras contas a pagar	409.334	166.118	-243.217	-59,4%	4,3%
Diferimentos	101.353	112.315	10.961	10,8%	2,9%
Outros passivos financeiros	15.629	24.628	8.999	57,6%	0,6%
<b>Total do Passivo corrente</b>	<b>1.080.372</b>	<b>1.331.289</b>	<b>250.917</b>	<b>23,2%</b>	<b>34,3%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>3.912.141</b>	<b>3.876.534</b>	<b>-35.607</b>	<b>-0,9%</b>	<b>100,0%</b>

Curiosamente o passivo não corrente sofreu uma redução muito importante (-287 milhões de euros, menos 10,1% do que em 2010) sobretudo com os financiamentos obtidos que maioritariamente foram transferidos para passivos correntes, aumentando a sua exigibilidade.

O passivo corrente teve um crescimento de 23,2% (+250 milhões de euros), sendo de assinalar o aumento dos financiamentos obtidos (+178,0%) e de fornecedores (+20,7%).

Em termos estruturais realça-se o enorme peso dos financiamentos obtidos (correntes e não correntes) no total do passivo: cerca de 64% e perto 2.466,5 milhões de euros, com os financiamentos obtidos de maior prazo (não correntes) a representarem cerca de 75% do total, proporção mesmo assim bem inferior aos 91% de 2010, facto que, tal como já foi referido, anuncia a crescente exigibilidade dos financiamentos.

As empresas do SERAM evidenciam um elevado recurso a capitais alheios para financiamento das suas atividades, não obstante os apoios financeiros concedidos pela Região através de indemnizações compensatórias, dotações de capital e subsídios à exploração e ao investimento.

### 13.1.3. CAPITAIS PRÓPRIOS

No final de 2010, a posição financeira das empresas do SERAM era de 1.630 milhões de euros, menos 8,0% do que no ano anterior.

QUADRO 100 – CAPITAIS PRÓPRIOS DO SERAM, 31-12-2010 / 31-12-2011

Unidade: Milhares de Euros

CAPITAIS PRÓPRIOS	2010	2011	Variação		Estrutura 2011
			Absoluta	%	
Capital realizado	300.243	305.685	5.442	1,8%	18,8%
Ações (quotas) próprias	-22	0	22	-99,8%	0,0%
Outros instrumentos de capital próprio	18.912	18.912	0	0,0%	1,2%
Reservas legais	10.245	11.263	1.018	9,9%	0,7%
Outras reservas	190.761	192.043	1.282	0,7%	11,8%
Resultados transitados	-495.316	-501.947	-6.632	-1,3%	-30,8%
Ajustamentos em ativos financeiros	3.997	5.584	1.587	39,7%	0,3%
Excedentes de revalorização	259.012	251.110	-7.903	-3,1%	15,4%
Outras variações no capital próprio	1.474.976	1.387.204	-87.771	-6,0%	85,1%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>9.100</b>	<b>-40.307</b>	<b>-49.406</b>	<b>-543,0%</b>	<b>-2,5%</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.771.907</b>	<b>1.629.547</b>	<b>-142.360</b>	<b>-8,0%</b>	<b>100,0%</b>

A diminuição de outras variações no capital próprio (-5,9%), resultados transitados (1,3%) e sobretudo resultados líquidos (-542,9%) no conjunto do SERAM sobrepuseram-se à evolução positiva do capital realizado (1,8%) e ajustamentos em ativos financeiros (39,7%).

## 13.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA DO SERAM

Em 2011, o desempenho operacional do SERAM foi positivo devido à atribuição de subsídios, conforme se pode constatar pelo contraste entre os resultados operacionais antes de subsídios (-4 milhões de euros) e os resultados operacionais propriamente ditos (+32 milhões de euros). Em ambos os casos registou-se uma significativa redução dos resultados face ao ano anterior (-40 milhões de euros), no caso dos resultados operacionais antes de subsídios, e -37 milhões de euros no caso dos resultados operacionais), contribuindo de forma decisiva para o decréscimo do EBITDA em 15,1% (-34 milhões de euros) e da margem EBITDA em 6,1% (32,9% em 2010, para 30,9% em 2011).

QUADRO 101 – RESULTADOS ECONÓMICOS DO SERAM, 2010 /2011

Indicadores de Resultados	2010	2011	Unidade: Milhares de Euros	
			Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	35.782	-4.172	-39.954	-111,7%
Resultado operacional	68.637	31.576	-37.060	-54,0%
Resultado financeiro	-59.072	-75.676	-16.604	28,1%
Resultado líquido	9.100	-40.307	-49.406	-543,0%
EBITDA	223.806	189.959	-33.846	-15,1%
Margem EBITDA	32,92%	30,91%	-2,02%	-6,1%

A diminuição do EBITDA resulta sobretudo da redução das vendas e prestações de serviços (-65 milhões de euros) em 9,6%, que superaram os cortes registados nos fornecimentos e serviços externos (-8,5%, e uma redução de 10 milhões de euros) nos gastos com pessoal (-10,2%, e uma redução de quase 26 milhões de euros) e em outros gastos e perdas (-38,6%, e uma redução 21 milhões de euros).

As empresas do SERAM efetuaram cortes significativos nos seus gastos operacionais, sobretudo em fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal.

Se compararmos os gastos com fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal de 2011, com os mesmos gastos de 2009, verificamos que houve uma redução de 7,5% (-25 milhões de euros), explicado essencialmente pelo importante corte nas despesas com pessoal (-10,2%), em claro contraste com o ligeiro crescimento dos fornecimentos e serviços externos (+0,4%). Se a estes gastos juntarmos os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) constata-se que os gastos operacionais tiveram apenas um decréscimo de 0,8% entre 2009 e 2011 (o CMVMC cresceu 21 milhões de euros, 12,5%, entre 2009 e 2011).

Em termos estruturais, as vendas e prestações de serviços são as maiores contribuintes para os rendimentos do SERAM (77,9%), seguido dos outros rendimentos e ganhos (13,6%) e dos subsídios à exploração (4,5%).

Na ótica dos gastos, destacamos os gastos com pessoal (27,2%, que tem vindo a perder peso na estrutura de gastos desde 2009, ano em que representava 30,3% do total de gastos), o custo das mercadorias vendidas e das consumidas (22,7% que tem seguido o caminho inverso dos gastos com pessoal, embora de forma mais ténue), as depreciações e amortizações (18,5%), os fornecimentos e serviços externos (13,1%) e os gastos financeiros (10,7%).

QUADRO 102 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO SERAM, 2010 /2011

Unidade: Milhares de Euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2010	2011	Variação		Estrutura 2011	
			Absoluta	%	Rend.	Gastos
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>						
Vendas e serviços prestados	679.798	614.650	-65.148	-9,6%	77,9%	
Subsídios à exploração	32.854	35.749	2.894	8,8%	4,5%	
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias	3.319	-420	-3.739	-112,7%		0,1%
Varição nos inventários da produção	33	76	42	127,3%	0,0%	
Trabalho para a própria entidade	21.846	14.588	-7.258	-33,2%	1,9%	
CMVMC	-178.417	-188.533	10.116	5,7%		22,7%
Fornecimentos e serviços externos	-118.709	-108.561	-10.148	-8,6%		13,1%
Gastos com o pessoal	-251.707	-225.908	-25.798	-10,3%		27,2%
Imparidade de inventários (+/-)	23	-159	-182	-800,8%		0,0%
Imparidade de dívidas a receber (+/-)	-3.566	-10.215	-6.649	-186,5%		1,2%
Provisões (+/-)	-8.422	-2.545	5.877	69,8%		0,3%
Imparidade de investimentos (+/-)	-390	-231	159	40,8%		0,0%
Aumentos / reduções de justo valor	-5.949	-11.978	-6.029	-101,3%		1,4%
Outros rendimentos e ganhos	108.278	107.321	-957	-0,9%	13,6%	
Outros gastos e perdas	-55.187	-33.874	-21.313	-38,6%		4,1%
<b>EBITDA</b>	<b>223.806</b>	<b>189.959</b>	<b>-33.846</b>	<b>-15,1%</b>	<b>24,1%</b>	<b>22,9%</b>
Depreciação e de amortização (+/-)	-154.459	-153.649	810	-0,5%		18,5%
Imparidade de investimentos (+/-)	-710	-4.733	-4.024	566,9%		0,6%
<b>EBIT</b>	<b>68.637</b>	<b>31.576</b>	<b>-37.060</b>	<b>-54,0%</b>	<b>4,0%</b>	<b>3,8%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	9.600	13.112	3.512	36,6%	1,7%	
Juros e gastos similares suportados	-68.672	-88.788	-20.116	29,3%		10,7%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>9.564</b>	<b>-44.100</b>	<b>-53.664</b>	<b>-561,1%</b>	<b>-5,6%</b>	<b>-5,3%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-465	3.793	4.258	-916,0%	0,5%	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>9.100</b>	<b>-40.307</b>	<b>-49.406</b>	<b>-543,0%</b>	<b>-5,1%</b>	<b>-4,9%</b>

Embora se tenha verificado uma descida generalizada das taxas de juros de referência dos empréstimos, os resultados financeiros das empresas do SERAM registaram um significativo agravamento de 28,1% (agravamento do défice em 17 milhões de euros) fruto, por um lado, da obtenção de condições financeiras muito penalizadoras nos novos empréstimos, e, por outro lado, pelo agravamento dos *spreads* aos empréstimos já existentes, fruto da denúncia de cláusulas de *rating trigger* pelos bancos, na sequência da descida do rating da República Portuguesa e da RAM.



Entre 2010 e 2011 os resultados líquidos acumulados do setor passaram de positivos a negativos, perdendo perto de 49 milhões de euros para -40 milhões de euros. Tal como já foi referido, esta descida deveu-se essencialmente à perda verificada nos resultados operacionais, nomeadamente nas vendas e prestações de serviços, e nos resultados financeiros.

### 13.3. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO SERAM

As rendibilidades dos capitais próprios<sup>2</sup> (ROE) e dos ativos<sup>3</sup> (ROI) foram negativas em 2011 (-2,47% e -0,73% respetivamente).

QUADRO 103 – INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS, 2010 /2011

Indicadores económicos e financeiros	2010	2011
<b>Rácios de rendibilidade:</b>		
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	0,51%	-2,47%
Rendibilidade do ativo (ROI)	0,16%	-0,73%
<b>Rácios de estrutura de capital e de cobertura:</b>		
Autonomia financeira	31,17%	29,60%
Solvabilidade	45,29%	42,04%
Cobertura de encargos financeiros	105,28%	41,73%
<b>Rácios de endividamento</b>		
Capacidade de endividamento	162,57%	164,02%
Endividamento	57,99%	60,22%
Debt-to-equity	138,04%	151,36%
<b>Rácios de liquidez</b>		
Liquidez geral	94,07%	87,74%
Liquidez reduzida	91,53%	85,66%
Liquidez imediata	12,18%	5,59%

Em 2011, a autonomia financeira<sup>4</sup> e a solvabilidade<sup>5</sup> do SERAM ficaram mais debilitadas do que em 2010. Estes indicadores revelam que o setor demonstra incapacidade de financiar os seus ativos através de capitais próprios, revelando uma forte dependência dos seus credores (autonomia financeira = 0,30).

<sup>2</sup> ROE (Return on equity) – Rendibilidade dos capitais próprios = resultados líquidos: capitais próprios.

<sup>3</sup> ROI (Return on investment) – Rendibilidade dos ativos = resultados líquidos: ativo total líquido.

<sup>4</sup> Autonomia financeira = capitais próprios: ativo total líquido.

<sup>5</sup> Solvabilidade = capitais próprios: passivo.

Em 2011 o endividamento do SERAM praticamente não sofreu alterações face a 2010, embora se denote uma tendência para o seu agravamento.

Em 2011, tanto no caso da liquidez geral<sup>6</sup> (87,7%) como no caso da liquidez imediata<sup>7</sup>, o SERAM sofreu uma deterioração da sua capacidade em satisfazer os créditos de curto prazo, o que aliás vem a agudizar-se desde 2009. O ativo circulante detido pelo SERAM não é suficiente para fazer face às dívidas de curto prazo existentes, e os meios financeiros líquidos detidos pelo setor dariam para fazer face a apenas a 5,6% das suas dívidas de curto prazo.

**QUADRO 104 – Dívida das Empresas do SERAM, 2010 /2011**

Dívida	2010	2011	Unidade: Milhares de Euros	
			Variação 2010-2011	
			Absoluta	%
Dívida financeira total	2.254.952	2.275.699	20.747	0,92%
Dívida financeira com aval	1.111.363	1.387.686	276.323	24,86%
Dívida comercial	746.230	571.557	-174.673	-23,41%
<b>Total de dívidas</b>	<b>3.001.182</b>	<b>2.847.256</b>	<b>-153.926</b>	<b>-5,13%</b>

De acordo com os dados disponíveis a 31 de dezembro de 2011, a dívida financeira e comercial do SERAM era de 2.847,3 milhões de euros, menos 5,1% do que em 2010 (3.001,2 milhões de euros). No entanto, e uma vez que o capital destas empresas não é detido integralmente pela Região, apurou-se que a dívida efetiva da Região é de 2.833,4 milhões de euros.

A dívida financeira do SERAM em 2011 era de 2.275,7 milhões de euros, mais 0,9% do que em 2010.

A dívida financeira avalizada pela Região relativa ao SERAM era, no final de 2011, de 1.387,7 milhões de euros, valor superior em 24,86% (276,3 milhões de euros) à dívida garantida em 2010. Esta diferença é parcialmente explicada pela concessão (em 2011) de um aval da Região a um empréstimo contraído pela EEM (em 2005) no valor de 220 milhões de euros. Esta operação apesar de não ter significado nova contração de dívida (o fluxo financeiro já se tinha verificado em 2005), onerou a dívida financeira avalizada, reduzindo em igual montante a dívida financeira não avalizada.

A dívida comercial do SERAM sofreu um decréscimo de 23,4% de 2010 para 2011, basicamente pela transferência da dívida comercial da VIAMADEIRA para a Administração Regional, devido ao termo da concessão associada.

<sup>6</sup> Liquidez geral = ativo corrente: passivo corrente.

<sup>7</sup> Liquidez imediata = meios financeiros líquidos: passivo corrente.

## 13.4. IMPORTÂNCIA DO SERAM PARA A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO NA REGIÃO

Em 2011 o Valor Acrescentado Bruto<sup>8</sup> do SERAM decresceu 21,98% face a 2010, tendo sido estimado em 367,97 milhões de euros.

QUADRO 105 – CONTRIBUTO DO SERAM PARA A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO

Impacto macroeconómico do SERAM	2010	2011 (a)	Variação	
			Absoluta	%
<b>Região</b>				
PIB Regional estimado	5.224.000	5.140.416	84.000	1,63%
VAB Regional estimado	4.572.000	4.512.564	36.000	0,79%
N.º médio de trabalhadores	119.775	112.252	1.118	0,94%
<b>SERAM</b>				
VAB	471.642	367.969	-103.672	-21,98%
N.º médio de trabalhadores	8.693	8.824	131	1,51%
VAB per capita (produtividade)	54	42	-13	-23,14%
<b>Peso do SERAM na Região</b>				
VAB SERAM / PIB Regional	9,03%	7,16%	-1,87%	-20,71%
VAB SERAM / VAB Regional	10,32%	8,15%	-2,16%	-20,95%
Emprego	7,26%	7,86%	0,60%	8,31%

(a) valor do PIB e VAB regional estimado com base na redução prevista para o PIB (1,6%) e VAB (1,3%) de Portugal

Unidade = Milhares de euros (exceto percentagens)

O VAB apurado permite apurar que o peso do SERAM na economia regional, medido pelo rácio VAB SERAM/PIB Região, decresceu relativamente ao ano anterior (9,0% para 7,2%), embora continue a ser evidente a importância do setor para a criação de riqueza na Região Autónoma da Madeira. A redução do VAB das empresas do SERAM entre 2010 e 2011 ficou essencialmente a dever-se à diminuição do volume de negócios de grande parte das empresas, com maior incidência nas de maior dimensão.

<sup>8</sup> Valor Acrescentado Bruto = volume de negócios (SNC 71+72) + variação nos inventários de produção (73) + trabalhos para a própria empresa (74) + subsídios à exploração (75) + rendimentos suplementares (78) – custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (61) – fornecimentos e serviços externos (62) – impostos indiretos (6812).

# 14. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

## 14.1. SÍNTESE DO BALANÇO DE ATIVIDADE

As parcerias público-privadas da Região resumem-se ao setor rodoviário, com as concessões à Vialitoral e à Viaexpresso. Em 2011 não foi concretizada a parceria rodoviária com a Viamadeira, tendo a Região assumido a posição de dono de obra das empreitadas em curso.

Os encargos com as parcerias públicas-privadas, desde a sua constituição, encontram-se no quadro seguinte:

QUADRO 106 – SITUAÇÃO DAS PPP'S A 31/12/2011

milhões de euros

VIAEXPRESSO		VIALITORAL		VIAEXPRESSO + VIALITORAL	
Anos	Total	Anos	Total	Anos	Total
		2002	44,6	2002	44,6
		2003	45,7	2003	45,7
		2004	47,9	2004	47,9
2005	26,9	2005	53,7	2005	80,6
2006	29,4	2006	57,5	2006	86,9
2007	29,8	2007	58,5	2007	88,4
2008	30,2	2008	60,6	2008	90,7
2009	25,6	2009	25,9	2009	51,5
2010	25,6	2010	39,7	2010	65,3
2011	30,1	2011	18,1	2011	48,3
<b>TOTAL PAGO</b>	<b>197,6</b>	<b>TOTAL PAGO</b>	<b>452,3</b>	<b>TOTAL PAGO</b>	<b>649,9</b>

## 14.2. ENCARGOS PLURIANUAIS

No quadro seguinte, encontram-se identificados os encargos com as parcerias até ao final das mesmas:

QUADRO 107 – ENCARGOS PLURIANUAIS DAS PPP'S

milhões de euros

VIAEXPRESSO		VIALITORAL		VIAEXPRESSO + VIALITORAL	
Anos	Total	Anos	Total	Anos	Total
<b>EANP</b>	82,3	<b>EANP</b>	97,5	<b>EANP</b>	179,8
<b>2012 *</b>	51,6	<b>2012</b>	68,7	<b>2012</b>	120,3
<b>2013</b>	49,5	<b>2013</b>	71,5	<b>2013</b>	121,0
<b>2014</b>	57,7	<b>2014</b>	72,8	<b>2014</b>	130,6
<b>2015</b>	66,0	<b>2015</b>	74,2	<b>2015</b>	140,1
<b>2016</b>	57,8	<b>2016</b>	79,3	<b>2016</b>	137,2
<b>2017</b>	56,2	<b>2017</b>	80,6	<b>2017</b>	136,9
<b>2018</b>	57,2	<b>2018</b>	82,2	<b>2018</b>	139,4
<b>2019</b>	55,0	<b>2019</b>	83,8	<b>2019</b>	138,7
<b>2020</b>	53,7	<b>2020</b>	23,9	<b>2020</b>	77,6
<b>2021</b>	53,0	<b>2021</b>	24,2	<b>2021</b>	77,2
<b>2022</b>	56,2	<b>2022</b>	24,6	<b>2022</b>	80,8
<b>2023</b>	59,6	<b>2023</b>	25,1	<b>2023</b>	84,7
<b>2024</b>	76,6	<b>2024</b>	25,6	<b>2024</b>	102,2
<b>2025</b>	85,7	<b>2025</b>	0,0	<b>2025</b>	85,7
<b>2026</b>	66,5	<b>2026</b>	0,0	<b>2026</b>	66,5
<b>2027</b>	45,9	<b>2027</b>	0,0	<b>2027</b>	45,9
<b>2028</b>	24,3	<b>2028</b>	0,0	<b>2028</b>	24,3
<b>2029</b>	22,8	<b>2029</b>	0,0	<b>2029</b>	22,8
<b>POR PAGAR</b>	<b>1.077,7</b>	<b>POR PAGAR</b>	<b>834,1</b>	<b>POR PAGAR</b>	<b>1.911,8</b>

\* Já inclui IVA à taxa de 22% a partir de Abril.

## 15. AUTARQUIAS LOCAIS

As transferências para as autarquias locais da RAM, no âmbito da Lei das Finanças Locais, constantes nos mapas XIX e XX da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2011, e que foram inscritas no mapa XI do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro, que aprovou o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011, depois de recebidas, foram de imediato transferidas para aquelas entidades. Os montantes em causa constam no quadro seguinte:

**QUADRO 108 – TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS DA RAM**

(Un.: Euros)

Concelho	Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares			Fundo Financiamento das Freguesias
	Corrente	Capital	Total	
CALHETA	4.022.828	2.408.304	6.431.132	361.096
CÂMARA DE LOBOS	5.047.113	2.609.437	7.656.550	426.133
FUNCHAL	12.157.273	3.455.020	15.612.293	1.045.430
MACHICO	3.996.301	2.126.445	6.122.746	326.764
PONTA DO SOL	2.375.022	1.369.523	3.744.545	188.891
PORTO MONIZ	2.276.229	1.462.991	3.739.220	203.430
PORTO SANTO	1.413.745	668.746	2.082.491	152.130
RIBEIRA BRAVA	3.051.900	1.705.442	4.757.342	241.507
SANTA CRUZ	4.518.366	1.845.121	6.363.487	362.458
SANTANA	3.404.871	2.133.063	5.537.934	292.457
SÃO VICENTE	2.661.330	1.653.709	4.315.039	217.533
<b>TOTAL</b>	<b>44.924.978</b>	<b>21.437.801</b>	<b>66.362.779</b>	<b>3.817.829</b>

No âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração pública regional e as autarquias locais da Região, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2005/M, de 1 de junho, foram atribuídos apoios de 2.346.695,89€ aos municípios da Região para investimentos municipais e para a bonificação de juros dos empréstimos das linhas de crédito criadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/99/M, de 15 de junho, e pelo n.º 5 do Decreto Legislativo Regional n.º 4-A/2001/M, de 3 de abril.

Quanto à bonificação de juros de empréstimos contraídos pelos municípios e pela EIMRAM – Empresa Intermunicipal da RAM – Investimentos e Serviços Intermunicipais, para a realização de investimentos municipais, alguns dos quais cofinanciados por fundos comunitários, verifica-se que a taxa de execução foi de cerca de 94%.

**QUADRO 109 – TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DA RAM PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS DA RAM**  
**(MONTANTE ATRIBUÍDO EM 2011)**

(Un.: euros)

MUNICÍPIOS E EMPRESA INTERMUNICIPAL	Bonificações DLR 17/99/M, 15/6	Bonificações DLR 4-A/2001/M, 3/4 POPRAM III	TOTAL LINHAS DE CRÉDITO	Contratos-Programa	TOTAL
CALHETA	11.220,69	13.571,46	24.792,15	165.261,21	<b>190.053,36</b>
CÂMARA DE LOBOS	13.071,59	18.658,38	31.729,97	388.862,26	<b>420.592,23</b>
FUNCHAL	32.150,18	175.691,01	207.841,19	127.282,00	<b>335.123,19</b>
MACHICO	14.565,80	13.532,15	28.097,95	99.340,14	<b>127.438,09</b>
PONTA DO SOL	7.163,75	4.185,81	11.349,56	126.786,71	<b>138.136,27</b>
PORTO MONIZ	7.444,73	1.573,36	9.018,09	276.382,55	<b>285.400,64</b>
PORTO SANTO	7.349,19	13.491,35	20.840,54	429.319,29	<b>450.159,83</b>
RIBEIRA BRAVA	8.499,11	16.245,19	24.744,30	129.467,51	<b>154.211,81</b>
SANTA CRUZ	12.358,56	11.615,60	23.974,16	156.150,84	<b>180.125,00</b>
SANTANA	7.325,14	5.531,57	12.856,71	27.171,30	<b>40.028,01</b>
SÃO VICENTE	9.898,03	7.353,74	17.251,77	0	<b>17.251,77</b>
EIMRAM		8.175,69	8.175,69	0	<b>8.175,69</b>
<b>TOTAL</b>	<b>131.046,77</b>	<b>289.625,31</b>	<b>420.672,08</b>	<b>1.926.023,81</b>	<b>2.346.695,89</b>

Relativamente ao processamento dos documentos de despesa remetidos pelos Municípios para financiamento de investimentos municipais ao abrigo de contratos-programa, a taxa de execução global ascendeu a 56%, tendo sido pago o montante de 1.926.023,81€.

## **16. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL**

### **16.1. INSPEÇÃO REGIONAL DE FINANÇAS (IRF)**

Dando seguimento à orientação estabelecida em anos anteriores, este relatório inclui uma parte relativa às ações de controlo interno sobre a administração financeira da Região.

A Lei de Enquadramento do Orçamento da Região — Lei n.º 28/92, de 1 de setembro — não prevê, tal como sucede com a Conta Geral do Estado (artigo 63.º, da Lei n.º 91/2001), o cumprimento do dever de prestar informação sobre os resultados do funcionamento do sistema e dos procedimentos do controlo interno das operações de execução do orçamento. No entanto, respeitando uma recomendação da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, o relatório sobre a conta da Região Autónoma da Madeira inclui uma referência ao controlo interno, que abrange a atuação da Inspeção Regional de Finanças (IRF).

#### **16.1.1. ATIVIDADES PREVISTAS**

O plano de atividades para 2011 foi aprovado pelo Senhor Secretário Regional do Plano e Finanças em 6 de janeiro de 2011. Em conformidade com o plano estava prevista a realização de onze ações de controlo e acompanhamento, incluindo a atualização da matriz de risco e a verificação, nas auditorias realizadas, da existência e aplicação dos planos de prevenção de riscos de corrupção.

Em conformidade com o protocolo celebrado entre a IRF e a extinta Inspeção Geral de Agricultura e Pescas (IGAP) — atual Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) — para a realização de ações de controlo *ex post*, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural da Madeira (PRODERAM), a IRF teve de realizar duas ações de controlo a projetos cofinanciados pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, embora não fossem indicadas no plano.

À data da elaboração do plano, não foram indicadas ações de controlo neste âmbito, por não haver informação sobre a execução financeira do PRODERAM.

No âmbito da administração pública regional foram previstas ações de controlo interno aos procedimentos implementados em matéria de execução orçamental, ao cumprimento dos



procedimentos na contratação pública e a contratos programa celebrados entre a Região Autónoma da Madeira e os municípios.

No âmbito do setor público empresarial regional foram previstas ações de controlo ao cumprimento dos procedimentos na contratação pública e sobre as remunerações e benefícios atribuídos por aquele setor.

Foi, também, prevista uma auditoria dirigida a entidades beneficiárias de subsídios atribuídos pela Região Autónoma da Madeira a qual, contudo, não se realizou.

## **16.1.2. ATIVIDADES REALIZADAS 2011**

As ações de controlo realizadas em 2011 dirigiram-se à verificação do cumprimento da legislação sobre a contratação pública, nomeadamente sobre os requisitos estabelecidos no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos Legislativos Regionais n.os 34/2009/M e 2/2011/M, respetivamente de 31 de dezembro e 10 de janeiro.

No âmbito da administração pública a ação incidiu sobre os cinco departamentos do Governo Regional que realizaram procedimentos de contratação pública (com exceção dos ajustes diretos) no ano de 2010.

O controlo abrangeu a verificação de dezasseis processos de contratação pública (com adjudicações no valor global de 6,4 milhões de euros) e dos documentos apresentados por dezassete empresas no âmbito dos procedimentos de contratação pública.

Quanto às autarquias locais, a ação incidiu sobre os quatro municípios da RAM que realizaram procedimentos de contratação pública (com exceção dos ajustes diretos) no ano de 2010.

O trabalho envolveu a verificação de vinte processos de contratação pública (com adjudicações no valor global de 3,4 milhões de euros) e dos documentos apresentados, nesse âmbito, por vinte e quatro empresas.

Foi atualizada a matriz de risco dos serviços da administração pública regional em conformidade com a metodologia definida pela Inspeção Geral de Finanças e adaptada à realidade regional.

Ficaram por outro lado em curso algumas ações relativas aos procedimentos de controlo interno de serviços da administração pública.

### 16.1.3. CONCLUSÕES

A IRF realizou durante o ano de 2011 seis ações de controlo bem como procedeu à atualização da matriz de risco dos serviços da administração pública e do setor empresarial regional, ficando em curso três ações no final do ano. Não se realizaram quatro ações que foram previstas no plano.

Relativamente às auditorias realizadas, foram detetadas algumas deficiências ao nível do cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, não havendo, em algumas situações, um entendimento claro sobre a sua aplicação. Assim, e com vista a clarificar essas questões, este artigo foi alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de março.

Foram detetadas deficiências ao nível de processamento de despesas com trabalho extraordinário, que foram corrigidas, ainda que as despesas propriamente ditas estivessem formalmente corretas.

A atualização da matriz de risco explicitou a necessidade de realização de controlos nas áreas de maior risco, designadamente, nas áreas da saúde, recursos humanos, ambiente e recursos naturais, educação e vice-presidência.

Nos controlos *ex post* aos projetos cofinanciados pelo FEADER e enquadrados no PRODERAM, embora se verificasse, de uma forma geral, o cumprimento das normas da legislação nacional e comunitárias aplicáveis ao FEADER, foram detetadas algumas alterações relativamente aos investimentos aprovados que implicaram recomendações para a reposição de verbas no valor de 9810 euros.

## 16.2. DIREÇÃO REGIONAL DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

No âmbito das competências orgânicas da Direção Regional de Orçamento e Contabilidade, definidas pelo Decreto Regulamentar Regional 19/2003/M, compete a esta Direção Regional elaborar e executar o orçamento e a contabilidade da RAM, controlar a legalidade e a regularidade das despesas públicas assumidas pelos diversos serviços da administração regional e remetidas para efeitos de emissão de autorização de pagamento.

Organicamente a Direção de Serviços de Contabilidade é constituída pelos Departamentos de Controlo da Despesa (DCD) e de Controlo de Vencimentos (DCV). O Departamento de Controlo da Despesa é constituído pela Seção de Verificação da Despesa (SVD), Secção de Autorização para Pagamento (SAP), Seção de Empreitadas (SE) e Seção de Controlo e Registo (SCR). Relativamente ao Departamento de Controlo de Vencimentos, este é constituído pela Secção de Vencimentos (SV), Seção de Ajudas de Custo e Horas Extraordinárias (SACHE) e Seção de Controlo de Recibos (SCR).

Na seção de empreitadas foi dado cumprimento ao disposto no Decreto Legislativo Regional nº 12/2011/M, de 29 de julho, que estabelece o regime excecional de liberação das cauções prestadas para garantir a execução de contratos de empreitada de obras públicas e o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário ou cocontratante, assume com essa celebração, após 3 anos, contados da data da receção definitiva.

Relativamente às guias de retenção emitidas nos termos do artigo 138º Estatuto de Aposentações aprovado pelo Decreto-Lei nº 498/72 de 09/12/72, passaram a ser emitidas diretamente no sítio da Caixa Geral de Aposentações – CGA direta.

Na SVD foi conferido o disposto no artigo 19.º da lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011 é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços, que venham a celebrar-se ou renovar-se em 2011, com idêntico objeto e a mesma contraparte, celebrados por órgãos, serviços da administração pública regional e demais entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O DCV efetuou as alterações inerentes aos vencimentos processados em 2011, nomeadamente, na Lei n.º 55-A/2012, de 31 de dezembro, em conformidade com a aplicação da redução às remunerações totais ilíquidas mensais dos trabalhadores estipulada no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, foi aplicada em janeiro de 2011, conforme estipulado. Relativamente às prestações sociais, o montante da bolsa de estudos passou a ser igual ao valor do abono de família para crianças e jovens, a ser atribuído ao titular, conforme artigo 64.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, que alterou o artigo 15-B do Decreto-Lei 176/2003 de 2 de agosto.

No que diz respeito às ajudas de custo e subsídio de transporte, estes valores foram reduzidos, em 20% e 15%, de acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 137/2010 de 28 de dezembro.

Por último, foi aplicada uma sobretaxa extraordinária de IRS de 50% sobre o subsídio de Natal e 13º mês, nos termos do artigo 99-A do Decreto-lei 442-A/88 de 30 de novembro, alterado pela Lei n.º 49/2011 de 7 de setembro.

A SVD manteve o controlo dos processos de despesa, dos contratos-programa e outros instrumentos geradores de idênticos efeitos jurídicos, de acordo com despacho n.º 1-JC/SRMTC/2010.

A Direção Regional de Orçamento e Contabilidade através da Direção de Serviços de Contabilidade procedeu à análise e verificação de todas as despesas autorizadas para pagamento pela Administração Regional Direta.

A DROC em matéria de superintendência da contabilidade pública, procedeu à elaboração e divulgação de circulares com o intuito de incutir a uniformização de procedimentos ao nível da execução orçamental e de reporte de informação orçamental e financeira, transpondo para o efeito as circulares divulgadas pela DGO.

Este Serviço não está organicamente incumbido da realização de ações fiscalizadoras junto dos serviços simples ou dos serviços dotados de autonomia administrativa e financeira, recaindo a verificação orçamental interna, meramente aos atos que carecem da intervenção da Secretaria Regional do Plano e Finanças, ao nível da gestão orçamental dos serviços, para o efeito procedeu à devida análise de conformidade dos despachos de alteração no âmbito da gestão orçamental, antecipações de duodécimos e análise de descongelamentos sujeitos a autorização da Secretaria Regional do Plano e Finanças, para além da análise da conformidade de todas as despesas para emissão de autorização de pagamento.

A intervenção da DROC, ao nível da validação dos dados que são reportados pelos diversos organismos para efeitos de prestação de informação mensal, relativa à execução orçamental e dos montantes dos encargos assumidos e não pagos da Administração Pública Regional, assenta essencialmente na informação disponível e registada no sistema informático da DRI, bem como nos esclarecimentos adicionais remetidos por essas entidades. Ao nível dos serviços e fundos autónomos, o controlo é exercido segundo as informações reportadas que são da exclusiva responsabilidade desses serviços, dotados que são de autonomia financeira, administrativa e patrimonial, não tendo neste âmbito a DROC qualquer intervenção de fiscalização, para além das informações prestadas por esses serviços.

# 17. FUNDOS COMUNITÁRIOS – RAM

## 17.1. EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

Em termos de execução, em 2011 constata-se uma evolução positiva na absorção dos recursos disponíveis, traduzida quer pelos níveis de realização física e financeira, quer pelo grau de cumprimento dos objetivos preconizados nos diferentes Programas e que consolida a tendência de crescimento encetada desde 2009.

Para além dos Programas já implementados, foi aprovada uma candidatura, no valor de 31 milhões de euros, ao Fundo de Solidariedade (FSUE) e ainda a previsão na “Lei de Meios”, no seu artigo 5.º, de um reforço de dotação do Fundo de Coesão de 265 milhões de euros, que vem acrescer aos 100 milhões de euros já afetos à Região Autónoma da Madeira (Lei Orgânica nº 2/2010, de 16 de junho, publicada no Diário de República, 1ª série, nº 115 de 16 de junho, com a declaração de retificação nº 21/2010, de 20/07/2010, publicada no Diário da República, 1ª série, nº 139, de 20 de julho de 2010), não definindo, em concreto, qual o valor anual.

Passando para o atual período de programação (2007-2013), é fundamental uma abordagem aos dois Programas Regionais que consubstanciam a intervenção do FEDER (PO Intervir+) e do FSE (PO Rumos), além do Fundo de Coesão, cuja implementação se insere no quadro do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), designadamente no quadro do Eixo IV, que atribui a dotação deste Fundo à RAM.

**QUADRO 110 – EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS 31-12-2011**

Designação		Programação				Execução até 31/12/2011			Unidade: Euro
Programa	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Taxa Execução Fundo	
1	2	3	4	5	6	7	8	(8/5)	
<b>2000 -2006</b>									
	Total	1.246.666.987	1.144.137.690	741.447.621	1.268.086.939	1.200.169.828	765.531.499	103,25%	
POP RAM III (2000-2006)	FEDER	945.886.404	873.643.845	521.711.621	969.103.576	922.683.050	542.891.096	104,06%	
	FSE	132.705.314	129.789.917	110.321.000	133.694.006	130.054.515	110.546.338	100,20%	
	FEOGA-O	143.705.589	117.633.164	91.953.000	139.293.089	124.365.460	94.005.058	102,23%	
	IFOP	24.369.680	23.070.764	17.462.000	25.996.268	23.066.804	18.089.007	103,59%	
PIC INTERREG III-B AMC*	FEDER	171.015.724	168.585.637	145.363.358	166.000.150	164.985.114	139.162.475	95,73%	
Fundo de Coesão II	Fundo de Coesão	307.045.400	307.045.400	201.627.890	297.624.034	297.624.034	194.621.907	96,53%	
<b>2007-2013</b>									
QREN-Intervir+	FEDER	431.736.798	431.736.798	320.549.004	214.451.036	159.125.401	111.955.550	34,93%	
QREN-Rumos	FSE	156.524.969	156.524.969	125.378.798	100.429.104	99.068.179	79.332.075	63,27%	
QREN-POVT - EIXO IV	Fundo de Coesão	142.857.143	142.857.143	100.000.000	49.121.825	49.121.825	34.385.278	34,39%	
PCT-MAC**	FEDER	6.114.176	6.114.176	5.197.050	957.597	957.597	813.957	15,66%	
<b>2011</b>									
	FSUE	-	-	31.255.790	-	-	31.255.790	100,00%	

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

\* respeitante às três regiões (Açores, Madeira e Canárias)

\*\* parte respeitante à RAM

## 17.1.1. QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO 2000-2006

### FUNDO DE COESÃO II

Relativamente ao Fundo de Coesão II, ainda no contexto do período de programação do QCA III, em que o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) é o Interlocutor Regional, disponibilizamos informação relativa à sua execução no ano 2011:

QUADRO 111 – EXECUÇÃO FUNDO DE COESÃO II, 31-12-2011

Unidade: Euros

PROGRAMA	2011		Acumulado a 31/12/2011	
	Despesa Pública	Fundo Coesão	Despesa Pública	Fundo Coesão
Fundo de Coesão II	2.217.521	556.668	297.624.033	194.621.906

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Refira-se que a taxa de execução se situa nos 97,97% o que é um indicador extremamente positivo.

Do conjunto dos 5 projetos promovidos na Região Autónoma da Madeira com o apoio do Fundo de Coesão II, 4 deles encontravam-se concluídos e encerrados no final do ano 2011, todos com um nível de execução acumulada na ordem dos 99 a 101%.

## 17.1.2. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013

### PROGRAMA INTERVIR+ – PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ECONÓMICO E COESÃO TERRITORIAL DA RAM

O Programa INTERVIR+, cofinanciado pelo FEDER, foi aprovado em 5 de outubro de 2007 através da Decisão da Comissão Europeia C (2007) 4622, concedendo à Região uma comparticipação comunitária, no âmbito deste Fundo, de 320.549 mil euros, montante esse que já inclui a dotação adicional FEDER para compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade de 66.325 mil euros.

Em 2011 procedeu-se a uma reprogramação, aprovada em 9 de dezembro de 2011, através da Decisão da Comissão Europeia C (2011) 9331, justificada pelas condições socioeconómicas e dificuldades de aplicação, referidas nas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 33º do Regulamento (CE) n.º

1083/2006, que se traduziu, nomeadamente, na redistribuição das verbas afetas aos eixos I, II e III e na alteração da taxa média de cofinanciamento para 74,25%.

Até 31.12.2011 foram aprovados 1.108 projetos, o que totalizou o montante de 359.258 mil euros, o qual representa 83,2% da despesa pública programada (431.737 mil euros).

Relativamente à execução da despesa pública do Programa Intervir+, em 2011, atingiu 159.125 mil euros, o que corresponde a 36,9% da despesa pública programada.

### **PROGRAMA RUMOS – PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL DA RAM**

O Programa Rumos, cofinanciado pelo FSE, foi aprovado em 26 de outubro de 2007 através da Decisão da Comissão Europeia C (2007) 5334, concedendo à Região uma comparticipação comunitária no âmbito deste fundo de 125.000 mil euros.

Em 2011 procedeu-se a uma reprogramação, aprovada em 9 de dezembro de 2011, através da Decisão da Comissão Europeia C (2011) 9336, alterando a comparticipação comunitária para 125.379 mil euros.

Até 31.12.2011 foram aprovados 665 projetos, o que totalizou o montante de 163.724 mil euros, o qual representa 104,6% da despesa pública programada (156.525 mil euros).

Relativamente à execução da despesa pública do Programa Rumos, em 2011, atingiu 99.068 mil euros, o que corresponde a 63,3% da despesa pública programada.

### **EIXO IV DO POVT – PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

O POVT sendo um dos Programas Operacionais Temáticos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para 2007-2013, foi objeto de uma Reprogramação aprovada pela Comissão Europeia no dia 9 de dezembro de 2011 (Decisão C (2011) 9334) de que resultou em particular para a RAM, na inclusão de nova tipologia de projetos no domínio da prevenção e gestão de risco relacionados com a correção torrencial das principais ribeiras do Funchal e a regularização das ribeiras da Ribeira Brava, de São Vicente e da Ribeira Grande.

De realçar também no ano 2011 a aprovação de um novo projeto, da responsabilidade da Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, SA - 3ª fase do Aterro Sanitário da ETRS da Meia Serra, da qual resultou a atribuição de um financiamento Fundo de Coesão na ordem dos 5,9 milhões de euros para um montante de investimento elegível no valor de 8,5 milhões de euros

Em suma e para os três projetos aprovados no âmbito do atual Eixo IV, o financiamento do Fundo de Coesão atribuído já ascende aos 45,9 milhões de euros, o que face ao montante programado, representa uma taxa de compromisso de 46%.

A execução acumulada no final do ano de 2011 perfaz os 49,1 milhões de euros, conforme quadro abaixo, a que corresponde um nível de execução de 75% face à despesa total aprovada neste Eixo específico da RAM.

QUADRO 112 – EXECUÇÃO POVT-Eixo IV, 31-12-2011

Unidade: Euros

PROGRAMA	2011		Acumulado a 31/12/2010	
	Despesa Pública	Fundo Coesão	Despesa Pública	Fundo Coesão
<b>POVT - Eixo IV</b>	29.098	20.368	49.121.825	34.385.278

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

### PCT MAC – PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL MADEIRA AÇORES CANÁRIAS

O Instituto de Desenvolvimento Regional, enquanto Interlocutor do Programa, dispõe de informação relativa à execução respeitante aos parceiros da RAM, conforme quadro seguinte:

QUADRO 113 – EXECUÇÃO PCT-MAC (RAM), 31-12-2011

Unidade: Euros

PROGRAMA	2011		Acumulado a 31/12/2011	
	Despesa Pública	Fundo Coesão	Despesa Pública	Fundo Coesão
<b>PCT-MAC (RAM)</b>	803.765	683.200	957.596	813.957

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

No decurso do ano de 2011 o Programa encontra-se em plena execução financeira, os 101 projetos aprovados no âmbito do Programa (46 em 2009, no âmbito da 1ª Convocatória e 56 em 2010, no âmbito da 2.ª convocatória) que envolvem cerca de 110 entidades da RAM.

De destacar que o Interlocutor Regional da Madeira - Instituto de Desenvolvimento Regional - validou até ao final do ano 2011, um montante de 957,6 mil euros de despesa, o qual representa um nível de execução na ordem dos 17% face à despesa total aprovada para a RAM, estando as entidades Regionais a ser reembolsadas das respetivas verbas FEDER.

### FSUE – FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA

Pela Decisão da Comissão Europeia nº C (2010) 9758 foi aprovado, em 13-01-2011, o montante de 31.255.790 EUR de ajuda do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), destinado a financiar os prejuízos decorrentes do temporal de 20 de fevereiro de 2010.

O montante da ajuda foi totalmente transferido à RAM no decurso do mês de abril de 2011, nos exatos termos do Protocolo assinado em 21-02-2011, entre a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e a RAM, representada pelo Instituto de Desenvolvimento Regional. A



Resolução do Conselho do Governo Regional nº 1619/2010, de 29 de dezembro, atribuiu ao Instituto de Desenvolvimento Regional o papel de entidade gestora das verbas do Fundo de Solidariedade.

Os beneficiários do FSUE são:

- A Vice-Presidência do Governo Regional (então Secretaria Regional do Equipamento Social);
- Administração dos Portos da RAM (APRAM, SA);
- Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM, SA);
- Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM, EPE).

A taxa de execução no final de 2011 superou os 90%, permitindo antever a execução integral do financiamento concedido e o cumprimento de todas as obrigações do Regulamento (CE) 2012/2002, de 11 de novembro.

## **17.2. CONTROLOS REALIZADOS EM 2011**

### **17.2.1. PO INTERVIR+ - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ECONÓMICO E COESÃO TERRITORIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Nos termos do contrato de delegação de competências celebrado entre o IDR e o IDE-RAM, ao abrigo do n.º 1 do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, a Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ supervisiona as verificações administrativas e no local realizadas pelo Organismo Intermédio, visando obter garantias suficientes de que este desempenha eficazmente as funções que lhe foram delegadas.

Tendo em vista o cumprimento deste objetivo e em conformidade com o estipulado no Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Intervir+, no final do mês de novembro de 2011, a Unidade de Controlo da Autoridade de Gestão iniciou a supervisão anual ao IDE-RAM, encontrando-se no final do ano em fase de elaboração do respetivo relatório.

### **17.2.2. PO RUMOS - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Nos termos dos contratos de delegação de competências estabelecidos, ao abrigo do n.º 1 do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, com a Direção Regional de Qualificação Profissional (OI) e com o Instituto de Emprego da Madeira (OREPP), e a fim de obter garantias suficientes de que aqueles organismos desempenham eficazmente as funções que lhes foram delegadas, procedeu-se ao controlo anual de qualidade, em conformidade com o estipulado na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Rumos e no Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Rumos, conforme expresso no quadro seguinte:

QUADRO 114 – SUPERVISÕES EFETUADAS EM 2011

Eixo	OI/OREPP	Data Início	Data conclusão	Verificação efetuada por
I	Direção Regional de Qualificação Profissional	Mar-11	Mai-11	UHY & Associados, SROC, Lda.
II	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	Abr-11	Jun-11	UHY & Associados, SROC, Lda.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Para além das supervisões anuais referidas, em fevereiro deste ano foi efetuada uma ação de acompanhamento das recomendações das decorrentes das supervisões efetuadas anteriormente pela Autoridade de Gestão e da auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, que ainda se encontravam por implementar aquando da emissão do relatório final da última supervisão (em novembro de 2010).

Estes controlos de qualidade às funções delegadas não deram origem a não elegibilidades, tendo no entanto sido emitidas recomendações quanto à melhoria dos procedimentos dos OI/OREPP.

## 17.3. VERIFICAÇÕES NO ÂMBITO DO ARTIGO 13.º DO REGULAMENTO N.º 1828/2006 NO ANO 2011

### 17.3.1. PO INTERVIR+ - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006

De acordo com as competências atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), enquanto Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais da RAM, compete designadamente exercer as verificações no local, no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM, designado por Programa Intervir+, quanto às operações aprovadas no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, nas tipologias de investimento que não foram delegadas, exercendo ainda a supervisão do Organismo Intermédio relativamente às funções delegadas.

Assim e no âmbito das verificações no local de operações singulares que não se encontram delegadas, as mesmas são exercidas pela Autoridade de Gestão, através da Unidade de Controlo (UC).

Parte destas funções encontram-se delegadas no Organismo Intermédio, mediante acordo escrito, concretamente, com o IDE-RAM, sendo que o resultado das verificações de gestão realizadas neste âmbito pelo OI deverá ser periodicamente reportado à AG.

Relativamente às verificações no local não delegadas, a AG tem efetuado um acompanhamento do grau de execução financeira das operações aprovadas, através dos mapas de monitorização do Programa Intervir+, tendo-se efetuado no corrente ano 8 verificações no local, que foram concluídas com emissão da respetiva decisão final em 2011, de acordo com o exposto no quadro que se segue:

QUADRO 115 – VERIFICAÇÕES NO LOCAL REALIZADAS NO ANO 2011

Unidade: Euros

Eixo	Designação	Nº de Operações	Despesa executada nas operações selecionadas à data das verificações	Montantes Verificados (euros)	Taxa Verificada
I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	3	1.063.084	534.877	50%
II	Competitividade da Base Económica Regional	1	1.139.020	1.000.000	88%
III	Desenvolvimento Sustentável	2	670.205	655.712	98%
IV	Coesão Territorial e Governação	1	1.225.447	675.906	55%
V	Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	1	13.343.590	9.624.000	72%
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>17.441.346</b>	<b>12.490.494</b>	<b>72%</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

No que concerne ao total das 21 verificações no local efetuadas no período 2009-2011, a despesa verificada na totalidade atingiu o montante de 48.553.425 euros, o que representou 79% dos pedidos de reembolsos selecionados e 33% do total da execução acumulada até à data, no montante de 147.474.539 euros (excluída a despesa executada pelo OI), conforme demonstra o quadro seguinte:

**QUADRO 116 - VERIFICAÇÕES NO LOCAL REALIZADAS NO PERÍODO DE 2009-2011 – AG**

Unidade: Euros

Eixo	Designação	Nº de Operações	Execução Acumulada*	Montantes Verificados	Taxa Verificada
I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	4	5.037.148	911.621	18%
II	Competitividade da Base Económica Regional	3	30.283.163	8.594.535	28%
III	Desenvolvimento Sustentável	3	8.688.988	1.251.062	14%
IV	Coesão Territorial e Governação	8	58.804.422	15.615.560	27%
V	Compensação dos Sobrecustos da Ultra perifericidade	2	42.300.241	21.446.840	51%
VI	Assistência Técnica	1	2.297.028	733.808	32%
<b>Total</b>		<b>21</b>	<b>147.410.990</b>	<b>48.553.426</b>	<b>33%</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

\* Esta execução corresponde a execução das tipologias de intervenção não delegadas no OI

### **17.3.2. PO RUMOS - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006**

De acordo com as competências atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Regional – IDR, enquanto Autoridade de Gestão dos programas operacionais da RAM, compete designadamente proceder às verificações de gestão quanto às operações aprovadas no Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM designado por Programa Rumos, encontrando-se parte destas funções delegadas nos Organismos Intermédios (O.I.), mediante acordo escrito, concretamente, com a Direção Regional de Qualificação Profissional, no que se refere ao Eixo I e com o Instituto de Emprego da Madeira, I.P. – RAM, para o Eixo II.

Assim e no âmbito das verificações no local que não se encontram delegadas, as mesmas são exercidas pela Unidade de Controlo (UC), através do Núcleo de Acompanhamento e Controlo (NAC), tendo por base as orientações emanadas pela Autoridade de Certificação – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, que consistiram em que o esforço mínimo de verificação da despesa deveria corresponder a 10% do total da despesa incluída nos pedidos de reembolso que sustentam a

despesa certificada por aquele organismo à Comissão Europeia, devendo corresponder metade a cada uma das verificações de gestão – administrativas e no local.

Nesta sequência e de acordo com o Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Rumos, procedeu-se à seleção das operações a verificar no local, cujos montantes verificados corresponderam a uma amostra representativa de pelo menos 30% dos pedidos de reembolso selecionados, conforme demonstra o quadro seguidamente exposto:

**QUADRO 117 - VERIFICAÇÕES NO LOCAL NO ANO 2011 PELA AG**

Unidade: Euros

<b>Eixo</b>	<b>Número de Operações</b>	<b>Despesa Executada nos Pedidos Reembolso/Saldos Selecionados</b>	<b>Montantes Verificados</b>	<b>Taxa Verificada</b>
I	33	3.680.911	1.583.966	43%
II	7	2.657.228	805.136	30%
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>6.338.139</b>	<b>2.389.102</b>	<b>38%</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

No que concerne ao total das 124 verificações no local efetuadas no período 2008-2011, pela Autoridade de Gestão, a despesa verificada na totalidade atingiu o montante de 7.249.956 euros, o que representa 8% da execução acumulada até 31 de dezembro de 2011, excluindo a execução relativa às Tipologias de Operação delegadas no IEM (na qualidade de OREPP), no montante de 89.110.129 euros, conforme demonstra no quadro a seguir reproduzido:

**QUADRO 118 - VERIFICAÇÕES NO LOCAL 2009-2011 AG**

Unidade: Euros

<b>Eixos</b>	<b>Número Projetos Verificados</b>	<b>Execução Acumulada*</b>	<b>Montantes Verificados*</b>	<b>Taxa Verificada</b>
I	105	60.968.234	4.186.298	7%
II	16	26.591.274	2.833.128	11%
III	3	1.550.621	230.530	15%
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>89.110.129</b>	<b>7.249.956</b>	<b>8%</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

### **17.3.3. POVT - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006**

De acordo com as competências delegadas no Instituto de Desenvolvimento Regional – IDR, enquanto Organismo Intermédio responsável pela subvenção global do Eixo Prioritário V designado

“Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira” do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), cofinanciado pelo Fundo de Coesão na Região Autónoma da Madeira, compete designadamente exercer as verificações no local quanto às operações aprovadas naquele âmbito.

Assim, as verificações no local são exercidas pela Unidade de Controlo (UC), sendo que no entanto no ano 2011 não foi efetuada qualquer verificação no local, considerando que no Eixo V (atualmente Eixo IV) do POVT apenas dois projetos têm execução, um dos quais foi objeto deste tipo de verificação de gestão em 2009 (pela equipa da UC), o outro projeto foi auditado em 2011 quer pela própria Autoridade de Gestão do Programa quer pelo Tribunal de Contas Europeu e encontra-se em processo de reprogramação nas vertentes temporal, física e financeira e que a despesa elegível verificada face à despesa total executada até ao final de 2011, corresponde a um esforço de verificação no local de quase 30%.

### **17.3.4. PCT-MAC 2008-2013 - VERIFICAÇÕES FÍSICAS, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006**

Em cumprimento com o estabelecido no Artigo 13º do Regulamento (CE) nº 1828/2006 da Comissão de 8 de dezembro, o IDR como Interlocutor Regional da Madeira no Programa PCT-MAC 2007-2013, desenvolve tarefas de controlo através de verificações físicas no local aos projetos em que participam parceiros da Região Autónoma da Madeira.

Para tal, recorre a uma amostra de projetos com despesas em infraestruturas e equipamentos, visto serem estas que exigem verificações *In Situ*, em conformidade com o estabelecido pela Autoridade de Gestão do Programa e o Sistema de Gestão e Controlo. Com base nessas verificações é possível comprovar a execução real dos trabalhos e a entrega dos bens e serviços, por forma a garantir que correspondem ao que consta nos respetivos documentos justificativos apresentados para validação e subsequente comparticipação mas também para aferir se as infraestruturas e equipamentos verificados se enquadram e cumprem com os objetivos previstos nos respetivos projetos aprovados nos Comitês de Gestão do Programa.

Neste sentido, no ano de 2011, com a entrada em funcionamento na plataforma do PCT-MAC do módulo destinado às verificações físicas *In Situ*, os técnicos do IDR, deram início às tarefas de determinação das amostras, bem como das respetivas ações de verificação dos projetos. Para esse efeito foram selecionados 2 períodos para a realização das visitas, um que decorreu em maio e outro em dezembro de 2011, envolvendo um total de 12 projetos, 6 entidades beneficiárias e 293 M€ (FEDER) de despesa verificada, que corresponde a taxa de cobertura de 100%.

## 18. CONCLUSÃO

A execução orçamental patenteada na Conta da Região Autónoma da Madeira relativa ao ano económico de 2011 foi condicionada por uma conjuntura nacional e internacional marcada pela crise das dívidas soberanas e pela instabilidade dos mercados financeiros, que por sua vez tiveram um impacto negativo nos níveis de investimento público e privado, abarcando deste modo, consequências nefastas na tendência evolutiva do emprego. As medidas de austeridade tomadas a nível central pelo Governo da República repercutem-se nas regiões autónomas de forma exponencial, tendo em conta as condicionantes próprias destas regiões quer a nível geográfico, económico e empresarial.

Em 2011 constatou-se uma diminuição dos níveis de confiança, tanto na vertente das famílias como ao nível dos agentes económicos em geral, afetando deste modo, o tecido empresarial regional que emprega a maior parte da população ativa. A política de desenvolvimento que a Região promoveu durante 2011 e continuará a promover nos anos seguintes, mesmo em contraciclo com a atividade económica, visa a dinamização dos setores económicos de produção regional, a conjugação dos apoios ao setor do turismo de modo a exponenciar este setor dinamizador e de importância fulcral para a economia da RAM, de promoção do empreendedorismo e da inovação como forma de incrementar o nível de competitividade regional, num quadro de grandes limitações financeiras e orçamentais.

A convergência de esforços, por parte do GRM e das entidades privadas, para a proteção dos estratos sociais e económicos mais vulneráveis, foi e será de uma importância extrema de forma a garantir a proteção social, assegurar a promoção do emprego, asseverar os níveis de qualidade na educação, bem como a continuação do acesso aos cuidados de saúde.

O rigor, na afetação dos recursos financeiros disponíveis em consonância com uma melhoria da eficiência e eficácia relativamente à gestão das despesas públicas, permitiu uma contenção nas despesas da Administração Regional e uma maximização na afetação dos recursos.

A Conta da Região Autónoma da Madeira reflete a afetação dos recursos financeiros disponíveis privilegiando as áreas sociais e económicas mais sensíveis na atual conjuntura.



## LISTA DE ABREVIATURAS

ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
ALM	Assembleia Legislativa da Madeira
BCE	Banco Central Europeu
CE	Comissão Europeia
CGA	Caixa Geral de Aposentações
DGCI	Direção Geral de Contribuições e Impostos
FBCF	Formação bruta de capital fixo
IABA	Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas
IDT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
IP	Investimentos do Plano
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas
IRS	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
IS	Imposto do selo
ISP	Imposto sobre produtos petrolíferos
ISV	Imposto sobre veículos
IT	Imposto sobre o tabaco
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
OE	Orçamento do Estado
OFN	Orçamento de Funcionamento Normal
ORAM	Orçamento da Região Autónoma da Madeira
PDE	Procedimento dos Deficits Excessivos
PDES	Plano de Desenvolvimento Económico e Social
PEC	Programas de Estabilidade e Crescimento

PIB pc	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAR	Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional
p.p.	Pontos percentuais
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAM	Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SRA	Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais
SRAS	Secretaria Regional dos Assuntos Sociais
SRE	Secretaria Regional da Educação e Cultura
SRES	Secretaria Regional do Equipamento Social
SRF	Secretaria Regional do Plano e Finanças
SRRH	Secretaria Regional dos Recursos Humanos
SRT	Secretaria Regional do Turismo e Transportes
UE	União Europeia
VAB	Valor acrescentado bruto
VP	Vice-Presidência do Governo Regional





#### **FICHA TÉCNICA**

**Título** *Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2011*  
**Autor** Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Plano e Finanças  
**Local** Funchal  
**Edição** Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Plano e Finanças.  
Direção Regional de Orçamento e Contabilidade  
**Data** julho de 2012  
**Impressão** Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade  
**Capa** © DROC, 2012  
**Depósito legal** 345228/12  
**ISBN** 978-989-97743-2-2 (documento eletrónico)  
© DROC, 2012

ISBN 978-989-97743-2-2

